

MATRIZes

ISSN 1982-8160

DOSSIÊ

*Novas Perspectivas em
Teorias da Comunicação*

Renato Ortiz

Emiliano Treré

David W. Park, Jefferson Pooley,

Peter Simonson & Esperanza Herrero

José Luiz Braga

Irene Machado

Benjamim Picado

MATRIZes

ISSN 1982-8160

 **ABCD** USP

Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo

VOL.
19
N. 1
jan./abr. 2025



UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Reitor: Carlos Gilberto Carlotti Junior

Vice-Reitora: Maria Arminda do Nascimento Arruda

ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES

Diretora: Maria Clotilde Perez Rodrigues

Vice-Diretor: Mario Rodrigues Videira Junior

COMISSÃO DE PÓS-GRADUAÇÃO (CPG)

Presidente: Monica Isabel Lucas

Vice-Presidente: Giovana Deliberali Maimone

COMISSÃO COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA USP (CCP)

Coordenadora: Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli

Membros Titulares:

Profa. Dra. Maria Aparecida Ferrari

Profa. Dra. Maria Clotilde Perez Rodrigues

Profa. Dra. Maria Cristina Palma Mungiolli

Profa. Dra. Roseli Aparecida Figaro Paulino

Membros Suplentes:

Prof. Dr. Eneus Trindade Barreto Filho

Profa. Dra. Daniela Osvald Ramos

Prof. Dr. Luiz Alberto Beserra de Farias

Prof. Dr. Richard Romancini

Representação Discente: Mariane Roccello Bonvicini

Secretária: Maria das Graças Sousa

MATRIZes

REVISTA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO DA UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO

Av. Prof. Lúcio Martins Rodrigues, 443, Bloco 22, sala 24
Cidade Universitária, Butantã, CEP 05508-900, São Paulo - SP
Tel.: 55 (11) 3091.8657
e-mail: matrizes@usp.br

www.matrizes.usp.br

e-ISSN: 1982-8160

ANO 19 – Nº 1 jan./abr. 2025



As opiniões expressas nos artigos são de inteira responsabilidade de seus autores. Todo material incluído nesta revista tem a autorização expressa dos autores ou de seus representantes legais. Qualquer parte dos artigos da revista pode ser reproduzida desde que citados autor e fonte.



MATRIZes www.matrizes.usp.br

Diretora: Maria Immacolata Vassallo de Lopes (Universidade de São Paulo)

Editoria Científica:

Ana Carolina Damboriarena Escosteguy (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)

Isabel Ferin Cunha (Universidade de Coimbra)

Luciano Guimarães (Universidade de São Paulo)

Maria Clotilde Perez Rodrigues (Universidade de São Paulo)

Maria Cristina Palma Mungiolli (Universidade de São Paulo)

Maria Ignes Carlos Magno (Universidade Anhembí Morumbi)

Raúl Fuentes Navarro (Universidad de Guadalajara e Universidad Jesuita de Guadalajara)

Richard Romancini (Universidade de São Paulo)

Roseli Figaro (Universidade de São Paulo)

Wagner Souza e Silva (Universidade de São Paulo)

Editores Executivos:

Luciano Guimarães (Universidade de São Paulo)

Wagner Souza e Silva (Universidade de São Paulo)

Assistentes Editoriais:

Ana Clara Gimenez (Universidade de São Paulo)

Blanca Luígia Capucho Marinho (Universidade de São Paulo)

Conselho Científico – Membros Honorários:

Albino Rubin (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Armand Mattelart (Université Paris VIII, França)

Etienne Samain (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Gabriel Cohn (Universidade de São Paulo, Brasil)

Graham Murdock (London School of Economics, Inglaterra)

Giovanni Bechelloni (Università degli Studi di Firenze, Itália)

Henry Jenkins (University of Southern California, EUA)

John B. Thompson (University of Cambridge, Inglaterra)

José Teixeira Coelho (Universidade de São Paulo, Brasil) (*in memoriam*)

Klaus Bruhn Jensen (University of Denmark, Dinamarca)

Jesús Martín-Barbero (Universidad Javeriana de Bogotá, Colômbia) (*in memoriam*)

Lucia Santaella (Pontifícia Universidade Católica-São Paulo, Brasil)

Massimo Canevacci (Università di Roma - La Sapienza, Itália)

Muniz Sodré (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Néstor García Canclini (Universidad Autónoma Metropolitana de México, México)

Renato Janine Ribeiro (Universidade de São Paulo, Brasil)

Conselho Científico – Membros Efetivos:

Adilson Citelli (Universidade de São Paulo, Brasil)

André Lemos (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Aníbal Bragança (Universidade Federal Fluminense, Brasil) (*in memoriam*)

Antonio Fausto Neto (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Arlindo Machado (Universidade de São Paulo, Brasil) (*in memoriam*)

Bernard Miège (Université Stendhal, França)

Catarina Duff Burnay (Universidade Católica de Portugal, Portugal)

Charo Lacalle (Universidad Autónoma de Barcelona, Espanha)

Ciro Marcondes Filho (Universidade de São Paulo, Brasil) (*in memoriam*)

Cremilda Medina (Universidade de São Paulo, Brasil)

Erick Felinto Oliveira (Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Brasil)

Francisco Rüdiger (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Gilberto Prado (Universidade de São Paulo, Brasil)

Giuseppe Richeri (Università della Svizzera Italiana, Itália)

Guillermo Orozco Gómez (Universidad de Guadalajara, México)

Ismail Xavier (Universidade de São Paulo, Brasil)

James Lull (San Jose State University, Estados Unidos)

José Luiz Braga (Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Brasil)

Juremir Machado da Silva (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Brasil)

Lucrecia d'Alessio Ferrara (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Luiz Cláudio Martino (Universidade de Brasília, Brasil)

Marcus Freire (Universidade Estadual de Campinas, Brasil)

Marcos Palacios (Universidade Federal da Bahia, Brasil)

Margarida M. Krohling Kunsch (Universidade de São Paulo, Brasil)

Marialva Carlos Barbosa (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Mauro Wilton de Sousa (Universidade de São Paulo, Brasil)

Milly Buonanno (Università di Roma - La Sapienza, Itália)

Nilda Jacks (Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Brasil)

Norval Baitello Jr. (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Raquel Paiva (Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil)

Silvia Borelli (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Brasil)

Tereza Quiroz (Universidad de Lima, Peru)

Valerio Fuenzalida Fernández (Pontifícia Universidad Católica de Chile, Chile)

Vera França (Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil)

Yvana Fechine (Universidade Federal de Pernambuco, Brasil)

Walmir Barbosa (Universidade Federal do Amazonas, Brasil)

Editoração, diagramação, revisão e tradução:

Editora Ibero-Americana de Educação

Projeto Gráfico: Tony Rodrigues

INDEXADORES

[DIADORIM – Diretório de Políticas Editoriais das Revistas Científicas Brasileiras](#)

[DOAJ – Directory of Open Access Journals](#)

[EBSCO](#)

[ERIEHPLUS – European Reference Index for the Humanities and Social Sciences](#)

[EUROPUB](#)

[EZB – Eletronic Lournals Library](#)

[FUNARTE – Fundação Nacional de Artes](#)

[GOOGLE ACADÊMICO](#)

[HAL – Accès aux données de reference de HAL](#)

[I4F – Journals For Free](#)

[LATININDEX – Sistema Regional de Información en línea para Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal](#)

[LATINREV – Red latinoamericana de revistas académicas en ciencias sociales y humanidades](#)

[MIAR – Information Matrix for the Analysis of Journals](#)

[MIGUILIM – Diretório das Revistas Científicas Eletrônicas Brasileiras](#)

[OPEN SCIENCE](#)

[PERIÓDICOS CAPES](#)

[RCAAP – Repositório Científico der Acesso Aberto de Portugal](#)

[REDALYC – Red de Revistas Científicas de Acceso Abierto Diamante](#)

[REDIB – Red Iberoamericana de Innovación y Conocimiento Científico](#)

[RESEARCHBIB – Academic Resource Index](#)

[REVISCOM – Red Confibercom de Revistas Científicas de Comunicación](#)

[ISSN PORTAL](#)

[WIKIDATA](#)

[WORLDCAT](#)

Ficha catalográfica elaborada pelo Serviço de Biblioteca e Documentação – ECA/USP

MATRIZES / Revista do programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Universidade de São Paulo.
– Ano 19, nº 1 (jan./abr. 2025) - São Paulo : ECA/USP/: 2025
– PDF

Quadrimestral
e-ISSN 1982-8160

1. Comunicação
1. Universidade de São Paulo. Escola de Comunicações e Artes

CDD – 23 ed. - 302.2

Elaborado por: Alessandra Vieira Canholi Maldonado – CRB-8/6194



Sumário

DOSSIÊ

*Novas Perspectivas
em Teorias
da Comunicação*

- 1 EDITORIAL
Entre a tradição e a renovação
RICHARD ROMANCINI e
ANA CAROLINA ESCOSTEGUY

- 7 **Visibilidade e espaço público**
RENATO ORTIZ

- 19 **Ecologias das mídias, movimentos sociais e ativismo**
EMILIANO TRERÉ

- 39 **História dos estudos de comunicação nas Américas:
uma introdução**
DAVID W. PARK, JEFFERSON POOLEY,
PETER SIMONSON e ESPERANZA HERRERO

- 55 **Rastreando questões comunicacionais**
JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA

- 79 **Ontologia das vidas pretas em ensaio audiovisual**
IRENE DE ARAUJO MACHADO

- 103 **O roteiro como Encargo: examinando a dramaturgia
do diálogo em *The Newsroom* e *True Detective***
BENJAMIM PICADO

EM PAUTA

NAS PESQUISAS
DE COMUNICAÇÃO

- 127 **Negritude LGBTQIAPN+ na publicidade:
esse arco-íris tem todas as cores?**
PABLO MORENO FERNANDES

- 151 **Teoria crítica da mídia: Chun, Galloway, Wark**
EDNEI DE GENARO

- 173 **Partilha do sensível e estética decolonial em jogos brasileiros
dos anos 1990**
EMMANOEL FERREIRA

- 199** Além do design: interfaces algorítmicas
como agentes epistemológicos
ELIAS BITENCOURT
- 225** Para além do sentido: objetividade, subjetividade
e intersubjetividade sob a perspectiva do jornalismo
em quadrinhos
JÚLIO CÉSAR ROCHA CONCEIÇÃO e
RENNAN LANNA MARTINS MAFRA
- 259** Politização e despolitização: abordagem teórico-metodológica
para análise de dinâmicas comunicacionais
MAIARA GARCIA ORLANDINI e
ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA
- 281** Polarização em mídias sociais: medindo segregação
de comunidades políticas
MÁRCIO MORETTO RIBEIRO e
PABLO ORTELLADO
- RESENHA 299** Muniz Sodré: o comum de uma escola disruptiva
feita por mãos de axé
RIBAMAR JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR

Entre a tradição e a renovação

MATRIZES vem, desde 2007, contribuindo com a circulação de contribuições intelectuais significativas para a área da Comunicação, publicando em formato aberto todos os trabalhos acolhidos em língua portuguesa e versões em outros idiomas (inglês e espanhol) para favorecer a disseminação do conhecimento. Até o momento, sem contar os dados desta edição, publicamos 527 artigos, com predomínio de 394 textos uniautorais (75% do todo), seguidos por aqueles com dupla autoria, 101 (19%), e os demais 32 artigos (6%) com três ou mais pessoas. Disso resulta um total de 525 autores e autoras, sendo 393 (75%) do Brasil e 132 (25%) de outros países. A maioria dos que publicaram artigos fez isso uma única vez: 420 (80%), 73 (14%) pessoas tiveram dois trabalhos e 32 (6%), três ou mais.

Essa breve bibliometria autoral da Revista ajuda a entender a importância de **MATRIZES** no campo. Mas a frieza dos números precisa ser contrabalançada pela perspectiva de que, por trás dos indicadores, há pessoas. Estamos bastante cientes disso em nosso cotidiano editorial e muito se poderia dizer sobre a angústia de nosso Comitê — e, certamente, de outras revistas — ao enviar cartas de rejeição de trabalhos a colegas ou quando temos dificuldade de conseguir dar respostas com a agilidade que gostaríamos a todos os processos de decisão sobre os trabalhos submetidos. São ossos do ofício.

Entretanto, questões desse tipo chegam a parecer insignificantes quando circunstâncias repentinas e inesperadas nos colocam frente à perda de um colega. Evidentemente, nos referimos à notícia sobre o falecimento precoce do pesquisador Igor Sacramento, lamentada pela comunidade comunicacional brasileira. Em sua trajetória, ele teve um profícuo relacionamento com **MATRIZES**, tendo publicado e emitido cuidadosos pareceres para a Revista. O primeiro artigo publicado por ele, no segundo número do ano de 2014, foi *A biografia do ponto de vista comunicacional*, estudo diretamente relacionado ao seu doutorado, em que procura discutir a noção de “biografia comunicacional”. Na primeira edição de 2020, foi editada sua

última colaboração: o artigo em coautoria com Raquel Paiva, *Fake news, WhatsApp e a vacinação contra febre amarela no Brasil*. Nesse outro trabalho, evidencia-se o peso que, sem abandonar outras preocupações, a interface entre comunicação e saúde assumiu em sua carreira.

Quem publica em revistas científicas, segundo a lógica dos campos de Bourdieu, espera que elas sejam um veículo para a obtenção de visibilidade positiva, de modo a alcançar uma posição mais central e com autoridade e expressão mais significativas nos debates da área de conhecimento. Isso se relaciona à difusão de ideias, continuidade de trajetória acadêmica e reconhecimento pelos pares — dimensões que a trajetória intelectual em processo de Igor manifestava. Por outro lado, as revistas desejam que quem publica nelas reverta ou compartilhe o seu prestígio com a publicação. Desse modo, tendo em vista que os processos editoriais adotados se alicerçam na revisão por pares, temos que agradecer àqueles que, em algum momento, fizeram justiça ao jovem doutor que submeteu um texto a **MATRIZES**, aprovando-o.

Dito isso, desejamos que o legado do trabalho transdisciplinar, combinando aspectos de tradição e de renovação nos estudos de nossa área, de Igor Sacramento, seja uma inspiração para as pessoas que ingressam ou que já estão nela. A tentativa de mesclar a tradição e a renovação também é uma preocupação da Revista, que transparece no sumário desta edição. A meta é que essa conjugação estabeleça tensões e diálogos produtivos entre as dimensões daquilo que está consolidado e das perspectivas e temáticas emergentes.

Isso também se configura nos casos em que intelectuais consagrados voltam-se a temas inovadores e, inversamente, os investigadores e as investigadoras mais jovens retomam questões tradicionais da pesquisa em Comunicação. Sendo assim, este número combina um conjunto de temas e argumentações originais que, por um lado, reforçam o âmbito da produção intelectual consolidada. Caberá à leitura acadêmica atenta localizar, interpretar e avaliar as contribuições dessa variedade de trabalhos e perspectivas.

A seção *Dossiê* deste número é, assim, iniciada pelo trabalho de Renato Ortiz *Visibilidade e espaço público*. Neste artigo, ao tratar da visibilidade, o renomado sociólogo recupera bibliografia clássica sobre o tema — inclusive notando o papel do conceito de *visibilidade* na Sociologia da Ciência de Merton —, em formato de ensaio, oferecendo pistas de uma revisão conceitual que, com certeza, está aprofundada em seu mais novo livro *Influência* (2025). De todo modo, o artigo em mãos será de utilidade em uma diversidade de análises sobre objetos atuais, em especial sobre influenciadores digitais e a sustentabilidade de suas atividades profissionais.

No texto seguinte, o autor mexicano radicado no Reino Unido, Emiliano Treré, reflete sobre como movimentos sociais e ativismos se encontram, nos dias

de hoje, no artigo *Ecologias das mídias, movimentos sociais e ativismo*. O cerne da argumentação é a reivindicação da potência de uma abordagem da ecologia da mídia para a análise de práticas de ativismo digital vinculadas a movimentos sociais. Isso porque tal perspectiva permite compreender como os meios e os movimentos são mutuamente configurados de modo complexo, criativo e, com frequência, de modos imprevisíveis.

Já *A história dos estudos de comunicação nas Américas: uma introdução*, de David Park, Jefferson Pooley, Peter Simonson e Esperanza Herrero, texto que dá continuidade ao Dossiê, tem o mérito de indicar problemáticas e múltiplas bibliografias para abordagem historiográfica do tema. A seção tem sequência com o artigo *Rastreado questões comunicacionais*, de José Luiz Braga, no qual o autor aprofunda uma linha teórico-metodológica em que tem dado contribuições à área, propondo um programa de pesquisa fundamentado em dez premissas relevantes para desenvolver a pesquisa comunicacional. Depois, o artigo *Ontologia das vidas pretas em ensaio audiovisual*, de Irene Machado, continua a seção, em trabalho no qual escava a linguagem audiovisual do multiartista Arthur Jafa, em *Os sonhos são mais frios que a morte*, em especial a composição de depoimentos de afro-estadunidenses, para discutir uma ontologia das vidas pretas. Também discutindo produtos audiovisuais, Benjamim Picado, em *O Roteiro como Encargo: examinando a dramaturgia do diálogo em The Newsroom e True Detective*, empenha-se no que sugere o papel específico do roteiro nas obras de ficção seriada televisiva do canal HBO indicadas no título, encerrando o Dossiê deste número.

A seção *Em Pauta* tem início com o texto *Negritude LGBTQIAPN+ na publicidade: esse arco-íris tem todas as cores?*, no qual Pablo Moreno Fernandes adota abordagem interseccional, combinada à semiótica, para analisar conteúdos veiculados por marcas e discutir as complexidades que emergem da combinação entre orientação sexual e identidade de gênero somadas à raça em relação ao objeto de estudo. Já Ednei de Genaro, em *Teoria crítica da mídia: Chun, Galloway, Wark*, faz uma aproximação teórico-bibliográfica a esses autores do contexto norte-americano e de vertente crítica, com ênfases e horizontes distintos, mas com comum preocupação com dimensões arqueológicas da mídia. A perspectiva decolonial, por sua vez, é utilizada por Emmanoel Ferreira, em *Partilha do sensível e estética decolonial em jogos brasileiros dos anos 1990*, no estudo do objeto mencionado no título do trabalho.

Também numa perspectiva de análise de tecnologias, no caso relacionadas ao digital, o texto *Além do design: interfaces algorítmicas como agentes epistemológicos*, de Elias Bitencourt, propõe novos conceitos para o estudo das relações entre interfaces digitais, comunicação e sociedade. Em seguida, Júlio César Rocha Conceição e Rennan Lanna Martins Mafrá, em *Para além do sentido: objetividade*,

subjetividade e intersubjetividade sob a perspectiva do jornalismo em quadrinhos, ao estudar narrativas gráficas de Joe Sacco, notam que essa forma jornalística peculiar permitiu ao autor se aprofundar em sua investigação ao reportar um evento.

Na sequência, o trabalho de Maiara Garcia Orlandini e Rousiley Celi Moreira Maia, *Politização e despolitização: abordagem teórico-metodológica para análise de dinâmicas comunicacionais*, adota uma dimensão propositiva para os estudos da área, no caso, para a análise de discussões políticas em ambientes digitais, na tentativa de compreender empiricamente os processos de politização/despolitização. A questão política também é central no trabalho que finaliza a seção *Em Pauta* deste número. Trata-se do artigo *Polarização nas mídias sociais: medindo a segregação de comunidades políticas*, no qual os autores, Márcio Moretto Ribeiro e Pablo Ortellado, com base em dados de mídias sociais, abordam a emergência e o desenvolvimento do fenômeno da polarização no Brasil, a partir de 2014, em um processo simultâneo de separação e combinação de comunidades políticas.

Fazendo jus ao caráter diverso e fluido dos artigos deste número, que tanto se vinculam a tradições teóricas já consolidadas no campo quanto a explorações renovadoras, encerramos a edição com a resenha da obra *Muniz Sodré: uma escola disruptiva*, apresentada por Ribamar Oliveira. Homenagem aos 80 anos de uma figura fundadora do campo, a publicação reúne crítica, entrevista, crônica e depoimento, reconhecendo a potência da reflexão do sociólogo, jornalista e professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Temos aí uma sugestão de leitura obrigatória sobre o percurso desse autor que, sem dúvida, configura a tradição do pensamento comunicacional brasileiro. Enfim, em mais uma edição, **MATRIZes** cumpre seu papel de situar-se entre a tradição e a renovação intelectual, buscando colocar em circulação uma diversidade de vozes. Boa leitura! ■

^a Professor adjunto da
Universidade de São Paulo
(USP).

^b Professora Visitante do
Programa de Pós-Graduação
em Comunicação da
Universidade Federal do Rio
Grande do Sul (UFRGS).

Richard Romancini¹ e Ana Carolina Escosteguy²

DOSIÊ

Novas Perspectivas em Teorias da Comunicação



Visibilidade e espaço público^a

Visibility and public space

RENATO ORTIZ^b

Universidade Estadual de Campinas, Departamento de Sociologia. Campinas – SP, Brasil

RESUMO

Este artigo tem como temática as transformações recentes ocorridas no espaço público. Em particular é trabalhada a questão da visibilidade, traço recorrente no debate contemporâneo. O autor, através de dois exemplos (celebridades e luxo) procura demonstrar a ambiguidade que encerra o conceito de “ser visível”. Se por um lado para as celebridades ele se torna um valor a ser cultivado, por outro, trata-se de um dilema do mundo dos ricos, cujas fronteiras são desenhadas para se separarem das pessoas comuns.

Palavras-chave: Espaço público, globalização, cultura, elite, visibilidade, luxo.

ABSTRACT

This article treats the recent transformations on the public space. Particularly, the idea of visibility, important dimension of the contemporary debate, is developed. The author uses two examples (celebrity and luxury) to demonstrate that the notion of “being visible” is ambiguous. On one side, mainly on the case of the celebrities, it becomes a value; on the other side, it is a dilemma for the world of the rich, which frontiers are traced to separate them from ordinary people.

Keywords: Public sphere, globalization, culture, elite, visibility, luxury.

^a Conferência realizada no Congresso Lusocom/Intercom, Universidade do Vale, Balneário Camboriú, setembro de 2024.

^b Professor titular do Departamento de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).
Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0246-5576>.
E-mail: rortiz@terra.com.br.

A PROBLEMÁTICA DA VISIBILIDADE é recente. O termo em si sempre foi de uso corrente, porém não constituía uma categoria central de entendimento de um determinado fenômeno social. Dito de outra maneira, “ver e ser visto” era um problema secundário no âmbito de outras questões que se levantavam no interior do espaço público. Geralmente, quando se consulta a bibliografia sobre o tema, percebe-se uma certa condescendência em relação ao passado, como se tudo aí estivesse em latência. Haveria, assim, uma espécie de continuidade entre o que passou e foi tratado por alguns autores (particularmente sociólogos) e a realidade atual. De fato, “ver e ser visto” é parte de toda relação social; em boa parte, o interacionismo simbólico se dedicou a compreender isso. Aquele que se apresenta diante do outro deve ser reconhecido para que a interação chegue a um bom termo. Visibilidade e reconhecimento surgem, assim, como questões entrelaçadas (Goffman se interessa por aqueles que são invisíveis em seu livro *Estigma*).

Porém, quando atualmente nos referimos à problemática, queremos dizer outra coisa: não é propriamente a interação que conta, mas o fato de um indivíduo ou de um objeto ser visível em um amplo espaço social. Isso nos remete a dois problemas cruciais: a noção de espaço e de fronteiras. Quero dizer, a conceitos que se modificam em função de mudanças substantivas de cunho tecnológico e, em particular, com o advento de um capitalismo global, no qual o processo de mundialização da cultura reveste-se de outro significado. Este é o tema que pretendo abordar: as relações entre espaço público e a visibilidade no mundo contemporâneo.

Há uma história do espaço público; vários autores se dedicaram a contá-la (não me alongarei nesse ponto). Habermas (1978) costumava dizer que o público se refere às manifestações que não mais ocorrem em círculos fechados; elas seriam acessíveis a todos. Nesse sentido, o Estado teria como objetivo zelar pelo bem público, isto é, o interesse geral dos cidadãos. Esta é a dimensão que importa ressaltar: a esfera pública somente se instaura plenamente com a modernidade industrial, e nela dois elementos são imprescindíveis: o comum e o individual. A comunidade é marcada pela existência de um lugar compartilhado, no qual as classes e os estamentos, sem deixar de historicamente existir, não interferem diretamente na definição daquilo que se concebe como público, ou seja, “para todos”. A dimensão individual é também decisiva: esta é a forma através da qual as pessoas se inserem nesta espacialidade compartilhada. O indivíduo, na sua singularidade, afirma sua “opinião” no interior de algo que é público; as opiniões, ao se tornarem visíveis, podem assim se contrapor umas às outras. Para isso, a existência dos meios de comunicação é fundamental: são eles que permitem que imagens, textos, informações circulem. De certa forma, pode-se dizer que

os meios de comunicação são constitutivos da modernidade; eles aproximam as partes dispersas de uma mesma totalidade. Imprensa, fotografia, cinema, rádio, televisão, atualmente internet, cumprem essa função. Sublinho ainda outro aspecto desta modernidade do século XIX: ela se assenta numa clara distinção entre o público e o privado. Trata-se de domínios distintos, separados uns dos outros, encerrando cada um deles uma lógica própria. Walter Benjamin (1986), em sua obra sobre Paris, escreve todo um capítulo para apreender o interior das casas burguesas; elas são o refúgio do burburinho da rua; utilizando uma alegoria sugestiva, ele diz que, nelas, os burgueses deixam, nas mobílias, a impressão digital de suas identidades. Outro exemplo: os romances femininos escritos nesta época (tipo Jane Austen). Eles confinam as mulheres ao espaço privado, como se estivessem excluídas de uma atuação pública. Suas vidas sentimentais se passam nas casas, castelos, festas, bailes, propriedades rurais — um mundo com barreiras, no qual o exterior é percebido como ameaçador e distante. Lembro ainda que Horkheimer (1941) considerava o espaço privado como o lugar por excelência da obra de arte; dessa forma, ela conseguiria escapar às exigências da lógica mercantil que se encontrava lá fora.

A questão da visibilidade insere-se neste contexto de expansão da modernidade: indivíduos e objetos tornam-se visíveis em função da ampliação do espaço público e da existência de meios apropriados que lhes assegurem uma circulação ampliada. A fotografia tem, neste caso, um significado particular: ela torna presente algo que se encontra ausente. Creio que a passagem da daguerreotipia para a fotografia ilustra bem este traço da reprodutibilidade das imagens. Enquanto a daguerreotipia permitia a confecção de uma única cópia (Benjamin prezava sua aura), a fotografia em papel possibilitava sua multiplicação. Entretanto, apesar de todas essas transformações técnicas ao longo dos séculos XIX e XX, resta um problema. A categoria *visibilidade* não é utilizada para descrever as mudanças da época; tampouco o debate sobre os meios de comunicação se faz com a sua presença. O fenômeno se impõe sem, porém, ser apreendido enquanto tal. Qual o sentido desse hiato, dessa defasagem entre estar e ser? Retomo um exemplo da Sociologia da Ciência para explicitar meu argumento. Talvez esse seja um dos poucos momentos em que o conceito é utilizado nas Ciências Sociais. A escola funcionalista, que se desenvolve nos Estados Unidos na década de 1950, da qual Robert Merton é o principal expoente, tem como objetivo entender como funciona e se organiza o universo da ciência¹. Ela considera que o discurso e a prática científica constituem um “mundo à parte”, com regras e métodos específicos. Um traço dessa comunidade de agentes é o seu *ethos*, isto é, a internalização de um conjunto de valores (por exemplo, o universalismo) que estaria na base de toda instituição científica. Dentro dessa perspectiva, procura-se entender

¹ A tese de Robert Merton, *Science, Technology and Society in Seventeenth Century England* (1970), publicada originalmente em 1938, é considerada uma espécie de marco para a Sociologia da Ciência.

² Em 1964, Eugene Garfield funda o *Science Citation Index*.

como certos mecanismos propiciam o funcionamento deste domínio particular. Dois deles são importantes: o reconhecimento pelos pares e o sistema de méritos. Busca-se, dessa forma, identificar os traços objetivos capazes de revelar a excelência acadêmica. Esse é o caso das premiações — em especial o Nobel — e das publicações. A noção de visibilidade surge justamente para dar conta do reconhecimento do valor científico encarnado em indivíduos específicos. É o que fazem alguns autores ao estudar um grupo de físicos nas universidades americanas; através da visibilidade empiricamente constatada, eles conseguem captar a ideia de prestígio e de reconhecimento (Cole & Cole, 1968). A categoria tem, no entanto, vida curta. Esse é o momento em que se inventa outro artifício estatístico, mais indicado para ser utilizado empiricamente — quer dizer, matematicamente — nas pesquisas: as citações². A ideia de visibilidade deixa, assim, de ser metodologicamente promissora, sendo praticamente substituída por outra. O exemplo é sugestivo, mas nele o que importa não é propriamente o campo científico, o relevante é compreender o sentido da ideia de visibilidade. Trata-se de um indicador que revela o reconhecimento de determinadas pessoas no interior de um espaço restrito ao universo da ciência. As fronteiras são explícitas e se aplicam a uma comunidade particular: os físicos. Em nosso caso, a questão é outra. A noção se refere a um indivíduo que é retirado de seu contexto e projetado em um espaço midiático com regras próprias. Nesse sentido, o visível implica uma descontextualização inicial, acrescida de uma recontextualização decorrente da ampliação das fronteiras. A lógica de “ver e ser visto” no espaço público não coincide com as regras de “ver e ser visto” como pensavam os integracionistas simbólicos (aquilo que chamamos de presencial).

Uma forma de se compreender essa visibilidade é consideramos um exemplo heurístico capaz de nele condensar as características que surgem no espaço público. Eu me refiro às celebridades. De maneira sintética, pode-se dizer que elas constituem um personagem singular que se torna visível em escala ampliada. Por singular, quero dizer: sua persona não se limita ao domínio do privado; é preciso que ela se projete no espaço público. As celebridades são marcadas pela virtude da ubiquidade, estão em “todos os lugares”. Nesse sentido, dependem da existência de meios de comunicação que propiciem a mediação entre o público e o que é mostrado. Isso as distingue da noção de prestígio, que antes envolvia algumas figuras do passado (Rojek, 2011). O renome é uma distinção social que se faz no interior de um grupo restrito de pessoas, como o exemplo dos físicos que utilizei. Nesse caso, o mérito daquele que é visto confina-se a uma comunidade. Celebridade implica um movimento de expansão das fronteiras habituais, ela transcende os grupos e as classes sociais. Entretanto, como ocorre com a visibilidade, a ideia em si tarda a se impor. Na verdade, os estudos realizados pelos

precursores da “*celebrity culture*” não utilizam explicitamente o conceito; ele torna-se corrente apenas nas décadas de 1970/80. Antes, os termos empregados para caracterizar a qualidade extraordinária desses personagens variavam: divas, divos, heróis, estrelas. O que interessava aos autores era apreender o estatuto de excepcionalidade que desfrutavam na sociedade, por isso o contraponto entre o ordinário e o extraordinário era o centro das atenções. Alberoni (1963) utiliza a noção weberiana de carisma para definir a presença de personagens públicos (divas e divos) que despertam interesse, admiração e curiosidade. Na literatura norte-americana, é corrente considerá-los como heróis; é o caso de Lindbergh, que fez o voo solo entre Nova Iorque e Paris, sendo recebido nos Estados Unidos como um herói popular (Klapp, 1949, p. 53). Mas talvez o texto mais sugestivo, entre tantos outros, seja o livro de Edgar Morin (1957), *As Estrelas*. Ele toma como objeto de reflexão as estrelas de cinema. Seu intuito é entender como essas entidades fora do comum são percebidas como criaturas que habitariam um lugar distante da vida quotidiana: o Olimpo. Como as antigas divindades helênicas, elas constituiriam uma espécie de mito moderno das sociedades industrializadas. Cada uma dessas entidades formaria um arquétipo, espécie de modelo que serviria de referência para os simples mortais. Morin sabe que o mito é uma configuração coletiva, nele se condensam ideais e valores; é o caso de James Dean, arquétipo da juventude desta época. Porém tomar as estrelas como mito é situá-las na esfera do coletivo, do que é comum. Mas as celebridades se definem justamente pelo contraponto ao geral, elas são idiossincráticas, no espaço público afirmam sua subjetividade. Elas não se confundem com a ação que cada uma delas realiza, por exemplo, ser artista ou político; a dimensão profissional deve estar imersa nos dotes subjetivos de cada um. Daí a importância de se apresentar em público os detalhes de sua vida pessoal (as fofocas, as relações sexuais, o dinheiro, as opiniões políticas, ser simpático, irritante, charmoso etc.). Uma celebridade é um ser singular e intransferível, não pode ser assimilada ao traço coletivo de um arquétipo.

Posso agora retornar à questão que havia antes formulado: o que faz com que celebridades e visibilidade tenham outro significado? Como entender o hiato a que me referia? Retomo, para isso, a noção de emblema³. Octávio Ianni (1994) costumava dizer que a Sociologia, quando surge como disciplina científica, privilegiava alguns emblemas específicos: o partido, a nação, as classes sociais, o indivíduo. Porém, em seus escritos, ele não desenvolve esta ideia seminal. Gostaria de dela me apropriar; parece-me instigadora e esclarecedora. Um emblema é uma representação gráfica que torna evidente determinado aspecto da realidade. Ele reduz o real a um indício que nos remete a uma dimensão que ultrapassa aquilo que nele se materializa. Nesse sentido, ele difere da alegoria,

³ Desenvolvi esse tema no artigo “As Celebridades como um Emblema Sociológico” (Ortiz, 2016).

o emblema possui uma materialidade que “fala” de algo que o transcende. Posso então enunciar meu argumento: na modernidade do século XIX, assim como nas transformações ocorridas em boa parte do XX, as celebridades não se constituíam ainda como um emblema. Esse lugar era ocupado pela cultura de massa. Cito um exemplo: quando Leo Lowenthal (1983) (membro da Escola de Frankfurt) faz uma pesquisa sobre as biografias publicadas nos Estados Unidos do início do século a 1940, ele constatou que antes elas eram dedicadas prioritariamente aos políticos; com o advento das indústrias culturais, os biografados pertencem, em sua maioria, ao mundo do entretenimento. Porém ele não se refere a esses personagens como celebridades, mas como ídolos de massa. Os exemplos poderiam ser multiplicados. Importa, no entanto, entender que cultura de massa expressa emblematicamente um contexto específico: de uma nova configuração da sociedade, agora pensada como sendo de massas, distinta da modernidade do século anterior; de uma totalidade que envolve a todos, a despeito das classes sociais; de um mercado que também é considerado como sendo de massas; e da existência de meios de comunicação que possibilitem a circulação das mercadorias, notícias e opiniões. A televisão é o artefato material e simbólico que melhor condensa a existência deste espaço marcado pela ideia de “massa”.

Entretanto os emblemas sofrem a corrosão do tempo. Quais são as condições que impulsionam essas mudanças? Recorro a uma definição proposta por Daniel Boorstin (1961): ela é uma espécie de aforismo que nos ajuda a pensar a contemporaneidade: “a celebridade é uma pessoa conhecida pelo fato de ser bastante conhecida” (p. 47). A frase é tautológica, remete-nos a algo que é circular, daí seu interesse. Nela, as qualidades intrínsecas à reputação de alguém são deslocadas para o sistema de reconhecimento fundado na circulação da imagem. O que importa é a eficácia dos meios técnicos capazes de descontextualizar uma persona e redefini-la em um outro contexto, agora midiático. Outro aspecto relevante dessas mudanças diz respeito à separação do público e do privado, instaurada pela modernidade industrial. No mundo contemporâneo — e as celebridades condensam bem isso —, essa compartimentação torna-se obsoleta: a dimensão do privado invade e se projeta no espaço público. Com o advento das tecnologias digitais, em particular as redes sociais, essa “confusão” de fronteiras se acentua. Nesse sentido, torna-se necessário redefinir o passado, marcar as transformações para que elas se tornem evidentes e explícitas. De uma certa forma, o debate em torno da noção de “pós”, realizados nas décadas de 1980/90, marca até hoje o campo intelectual (pós-modernidade, pós-industrial, globalização, pós-verdade, pós-colonial); referem-se a um conjunto de mutações que precisam ser nomeadas e compreendidas. Nesse contexto, cultura de massa

deixa de ser um emblema convincente. Ele se associa a uma sociedade fordista, enrijecida, a um mercado no qual as preferências individuais do consumidor são ofuscadas pelo que é padronizado, isto é, de massa. Os tempos são outros: de um capitalismo flexível, diversificado, no qual a segmentação do mercado é marcada pela “diversidade” (um valor dos dias atuais). O ícone televisão declina, cede lugar à internet. Celebridade e visibilidade “falam” dos tempos atuais, tornam-se referências convincentes. O fenômeno e o conceito adquirem assim “direito de cidadania”. Os estudos sociológicos podem agora ser realizados dentro de uma nova perspectiva, explorando questões antes negligenciadas. Por exemplo, o trabalho de Nathalie Heinich (2012)⁴. Retomando um conceito de Bourdieu, ela mostra como a visibilidade se transforma em capital simbólico; existem aqueles que são visíveis e os que são invisíveis. Há, portanto, uma hierarquia que classifica e ordena os indivíduos em posições sociais desiguais. Ela argumenta, ainda, que isso implicaria na existência de uma nova elite, semelhante ao grupo dos políticos, banqueiros etc. Não é minha intenção discutir esses pontos (embora, no final da apresentação, irei considerar o tema das elites); sublinho: a visibilidade surge como um valor legítimo no qual o reconhecimento de alguém se faz na esfera pública. Pressupõe-se, assim, a existência de um indivíduo que se projeta para fora de seu lugar de origem. Essa é a expectativa coletiva partilhada não apenas pelas celebridades; também os participantes das redes sociais querem ser vistos e reconhecidos.

Dentro desse quadro, pode-se fazer duas indagações: a) como se realiza essa visibilidade no espaço público? Ela realmente desconhece fronteiras, isto é, utilizando-se os meios técnicos adequados necessariamente ela se ampliaria; b) a visibilidade constituiria um valor capaz de se impor à sociedade como um todo? Posso encaminhar a primeira pergunta ao fazer o contraponto entre as celebridades e os influenciadores (Ortiz, 2025). Os dois personagens dependem do mesmo atributo para serem reconhecidos no espaço público. Trata-se também de individualidades idiossincráticas; os influenciadores, como as celebridades, têm nome próprio e conversam com os seus seguidores enquanto sujeitos. Entretanto há diferenças substantivas entre eles. Certamente, as celebridades são determinadas pelos meios técnicos que utilizam, mas elas não se circunscrevem à internet. A estrela de cinema frequenta os jornais, as revistas, os outdoors, a televisão, o rádio, as colunas de fofocas, a publicidade. É o conjunto dessas atuações midiáticas que lhes confere a condição de ser célebre. Os influenciadores são frutos de um meio técnico determinado: a internet. Esse é o lugar de sua definição e consagração; são, assim, prisioneiros de sua digitalidade. Porém a internet não constitui um sistema no qual as partes estão integradas a um todo; pelo contrário, ela é o reino da diversidade, ou seja, é formada por ecossistemas

⁴ Na verdade, os estudos sociológicos sobre a visibilidade datam dos anos 2000 (cf. Brighenti, 2007; Ferris, 2007; Harmon, 2005; Heinich, 2011).

digitais com fronteiras próprias. Os influenciadores atuam dentro dessa exiguidade — essa é, inclusive, a virtude valorizada pelo mercado. Interessa mobilizar as franjas espaciais dos ecossistemas com o objetivo de maximizar a exposição publicitária. O mercado segmentado é homólogo à segmentação digital, e disso retira proveito. Por isso, os influenciadores não são ubíquos. Pelo contrário, basta olharmos as instâncias de premiação do campo digital (Influency.me) para constatar que as distinções se fazem por segmentos: ativismo, cabelo, viagens, fitness, estilo de vida, gastronomia etc. O mundo é dividido em partes nas quais se supõe exercer uma certa influência, é a parte que conta não o todo. Isso significa que a visibilidade se nutre dos meios técnicos, mas também por eles é circunscrita. A questão “como expandir seu capital simbólico”, é, assim, modelada por determinações específicas. A ilusão é imaginar que o meio técnico utilizado, no caso a internet, asseguraria uma abrangência universal. Essa é a miragem das redes sociais, a crença que a imagem projetada na esfera pública teria um alcance quase infinito (diz-se, em linguagem popular, “todo mundo está vendo”). Na verdade, a visibilidade é feita de sombras.

A segunda pergunta é de outra natureza. Para respondê-la a contento, é preciso sair da esfera da comunicação e situar o problema numa perspectiva mais ampla. Para isso, recorro ao exemplo do luxo. À primeira vista, ele nada teria em comum com a problemática que nos interessa; no entanto, a reflexão não deve se conformar às aparências. Vejamos, por exemplo, o livro clássico de Veblen (1953), *Teoria das Classes Ociosas*; o texto é considerado uma espécie de marco para os estudos do luxo⁵. Veblen considera o conceito de consumo conspícuo (geralmente traduzido por ostentatório) central para sua argumentação. Mas o que é conspícuo? Aquilo que se mostra, salta à vista (ostentar deriva do latim *ostentare*, que significa mostrar). Sua tese pode ser sintetizada desta forma: há uma elite que se contenta em exibir, no espaço público, uma vida luxuosa, afirmando desta forma sua posição de classe; do outro lado, encontram-se aqueles que, através da emulação, imitam as classes superiores para se aproximarem do prestígio que lhes é denegado. O consumo ostensivo tem, assim, a função de afirmar uma situação de riqueza. Visibilidade e prestígio se encontram (Ortiz, 2023). O que interessa em meu raciocínio não é tanto saber se luxo é ou não ostentação (essa é outra discussão), mas o fato da ideia de ostentação implicar a de exibição, deixar à mostra a riqueza. Neste sentido, o luxo se mostra a todos, um pouco como a publicidade dos perfumes Chanel, sapatos Ferragamo, bolsas Hermès, enfim, aquilo que se torna visível em um mundo globalizado. Os produtos globais necessitam ser visíveis para serem apreciados. Esta seria a lógica das coisas. Entretanto, se construo a frase no condicional, é porque elas não são bem assim. Para isso, retomo a noção de universo que desenvolvi em *O Universo*

⁵ Introdução de Wright Mills.

do Luxo (Ortiz, 2019). Um universo é um território no qual habita um modo de ser e de estar no mundo; ele é constituído por indivíduos, instituições, práticas e objetos. Com isso, quero dizer que os objetos de luxo não existem apenas em si, estão interligados a outros objetos e a todo um “mundo” no interior do qual adquirem sentido. A relevância de um perfume Dior não é ser uma marca de luxo, mas estar em relação com as joias Tyffany’s, os cristais Lallique, corporações globais como Louis Vuitton Moët Hennessy ou Kering, frequência a hotéis-palácios, oportunidades de viagens em iates etc. É o conjunto de tudo isso que constitui um universo com regras e normas próprias. Dou um exemplo: os acessórios de luxo vendidos no mercado global (sapatos, bolsas, lenços, vestidos, perfumes). Em princípio, por serem globais, eles se encontrariam em “todos os lugares” do planeta. Mas um olhar mais atento percebe que a espacialidade a que ele se refere é distinta. Esses objetos não são encontrados em todos os países e, dentro de cada país, o mercado se concentra em cidades (Paris 76%; Londres 83%; Moscou 94%). Entretanto, nessas cidades, as boutiques de luxo se situam em bairros nobres; e, dentro dessas zonas urbanas privilegiadas, em ruas específicas: Avenue Montaigne em Paris, Bond Street em Londres, apenas uma parte da 5ª Avenida em Nova Iorque, no Quadrilátero Mágico em Milão. É como se o espaço global fosse recortado por pontos descontínuos, distantes uns dos outros, mas interligados pelo mesmo código. Nesse sentido, traduzido em termos espaciais, o universo do luxo é global e hiper-restrito.

Sublinho a ideia da conjunção entre expansão e restrição. Para existir globalmente, é preciso delimitar fronteiras; sem elas, este universo não possuiria uma identidade própria. Há várias maneiras de se definir suas virtudes: as coisas e as práticas em seu interior devem ser raras e únicas, o que permite aproximá-lo à ideia de arte (a singularidade da arte deve necessariamente ser rara) (Moulin, 1978). É isso que justifica a afirmação: os objetos de luxo não são encontrados em qualquer lugar. Para serem “excepcionais”, “extraordinários”, eles se contrapõem ao “vulgar”, “banal”, “quotidiano”. Não podem ser, portanto, confundidos com outros produtos semelhantes, mas de outra natureza. O mesmo princípio se aplica às práticas: frequentar as *flagships* da Avenue Montaigne não é equivalente a comprar o mesmo perfume no *freeshop* do aeroporto. O produto é o mesmo, mas o lugar no qual ele se encontra é outro. Isso significa que o universo do luxo possui fronteiras que o preservam e o diferenciam de seu exterior. O luxo deve ser distinto e elevado; essa é a forma de demonstrar sua “essência” e superioridade simbólica. Uma maneira de se compreender este traço distintivo é contrapor o luxo à ideia de consumo. Jean Baudrillard (1970), em seu livro seminal *A Sociedade de Consumo*, considera que aquilo que denominamos de sociedade de consumo traz com ela uma profunda transformação da noção de

utilidade. A ética do capitalismo que interessava a Max Weber repousava na noção de uma ação racional em relação a fins; nesse sentido, a utilidade das coisas era decisiva. Baudrillard argumenta que, em uma sociedade de consumo, os objetos já não têm mais valor de uso; eles são envolvidos por um novelo de símbolos que lhes confere outro valor. Uma máquina de lavar louça ou um carro não servem apenas para lavar louça ou se deslocar, eles significam algo que os transcende (os publicitários trabalham bem esse aspecto). Isso significa que as mercadorias, independentemente de suas qualidades intrínsecas, possuem um valor que as projeta em um mercado de bens simbólicos que não corresponde a sua função de utilidade. Isso é válido para o café espresso que se toma ao comprarmos uma máquina Nespresso e para as pequenas coisas adquiridas nos camelôs. Ou seja, em uma sociedade de consumo existe uma inflação do simbólico. O universo do luxo secreta barreiras para se distinguir deste tipo de inflação; seu intuito é controlar a definição daquilo que se encontra em seu interior.

Entretanto, para existir enquanto tal, ele deve se materializar em práticas concretas: compras, viagens, deslocamentos, esportes etc. Cada uma dessas atividades se faz em lugares “diferenciados”: esqui em Courchevel, iates no Mediterrâneo, hotéis-palácios em Paris. Em termos mais genéricos, pode-se dizer que o universo do luxo se realiza no mundo dos ricos. Há uma estreita correlação e uma homologia entre eles. O mundo dos ricos é também global e hiper-restrito; global no sentido de que seus participantes desconhecem as fronteiras habituais, circulam em todo o planeta; hiper-restrito porque o deslocamento se faz dentro de um território seletivo, com limites bem delineados (Birtchnell & Caletrio, 2014). Dou um exemplo heurístico: o transatlântico *The World*. É uma cidade flutuante de seis andares, na qual as pessoas abastadas têm suas residências secundárias. Cada indivíduo ou família é proprietário de um estúdio ou de um apartamento; a população aí reunida não ultrapassa 250 pessoas. Os associados dessa comunidade se reúnem periodicamente para traçar com antecedência o itinerário a ser percorrido. *The World* representa o ideal da singularidade global: desloca-se pelo mundo sem sair do lugar. O mundo dos ricos possui portas que se fecham para o exterior; dentro dele o que se encontra é pouco visível, sua visibilidade é opaca, sendo controlada pelas regras que o definem. Há, por isso, toda uma literatura popular que se dedica a desvendar, para os excluídos, os meandros desconhecidos desta elite: “O segredo que os ricos não querem que você saiba”, “Dez locações secretas dos super-ricos”, “Dinheiro: qual o segredo das pessoas ricas?” Ela se especializa em mostrar o que não se vê.

Quando Veblen escrevia sobre as classes ociosas nos Estados Unidos, no final do século XIX, encontrávamo-nos em um período que atualmente denominaríamos de fordista. Seu raciocínio pressupunha a existência de um

espaço público partilhado por todas as classes sociais; nele, os sinais de riqueza eram exibidos e reconhecidos. Ao utilizar a ideia de emulação para apreender a posição daqueles que se situavam abaixo, ele posicionava os agentes sociais em um cenário — hierarquizado, é claro —, mas, para falarmos como os integracionistas simbólicos, no qual a interação ocorria no mesmo teatro. Nesse sentido, a ostentação seria uma técnica de afirmação da desigualdade; o visível era algo desejado e inalcançável. Mas os tempos são outros. A configuração de espaços globais e restritos reforça a separação em escala global; a condição de visibilidade torna-se, então, precária, pois o invisível a protege com suas fronteiras seguras. Ou como dizia Coco Chanel: “o luxo é aquilo que não se vê”. ■

REFERÊNCIAS

- Alberoni, F. (1963). *L'élite senza potere*. Società Editrice Vita e Pensiero.
- Baudrillard, J. (1970). *La société de consommation*. Denoël.
- Benjamin, W. (1986). *Parigi capitale del XIX secolo*. Einaudi.
- Birtchnell, T., & Caletrio, J. (Eds.) (2014). *Elite mobilities*. Routledge.
- Boorstin, D. (1961). From Hero to Celebrity: The human pseudo-events. In D. Boorstin (Org.). *The Image: or what happened to the American dream*. Harper Colophon Books.
- Brighenti, A. (2007). Visibility: A category for the Social Sciences. *Current Sociology*, 55(3), 323–342. <https://doi.org/10.1177/0011392107076079>
- Cole, S., & Cole, J. (1968). Visibility and the structural basis of awareness of scientific research. *American Sociological Review*, 33(3), 397–413.
- Ferris, K. O. (2007). The sociology of celebrity. *Sociology Compass*, 1(1), 371–384. <https://doi.org/10.1111/j.1751-9020.2007.00019.x>
- Habermas, J. (1978). *L'espace public*. Payot.
- Harmon, K. (2005). Celebrity culture: Bibliography review. *Hedgehog Review*, 7(1), 98–106.
- Heinich, N. (2011). La culture de la célébrité en France et dans les pays anglophones: Une approche comparative. *Revue Française de Sociologie*, 53(2), 353–372. <https://doi.org/10.3917/rfs.522.0353>
- Heinich, N. (2012). *De la visibilité: Excellence et singularité en régime médiatique*. Gallimard.
- Horkheimer, M. (1941). Art and mass culture. *Zeitschrift für Sozialforschung*, 9(2), 290–304. <https://doi.org/10.5840/zfs19419227>
- Ianni, O. (1994). Globalização: Novo paradigma das ciências sociais. *Estudos Avançados*, 21(8), 147–163. <https://doi.org/10.1590/S0103-40141994000200009>

- Klapp, O. E. (1949). Hero worship in America. *American Sociological Review*, 14(1), 53–62. <https://doi.org/10.2307/2086446>
- Lowenthal, L. (1983). The triumph of mass idols. In L. Lowenthal (Ed.). *Literature and Mass Culture*. Routledge.
- Merton, R. K. (1970). *Science, technology and society in Seventeenth Century England*. Howard Fertig.
- Morin, E. (1957). *Les Stars*. Seuil.
- Moulin, R. (1978). La genèse de la rareté artistique. *Ethnologie Française*, 8(2–3), 241–258.
- Ortiz, R. (2016). As celebridades como um emblema sociológico. *Sociologia e Antropologia*, 6(3), 669–697. <https://doi.org/10.1590/2238-38752016V635>
- Ortiz, R. (2019). *O universo do luxo*. Alameda.
- Ortiz, R. (2023). Visibilidade/invisibilidade: Anotações sobre o luxo. In R. Ortiz, M. Michetti & Michel Nicolau Netto (Eds.), *Distinção e globalização*. Fino Traço.
- Ortiz, R. (2025). *Influência*. Alameda.
- Rojek, C. (2011). *Celebrity*. Reaktion Books.
- Veblen, T. (1953). *The theory of leisure class*. New American Library.

Artigo recebido em 16 de setembro de 2024 e aprovado em 19 de fevereiro de 2025.

Ecologias das mídias, movimentos sociais e ativismo^a

Media ecologies, social movements and activism

EMILIANO TRERÉ^b

Universidade de Valência. Valência, Espanha

Universidade de Cardiff. País de Gales, Reino Unido

RESUMO

A teoria da ecologia das mídias constitui uma lente essencial para compreender as complexas relações entre mídias, movimentos sociais e ativismo. Este artigo analisa como diferentes níveis de engajamento — desde menções superficiais até aplicações teóricas robustas — moldaram os estudos sobre movimentos sociais e ativismo (MovAct). São exploradas quatro tradições ecológicas: a teoria do meio, a ecologia da informação, as ecologias comunicativas e as concepções baseadas em Guattari e Fuller, todas com ênfase na materialidade tecnológica e na interconexão das práticas comunicativas. O texto analisa contribuições centrais (como a superação do dualismo entre on-line e off-line, a relevância das mídias tradicionais e a crítica às plataformas digitais corporativas) e áreas de divergência, defendendo uma abordagem flexível e “impura” das ecologias midiáticas e das práticas ativistas em constante evolução.

Palavras-chave: Ecologia das mídias, movimentos sociais, ativismo digital, tecnologias da comunicação, mídias alternativas.

ABSTRACT

Media ecology theory offers a vital lens for understanding the complex relationships between media, social movements, and activism. This article examines how different levels of engagement—from superficial references to deep theoretical applications—have shaped MovAct studies. It explores four ecological traditions: medium theory, information ecology, communicative ecologies, and approaches inspired by Guattari and Fuller, all emphasizing technological materiality and communicative interconnectedness. It analyzes key contributions (overcoming online/offline dualism, stressing old media,

^a Trata-se de versão traduzida pela empresa Editora Ibero-Americana, do original em inglês “*Media ecologies, social movements and activism*”, originalmente publicado em Coleman, S. & Sorensen, L. (2023). *Handbook of Digital Politics*. 2. ed. Cheltenham, UK/ Northampton, USA: Edward Elgar Publishing. pp. 313-326.

^b Emiliano Treré é Professor na Universidade de Valência e Reader na Universidade de Cardiff. Sua pesquisa se concentra em mídia, ativismo, justiça de dados e práticas tecnopolíticas. É autor de vários livros, incluindo *Algorithms of Resistance* (2024, com Tiziano Bonini), e codiretor do Data Justice Lab.
Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2496-4571>
E-mails: etrere@gmail.com; Emiliano.trere@uv.es.

DOI: <http://dx.doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v19i1p19-38>

V. 19 - Nº 1 jan./abr. 2025 São Paulo - Brasil EMILIANO TRERÉ p. 19-38

MATRIZES

critiquing corporate platforms) and areas of disagreement, and advocates a flexible, “impure” understanding of evolving media ecologies and activist practices.

Keywords: Media ecology, social movements, digital activism, communication technologies, alternative media.

A RELEVÂNCIA DA TEORIA DA ECOLOGIA DAS MÍDIAS PARA O ESTUDO DOS MOVIMENTOS SOCIAIS E DO ATIVISMO

N A ÚLTIMA DÉCADA, estudiosos interessados em ativismo digital e movimentos sociais passaram a recorrer ao referencial da ecologia das mídias para compreender as complexas interações entre ativistas e tecnologias midiáticas. A força desse olhar conceitual reside em sua capacidade de reconhecer, explorar e desvendar as complexidades comunicativas das práticas ativistas. Esse arcabouço teórico tem permitido a diversos pesquisadores entenderem como mídias e movimentos se moldam mutuamente de maneiras complexas, criativas e, muitas vezes, imprevisíveis.

Neste capítulo, pretendo lançar luz sobre essa área emergente de estudos, refletindo sobre suas principais forças e limitações, apresentando minha perspectiva sobre o tema e destacando prioridades centrais para investigações futuras. É importante esclarecer que o interesse na adoção da lente da ecologia das mídias parte de disciplinas heterogêneas e áreas de estudo frequentemente interligadas: ciência política e sociologia, estudos de mídia e jornalismo, mídia cidadã e ativismo digital. Além disso, essa área nascente de investigação tem incorporado, de forma crescente, disciplinas tão diversas quanto Estudos de Ciência e Tecnologia, estudos da memória, estudos de dados e algoritmos, artes, humanidades, estudos de *design* e arquitetura ambiental.

Nas próximas seções, utilizarei o acrônimo MovAct para indicar a convergência entre os estudos sobre movimentos sociais e o ativismo. Embora haja muitas sobreposições entre essas duas áreas, os estudos sobre ativismo também englobam manifestações mais individuais de ativismo, que não estão necessariamente ligadas a movimentos sociais ou a formas mais organizadas de ação coletiva. O campo MovAct tem dialogado com a teoria da ecologia das mídias de diversas maneiras, as quais serão abordadas nas seções seguintes.

NÍVEIS DE ENGAJAMENTO E VARIEDADE DAS TEORIAS DA ECOLOGIA DAS MÍDIAS NOS ESTUDOS MOVACT

As ecologias midiáticas abordadas nas análises do campo MovAct geralmente não são claramente definidas em seus elementos constitutivos, tampouco se

explicita qual tradição ecológica específica (ou quais tradições, em alguns casos) está sendo utilizada. De modo geral, existem três níveis de engajamento com a teoria da ecologia das mídias nos estudos sobre movimentos e ativismo (Treré, 2019, 2020). No primeiro nível, encontramos autores que apenas “evocam” a lente da ecologia das mídias, utilizando o conceito de maneira superficial, sem maiores especificações. No segundo nível, os autores são mais explícitos quanto aos componentes que constituem as ecologias midiáticas, embora ainda não se engajem conceitualmente com as teorizações ecológicas. No terceiro nível, há um reconhecimento explícito e um engajamento mais profundo com as teorias da ecologia das mídias.

Os estudos do primeiro nível incluem as reflexões de Darmon (2013) sobre dispositivos portáteis, como smartphones e redes sociais, que se mesclam com canais de mídia de massa mais tradicionais, criando assim “novas ecologias das mídias” (p. 1). No contexto das revoltas árabes, outros autores apontaram a existência de “ecologias das mídias híbridas”, formadas a partir da combinação entre tecnologias midiáticas antigas e novas (Robertson, 2013; Wilson & Dunn, 2011). Com foco no ativismo midiático durante os protestos do G20 no Canadá, Poell e Borra (2012) abordaram criticamente a formação de uma “ecologia das mídias ativista nas redes sociais” (p. 700). De maneira semelhante, em relação às mobilizações do movimento Occupy Wall Street nos Estados Unidos, Thorson et al. (2013) falam de “uma ecologia midiática frouxamente articulada” (p. 421), na qual materiais digitais circulavam por diferentes plataformas de mídia social. Esses exemplos, via de regra, não oferecem mais detalhes sobre a composição dessas ecologias midiáticas, nem aprofundam as implicações do uso do conceito.

As abordagens de segundo nível demonstram uma apreciação mais articulada dos elementos que definem essas ecologias midiáticas. Por exemplo, Srinivasan e Fish (2011) utilizaram o conceito para descrever as revoltas no Quirguistão em 2010, nas quais uma multiplicidade de plataformas digitais foi combinada com canais midiáticos de baixa tecnologia, inspirando o estabelecimento de redes comunitárias e a coordenação popular “por meio da remediação de mensagens através de cartazes, megafones e boca a boca” (p. 3). A análise dos autores evidencia a habilidade dos ativistas em navegar com destreza por essas ecologias midiáticas, transformando suas narrativas locais de protesto em discursos transnacionais que informavam múltiplos públicos. Isso também foi possível devido ao papel das redes de mídia tradicional, como CNN, Free Speech TV e Al Jazeera, que retransmitiram conteúdos da mídia cidadã produzida por ativistas. Em especial, o papel da Al Jazeera foi crucial, tanto na construção de alianças com ativistas das redes sociais quanto no uso da mídia digital para compartilhar informações por meio de transmissões ao vivo pela

internet e acordos de retransmissão com redes de satélite sem fins lucrativos sediadas nos Estados Unidos.

De forma semelhante, no estudo sobre os protestos na Praça Tahrir, no Egito, Tufekci e Wilson (2012) defenderam a necessidade de ir além de um foco reducionista nas revoluções das redes sociais e em plataformas específicas, sugerindo, ao contrário, que a infraestrutura de conectividade desses eventos fosse compreendida como uma ecologia midiática complexa e entrelaçada. Essa ecologia, conforme ilustram os pesquisadores, é composta por três elementos inter-relacionados: canais de TV via satélite, como a Al Jazeera, com seu papel na formação de um novo tipo de esfera pública no mundo árabe; plataformas de mídia social, como Facebook e Twitter, que reconfiguram a infraestrutura da conectividade social; e dispositivos móveis, com sua capacidade de comunicação dispersa e de fomentar práticas de jornalismo cidadão.

QUATRO PRINCIPAIS TEORIAS DA ECOLOGIA DAS MÍDIAS MOBILIZADAS NOS ESTUDOS SOBRE MOVIMENTOS E ATIVISMO

Os estudos de terceiro nível se engajam de maneira explícita com diferentes teorias da ecologia das mídias. A variedade de abordagens nesse campo tem sido suficientemente ampla a ponto de justificar revisões bibliográficas dedicadas (Lyle et al., 2020; Wang et al., 2017), cujo objetivo tem sido exclusivamente sintetizar as contribuições, limitações e direções futuras desse arquipélago de teorias. No entanto, em minhas próprias revisões da literatura (Treré, 2019, 2020), constatei que estudiosos interessados em ativismo digital e movimentos sociais têm recorrido, principalmente, a quatro perspectivas conceituais: a teoria do meio, a ecologia da informação, as ecologias comunicativas e a concepção de ecologias midiáticas segundo Guattari e Fuller. A seguir, farei uma breve apresentação de cada uma dessas abordagens e, posteriormente, examinarei estudos do campo MovAct que se fundamentam em tais teorias.

A teoria do meio, também conhecida como Escola de Toronto da ecologia das mídias, está associada a pensadores influentes como Marshall McLuhan, Harold Innis, Neil Postman e — mais recentemente — Lance Strate, Joshua Meyrowitz e Carlos Scolari. Essa vertente entende os meios de comunicação como ambientes constituídos por tecnologias que coexistem, coevoluem e são atravessadas por processos de sobrevivência e extinção. Teóricos da ecologia das mídias se interessam por como as sociedades se transformam a partir da introdução de um novo meio e, por isso, desenvolvem um foco significativo em história cultural e comparada (Clark, 2016). De acordo com Strate (2016), a compreensão dos meios na teoria do meio abrange um espectro muito mais

amplo de fenômenos do que outras tradições de pesquisa. Além disso, essa escola é caracterizada por seu interesse nos vieses, efeitos e ambientes midiáticos. Em sua análise sobre o papel da mídia cidadã, Kahn e Kellner (2004) referem-se à tradição da Escola de Toronto e à sua visão dos meios como ambientes. O objetivo dos autores é expandir o conceito de ecologia das mídias para abarcar novas tecnologias, ao mesmo tempo, em que propõem uma reconceitualização crítica e reconstrutiva das ecologias midiáticas. Ambos são críticos em relação ao uso corporativo e hegemônico das tecnologias pelos meios tradicionais e defendem uma abordagem reconstrutiva que promova apropriações tecnológicas voltadas à justiça social e política.

Em contraste com essas macronarrativas sobre as transformações midiáticas — que caracterizam a Escola de Toronto —, a teoria da ecologia da informação adota uma microabordagem baseada nas práticas, concebendo a ecologia como “um sistema de pessoas, práticas, valores e tecnologias em um ambiente local específico”, enfatizando “não a tecnologia, mas as atividades humanas que são viabilizadas por ela” (Nardi & O’Day, 1999, p. 49). Autores como Treré (2011, 2012), Barassi (2015) e Barranquero e Barbas (2022) recorrem a essa perspectiva para conectar as práticas, os imaginários e as culturas dos ativistas às pregnâncias materiais das tecnologias. Suas pesquisas evidenciam como manifestantes escolhem suas tecnologias com base em percepções sobre os riscos de vigilância e de mercantilização inerentes às plataformas digitais corporativas. No entanto os ativistas frequentemente utilizam as redes sociais corporativas de maneira crítica, criativa e inesperada.

Por exemplo, eles recorrem simultaneamente a redes de mídias autônomas *on-line* e *off-line* que, apesar de suas capacidades mais limitadas, podem garantir seu anonimato e proteger seus direitos digitais sem mercantilizar suas ações. Em sua exploração do ativismo de mídias lentas do Movimento dos Pensionistas, Barranquero e Barbas (2022) combinam Nardi e O’Day (1999) e Treré (2019) para destacar a abordagem pragmática e não idealizada das tecnologias de comunicação nas práticas midiáticas híbridas dos idosos espanhóis.

A perspectiva da ecologia comunicativa lança luz sobre a exploração do contexto local da comunicação (Hearn & Foth, 2007) e entende a ecologia como um ambiente de agentes conectados de várias maneiras por trocas de formas de comunicação mediadas e não mediadas, ao longo de camadas tecnológicas, sociais e discursivas (Tacchi et al., 2003), abrangendo a totalidade das tecnologias nas quais as pessoas estão imersas (Ito, 2009). O estudo de Peebles e Mitchell (2007) sobre os protestos em torno da cúpula da Organização Mundial do Comércio de 1999 se baseia nessa lente conceitual (Tacchi et al., 2003). Os estudiosos iluminam as três camadas interconectadas da ecologia das mídias para entender

as dinâmicas organizacionais dentro das redes ativistas e articular os temas de comunicação que emergiram das discussões entre os ativistas.

Inspirado no trabalho de Félix Guattari, Fuller criticou o uso da metáfora ambiental da teoria dos meios, pois sugere “um estado de equilíbrio”, tornando as ecologias midiáticas estáticas. Em contraste, ele as define em termos de “uma inter-relação dinâmica de processos e objetos, seres e coisas, padrões e matéria” (Fuller, 2005, p. 2). Feigenbaum et al. (2013) tomaram emprestada a linguagem da ecologia das mídias para explicar as múltiplas relações entre atores sociais, coisas e condições ambientais no contexto de acampamentos de protesto. O foco de Guattari no valor político das ecologias midiáticas permite a esses autores ir além de uma mera concepção ambiental das ecologias das mídias e colocar o social e o político no centro do pensamento ecológico. Esses estudiosos sugerem que um ponto de vista ecológico pode transformar as maneiras pelas quais os próprios protestantes pensam sobre suas posições e interações dentro da ecologia das mídias. Isso, os autores afirmam, pode permitir que eles “naveguem nas maneiras em que as ideologias dos movimentos sociais são trocadas e levadas à reprodução das infraestruturas e práticas dos acampamentos de protesto” (Feigenbaum et al., 2013, p. 72). Assim, essas ecologias midiáticas aparecem como ambientes multifacetados onde os ativistas são capazes de criar, inventar e experimentar com tecnologias midiáticas.

À primeira vista, pode parecer que existem mais diferenças do que semelhanças entre essas tradições ecológicas. A teoria dos meios, em particular, tem sido amplamente criticada por seu determinismo tecnológico por autores como Williams (1974), pelos proponentes da abordagem da “Construção Social da Tecnologia” (MacKenzie & Wajcman, 1999) e — mais recentemente — pela teoria da midiatização (Hepp, 2013). Assim, poderia parecer deslocada entre lentes conceituais mais voltadas ao estudo de práticas, envolvimento e ambientes midiáticos situados socialmente. No entanto uma análise mais profunda revela que a teoria dos meios compartilha com as demais abordagens a atenção à materialidade da tecnologia e um olhar holístico sobre as interações e a evolução dos meios de comunicação. Como argumentei extensamente (Treré, 2019, 2020), em vez de insistirmos obstinadamente nas divergências entre esses marcos ecológicos (ou tentarmos eleger um “vencedor” definitivo que venha a suplantá-los), devemos nos concentrar em reconhecer de forma produtiva suas interseções e nos apoiar em suas forças combinadas em nossos empreendimentos de pesquisa. Embora a ênfase dada à macro ou microdimensão e o valor político atribuído às ecologias variem entre essas perspectivas, o olhar ecológico que delas emana nos convida a ir além das manifestações específicas dos meios. Esse olhar nos impulsiona a reconhecer as complexidades e multiplicidades comunicativas dos

fenômenos sociais, culturais e políticos por meio da exploração de constelações variáveis, emaranhamentos, interconexões e evoluções de mídias e pessoas ao longo do tempo e do espaço. Em outras palavras, esse olhar permite que os estudiosos compreendam como os ativistas buscam justiça social e mudança política “por qualquer meio necessário” (Jenkins et al., 2016).

É esse impulso holístico que tem inspirado os estudiosos do MovAct a se apoiarem no olhar da ecologia das mídias em suas análises sobre o nexos entre mídias e movimentos. Na próxima seção, revisaremos as principais descobertas dessa área emergente de investigação.

PRINCIPAIS DESCOBERTAS DE ESTUDOS QUE ADOTAM O OLHAR DA ECOLOGIA DAS MÍDIAS

O olhar da ecologia das mídias abriu novas fronteiras para a pesquisa sobre ativismo digital e movimentos sociais, permitindo a inclusão de uma variedade mais ampla e diversificada de práticas, atores e tecnologias. Essa abordagem expande os limites dos fenômenos sociotécnicos considerados parte da conversa acadêmica sobre mídias e ativismo.

Inspirados pelas teorias da ecologia das mídias, pesquisadores têm refletido sobre o papel e as reconfigurações dos documentários independentes no ativismo contemporâneo (Lekakis, 2017), a relevância persistente dos corpos nos protestos recentes (Boler et al., 2014) e chegaram até a conceituar a alimentação como um meio de comunicação (Giraud, 2017). Esse olhar tem contribuído para o avanço de pesquisas sobre o que Feigenbaum (2014) denominou como as “outras mídias” do ativismo. Isso inclui, por exemplo, o papel das barracas nos acampamentos de protesto ou os “atos performativos off-line de memória e protesto” identificados em estudos recentes que articulam memória, ativismo e ambientes digitais (Dufays et al., 2021, p. 71).

A maleabilidade da teoria da ecologia das mídias possibilita florescer pesquisas interdisciplinares que observam o nexos mídia–movimento com um olhar renovado, desafiando as restrições dos estudos convencionais sobre movimentos sociais e estabelecendo conexões ousadas com — entre outras áreas — os estudos da memória e do cinema, as perspectivas feministas e as artes e humanidades.

Outra de suas contribuições tem sido o deslocamento da atenção, nos relatos sobre apropriações tecnológicas por movimentos sociais, de uma fixação nas novas mídias para o estudo das inter-relações entre mídias antigas e novas. Assim, os estudiosos passaram a lançar luz sobre as formas como as mídias tradicionais vêm sendo reconfiguradas pelos ativistas em suas práticas de protesto

e utilizadas em conjunto com as novas mídias, além de enfatizarem a relevância contínua das mídias antigas em contextos sociopolíticos específicos.

Por exemplo, em seu estudo sobre o movimento estudantil italiano *Anomalous Wave*¹, Treré (2012) analisou a importância política central das listas de discussão por e-mail utilizadas por coletivos estudantis. Enquanto diversos jornais e acadêmicos italianos concentravam-se de forma desproporcional no potencial revolucionário das redes sociais mais recentes, o estudo de Treré ilustra como uma ferramenta digital de primeira geração teve um papel fundamental tanto na organização quanto na construção da identidade coletiva do movimento — muito mais significativo do que plataformas como Facebook e Twitter.

De maneira semelhante, Bonini (2017) evidencia a importância das rádios nos protestos ocorridos na Turquia em 2013. O pesquisador italiano analisou o papel desempenhado pela Açık Radyo, a única estação de rádio independente e sustentada por ouvintes em Istambul, durante as mobilizações no Parque Gezi. Ele conclui que o rádio não perdeu seu valor como uma mídia alternativa poderosa, mas teve sua função reconfigurada dentro de uma ecologia de mídias em constante expansão. A Açık Radyo integrou-se às mídias sociais para continuar amplificando discursos políticos radicais, ao mesmo tempo que possibilitou o florescimento de redes de ativistas.

Outro exemplo é o estudo etnográfico comparativo das ecologias midiáticas de diversas organizações políticas na Espanha e no Reino Unido, realizado por Barassi (2013). Barassi destacou a relevância política persistente das revistas impressas. Assim como as listas de e-mail e o rádio, nos exemplos anteriores, essas formas tradicionais de mídia alternativa não estão em extinção, mas estão redefinindo seus papéis e competindo com as novas plataformas digitais nas ecologias midiáticas que caracterizam o ativismo contemporâneo.

Como se evidencia nessas análises, os estudos que se baseiam no olhar da ecologia das mídias estão, em geral, interessados em observar transições, deslocamentos, abandonos, ajustes e reconfigurações das tecnologias e práticas midiáticas. Um exemplo claro disso é a análise de Giraud (2014) sobre as transformações ocorridas no Indymedia, uma das redes de mídia radical mais emblemáticas surgidas no final da década de 1990 e estreitamente vinculada ao movimento pela justiça global.

Devido à disseminação das mídias sociais corporativas, os centros do Indymedia entraram em declínio na década de 2010. No entanto Giraud demonstra que o Indymedia não desapareceu por completo e continua a desempenhar uma função arquivística dentro de uma ecologia de mídias em expansão, caracterizada por novas plataformas digitais agora utilizadas para coordenar ações políticas mais urgentes. Essa transição para a valorização das interações

¹ Em português seria “Onda Anômala”.

dinâmicas entre práticas midiáticas antigas e novas também estimulou um interesse renovado pelo conceito e pelas implicações da noção de hibridez, tanto nas formas convencionais quanto nas não convencionais da política mediada (Ardizzoni, 2015; Chadwick, 2017; Dahlberg-Grundberg, 2016; Dennis et al., 2016; Iannelli & Giglietto, 2015; Jenkins et al., 2016; Russell, 2017; Treré, 2019; Treré & Yu, 2021).

Estudos que adotam o olhar ecológico podem ser situados dentro do que Iannelli (2016) denominou como pesquisa em “políticas híbridas”. Essa área emergente e multifacetada de investigação critica tanto a fetichização da novidade tecnológica quanto as concepções tradicionais baseadas em uma única lógica midiática dominante na produção de notícias políticas (Altheide & Snow, 1979). Os autores que integram esse campo acadêmico adotam, em contrapartida, uma perspectiva holística, que mapeia inter-relações abertas e, muitas vezes, imprevisíveis entre múltiplas lógicas, formatos, canais e atores, em diferentes contextos sociopolíticos.

Nesse mesmo sentido, outra contribuição central do olhar ecológico foi deslocar os estudos do MovAct do fascínio pela esfera on-line para a análise do entrelaçamento híbrido e dinâmico entre espaços físicos e digitais. Estudos relevantes sobre ativismo no início dos anos 2000 estavam particularmente interessados no potencial do ambiente digital e no surgimento de repertórios de contestação *on-line*. Por exemplo, McCaughey e Ayers (2003), em uma importante coletânea sobre ciberativismo, expressaram preocupação com o possível desaparecimento do corpo nas novas formas de protesto virtual.

Essa reflexão alinhava-se ao enfoque de outros pesquisadores na virtualidade da contestação e a uma concomitante diminuição da atenção aos espaços físicos, contextos sociais e experiências corporificadas dos movimentos sociais. Esse encantamento pela virtualidade, evidentemente, não se restringia ao campo do ativismo, mas ressoava com um contexto mais amplo de fascinação social pela realidade virtual e seu imaginário de possibilidades infinitas, além das limitações impostas pelos corpos e pelo mundo material.

Esse imaginário, moldado por narrativas de ficção científica e discursos corporativos, também permeou reflexões acadêmicas sobre os novos horizontes do ciberprotesto, alimentando aquilo que a pesquisadora de movimentos sociais, Merlyna Lim (2015, p. 118), denominou de “falácia do dualismo espacial”. Tal falácia sustenta que os espaços físicos e digitais são distintos e, portanto, podem ser analisados separadamente. Ela permeou grande parte das análises sobre ativismo no início dos anos 2000, retratando as atividades de protesto e a ação coletiva como práticas que estariam, de certa forma, progressivamente desvinculadas da materialidade dos espaços físicos.

Pesquisas recentes inspiradas pelo olhar ecológico não tratam os domínios *on-line* e *off-line* como esferas separadas, mas buscam, ao contrário, examinar as complexidades do “espaço ciberurbano” (Lim, 2015), isto é, o entrelaçamento entre os espaços digitais e físicos (Barranquero & Barbas, 2022; Farinosi & Treré, 2010; Lekakis, 2017; Lim, 2015, 2018; Treré, 2018). Elas propõem a seguinte indagação: como os movimentos e manifestantes contemporâneos navegam por esse espaço enquanto ambiente socialmente construído, “produzido na interação e dentro de um continuum de relações *on-line* e *off-line*” (Lim, 2015, p. 118)? O foco, nesse caso, recai sobre as formas específicas pelas quais os atores sociais atribuem sentido a essa interação em diferentes contextos políticos, bem como sobre as motivações e fatores que conduzem os ativistas a escolher determinadas constelações tecnológicas (Liu, 2021). Conforme observam Foust e Hoyt (2018), “a ecologia da mídia pode ser compreendida como o entrelaçamento da geosfera (paisagem material) e da infosfera (ação simbólica e fluxos de informação)” (p. 48). Esse enfoque alinha-se ao que Ardizzoni (2015) denomina “ativismo matricial”, um arcabouço conceitual que “nos permite explicar a natureza híbrida das novas formas de dissidência e resistência, situadas na interseção entre o alternativo e o convencional, o sem fins lucrativos e o corporativo, o individual e o social, a produção e o consumo, o *on-line* e o *off-line*” (p. 1086).

Por fim, outra contribuição central do olhar ecológico tem sido a de evidenciar as ambivalências e ambiguidades do ativismo digital no que diz respeito à apropriação das plataformas de mídias sociais corporativas. Por exemplo, Harlow (2016), em sua etnografia do grupo ativista Salvadoran e da campanha Todos Somos Água, demonstrou que as mídias sociais — especialmente o Facebook — foram reconfiguradas como uma forma de mídia ativista alternativa em El Salvador.

Harlow ilustra que o Facebook ofereceu um espaço que possibilitou às pessoas com visões não hegemônicas expressar opiniões e compartilhar informações sobre mineração, contaminação da água e outras questões sociais que, de outro modo, não chegariam ao conhecimento do público. Seus entrevistados viam o Facebook como um território midiático reconquistado pelos jovens, cujas vozes são normalmente excluídas das mídias mais convencionais. Assim, sua análise evidencia que, por meio de uma lente ecológica da mídia, é possível examinar de forma mais eficaz como, apesar das persistentes desigualdades digitais, as mídias sociais podem ser (re)apropriadas de modos não hegemônicos.

Esses achados ecoam na análise de Treré sobre as práticas e os imaginários tecnopolíticos do movimento 15M na Espanha (2019), no qual plataformas digitais corporativas, como o Twitter, foram habilmente apropriadas pelos manifestantes para maximizar sua visibilidade e disseminar suas narrativas,

gerando um novo tipo de resistência algorítmica. No entanto, os ativistas do 15M continuaram, simultaneamente, a construir suas próprias redes, softwares e infraestruturas autônomas, que coexistiram com essas apropriações táticas de plataformas corporativas. Por meio de explorações ecológicas, esses estudos revelam as ambiguidades na convivência entre infraestruturas alternativas e hegemônicas, bem como os usos contra-hegemônicos que podem emergir no contexto do protesto digital (para uma análise similar no contexto político mexicano, ver Pool, 2022). Eles desafiam suposições maniqueístas e naturalizadas sobre a natureza das contestações contemporâneas, favorecendo, em vez disso, o exame das contradições historicamente definidas e dependentes do contexto que envolvem o ativismo digital e o poder das mídias sociais.

DESAFIOS E ÁREAS DE DIVERGÊNCIA

Como podemos definir uma ecologia midiática e quais elementos a compõem? Conforme revelado em minha análise anterior sobre o engajamento dos estudos de MovAct com esse termo, esse ponto, simples, mas fundamental, frequentemente não é claramente articulado — especialmente naqueles relatos que se apoiam em uma leitura mais superficial da metáfora ecológica. Alguns autores incluem uma variedade mais ampla de práticas midiáticas, enquanto outros se concentram mais especificamente em ecologias on-line ou exclusivamente digitais. Um risco evidente das abordagens ecológicas superficiais é o de que a ecologia midiática seja apenas evocada, sem que seus componentes sejam cuidadosamente desvelados. Essa é uma tendência que também observei em ensaios de estudantes ou pesquisadores em início de carreira que recorrem a essa abordagem pela primeira vez.

Por vezes, o olhar ecológico é utilizado apenas para listar um conjunto de tecnologias, sem qualquer aprofundamento sobre as motivações dos ativistas, os entrelaçamentos evolutivos entre atores humanos e não humanos, o papel de uma prática midiática específica dentro da ecologia e em relação a um determinado contexto sociopolítico, as *affordances* e a arquitetura geral das plataformas digitais, entre outros aspectos.

Uma exploração ecológica deve ser sempre densa e profunda; do contrário, corre o risco de se tornar apenas uma declaração de variedade — que, embora represente um passo inicial necessário, não pode substituir uma investigação mais robusta. O risco oposto também merece atenção: enxergar complexidade sociomaterial nas práticas ativistas mesmo quando ela não existe (Rodríguez, 2017). Por exemplo, alguns coletivos podem basear-se exclusivamente na produção de vídeos e utilizar apenas poucos meios de comunicação, como

uma rádio comunitária ou um coletivo de vídeo. Nesses casos, o uso da lente da ecologia midiática pode não representar a melhor opção dentro de nosso repertório conceitual.

Nadler (2019) tem sido um crítico contundente do uso das metáforas de ecologia das notícias e ecossistemas no campo do jornalismo digital. Segundo ele:

A metáfora do ecossistema passou a ser utilizada de forma a sugerir que os sistemas de notícias tomam forma por meio de um princípio espontâneo de auto-organização, associado aos sistemas ecológicos. ... A metáfora pode obscurecer as escolhas políticas que tornam possível às sociedades construir sistemas de mídia digital que reflitam valores mais ou menos igualitários e democráticos. (p. 825)

Nos estudos de MovAct, esse risco tem sido, em grande parte, evitado por meio da ênfase na natureza política dessas ecologias midiáticas e do enraizamento de suas análises nos contextos sociais concretos em que elas emergem e se desenvolvem. No entanto trata-se de um perigo que os pesquisadores devem reconhecer e que abordagens ecológicas superficiais podem enfrentar, caso não aprofundem suficientemente as dinâmicas políticas dos sistemas midiáticos híbridos.

MINHA REFLEXÃO COMO PESQUISADOR SOBRE O TEMA: UM OLHAR ECOLÓGICO FLEXÍVEL E IMPURO

Venho desenvolvendo uma abordagem de ecologia midiática aplicada aos movimentos sociais e ao ativismo ao longo dos últimos quinze anos, inicialmente em minha pesquisa de doutorado, iniciada em 2008 (Treré, 2011), e, posteriormente, por meio de diversos projetos em diferentes países. Compreendo a ecologia midiática como um olhar, um convite para observar de maneira holística as complexidades situadas na interseção entre política e tecnologias da mídia. Cheguei à conclusão de que a variedade de abordagens nesta área (e, por vezes, o caos criativo que dela resulta) é, de certo modo, inevitável — e talvez até desejável. Como pesquisadores, o que podemos fazer é delinear um conjunto de recomendações conceituais e lições empíricas provenientes do campo, mas não creio que devamos ser excessivamente prescritivos. O risco de uma rigidez excessiva quanto aos elementos que devem compor a ecologia e às teorias que devem ser consideradas na análise pode dificultar o desenvolvimento de relatos originais e inesperados — justamente aquilo que a lente da ecologia midiática busca promover e incentivar.

O pesquisador de mídias alternativas Alfonso Gumucio Dagron (2007) criticou aqueles acadêmicos que insistem em focar na suposta pureza das mídias cidadãs, enfatizando, em vez disso, sua impureza e riqueza. Ele acrescenta que uma rotulação terminológica precisa dessas experiências frequentemente serve apenas a propósitos acadêmicos, podendo acabar por excluir outros projetos que não se enquadram nas definições preestabelecidas. Embora alguns autores defendam uma delimitação mais clara de fenômenos como mídia alternativa e ativismo digital, concordo com Gumucio Dagron ao considerar que essa área emergente de investigação tem se beneficiado enormemente de sua flexibilidade e abertura interpretativa, o que tem contribuído para a revelação de novos horizontes investigativos. Um desses horizontes é a exploração das práticas de desconexão e das formas pelas quais ativistas utilizam deliberadamente a desconexão como forma de resistência (Kaun & Treré, 2020; Natale & Treré, 2020) no contexto de nossas sociedades saturadas de mídia. Esse tipo de pesquisa desafia compreensões convencionais que concebem, necessariamente, os ativistas como indivíduos hiperconectados e a conectividade como uma força intrinsecamente positiva. Não tenho certeza de que esse tipo de reflexão teria emergido caso tivéssemos sido excessivamente específicos em relação ao que deveria ser incluído nas ecologias. O que deve ser aprimorado, no entanto, é o nosso engajamento com a teoria da ecologia midiática e o desenvolvimento de pesquisas interculturais nesse campo, capazes de informar e enriquecer essas compreensões. Como e por que devemos comparar diferentes ecologias ao longo do tempo e do espaço, e como dar conta das variações, requer um certo grau de mapeamento e especificação — ainda que devamos permanecer sempre abertos às diferenças e variações, preparados para nos surpreender e nos encantar com novas descobertas.

PRIORIDADES CENTRAIS PARA PESQUISAS FUTURAS SOBRE O OLHAR DA ECOLOGIA MIDIÁTICA E O ATIVISMO

Inspirados na obra de John Dewey, os estudos em ecologia midiática têm considerado as consequências ambientais das tecnologias de mídia (Lopez, 2012; Maxwell & Miller, 2012). Em sua revisão da teoria da ecologia midiática, Clark (2016) demonstra que essas abordagens desafiaram o mito das tecnologias “limpas”, revelando problemas relacionados ao lixo tecnológico. A Escola de Toronto, por sua vez, jamais aprofundou verdadeiramente as consequências ambientais dos meios de comunicação, mas novos estudos no campo da ecologia midiática advogam por uma “ecologia midiática materialista” ou uma “ecologia midiática profunda” (Arroyave-Cabrera & Miller, 2017) nas quais as inter-relações

com o mundo natural ocupam posição central (ver também Oricchio, 2021). As abordagens de ecologia midiática nos estudos MovAct precisam seguir esse caminho e começar a prestar atenção, de forma séria, à interdependência entre seres humanos, tecnologias e o meio ambiente. Uma tentativa promissora de combinar tecnopolítica, ecologias midiáticas e lutas ecossociais em um contexto de hibridez comunicativa é representada por um estudo recente sobre a *hashtag* #SOSPuebloShuar no Twitter (Vanegas Toala et al., 2020). Essa é uma área fundamental para pesquisas futuras, que poderia, por exemplo, analisar os movimentos sociais ambientais e suas interações com os meios de comunicação, ao mesmo tempo, em que examina as consequências ambientais (e a consciência ecológica) dessas intervenções. Outra linha de investigação que vem sendo desenvolvida não se limita às ecologias midiáticas criadas pelos ativistas, mas também observa as mudanças que os movimentos sociais provocam na criação, evolução e desenvolvimento de ecologias midiáticas mais amplas — entendidas como interações entre diferentes meios e dispositivos de comunicação. Um exemplo claro disso é o caso do movimento 15M na Espanha. Conforme demonstram Flesher Fominaya e Gillan (2017, p. 391), o movimento espanhol não apenas se baseou em uma ecologia multidimensional de tecnologias,

mas ofereceu uma base de apoio e um impulso para o desenvolvimento de diversas iniciativas midiáticas críticas que buscaram colocar em prática modelos alternativos de negócio em comunicação. ... Embora algumas dessas iniciativas já existissem antes do 15M ..., a oferta e a demanda por mídias críticas independentes aumentaram em um círculo virtuoso ... alterando, assim, a ecologia midiática da comunicação política na Espanha.

Isso abre o campo para a análise das contribuições dos movimentos sociais (e de suas ecologias midiáticas) no estabelecimento e florescimento de novos ecossistemas de mídias alternativas, bem como na posterior transformação de sistemas midiáticos híbridos mais amplos (Barbas & Treré, 2023). Outra área promissora de pesquisa diz respeito às alianças entre atores humanos e não humanos dentro das ecologias midiáticas. Dada a crescente importância do poder algorítmico para os ativismos digitais e de dados contemporâneos (Milan, 2015), o estudo da modelagem mútua entre movimentos sociais e algoritmos (Treré, 2019) deve se tornar uma prioridade tanto para pesquisadores quanto para acadêmicos. Para compreender melhor a complexidade comunicativa dos movimentos sociais e do ativismo, todos os esforços futuros no campo da ecologia midiática deverão desenvolver pesquisas interdisciplinares e multidisciplinares, estabelecendo colaborações frutíferas com disciplinas tão variadas

quanto a cartografia crítica, a arquitetura, as artes, o design, os estudos sobre desconexão, entre muitas outras. A maleabilidade desse olhar precisa ser preservada e incentivada para que se possa capturar os desenvolvimentos tecnológicos futuros dentro dessa empolgante e mutável área de investigação que é a política não convencional. ■

LEITURA COMPLEMENTAR

Sobre Teoria da Ecologia das Mídias

- Clark, L. S. (2016). Media ecology theory. In K. B. Jensen & R. T. Craig (Eds.), *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*. Wiley Blackwell.
- Scolari, C. A. (2012). Media ecology: Exploring the metaphor to expand the theory. *Communication Theory*, 22(2), 204–225. <https://doi.org/10.1111/j.1468-2885.2012.01404.x>
- Scolari, C. A. (2023). *On the evolution of media: Understanding media change*. Routledge.
- Strate, L. (2016). Media ecology. In K. B. Jensen & R. T. Craig (Eds.), *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy: Vol. 1* (pp. 1159–1167). Wiley Blackwell.

Sobre Teoria da Ecologia das Mídias

- Barassi, V. (2015). *Activism on the web: Everyday struggles against digital capitalism*. Routledge.
- Foust, C. R. & Hoyt, K. D. (2018). Social Movement 2.0: Integrating and assessing scholarship on social media and movement. *Review of Communication*, 18(1), 37–55. <https://doi.org/10.1080/15358593.2017.1411970>
- Mercea, D., Iannelli, L., & Loader, B. (2016). Protest communication ecologies. *Information, Communication & Society*, 19(3), 279–289. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1109701>
- Treré, E. (2019). *Hybrid media activism: Ecologies, imaginaries, algorithms*. Routledge.
- Treré, E. (2020). Media ecologies. In L. Pérez-González, B. Blaagaard, & M. Baker (Eds.), *The Routledge Encyclopaedia of Citizen Media* (pp. 231–237). Routledge.
- Treré, E. and Mattoni, A. (2016). Media ecologies and protest movements: Main perspectives and key lessons. *Information, Communication & Society*, 19(3), 290–306. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1109699>

REFERÊNCIAS

- Altheide, D. L., & Snow, R. P. (1979). *Media logic*. Sage.
- Ardizzoni, M. (2015). Matrix activism: Media, neoliberalism, and social action in Italy. *International Journal of Communication*, 9(18), 1072–1089.
- Arroyave-Cabrera, J. A., & Miller, T. (2017). Da ecologia de mídia à ecologia profunda de mídia: Esclarecer a metáfora e visibilizar o seu impacto no meio ambiente. *Palabra Clave*, 20(1), 239–268. <https://doi.org/10.5294/pacla.2017.20.1.11>
- Barassi, V. (2013). When materiality counts: The social and political importance of activist magazines in Europe. *Global Media and Communication*, 9(2), 135–151. <https://doi.org/10.1177/1742766513479717>
- Barassi, V. (2015). *Activism on the web: Everyday struggles against digital capitalism*. Routledge.
- Barbas, Á., & Treré, E. (2023). The rise of a new media ecosystem: Exploring 15M's educommunicative legacy for radical democracy. *Social Movement Studies*, 22(3), 381–401. <https://doi.org/10.1080/14742837.2022.2070738>
- Barranquero, A., & Barbas, Á. (2022). The slow media activism of the Spanish pensioners' movement: Imaginaries, ecologies, and practices. *International Journal of Communication*, 16, 1990–2014. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/17808>
- Boler, M., Macdonald, A., Nitsou, C., & Harris, A. (2014). Connective labor and social media: Women's roles in the 'leaderless' Occupy movement. *Convergence*, 20(4), 438–460. <https://doi.org/10.1177/1354856514541353>
- Bonini, T. (2017). Twitter or radio revolutions? The central role of Açık Radyo in the Gezi protests of 2013. *Westminster Papers in Communication and Culture*, 12(2), 1–17. <https://doi.org/10.16997/wpsc.232>
- Chadwick, A. (2017). *The hybrid media system: Politics and power* (2nd ed.). Oxford University Press.
- Clark, L. S. (2016). Media ecology theory. In K. B. Jensen & R. T. Craig (Eds.), *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy: Vol. 4*. Wiley Blackwell.
- Dahlberg-Grundberg, M. (2016). Technology as movement: On hybrid organizational types and the mutual constitution of movement identity and technological infrastructure in digital activism. *Convergence*, 22(5), 524–542. <https://doi.org/10.1177/1354856515577921>
- Darmon, K. (2013). Introduction: Protest in the new media ecology. *Networking Knowledge: Journal of the MeCCSA Postgraduate Network*, 6(3). <https://doi.org/10.31165/nk.2013.63.301>

- Dennis, J. W., Chadwick, A., & Smith, A. P. (2016). Politics in the age of hybrid media: Power, systems, and media logics. In A. Bruns, G. Enli, E. Skogerbø, A. Olof Larsson & C. Christensen. (Eds.), *Routledge Companion to Social Media and Politics* (pp. 7–22). Routledge.
- Dufays, S., Zicari, M., Mandolessi, S., & Cardoso, B. (2021). Twitter as a mnemonic medium from an ecological perspective: Ayotzinapa and the memory of Tlatelolco in Mexico. *History and Memory*, 33(2), 46–79.
- Farinosi, M., & Treré, E. (2010). Inside the “People of the Wheelbarrows”: Participation between online and offline dimension in the post-quake social movement. *Journal of Community Informatics*, 6(3). <https://doi.org/10.15353/joci.v6i3.2545>
- Feigenbaum, A. (2014). Resistant matters: Tents, tear gas and the “other media” of Occupy. *Communication and Critical/Cultural Studies*, 11(1), 15–24.
- Feigenbaum, A., Frenzel F., & McCurdy, P. (2013). *Protest Camps*. Zed Books.
- Flesher Fominaya, C., & Gillan, K. (2017). Navigating the technology-media-movements complex. *Social Movement Studies*, 16(4), 383–402. <https://doi.org/10.1080/14742837.2017.1338943>
- Foust, C. R., & Hoyt, K. D. (2018). Social Movement 2.0: Integrating and assessing scholarship on social media and movement. *Review of Communication*, 18(1), 37–55. <https://doi.org/10.1080/15358593.2017.1411970>
- Fuller, M. (2005). *Media Ecologies: Materialist Energies in Art and Technoculture*. MIT Press.
- Giraud, E. (2014). Has radical participatory online media really “failed”? Indymedia and its legacies. *Convergence*, 20(4), 419–437. <https://doi.org/10.1177/1354856514541352>
- Giraud, E. (2017). Displacement, “failure” and friction. In T. Schneider, K. Eli, C. Dolan, & S. Ulijaszek (Eds.), *Digital Food Activism*. Routledge.
- Gumucio Dagron, A. (2007). Call me impure: Myths and paradigms of participatory communication. In L. Fuller (Ed.), *Community Media: International Perspectives* (pp. 197–207). Palgrave Macmillan.
- Harlow, S. (2016). Reconfiguring and remediating social media as alternative media: Exploring youth activists’ digital media ecology in El Salvador. *Palabra Clave*, 19(4), 997–1026. <https://doi.org/10.5294/pacla.2016.19.4.3>
- Hearn, G. N., & Foth, M. (2007). Communicative ecologies. *Electronic Journal of Communication*, 17(1–2). <http://eprints.qut.edu.au/8171/1/8171.pdf>
- Hepp, A. (2013). *Cultures of Mediatization*. Polity Press.
- Iannelli, L. (2016). *Hybrid Politics: Media and Participation*. Sage.

- Iannelli, L., & Giglietto, F. (2015). Hybrid spaces of politics: The 2013 general elections in Italy, between talk shows and Twitter. *Information, Communication & Society*, 18(9), 1006–1021. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2015.1006658>
- Ito, M., Baumer, S., Bittanti, M., boyd, d., Cody, R., Herr Stephenson, B., Horst, H. A., Lange, P. G., Mahendran, D., Martínez, K. Z., Pascoe, C. J., Perkel, D., Robinson, L., Sims, C., & Tripp, L. (2009). *Hanging Out, Messing Around, and Geeking Out: Kids Living and Learning with New Media*. MIT Press.
- Jenkins, H., Shresthova, S., Gamber-Thompson, L., Kligler-Vilenchik, N., & Zimmerman, A. (2016). *By Any Media Necessary: The New Youth Activism*. New York University Press.
- Kahn, R., & Kellner, D. (2004). New media and internet activism: From the “Battle of Seattle” to blogging. *New Media & Society*, 6(1), 87–95. <https://doi.org/10.1177/1461444804039908>
- Kaun, A., & Treré, E. (2020). Repression, resistance and lifestyle: Charting (dis) connection and activism in times of accelerated capitalism. *Social Movement Studies*, 19(5–6), 697–715. <https://doi.org/10.1080/14742837.2018.1555752>
- Lekakis, E. J. (2017). Alternative media ecology and anti-austerity documentary: The Greekdocs archive. *Journal of Alternative & Community Media*, 2(1), 28–44. <https://hdl.handle.net/10779/uos.23442179.v1>
- Lim, M. (2015). A cyberurban space odyssey: The spatiality of contemporary social movements. *New Geographies*, 7, 117–123.
- Lim, M. (2018). Roots, routes, routers: Communications and media of contemporary social movements. *Journalism & Communication Monographs Series*, 20(2), 92–136. <https://doi.org/10.1177/1522637918770419>
- Liu, J. (2021). Technology for activism: Toward a relational framework. *Computer Supported Cooperative Work (CSCW)*, 30(5), 627–650. <https://doi.org/10.1007/s10606-021-09400-9>
- Lopez, A. (2012). *The Media Ecosystem: What Ecology Can Teach Us About Responsible Media Practice*. Evolver Editions.
- Lyle, P., Korsgaard, H., & Bødker, S. (2020). What’s in an ecology? A review of artifact, communicative, device and information ecologies. *Proceedings of the 11th Nordic Conference on Human-Computer Interaction: Shaping Experiences, Shaping Society* (pp. 1–21).
- MacKenzie, D., & Wajcman, J. (1999). *The Social Shaping of Technology*, (2nd ed.). Open University Press.
- Maxwell, R., & Miller, T. (2012). *Greening the Media*. Oxford University Press.
- McCaughy, M., & Ayers, M. (2003). *Cyberactivism: Online Activism in Theory and Practice*. Routledge.

- Milan, S. (2015). When algorithms shape collective action: Social media and the dynamics of cloud protesting. *Social Media + Society*, 1(2). <https://doi.org/10.1177/2056305115622481>
- Nadler, A. (2019). Nature's economy and news ecology: Scrutinizing the news ecosystem metaphor. *Journalism Studies*, 20(6), 823–839. <https://doi.org/10.1080/1461670X.2018.1427000>
- Nardi, B., & O'Day, V. (1999). *Information ecologies: Using technology with heart*. MIT Press.
- Natale, S., & Treré, E. (2020). Vinyl won't save us: Reframing disconnection as engagement. *Media, Culture & Society*, 42(4), 626–633. <https://doi.org/10.1177/0163443720914027>
- Oricchio, S. (2021). Digitization of ecology and ecologization of media: Going beyond ICT environmental impact. *TECNOSCIENZA: Italian Journal of Science & Technology Studies*, 12(1), 99–116. <https://doi.org/10.6092/issn.2038-3460/17497>
- Peeples, J., & Mitchell, B. (2007). No mobs – no confusions – no tumult: Networking civil disobedience. *Electronic Journal of Communication*, 17(1–2). www.cios.org/ejcpublish/017/1/01714.html
- Poell, T., & Borra, E. (2012). Twitter, YouTube, and Flickr as platforms of alternative journalism: The social media account of the 2010 Toronto G20 protests. *Journalism*, 13(6), 695–713. <https://hdl.handle.net/11245/1.353722>
- Pool, M. C. L. (2022). Ecología comunicativa del movimiento# YoPrefieroElLago: un abordaje desde los medios privados, independientes y alternativos. *Comunicación y Sociedad*, 19, 1–31. <https://doi.org/10.32870/cys.v2022.8188>
- Robertson, A. (2013). Connecting in crisis: “Old” and “new” media and the Arab Spring. *The International Journal of Press/Politics*, 18(3), 325–341. <https://doi.org/10.1177/1940161213484971>
- Rodríguez, C. (2017). Studying media at the margins: Learning from the field. In V. Pickard, & G. Yang (Eds.), *Media Activism in the Digital Age* (pp. 49–62). Routledge.
- Russell, A. (2017). *Journalism as Activism: Recoding Media Power*. John Wiley & Sons.
- Srinivasan, R., & Fish, A. (2011). Revolutionary tactics, media ecologies, and repressive states. *Public Culture*, 23(365), 505–510.
- Strate, L. (2016). Media ecology. In K. B. Jensen & R. T. Craig (Eds.), *The International Encyclopedia of Communication Theory and Philosophy*. Wiley Blackwell.
- Tacchi, J., Slater, D., & Hearn, G. N. (2003). *Ethnographic Action research: A user's handbook*. Unesco.

- Thorson, K., Driscoll, K., Ekdale, B., Edgerly, S., Gamber Thompson, L., Schrock, A., Swartz, L., Vraga, E. K., & Wells, C. (2013). YouTube, Twitter and the Occupy Movement: Connecting content and circulation practices. *Information, Communication & Society*, 16(3), 421–451. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2012.756051>
- Treré, E. (2011). *Social movements and alternative media: The “anomalous wave” movement and the ambivalences of the online protest ecology*. Tese de Doutorado não publicada, Udine, Itália, Universidade de Udine.
- Treré, E. (2012). Social movements as information ecologies: Exploring the coevolution of multiple internet technologies for activism. *International Journal of Communication*, 6, 2359–2377.
- Treré, E. (2018). Nomads of cyber-urban space: Media hybridity as resistance. In M. Mortensen, C. Neumayer, & T. Poell (Eds.), *Social Media Materialities and Protest: Critical Reflections* (pp. 42–55). Routledge.
- Treré, E. (2019). *Hybrid media activism: Ecologies, imaginaries, algorithms*. Routledge.
- Treré, E. (2020). Media ecologies. In L. Pérez-González, B. Blaagaard, & M. Baker (Eds.), *The Routledge Encyclopaedia of Citizen Media* (pp. 231–237). Routledge.
- Treré, E., & Yu, Z. (2021). The evolution and power of online consumer activism: Illustrating the hybrid dynamics of “consumer video activism” in China through two case studies. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 65(5), 761–785. <https://doi.org/10.1080/08838151.2021.1965143>
- Tufekci, Z., & Wilson, C. (2012). Social media and the decision to participate in political protest: Observations from Tahrir Square. *Journal of Communication*, 62(2), 363–379. <https://psycnet.apa.org/doi/10.1111/j.1460-2466.2012.01629.x>
- Vanegas Toala, Y. V., Medina Bravo, P., & Rodrigo Alsina, M. (2020). Technopolitics, connective action and convergent activism: Emerging communication practices from ecosocial struggles. *IC: Revista Científica de Información y Comunicación*, 17, 505–532.
- Wang, X., Guo, Y., Yang, M., Chen, Y., & Zhang, W. (2017). Information ecology research: Past, present, and future. *Information Technology and Management*, 18(1), 27–39.
- Williams, R. (1974). *Television: Technology and Cultural Form*. Fontana.
- Wilson, C., & Dunn, A. (2011). The Arab Spring: Digital media in the Egyptian revolution – Descriptive analysis from the Tahrir data set. *International Journal of Communication*, 5, 1248–1272.

História dos estudos de comunicação nas Américas: uma introdução

The history of communication studies across the Americas: an introduction

DAVID W. PARK^a

Lake Forest College, Lake Forest – IL, Estados Unidos

JEFFERSON POOLEY^b

Muhlenberg College, Allentown – PA, Estados Unidos

PETER SIMONSON^c

University of Colorado Boulder, Boulder – CO, Estados Unidos

ESPERANZA HERRERO^d

Universidad de Murcia, Murcia, Espanha

Nota introdutória, por Raúl Fuentes

A Editoria Científica de *MATRIZES* decidiu incluir na seção Dossiê deste número o texto intitulado *The history of communication studies across the Americas: an introduction*, dos colegas americanos David W. Park, Jefferson Pooley e Peter Simonson e da espanhola Esperanza Herrero, em sua tradução para o português (*A história dos estudos de comunicação nas Américas: uma introdução*), no contexto de uma colaboração internacional explicitada no próprio texto, realizada nos últimos anos, que pode ser considerada de grande importância como um esforço conjunto das comunidades acadêmicas associadas a três revistas de acesso aberto de alto nível no continente americano, que publicam regularmente estudos de comunicação em português, espanhol e inglês, com traduções mútuas na maioria dos casos. A intenção é destacar o propósito comum de fortalecer o intercâmbio de perspectivas e resultados de pesquisas rigorosas sobre as histórias dos estudos de comunicação, que foram geradas, debatidas e projetadas para um futuro certamente heterogêneo, mas menos fragmentado do que o atual em o continente americano.

^a Professor de Comunicação, Lake Forest College, EUA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7019-1525>. E-mail: park@lakeforest.edu.

^b Professor de Mídia e Comunicação, Muhlenberg College, EUA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3674-1930>. E-mail: pooley@muhlenberg.edu.

^c Professor Emérito, Departamento de Comunicação, University of Colorado Boulder, EUA. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7156-467X>. E-mail: peter.simonson@colorado.edu.

^d Professora em Comunicação, Universidade de Murcia, Espanha. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5926-2142>. E-mail: mariaesperanza.herrero@um.es.

Introductory note, by Raúl Fuentes

The Scientific Editors of *MATRIZES* have decided to include in the Dossier section of this issue the text entitled *The history of communication studies across the Americas: an introduction*, by the American colleagues David W. Park, Jefferson Pooley and Peter Simonson and the Spanish Esperanza Herrero, in its Portuguese translation (*A história dos estudos de comunicação nas Américas: uma introdução*), in the context of an international collaboration explained in the text itself, carried out in recent years, which can be considered of great importance as a joint effort of the academic communities associated with three top-level open access journals on the American continent, which regularly publish communication studies in Portuguese, Spanish, and English, with mutual translations in most cases. The intention is to highlight the common purpose of strengthening the exchange of perspectives and rigorous research results on the histories of communication studies, which have been generated, debated, and projected for a future that is certainly heterogeneous but less fragmented than the current one on the American continent.

ESTA SEÇÃO ESPECIAL investiga a história dos estudos em comunicação e mídia em contextos nacionais e linguísticos nas Américas. Ela mapeia os entrelaçamentos transnacionais que moldaram a investigação em comunicação nas diversas formas que essa investigação assumiu na América do Sul, América do Norte e Caribe. Ao mesmo tempo, os artigos desta seção abordam as dinâmicas políticas, institucionais e culturais que configuraram o campo em diferentes contextos nacionais e locais. Assim, esta edição especial ilumina temas e regiões historicamente negligenciados pela literatura em língua inglesa, além de destacar linhas históricas de hegemonia, exclusão, resistência e tradições alternativas de pesquisa em todo o continente. Nesta introdução editorial, traçamos as origens desse esforço coletivo, conectamos a proposta a projetos paralelos publicados em dois periódicos latino-americanos e apresentamos os notáveis ensaios que compõem esta edição.

A maioria dos ensaios tem sua origem em uma colaboração Sul-Norte iniciada no final de 2021. No início daquele ano, os editores desta revista organizaram uma pré-conferência virtual para os encontros da *International Communication Association* (2021), intitulada *Exclusions in the History and Historiography of Communication Studies* [Exclusões na História e Historiografia dos Estudos em Comunicação]. O encontro estava alinhado à missão da revista de descentralizar os centros que tradicionalmente estruturam a historiografia dos campos de estudos em mídia e comunicação — especialmente em termos de região geográfica, idioma, gênero, raça e os legados do colonialismo. A pré-conferência revelou-se um daqueles eventos típicos da era pandêmica, em que as limitações — como

a impossibilidade de um encontro presencial — abriram novas possibilidades. Pesquisadores latino-americanos e outros acadêmicos que dificilmente participariam da ICA estiveram presentes, e o uso do Zoom facilitou a realização de uma interpretação simultânea entre espanhol e inglês. Esse evento deu origem a uma seção especial desta revista, com ensaios em espanhol e inglês (Simonson et al., 2022a). Também suscitou a questão de saber se seria produtivo investigar a história complexa e politicamente carregada dos estudos em comunicação e mídia no contexto geopolítico mais amplo das Américas. Essa ideia levou à realização de uma segunda conferência virtual, em junho de 2022, intitulada *The History of Communication Studies across the Americas*. Foi um esforço colaborativo entre três periódicos de acesso aberto publicados em três países diferentes: *History of Media Studies* (EUA), *MATRIZES* (Brasil) e *Comunicación y Sociedad* (México)¹. Participaram do encontro 22 pesquisadores de 11 países distintos, com interpretação simultânea em espanhol, português e inglês².

Um dos principais objetivos da conferência — e, por extensão, desta seção especial — foi promover comunidades de investigação entre regiões e idiomas que raramente estiveram em diálogo entre si. Associações profissionais nas Américas têm facilitado certos tipos de contato, mas também limitado outros. Como discute Raúl Fuentes Navarro em sua contribuição para esta edição especial, a Associação Latino-Americana de Pesquisadores em Comunicação (ALAIIC) tem proporcionado fóruns e criado redes que abrangem a América Latina de língua espanhola e portuguesa. A ICA, por sua vez, tem historicamente desempenhado papel semelhante para pesquisadores da América do Norte e da Europa Ocidental que publicam em inglês, mesmo que, frequentemente, tenha reforçado a hegemonia dos Estados Unidos (Wiedemann & Meyen, 2016). Nenhuma dessas organizações, no entanto, incluiu historicamente o Caribe anglófono (ou francófono) em seu escopo. Além disso, associações profissionais nacionais, especialmente nos países maiores, têm exercido suas próprias formas de força centrípeta. Os organizadores da conferência de 2022 propuseram a reflexão sobre se “as Américas” poderiam constituir um espaço intelectual compartilhado — ainda que essencialmente contestado — para pesquisadores provenientes de contextos nacionais que, historicamente, não têm dialogado entre si. Haveria interesse em desenvolver um mapa histórico, multifacetado, do campo, que atravessasse a região de Sul a Norte?

Esse projeto das “Américas” é uma das diversas colaborações recentes voltadas a fomentar o diálogo Sul-Norte sem apagar as especificidades intelectuais e geopolíticas. Há alguns anos, historiadores do campo nos Estados Unidos e na Alemanha editaram volumes com aspirações globais (Averbeck-Lietz, 2017; Simonson & Park, 2016). Mais recentemente, um grupo internacional de

¹ A incubadora inicial do projeto foi um grupo de trabalho em espanhol formado na History of Media Studies com três membros do conselho consultivo (Raúl Fuentes Navarro e Claudia Magallanes Blanco, do México, e Mariano Zarowsky, da Argentina) e um dos editores da revista (Pete Simonson, dos EUA). Fuentes Navarro, decano da historiografia dos estudos de comunicação na América Latina, propôs e facilitou a colaboração com as outras duas revistas e seus editores: Maria Immacolata Vassallo de Lopes, editora da MATRIZES, e Gabriela Gómez Rodríguez, editora da Comunicación y Sociedad.

² Os participantes eram provenientes da Argentina, Bolívia, Brasil, Canadá, Colômbia, Costa Rica, El Salvador, Jamaica, México, Porto Rico e EUA, com interpretação simultânea de Bárbara Barisch e dos seus colegas argentinos.

³ Veja, por exemplo, um par de pré-conferências vinculadas: “*Media and Communication Studies in a Global Context: A Critical History*”, conferência prévia da ACI, Toronto, 25 de maio de 2023; e “*Repressed Histories in Communication and Media Studies*”, conferência prévia da ACI, Gold Coast, Austrália, 20 de junho de 2024.

⁴ Para outros estudos transversais aos estudos de comunicação europeus e latino-americanos, ver Ganter e Ortega (2019), Dall’Orso (2022), e Rodríguez Benito et al. (2023).

⁵ Ver, por exemplo, “*Comunicar [en] la Historia: Panorama científico de la Historia de la Comunicación Social en Iberoamérica; Intersecciones y marcos comparados*”, conferência AE-IC & AsHisCom, 17-18 de junho de 2021, virtual; e “*IV Doctoral AE-IC: Taller iberoamericano de investigación en comunicación*”, conferência de pré-doutoramento AE-IC, Pontevedra, Espanha, 15-16 de junho de 2023.

⁶ Esse caso é apresentado de forma mais abrangente em Simonson et al. (2022b).

estudiosos críticos, muitos deles vinculados ao Sul Global, voltou-se à história como um caminho para descolonizar o campo e recuperar narrativas anteriormente marginalizadas ao redor do mundo³. Paralelamente, com o incentivo oficial da União Europeia à realização de colaborações de pesquisa com a América Latina e o Caribe, pesquisadores têm construído pontes entre essas regiões por meio de parcerias entre associações profissionais. Um dos resultados foi um esforço editorial conjunto entre a ALAIC e a Associação Europeia de Pesquisa e Educação em Comunicação, que culminou na publicação de um volume sobre as tradições intelectuais dos estudos em comunicação latino-americanos e europeus (Paulino et al., 2020)⁴. Devido a significativas semelhanças socioculturais e linguísticas, também têm surgido diversas iniciativas em redes intelectuais ibero-americanas, dedicadas à investigação de histórias compartilhadas dos estudos em comunicação entre países de língua espanhola e portuguesa. Várias dessas redes têm se concentrado na historicização e nas configurações contemporâneas de gênero na pesquisa em comunicação, como é o caso da FEMICOMI (*Análisis de los Roles Femeninos en la Investigación de la Comunicación en Iberoamérica*, iniciada em 2022) e da IBERFEMCOM (*Red Iberoamericana de Investigación en Comunicación y Feminismo*, iniciada em 2017). Outras iniciativas têm aberto espaços complementares de diálogo sobre a história e o estado atual dos estudos em comunicação ao longo das linhas de interação entre o Norte e o Sul na Ibero-América⁵.

Essas colaborações recentes inserem-se em um momento contemporâneo de tardio reconhecimento das exclusões, desigualdades e injustiças estruturais que contribuíram para a constituição dos estudos em comunicação. Entre os diversos fronts desse reconhecimento estão as historiografias e as memórias coletivas do campo. Ainda não reconhecemos plenamente — muito menos desenterramos historicamente — todas as formas pelas quais gênero, raça, idioma, colonialismo, localização geopolítica e privilégios institucionalmente sancionados moldaram os relatos formais e informais sobre os passados do nosso campo. Reverter esses processos e recuperar passados esquecidos exige múltiplas metodologias e referenciais teóricos — do feminismo e dos estudos transnacionais à sociologia histórica do conhecimento, à teoria crítica da raça, ao pensamento decolonial/pós-colonial e a outras abordagens críticas informadas geopoliticamente, todas representadas nas contribuições desta seção especial⁶.

TRÊS PERIÓDICOS EM DIÁLOGO

Esta seção especial da *History of Media Studies* constitui uma publicação complementar às coleções igualmente ricas divulgadas pelos periódicos

MATRIZES e *Comunicación y Sociedad* no ano passado (Navarro, 2023). As três seções especiais têm origem comum na conferência de 2022, intitulada *The History of Communication Studies across the Americas*. Assim como a própria conferência, a colaboração entre os três periódicos representa um compromisso efetivo com a cooperação multilíngue e trans-hemisférica na cartografia das histórias interseccionadas do campo. Periódicos amplamente respeitados e consolidados, *MATRIZES* (Brasil) e *Comunicación y Sociedad* (México), são exemplos de estudos em comunicação dentro da tradição latino-americana pioneira de publicação em acesso aberto e gratuito (Babini, 2020). Esses dois periódicos são modelos para os compromissos assumidos pelo nosso próprio projeto com o acesso aberto, diamante e o multilinguismo — e, de forma crucial, com a missão de ventilar o provincianismo estadunidense que permeia grande parte da historiografia produzida em inglês. Neste editorial, identificamos temas compartilhados entre as duas outras coleções, com o intuito de relacioná-los aos seis artigos aqui publicados.

As três coleções estão unidas, em primeiro lugar, pela participação de Raúl Fuentes Navarro, destacado historiador do campo e membro dos conselhos editoriais dos três periódicos. O ensaio introdutório de Fuentes Navarro abre a seção especial da *Comunicación y Sociedad*, que inclui três contribuições adicionais, todas publicadas em espanhol e em inglês (Arroyave, 2023; Colón Zayas, 2023; Fuentes Navarro, 2023; Palacio Montiel, 2023). A edição da *MATRIZES*, apresentada por Maria Immacolata Vassallo de Lopes e Fuentes Navarro, reúne quatorze ensaios de colaboradores provenientes de diversas partes do mundo (Averbeck-Lietz, 2023; Da Porta, 2023; Druetta, 2023; León-Duarte, 2023; Moragas Spá, 2023; Paulino, 2023; Rosa Cicalese, 2023; Rüdiger, 2023; Sandoval García, 2023; Serra, 2023; Simonson et al., 2023; Sodré, 2023; Torrico Villanueva, 2023; Vassallo de Lopes & Fuentes Navarro, 2023; Waisbord, 2023). A coleção da *MATRIZES* apresenta o escopo mais abrangente: o periódico encomendou ensaios de diversos estudiosos que não participaram da conferência de 2022 e organizou a edição sob o tema mais amplo de Histórias da internacionalização do campo de estudos da comunicação/*Histories of the Internationalization of the Field of Communication Studies*. Apesar das diferenças de abordagem, as duas seções especiais convergem em um conjunto de temas compartilhados.

O primeiro tema é o mais complexo de ser delineado, pois está relacionado à moldura fundacional das “Américas” proposta na conferência de 2022. A premissa — propositalmente provisória — era conceber o hemisfério como um espaço simultaneamente compartilhado e contestado. Um número reduzido de artigos nas coleções das revistas *MATRIZES* e *Comunicación y Sociedad* aborda esse enquadramento em uma perspectiva hemisférica plena (Colón Zayas, 2023;

⁷ As citações foram traduzidas da versão em inglês do artigo.

⁸ Sobre Espanha, Portugal e França em particular, ver Serra (2023), Averbeck-Lietz (2023), Moragas Spà, “Investigar la comunicación”; and Colón Zayas (2023).

⁹ No contexto caribenho, duas importantes exceções são Colón Zayas (2023) and Da Porta (2023).

¹⁰ O fato de muitos dos artigos de ambas as revistas estarem traduzidos para inglês é um reflexo da crescente hegemonia global da língua na academia neoliberal “internacionalizada” — um tema abordado em vários artigos das coleções.

¹¹ Os autores sediados fora da América Latina são Stefanie Averbeck-Lietz (Alemanha), Miquel de Moragas Spà (Espanha), Paul Serra (Portugal), Silvio Waisbord (EUA) e os autores desta introdução, todos sediados nos EUA. Os dois artigos escritos em inglês são Averbeck-Lietz, “On (Missing) Links between German, Latin American, and French Mediatization Research”; e Simonson et al., “The History of Communication Studies across the Americas”.

¹² Vassallo de Lopes e Fuentes Navarro (2023), em sua introdução na *MATRIZES*, mencionam de fato as “Américas” no contexto da conferência de 2022.

¹³ Na prosa que se segue, “nós” refere-se aos três editores norte-americanos de *History of Media Studies* — Park, Pooley e Simonson.

¹⁴ Sobre a história de novas associações e trocas padronizadas nas décadas de 1970 e 1980, consulte, por exemplo, Druetta (2023, pp. 166–167); Moragas Spà (2023, p. 146); e Paulino (2023).

Simonson et al., 2023). No entanto, apenas quatro dos dezessete artigos mencionam as “Américas” de forma direta, e um deles, assinado pela historiadora da imprensa mexicana Celia del Palacio Montiel, adota essa moldura justamente para criticá-la (Arroyave, 2023; Colón Zayas, 2023; Palacio Montiel, 2023; Simonson et al., 2023). “Seria possível, ou mesmo pertinente, realizar uma história dos estudos em comunicação ao longo das Américas?” (Palacio Montiel, 2023, p. 2). Palacio Montiel não descarta a possibilidade futura, mas expressa preocupação de que um “projeto generalizante” centrado no hemisfério possa invisibilizar as características e histórias distintivas da pesquisa em comunicação na América Latina⁷. A maioria dos demais artigos endossa, ainda que de forma implícita, o alerta de Palacio Montiel por meio de suas opções de enquadramento. Eles posicionam a tradição latino-americana como eixo central, situando outras regiões — incluindo Europa, Estados Unidos e o Norte Global de forma mais ampla — em segundo plano ou em contextos complexos. A geografia predominante da coletânea concentra-se na América Latina, com uma linha pontilhada que se estende ao norte, rumo aos Estados Unidos, atravessando o Atlântico até a Península Ibérica e, em seguida, alcançando a França⁸. O Canadá anglófono, Quebec e o Caribe francófono ou anglófono são raramente mencionados⁹.

Há diversas razões plausíveis para que ambas as coleções priorizem a América Latina. A região constitui o foco principal das revistas *MATRIZES* e *Comunicación y Sociedad*, que publicam em seus idiomas predominantes¹⁰. Ademais, a maioria dos dezessete autores está baseada na América Latina, e todos os artigos — com exceção de dois — foram originalmente redigidos em espanhol ou português¹¹. Vale considerar, ainda, que a edição especial da *MATRIZES* foi concebida sob um escopo amplo, com foco na “internacionalização” do campo, sem dar ênfase ao enquadramento das “Américas”¹². Essa foi, naturalmente, uma decisão editorial, e também se observa uma adesão tímida à formulação “Américas” entre os artigos oriundos da conferência de 2022.

Assim, queremos apontar uma razão complementar, em um espírito de autorreflexividade e com as posições dos editores estadunidenses desta revista em primeiro plano¹³. Um tema que atravessa a maioria dos dezessete artigos, de diferentes maneiras, é a desigualdade estrutural que marcou o desenvolvimento e a recepção da pesquisa em comunicação na América Latina (ver, especialmente, Arroyave, 2023; Serra, 2023; Torrico Villanueva, 2023; Waisbord, 2023). Como mencionado anteriormente, os Estados Unidos aparecem, de fato, em vários dos ensaios das coletâneas, incluindo o nosso. O contexto em que essa presença é tratada reflete, de diferentes formas, o papel dos EUA como potência colonialista, hegemônica no hemisfério e imperialista do ponto de vista intelectual. Alguns artigos se detêm sobre a imposição, nas primeiras décadas do pós-guerra, de

um modelo norte-americano de pesquisa em comunicação — quantitativo, supostamente universalista, mas enraizado (muitas vezes de maneira velada) no projeto estadunidense da Guerra Fria (Colón Zayas, 2023, pp. 2–5; Druetta, 2023, pp. 159–162; Torrico Villanueva, 2023, pp. 65–68; Simonson et al., 2023, pp. 196–199). A resistência latino-americana, nas décadas de 1970 e 1980, ao campo dominante nos EUA, inclusive ao seu paradigma da “modernização”, também é amplamente registrada ao longo dos textos (por exemplo, Arroyave, 2023, pp. 10–11; Colón Zayas, 2023; Druetta, 2023, pp. 163–164; Rüdiger, 2023). Muitos artigos destacam, ainda, o crescimento de coordenadas intelectuais autóctones, enraizadas nas histórias específicas da região e na incorporação criativa do pensamento crítico europeu (Averbeck-Lietz, 2023, pp. 259–262; Rüdiger, 2023; Waisbord, 2023, pp. 296–299). Essa “rica tradição híbrida”, para tomar emprestada a expressão de Silvio Waisbord (2023), floresceu paralelamente ao estabelecimento de associações regionais e de outras formas de intercâmbio sistemático¹⁴. Diversas contribuições, por fim, abordam as perversões estruturais — silenciamentos e distorções — do “sistema acadêmico mundial” neoliberal, que ganhou força nas últimas três décadas (Arroyave, 2023). Mais uma vez, os Estados Unidos são implicados — como um pilar da formação do Norte Global disfarçado de “internacional” e como ponta de lança da hegemonia da língua inglesa. Ao longo desse período, desde as primeiras décadas do pós-guerra até o presente, a grande maioria dos acadêmicos norte-americanos permaneceu alegremente alheia ao trabalho de seus colegas latino-americanos.

Centramos nossa contribuição a *MATRIZES* nesse tema: o entrelaçamento colonialista entre o imperialismo estadunidense e a indiferença nas relações acadêmicas com a América Latina. Nossa abordagem foi destacar o universalismo não marcado da historiografia norte-americana, tanto de maneira geral quanto em relação à América Latina. “A tarefa urgente para os historiadores dos estudos em comunicação nos EUA”, escrevemos, “é provincializar e particularizar o campo tal como se desenvolveu naquele país, situando-o dentro de movimentos internacionais de ideias, instituições e povos que constituíram o campo em escala global” (Simonson et al., 2023, pp. 190–191). A revista *History of Media Studies* foi fundada com objetivos semelhantes. Assim, organizamos a conferência “Across the Americas” em 2022 com a esperança de que um enquadramento pan-americano pudesse sustentar um acerto de contas há muito necessário com os entrelaçamentos entre Sul e Norte dentro do hemisfério. Ao mesmo tempo, expressamos certa preocupação de que tal projeto pudesse levar à criação de uma “nova narrativa mestra”, inadvertidamente influenciada por nossa posição enquanto acadêmicos estadunidenses, brancos e homens (Simonson et al., 2023, p. 191).

Uma das lições que extraímos das coletâneas *MATRIZES* e *Comunicación y Sociedad* é a importância de escutar essas inquietações — de abordar qualquer projeto historiográfico pan-americano com humildade e à luz das histórias de dinâmicas estruturais de poder e apagamentos no hemisfério. Isso implica, entre outras coisas, valorizar as histórias singulares da pesquisa em comunicação na América Latina, com atenção especial à historiografia produzida por e para os pesquisadores da região. Implica, também, refletir sobre nossas próprias posições — e as dos autores presentes nas três coletâneas — dentro de um sistema acadêmico “global” que continua profundamente ocidentalizado, apesar dos apelos (em grande parte simbólicos) por uma “desocidentalização” do campo. Em outras palavras, qualquer história dos estudos em comunicação nas Américas deve também ser uma sociologia histórica do conhecimento acadêmico — uma que seja sensível, em especial, aos apagamentos epistemológicos, passados e persistentes. Este é um tema que, de forma bastante pertinente, atravessa grande parte das contribuições nas coletâneas *MATRIZES* e *Comunicación y Sociedad* (especialmente, Serra, 2023; também Arroyave, 2023, pp. 13–15; León-Duarte, 2023; Torrico Villanueva, 2023, pp. 59–61).

SEÇÃO ESPECIAL: HISTÓRIAS ENTRELAÇADAS PELAS AMÉRICAS

Diante dos múltiplos entrelaçamentos que informam a história dos estudos de mídia e comunicação nas Américas, os artigos desta seção especial traçam diversos caminhos possíveis para descrever e refletir sobre seus respectivos objetos.

A seção tem início com o estudo histórico de Nova Gordon-Bell sobre os estudos em comunicação e mídia no Caribe Anglófono — uma contribuição exemplar ao traçar os espaços e ideias compartilhados e contestados que emergem no diálogo Norte-Sul, com atenção especial aos efeitos do domínio colonial. Em seu ensaio, Gordon-Bell compreende as instituições como ferramentas ideológicas de dominação e controle, uma posição particularmente adequada para uma região onde, como ela relata, o domínio colonial britânico pressupunha que o conhecimento só poderia advir da metrópole. Essa concepção de conhecimento moldou o funcionamento do *University College of the West Indies*, que se tornou a *University of the West Indies* em 1962, no mesmo ano da independência da Jamaica. Embora os legados desse sistema colonial ainda estejam presentes de diversas formas, a narrativa apresentada por Gordon-Bell destaca como os estudos em comunicação no Caribe Anglófono se inspiraram no Movimento dos Países Não Alinhados e na proposta da UNESCO para uma Nova Ordem Mundial de Informação e Comunicação (*New World Information and Communication Order*, NWICO). O primeiro-ministro da Jamaica Michael

Manley engajou-se na causa dos Não Alinhados, e a formação universitária em comunicação passou a enfatizar a capacitação profissional de jornalistas e outros trabalhadores da mídia. A *Caribbean School of Media and Communication* (CARIMAC), então denominada *Caribbean Institute of Mass Communication*, foi criada na *University of the West Indies*, impulsionada pelo clima político favorável ao Movimento dos Não Alinhados e ao socialismo democrático. Aggrey Brown, diretor do CARIMAC entre 1979 e 2002 e figura polímata da mídia com diversas conexões com a imprensa local, desenvolveu um curso introdutório para os estudantes do instituto. Gordon-Bell compara esse curso a um “cavalo de Troia”, cujo título aparentemente inofensivo — *Communication, Culture, and Caribbean Society* — ocultava uma abordagem profundamente crítica, com ênfase em questões de poder, propriedade dos meios de comunicação, identidade e política caribenhas. As leituras do curso incluíam *Pedagogia do Oprimido*, de Paulo Freire (1972); *The Media Are American*, de Jeremy Tunstall (1977); e o Relatório MacBride (*International Commission for the Study of Communication Problems*, 1980). Desde a década de 1970, as reconfigurações políticas globais, as demandas locais e as pressões sobre o meio acadêmico têm desviado os estudos em comunicação na Jamaica de suas inclinações mais críticas, em direção a uma formação voltada ao mercado de trabalho e à conformidade com exigências de certificação norte-americanas. Gordon-Bell conclui sua análise refletindo sobre a importância de que a produção de conhecimento a partir do Caribe Anglófono se concentre na promoção da mudança.

Assim como Gordon-Bell posiciona o Caribe Anglófono como um ponto focal para a compreensão das dinâmicas hemisféricas e globais de dominação e resistência, Yamila Heram e Santiago Gándara elegem uma figura individual — a norte-americana Elizabeth Fox, pioneira na economia política crítica da mídia — como objeto de sua análise. Os autores demonstram como as peregrinações de Fox por onze países a tornam uma figura “transnacional” exemplar, propensa à colaboração com outros intelectuais também transnacionais. Heram e Gándara vinculam essa trajetória ao legado intelectual e institucional de Fox. A partir de uma meta-análise de sua obra e de entrevistas semiestruturadas com a própria Fox, os autores oferecem um retrato revelador do foco emergente da pesquisadora em temas dos estudos de mídia, que parecem ter sido impulsionados por sua propensão a transitar por fronteiras geográficas e epistemológicas. Essa perspectiva se evidencia em três momentos explorados pelos autores na trajetória de Fox: (1) seus estudos iniciais, quando residia em Bogotá, sobre economia da mídia e suas intervenções em favor das Políticas Nacionais de Comunicação e da proposta da NWICO; (2) sua produção mais reflexiva e reconceitualizadora durante a década de 1980, quando viveu em Buenos Aires e, posteriormente,

em Paris; e (3) seus trabalhos mais recentes, muitos deles desenvolvidos em Washington, D.C., voltados à implementação de programas de saúde. Heram e Gándara observam que, assim como ocorre com muitas figuras transnacionais e com inúmeras mulheres no meio acadêmico, Fox sofreu com uma marcante falta de visibilidade tanto nos contextos acadêmicos norte-americanos quanto latino-americanos — uma injustiça que este artigo contribui para reparar.

O objetivo de identificar vertentes significativas de influência intra-hemisférica também pode ser alcançado por meio da problematização das próprias fronteiras e da valorização dessas fronteiras como momentos geradores na construção de significados. Michael Darroch torna as fronteiras e os comportamentos fronteiriços centrais em sua análise das histórias canadense e quebequense dos estudos da comunicação, ao afirmar que as travessias de fronteiras — literais e figuradas — assumiram um papel de destaque em determinados momentos do desenvolvimento do campo da comunicação. Trata-se da “imaginação fronteiriça” que Darroch identifica em ação no contexto dos estudos de mídia na América do Norte — uma imaginação na qual as fronteiras oferecem alguns dos substratos imaginários que moldaram a forma como a comunicação passou a ser estudada. Darroch recorre às ideias e ao exemplo do notório transgressor de fronteiras Vilém Flusser — cuja própria história diaspórica inclui o nascimento em Praga, a fuga para Londres, a mudança para o Brasil e, posteriormente, o retorno à Europa — para desenvolver uma terminologia que centralize os atos de tradução, o pensamento nômade e o diálogo que impulsionam seu artigo. As fronteiras e suas travessias ocuparam um lugar importante na obra de Marshall McLuhan e Harold Innis, desempenhando também um papel fundamental na forma diferenciada como esses dois estudiosos foram recebidos em Quebec e no Canadá anglófono. Darroch volta-se, então, para as travessias discursivas e disciplinares em operação na revista *Media Probe*, que mais tarde se tornaria a *Canadian Journal of Communication*, e na revista sediada na Universidade Laval, *Communication Information*, posteriormente intitulada *Communication, Information, Médias, Théories*. A mesma produtividade das fronteiras pode ser identificada na fundação da *Canadian Communication Association*. Darroch nos deixa com uma impressão vívida das possibilidades associadas ao que denomina “hábitos multifocais de visão”, nos quais a dualidade comumente atribuída às fronteiras é substituída por uma valorização das camadas comoventes de multivocalidade que podemos recuperar a partir de histórias devidamente contextualizadas dos estudos da mídia.

Raúl Fuentes Navarro, como mencionado anteriormente, foi um dos responsáveis por impulsionar esta seção especial, bem como suas coleções complementares nas revistas *MATRIZes* e *Comunicación y Sociedad*. Seu artigo

apresenta uma perspectiva institucional caracteristicamente vigorosa — ainda que também matizada — sobre a história dos estudos interamericanos em mídia e comunicação. Ele inicia com uma cuidadosa contextualização, chamando atenção para a historicidade da terminologia utilizada para se referir às Américas e, em seguida, vincula essa instabilidade discursiva ao que denomina “internacionalismo desintegrado” — uma dinâmica que, segundo argumenta, opera nas estruturas institucionais que abrigam os estudos da comunicação em todo o hemisfério. Fuentes Navarro concentra nossa atenção em três instituições de destaque com foco na América Latina: o Centro Internacional de Estudos Superiores em Comunicação para a América Latina, a ALAIC e a Federação Latino-Americana de Faculdades de Comunicação Social. Essas três instituições atuaram como agentes do internacionalismo desintegrado que o autor aponta, servindo, por um lado, como canais de influência transnacional e, por outro, como espaços de preservação das tendências intelectuais autóctones latino-americanas, bem como das importantes diferenças nacionais na produção acadêmica ao longo da região. Rejeitando um modelo de soma zero para as relações entre os Estados Unidos e a América Latina no contexto da história dos estudos em comunicação e mídia, Fuentes Navarro afirma que devemos — seguindo o modelo e as palavras de Luis Ramiro Beltrán — reconhecer a complexidade envolvida na organização do trabalho acadêmico, evitando tanto o dogmatismo quanto a ilusão de uma ciência “isenta de valores”.

As conexões interamericanas que Fuentes Navarro evidencia no plano institucional também podem ser observadas no plano discursivo. Em uma tradução de um artigo publicado anteriormente, Erick Torrico Villanueva (2015) mostra como os estudos interamericanos em comunicação se desenvolveram discursivamente a partir de uma abordagem centrada em uma investigação científica positivista oriunda das tradições acadêmicas ocidentais — particularmente estadunidenses. Esse foco estreito em uma única forma de conhecer resultou em um “pensamento abissal”, no qual qualquer outra epistemologia é colocada como algo distinto do verdadeiro conhecimento. Torrico Villanueva explora como essa compreensão das tradições do saber ao redor do mundo se manifesta nos estudos de comunicação nos Estados Unidos, na Europa e na Ibero-América, por meio de uma análise crítica de manuais acadêmicos de referência. Ele identifica uma escassa reflexividade quanto às posições intelectuais adotadas e uma dependência excessiva das ideias provenientes dos Estados Unidos e da Europa Ocidental. Torrico Villanueva conclui que o trabalho que temos pela frente exigirá enxergar a comunicação — e seu estudo — por meio de lentes menos completamente tingidas por ideias e práticas estadunidenses e europeias ocidentais.

O foco nos entendimentos dominantes sobre as relações interamericanas na história dos estudos em mídia orienta a contribuição cuidadosamente calibrada de Afonso de Albuquerque, que aplica a noção de imperialismo intelectual a essas relações transnacionais. Albuquerque inicia a sexta e última entrada desta seção especial com a observação de que o interesse acadêmico pelo imperialismo cultural diminuiu nas últimas décadas — talvez porque o próprio imperialismo cultural tenha sido amplamente assimilado pela cultura acadêmica global. Ele coloca o imperialismo cultural ao lado de conceitos correlatos, especialmente o imperialismo midiático — no qual os meios de comunicação se tornam instrumentos utilizados por potências imperiais para impor sua influência — e o imperialismo intelectual — em que países poderosos impõem suas formas de produzir conhecimento a outras nações. Albuquerque descreve como instituições acadêmicas (incluindo universidades, organizações filantrópicas e periódicos científicos) exercem uma influência coletiva sobre os contornos do trabalho acadêmico (e para-acadêmico), promovendo o modelo estadunidense como referência para os estudos de comunicação na América Latina. Ele ilustra esse tipo de imperialismo intelectual por meio de um estudo de caso sobre o Knight Center for Journalism in the Americas (da Universidade do Texas), particularmente no modo como o centro tem operado por meio da Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo. Os modelos estadunidenses de estudo, prática e formação em jornalismo, quando aplicados ao contexto político do Brasil, contribuíram significativamente para a desestabilização da política nacional. O argumento mais amplo de Albuquerque é a permanência do imperialismo intelectual como chave analítica relevante para a compreensão da história transnacional do campo.

Tomados em conjunto, os artigos desta seção apresentam um argumento sólido — ainda que com ressalvas — a favor das “Américas” como um referencial analítico. Sem ignorar os padrões de dominação, sem isolar a região de outras fontes de influência e sem posicionar “as Américas” como um referente estável, esta seção especial da *History of Media Studies* dá voz a modos linguísticos, discursivos, metodológicos e institucionais de influência e estabilidade tanto transnacionais quanto intranacionais. A seção não inaugura essa reflexão, mas retoma fios de atenção acadêmica e influência intelectual para entrelaçá-los sob a rubrica hemisférica. “As Américas”, nos ensaios aqui reunidos, configuram-se como uma provocação para se explorar algo além das tendências nacionais ou globais na historiografia do campo — uma oportunidade para reconfigurar essas histórias herdadas, por assim dizer, do Cone Sul aos pontos mais ao norte. ■

REFERÊNCIAS

- Arroyave, J. (2023). Develando las razones del diálogo asimétrico: Explorando la exclusión en el campo de la comunicación/Unveiling the reasons for asymmetrical dialogue: Exploring exclusion in the field of communication. *Comunicación y Sociedad*, 20, e8719. <https://doi.org/10.32870/cys.v2023.8719>
- Averbeck-Lietz, S. (Ed.). (2017). *Kommunikationswissenschaft im internationalen Vergleich: Transnationale Perspektiven*. Springer.
- Averbeck-Lietz, S. (2023). Sobre os elos (perdidos) entre as pesquisas em midiatização alemã, latino-americana e francesa: Reflexões sobre os diversos meios de pesquisa e suas tradições. *MATRIZES*, 17(3), 241–272. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p241-272>
- Babini, D. (2020). Toward a global open-access scholarly communications system: A developing region perspective. In M. P. Eve & J. Grey (Eds.), *Reassembling Scholarly Communications* (pp. 331–41). MIT Press.
- Cicalese, G. R. (2023). Internacionalización y raíces identitarias de la comunicación en Argentina. *MATRIZES*, 17(3), 217–240. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p217-240>
- Colón Zayas, E. R. (2023). Estudios de comunicación desde el pensamiento caribeño: Contribuciones de Luis Ramiro Beltrán, Frantz Fanon y Stuart Hall sobre desarrollo e identidad cultural. *Comunicación y Sociedad*, 20, e8628. <https://doi.org/10.32870/cys.v2023.8628>
- Da Porta, E. (2023). A internacionalização da pesquisa em comunicação: Algumas notas críticas e uma proposta. *MATRIZES*, 17(3), 273–294. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p273-294>
- Dall’Orso, A. R. (2022). Investigación de la comunicación en Iberoamérica: Una paleta diversa. *Cuadernos.info*, (53), 1–7. <https://doi.org/10.7764/cdi.53.53863>
- Druetta, D. C. (2023). Jornada da comunicação latino-americana rumo à sua internacionalização. *MATRIZES*, 17(3), 155–172. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p155-172>
- Freire, P. (1972). *Pedagogy of the Oppressed*. Penguin.
- Fuentes Navarro, R. (2023). Presentación. Historias de los estudios de comunicación en las Américas. *Comunicación Y Sociedad*, 20, e8737. <https://doi.org/10.32870/cys.v2023.8737>
- Ganter, S. A., & Ortega, F. (2019). The invisibility of Latin American scholarship in European media and communication studies: Challenges and opportunities of de-Westernization and academic cosmopolitanism. *International Journal of Communication*, 13, 68–91. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/8449>

- International Communication Association. (2021, maio 26–27). *Exclusions in the history and historiography of communication studies/Exclusiones en la historia e historiografía de los estudios de comunicación*. International Communication Association preconference, virtual. <https://hms.medias-studies.press/pub/schedule>
- International Commission for the Study of Communication Problems. (1980). *Many Voices, one world: Towards a new, more just, and more efficient world information and communication order*. UNESCO.
- León-Duarte, G. A. (2023). Cruces y límites en la investigación sobre comunicación: El sentido práctico interdisciplinar. *MATRIZes*, 17(3), 117–140. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p117-140>
- Moragas Spà, M. (2023). Investigar la comunicación: Entre el pasado y la prospectiva. *MATRIZes*, 17(3), 143–154. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p143-154>
- Paulino, F. (2023). América Latina, internacionalização e reciprocidade acadêmica. *MATRIZes*, 17(3), 173–185. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p173-185>
- Paulino, F., Kaplún, G., Vicente-Mariño, M., & Custodio, L. (Eds.). (2020). *Research traditions in dialogue: Communication studies in Latin America and Europe*. Porto.
- Palacio Montiel, C. D. (2023). Historia de los estudios de comunicación desde las regiones de América Latina: Las historias conectadas como recurso para el análisis. *Comunicación y Sociedad*, 20, 1–19. <https://doi.org/10.32870/cys.v2023.8609>
- Rodríguez Benito, M. E., Pérez-Peláez, M. E., & Martín García, T. (2023). Investigación en comunicación: Diferencias entre Península Ibérica y América Latina. *Cuadernos.info*, (54) 182–204. <https://doi.org/10.7764/cdi.54.51309>
- Rüdiger, F. (2023). Adeus à crítica? Passado e presente da teoria e método na pesquisa em comunicação de massa. *MATRIZes*, 17(3), 73–99. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p73-99>
- Sandoval García, C. (2023) Textos, audiencias y medios de comunicación: La persistencia de las preguntas. *MATRIZes*, 17(3), 101–116. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p101-116>
- Serra, P. (2023). O espaço ibero-americano de ciências da comunicação e as epistemologias do Sul. *MATRIZes*, 17(3), 29–54. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p29-54>
- Simonson, P., Park, D. W., & Pooley, J. (Eds.) (2022a). *Exclusions in the history of media studies/Exclusiones en la historia de los estudios de medios*.

- History of Media Studies*, 2, Special Section. <https://hms.mediastudies.press/volume-two>
- Simonson, P., Park, D. W., & Pooley, J. (2022b). Exclusions/Exclusiones: The role for history in the field's reckoning. *History of Media Studies*, 2, 1–27. <https://doi.org/10.32376/d895a0ea.ed348e03>
- Simonson, P., & Park, D. (Eds.). (2016). *The international history of communication study*. Routledge.
- Simonson, P., Pooley, J., & Park, D. (2023). A história dos estudos de comunicação nas Américas: Uma visão dos Estados Unidos. *MATRIZES*, 17(3), 189–216. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p189-216>
- Sodré, M. (2023). A ruptura paradigmática da comunicação. *MATRIZES*, 17(3), 19–27. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p19-27>
- Torrico Villanueva, E. R. (2023). Colonialidade do saber na internacionalização dos estudos sobre comunicação: Abordagem do caso da América Latina. *MATRIZES*, 17(3), 55–72. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p55-72>
- Torrico Villanueva, E. R. (2015). La comunicación “occidental”. *Oficios Terrestres*, 1(32), 3–23. <https://perio.unlp.edu.ar/ojs/index.php/oficiosterrestres/article/view/2381>
- Tunstall, J. (1977). *The media are American*. Columbia University Press.
- Vassallo de Lopes, M. I., & Fuentes Navarro, R. (2023). Histórias da internacionalização do campo de estudos da comunicação. *MATRIZES*, 17(3), 5–16. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p5-16>
- Waisbord, S. ¿Cómo enfrentar las desigualdades de la academia global en los estudios de comunicación? Colaboración, crítica y curiosidad. *MATRIZES*, 17(3), 295–315. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p295-315>
- Wiedemann, T., & Meyen, M. (2016). Internationalization through Americanization: The expansion of the International Communication Association's leadership to the world. *International Journal of Communication*, 10, 1489–1509. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/4504>

Artigo recebido em 19 de fevereiro de 2025 e aprovado em 1 de março de 2025.

Rastreando questões comunicacionais

Tracking communication issues

JOSÉ LUIZ WARREN JARDIM GOMES BRAGA^a

Universidade Federal de Goiás. Goiânia – GO, Brasil

RESUMO

O artigo propõe um programa de pesquisa com base em uma perspectiva abrangente sobre questões comunicacionais, em vista de uma aproximação heurística, crítica ou praxiológica, não dependente de uma teoria geral. O programa parte de um conjunto de premissas a serem testadas por um rastreamento de questões da práxis social que mostram características de seu processo comunicacional. O texto desenvolve um exercício preliminar sobre dois artigos acadêmicos que oferecem análises e reflexões sobre situações diferentes. Faz um rastreamento das questões específicas aí tratadas, na perspectiva proposta, e desenvolve inferências sobre sua relação com o horizonte interacional comum.

Palavras-chave: Programa de pesquisa, desafio abrangente, metodologia de pesquisa, epistemologia.

ABSTRACT

The article proposes a research program based on a comprehensive perspective on communication issues to enable a heuristic, critical, or praxiological approach, without depending on a general theory. The program starts from a set of premises to be tested by tracking issues of social praxis that show characteristics of its communication process. The text develops a preliminary exercise on two academic articles which offer analyses and views about different situations. It tracks the specific issues addressed therein, following the proposed perspective and develops inferences about their relationship with the common interactional horizon.

Keywords: Research program, comprehensive challenge, research methodology, epistemology.

^a Professor Visitante no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Comunicação pelo Institut Français de Presse. Pós-Doutorado em Comunicação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor Emérito da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos). ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3742-1119>. E-mail: bragawarren@gmail.com.

INTRODUÇÃO

INTERAGIR É UM problema. Como agir em conjunto com os outros, se somos diversos e, bem mais que isso, modificamo-nos através da existência, fazendo variar nossas ações e gestos na medida em que, interagindo com os demais, diversificamos nossa experiência e aprendemos? Ou, muitas vezes, não aprendemos — e, quando as circunstâncias se modificam, não percebemos que outros mudaram.

Assim, interagir é um problema. Em primeiro lugar, um problema prático, pois nascemos e vivemos interagindo, nas mais diversas e imagináveis (mas nem sempre previsíveis) circunstâncias. O ser humano segue a vida inventando culturas, padrões e modos de agir para enfrentar esse problema, diversificando suas interações para sobreviver e para criar ambientes em que as ações mais ou menos funcionem, quem sabe assegurando algum sentido.

Sendo um problema da práxis social, propõe-se também como um problema de conhecimento sobre essa prática. Dada a extraordinária variedade de modos, circunstâncias e dinâmicas, é possível pensar em uma ciência dos infinitos gestos comunicacionais que exercem essa interação?

Não se trata de assegurar uma teoria geral explicativa e paradigmática sobre a comunicação nem de conceituar — e sim de gerar conhecimentos que sirvam, em modo heurístico, para compreender os processos e descobrir suas lógicas: observar a práxis social com um programa de pesquisa. A pergunta é: podemos descobrir os processos da comunicação — variados como são — com alguma sistematicidade, suficiente para constituir conhecimentos transversais à variedade de ações e de critérios seletivos de tais processos?

O presente artigo se organiza em duas partes. Na primeira, apresentamos o programa para desenvolver a pesquisa comunicacional. Na segunda, fazemos um teste do programa.

PARTE I: UM PROGRAMA DE PESQUISA

Objetivos

Não é preciso dispor de uma teoria comunicacional prévia para encaminhar um programa de pesquisa consistente e amplo. O conhecimento histórico e a antropologia demonstram essa possibilidade. O primeiro, por depender pouco de teorias abrangentes, sendo capaz de organizar, com solidez tradicional, programas rigorosos de pesquisa. A antropologia, antecedendo suas teorizações por programas de pesquisa que lhes dão sustentação.

Um programa de pesquisa com objetivo abrangente deve viabilizar a percepção de dinâmicas comunicacionais na diversidade de situações que interessam

à área de conhecimento, ao mesmo tempo assegurando que essa compreensão de dinâmicas não reduza o interesse e a necessidade de aprender as lógicas próprias e específicas de cada situação singular em estudo.

O programa de pesquisa que proponho, embora elabore teorizações, é mais metodológico que teórico. Essa afirmação não significa dispensar teorias. Não só porque o campo da comunicação tem desenvolvido teorias próximas dos objetos de pesquisa que concentram sua atenção, mas também porque precisamos dos conhecimentos que teorias de outras ciências humanas e sociais oferecem, para apreendermos a especificidade das situações que queremos estudar. Reconhecer essa possibilidade não corresponde a uma posição interdisciplinarista, que não pode ser a base dos estudos de comunicação. A interdisciplinaridade seria um imbricamento de visadas teóricas focadas em *questões próprias das diferentes ciências participantes*. A necessidade de conhecimentos teóricos alheios, na comunicação, refere-se a *respostas produzidas* pelos campos vizinhos — sem nos tornarmos dependentes de suas questões. A expressão mais exata para esse uso é “intercâmbio científico”. Todas as ciências exercem um intercâmbio de respostas; enquanto o interdisciplinar é uma atividade exercida em comum, para atender a questões conjuntas.

Projetar a diversidade de ocorrências e processos comunicacionais sobre um horizonte comum, abrangente, não implica encontrar um conceito unificado que defina centralmente “o que é a comunicação”, em meio à variação de ocorrências. Inversamente, corresponde a tentar perceber, nessa perspectiva de abrangência, a variação de modos e processos pelos quais as dinâmicas comunicacionais se manifestam no espaço social.

Por esse motivo, o que busco é um horizonte epistêmico, o mais largo possível, para caracterizar o que seja o *problema comunicacional* — que situo na conjunção de três elementos. Os dois primeiros são o fato biológico da diversidade e o fato social da diversificação da espécie humana, como fatores de adaptatividade e de flexibilidade. Esses dois elementos exigem, por sua vez, o terceiro: que os participantes sociais enfrentem o desafio interacional de articular, de modo eficaz, essa diversidade dinâmica. Sem o que a vantagem adaptativa se desfaz. Considero esse problema como caracterizador do horizonte abrangente; observando, em seguida, que a questão se concretiza, na práxis social, em formas e condições infinitamente variáveis.

Não proponho, portanto, uma “teoria da comunicação”. Nosso programa de pesquisa não pretende oferecer uma explicação unificada nem um encaminhamento padrão, e sim uma busca de percepções heurísticas, críticas e praxiológicas relacionadas ao que se mostre — na diversidade social — como caso específico de questões comunicacionais.

Com uma meta principal de busca de consistência na constituição do campo da comunicação, sem fazer imposições sobre a diversidade das pesquisas, os objetivos centrais do programa correspondem a:

- a) centrar o foco em questões comunicacionais e não em conceitos essencialistas do que seja comunicação;
- b) entender comunicação como quaisquer trabalhos da diversidade humana na construção de articulações entre as diferenças existentes e produzidas em sociedade;
- c) perceber a dinâmica comunicacional como processo integrado a todas as ações humanas na práxis social, cabendo compreendê-la pelas lógicas exercidas a cada caso, a cada situação, a cada momento;
- d) abordar as questões específicas da situação investigada, perseguindo suas lógicas próprias, e aprofundar o estudo por uma ida e volta entre estas e as questões comunicacionais abrangentes percebidas.

No conjunto de estudos diversificados, o que se quer não é construir uma rede de conceitos, mas descobrir diferentes características nos processos comunicacionais, com a expectativa de perceber sua presença eventual nos gestos comunicacionais que se exerçam em situações variadas.

O próximo item apresenta um conjunto de premissas na constituição desse horizonte abrangente. São ainda premissas experimentais, como base de um programa de pesquisa em elaboração, para o qual desenham uma perspectiva de pesquisa e uma abordagem de modo a alcançar a diversidade de temas, urgências e projetos que a experiência sociocultural constantemente desenvolve.

Após tal delineamento mínimo da perspectiva, o artigo apresenta, como primeiro teste, um exercício analítico-inferencial sobre estudos de situações concretas de realidade.

Premissas

Nosso programa de pesquisa é voltado para o estudo de situações específicas diversificadas, observadas em conexão com o desafio interacional abrangente. Trata-se de buscar questões comunicacionais na vida prática da sociedade; em quaisquer situações, estudadas ou não por outras ciências, nos termos de suas próprias questões. Isso é exatamente o que a área vem fazendo, nas pesquisas individuais, nas linhas de pesquisa dos PPGs e nas entidades de pesquisa. Os grupos de trabalho (GTs) da Compós exemplificam bem a diversidade de tais estudos — nos temas, como nas abordagens setoriais de cada GT. Nosso programa implica projetar essas questões específicas sobre um horizonte comum, buscando macroquestões de ordem comunicacional. Proponho e desenvolvo

esse horizonte em artigos anteriores (Braga, 2022a, b, 2023), que elaboram as bases principais do programa de pesquisa.

Uma abordagem em ida e volta reiterada entre o horizonte abrangente e as questões específicas encontradas na observação de situações diversas da realidade pode ampliar conhecimentos a partir dos aportes mútuos sucessivamente realizados.

As dez premissas a seguir, fundamentadas nos artigos referidos, sintetizam as bases do horizonte abrangente.

Problemas e questões da práxis social, em vez de conceitos

Devemos evitar uma conceituação que tente expressar uma essência do que seja comunicação. Focar a atenção em pretendidas essências circunscreve e exclui. A palavra “comunicação” expressa uma dinâmica processual extremamente variável e, portanto, difícil de caracterizar por um conceito que pretenda abranger a diversidade de situações e ocorrências. Assim, em vez de definir o que é o processo comunicacional, caracterizamos o *problema comunicacional*: as questões que constituem esse processo.

Dar mais ênfase ao processo que ao gesto comunicacional

Dada a complexidade do processo, há uma tendência de usar a palavra “comunicação” em referência ao gesto que a exerce — a ação de um participante ou o “produto” correlato (mensagem, fala específica, texto, imagem, argumento, gesto físico...). Certamente, são elementos importantes. Há outros ainda. Em nossa perspectiva, entretanto, vamos enfatizar a palavra “comunicação” para o processo conjunto dos elementos pertinentes — processo dinâmico e infinitamente variável em suas composições.

Identificar aspectos comunicacionais

Na práxis social, o gesto com objetivo comunicacional é imbricado com as estratégias operacionais dos campos sociais de sua ocorrência e com os contextos específicos do fazer humano. A pergunta, aqui, é: como identificar o aspecto comunicacional, ao mesmo tempo não o separando dos contextos de ocorrência? O que viabiliza a identificação é perceber, integrados nas ações e nas circunstâncias, os aspectos que atendem (ou buscam atender) a um problema — urgência ou projeto — apreensível, este, como *de ordem comunicacional*.

Diversidade e composição como processos adaptativos

O que é, então, um “problema comunicacional”? No nível de um horizonte epistêmico, temos um começo de perspectiva abrangente. A diversificação humana, com sua flexibilidade, é uma vantagem adaptativa da espécie diante da diversidade de circunstâncias. Ao mesmo tempo, porém, torna frágil o espécime isolado. A vantagem adaptativa só se completa por meio de dinâmicas de composição entre os diversos — a serviço do enfrentamento conjunto dos problemas específicos que exigem, ou venham a exigir, algum processo articulado.

O desafio comunicacional é articular a diversidade

Consideraremos, então, como problema comunicacional toda e qualquer questão na práxis social (urgência ou projeto) em que, de algum modo — estabelecido ou tentativo, eficaz ou não —, participantes diversos tenham que relacionar suas singularidades no enfrentamento do desafio posto pela situação. Assim, entendemos o problema comunicacional como esse desafio, extensamente presente na sociedade humana, pelo qual, para qualquer tipo de objetivo, é preciso articular a diversificação humana.

Não reduzir diferenças: compor singularidades

A diversidade de estratégias e a integração entre o desafio comunicacional e os objetivos práticos imediatos mostram que “fazer coisas em conjunto” não corresponde a um processo simples de consensualidade — expressão que fica na superfície mais tênue da comunicação. Seria equivocado considerar que a comunicação entre participantes diferentes implique uma meta prioritária de reduzir diferenças. Ao contrário, é relevante compor singularidades diversas, em favor do enfrentamento de questões complexas.

Diversificação da experiência dos participantes

Embora o trabalho comunicacional possa corresponder a ajustes, reduzindo a aspereza da diversidade, uma parte importante do trabalho comunicacional envolve, também, *produzir modificações diversificadoras*. Por um lado, pela variação de procedimentos no enfrentamento das circunstâncias. Por outro lado, pela transformação da experiência dos participantes, através dos gestos comunicacionais ativados — transformação que não os padroniza, antes modifica sua própria singularidade dentro da composição.

A dinâmica comunicacional: variações e seleção

Na interação humana, os participantes exercem ações e discursos plurais e diversos. Deixando de lado as causas de tais direcionamentos, o que importa é

essa produção de variações. As variações, viabilizadas pela diversidade humana, derivam das urgências a enfrentar e dos projetos a realizar. A práxis social tem, portanto, que fazer a seleção entre as variações surgentes. A seleção se exerce conforme fatores e critérios múltiplos, a partir das condições de contexto e dos agentes participantes.

Tensões entre transformação e estabilidade

A transformação, resultante de variação e seletividade, é, assim, comunicacionalmente produzida. Nesse processo, há uma tensão dialética constante entre transformar e estabilizar. Estabilidade é um estado provisório dos modos interacionais, com maior ou menor duração e abrangência. Há uma expectativa, sempre em causa, de que a estabilidade se mostre pertinente, adaptada aos parâmetros da realidade e com flexibilidade suficiente para ajustes às mudanças da realidade circundante.

Perspectiva: linha de conexão entre desafio abrangente e situações específicas

A perspectiva assumida pelo programa de pesquisa sobre questões e processos comunicacionais é uma linha de conexão entre o desafio interacional abrangente e a situação específica a enfrentar na práxis social. A especificidade das questões a serem rastreadas é trazida pela situação, com todas as suas características, objetivos e estratégias pertinentes ao campo prático de ocorrência. A dinâmica comunicacional se mostra nesse enfrentamento específico, que se desenvolve diante do horizonte desenhado pelo desafio interacional.

PARTE II: EXERCÍCIO-TESTE

Os observáveis/fontes

Com base nessas premissas, desenvolvemos agora um exercício de rastreamento de questões, concretizando o enfoque do programa de pesquisa — como um pré-teste de seu projeto. Seleccionamos dois diferentes artigos publicados por colegas da área, que oferecem, com clareza e pertinência, reflexões sobre a especificidade de seus observáveis. O foco do exercício não é aprofundar o conhecimento sobre as situações observadas. Faço um encontro das questões comunicacionais específicas das duas situações com a perspectiva abrangente sobre a comunicação vista como trabalho da diversidade.

Para o rastreamento de questões específicas, escolhemos os dois artigos com base nos seguintes critérios:

- a) Apresentação de situações diferentes, na práxis social, com direcionamentos específicos e questões diversas;

b) A presença de problemas estimuladores de reflexão sobre a situação em pauta, a respeito de questões comunicacionais, com uma oferta relevante de conhecimentos.

Os dois artigos não são, portanto, diretamente comparáveis. Por outro lado, mostram ações de participantes em direção à sociedade, buscando agir sobre seu contexto, e permitem inferir e comentar gestos comunicacionais internos. Buscamos apreender diferenças e singularidades dessas ações. A pergunta será sempre: *que comunicação é esta?*

Com tais características, os artigos são, ao mesmo tempo, observáveis pertinentes para nosso objetivo de rastrear questões comunicacionais e fontes de informação sobre as situações específicas que analisam e os problemas de que tratam. É nesse duplo papel, de fonte e observável, que os artigos viabilizam nossa abordagem de relacionamento entre a perspectiva abrangente e as especificidades estudadas pelos artigos.

O estudo dos artigos se organiza em dois movimentos. O primeiro passo é uma leitura atenta de cada artigo, observando suas questões comunicacionais específicas — o que permite fazer inferências pontuais sobre a situação observada. O segundo passo, no item subsequente, é um retorno ao desafio abrangente, usando a própria diversidade das situações específicas como estímulo heurístico para pensar questões do horizonte comunicacional perante a realidade observada nos artigos.

Primeiro artigo: A contestação às vacinas contra Covid-19 em grupos do Telegram no Brasil (Lídia Raquel Herculano Maia et al., 2023)

Síntese

O artigo, elaborado por pesquisadoras da Fiocruz, da UFF e da PUC-Rio, estuda quatro grupos de contestação à vacina, levantando os argumentos acionados pelos participantes. Com base na Teoria Fundamentada, faz emergir os tipos de argumentos do próprio conjunto de postagens e comentários em circulação. Constatam-se três grandes tipos: receio quanto à segurança e à eficácia das vacinas; teorias sobre interesses financeiros, políticos e de controle social por parte de instituições; e defesa de liberdades individuais e privacidade pessoal. Os dados obtidos pela observação direta das interações são complementados, no texto, por referências a outras pesquisas nacionais e internacionais. O artigo assinala a necessidade de contenção dos danos causados pelo negacionismo e expressa a expectativa de contribuir para estratégias nessa direção.

Comentário

O artigo apresenta uma posição crítica muito bem estruturada sobre a argumentação negacionista, constatando os efeitos nocivos para a sociedade em geral, assim como para os próprios contestadores das vacinas. Ao levantar os processos exercidos pelos grupos, mostra a importância de que sejam contidos.

Antes de entrar no detalhamento dos argumentos em circulação, o artigo aborda a hesitação vacinal e a crise epistêmica na área da saúde. A hesitação vacinal é naturalmente relacionada à primeira de três linhas argumentativas, quanto à segurança e à eficácia da vacina. A questão da “hesitação” é relevante, porque sugere uma provável porta de entrada para a tomada de posição contra as vacinas e, portanto, também um espaço de arregimentação. Se, na busca de informações sobre esses aspectos, os hesitantes encontram um ambiente de contestação, tornam-se presa fácil de um circuito proliferador de negacionismo.

Estávamos justamente em um contexto político em que o então presidente da República argumentava contra a vacina e negava os riscos da pandemia — a ponto de destituir um Ministro da Saúde, médico, que começava a organizar um encaminhamento de cuidados hospitalares públicos. Entendo que o hábito tradicional, na sociedade, de recorrer a uma farmacopeia de vizinhança e a cuidados de saúde alternativos (que, entretanto, mantinham-se como margens complementares a tratamentos regulares) pode ter se somado às indefinições da pandemia e às intervenções negacionistas do ex-Presidente, favorecendo a crise epistêmica que o artigo assinala.

Os administradores dos grupos e demais geradores de contestação, entretanto, não fazem parte dos hesitantes — são, diversamente, argumentadores com posição tomada e dispostos a qualquer argumento para propagar sua posição. Além de amplificar falsamente os riscos da vacina e a possibilidade de ineficácia, ocultando estatísticas que mostram a proporção mínima de efeitos negativos em comparação com os altos riscos da doença (confirmados pelo número de hospitalizações e mortes), os circuitos estudados no artigo acrescentam outros argumentos, claramente deformadores.

A segunda linha argumentativa constatada no artigo trata de “interesses obscuros”, relacionados a teorias da conspiração. Determinados fatos evidentes da realidade (como lucro e poder político enquanto motivadores de comportamento humano) são redirecionados como se fossem a explicação dos acontecimentos, simplificando processualidades complexas pela alegação de forças ocultas e concertadas controlando, dos bastidores, as atividades sociais. Os participantes dos grupos acreditam em um conluio “entre instituições epistêmicas e elites políticas e financeiras, sendo o jornalismo científico parte fundamental desse

conluio” (p. 15) — construindo, assim, o inimigo e lhe atribuindo objetivos a que querem resistir.

O terceiro tipo de argumento, mostrando mais uma confusão dos grupos de contestação entre dimensões distintas da realidade social, relaciona a questão da recusa da vacina à liberdade individual. A defesa da liberdade se coloca como um argumento abstrato — “numa apropriação de ideias liberais de defesa de direitos individuais” — pela qual “as liberdades individuais se sobrepõem ao coletivo” (p. 16). Não sustentadas por estrutura democrática e de responsabilidade social, parece-me que essa defesa corresponde, na verdade, a pretender apenas a liberdade do mais forte.

O artigo destaca, atravessando as três linhas argumentativas, dois padrões predominantes de elaboração. Dois dos grupos no Telegram enfatizam trocas de mensagens autoconfirmadoras da posição antivacina, incluindo reflexões pessoais e historietas vividas ou reproduzidas sobre o tema. Os outros dois grupos, embora contenham também tal formato, aparecem sobretudo como repositórios de conteúdos, em estilo informativo. Malgrado as diferentes táticas, evidencia-se uma forte homogeneidade na tomada de posição — o estudo encontrou pouquíssimos momentos de dissenso.

Encontramos nas referências históricas sobre processos argumentativos três tipos principais de estratégias:

- a) No pensamento retórico — o desenvolvimento e a formulação dos argumentos com potencialidade de convencer os ouvintes;
- b) No debate político — a processualidade deliberativa em equilíbrio democrático entre os participantes;
- c) Na controvérsia científica — não como intenção de vencer o argumento, mas sim enquanto busca de um conhecimento racional e rigoroso sobre a realidade observada.

Tais processos argumentativos oferecem boas possibilidades de tomada de decisão para os participantes direta ou indiretamente envolvidos. Quando, porém, esses ângulos são observados na situação analisada, o artigo constata deformações nos três âmbitos: o do conhecimento científico, o dos processos de tomada de posição política e o da elaboração retórica de argumentos.

Assim, o processo argumentativo dos grupos antivacina é deformado e deformante: pela quase nula coerência com a realidade; pela confusão entre dimensões sociais; pela polarização (binarismo excludente); pela recusa do melhor conhecimento científico; pelo exercício frequente e intencionado da desinformação.

É evidente que uma processualidade interacional argumentativa com tal conjunto de defeitos leva a resultados negativos. A importância de conter esse processo é praxiologicamente defendida pelo artigo, que tem a expectativa de

“oferecer achados para a contenção dos danos que eles podem causar à saúde pública”. Com essa meta, além de se garantir acesso a vacinas, propõe que se mantenha “um diálogo em que os setores diferentes da sociedade possam expressar e sanar suas dúvidas e preocupações” (p. 18). O esclarecimento constante é, efetivamente, uma política da saúde pública relevante.

De nossa parte, enfatizamos que essa contenção representa um complexo desafio comunicacional — os participantes não só resistem a argumentos em contrário, mas usam as tentativas de contraposição como reforço para sua posição negacionista. Também de um ponto de vista comunicacional, é preciso pensar processos para trazer à cena a diversidade real dos participantes. A plasticidade da experiência humana, estimulada, terá talvez uma potencialidade de reabrir a dimensão cristalizada. Se pensarmos, ainda, que os lances negacionistas vicejam em ambientes sociais estagnados, evidencia-se a importância de estimular dinâmicas sociais participativas.

Segundo artigo: Comunicação Antirracista: notas crítico-reflexivas e propositivas (Francisco Leite, 2022)

Síntese

O artigo de Francisco Leite (pesquisador da Cátedra do Instituto de Estudos Avançados da USP) reúne e sistematiza referências teóricas sobre o tema, em ângulos críticos e propositivos. Inicia por uma perspectiva comunicacional que dá centralidade ao vínculo constituído em comum (Muniz Sodré). Cinco outros itens organizam o texto: (a) caracterização do racismo, em visada reflexivo-crítica; (b) bases principais para pensar o antirracismo; (c) referências autorais que discutem formas e estratégias antirracistas. Este item, central, gera um quadro elucidativo, com sete conjuntos, caracterizadores ou de ações e objetivos. O item (d) cita autores sobre ângulos comunicacionais relacionados ao tema (“pensar em comunicação antirracista”). As considerações finais (e) lembram que “outros grupos raciais/étnicos oprimidos também precisam ser alvo de análises” e sugerem fomentar práticas logotécnicas, enfatizando seu potencial de transformação e a tarefa de cooperação requerida.

Comentário

O artigo faz uma competente reunião de anotações teóricas pertinentes à questão antirracismo versus racismo. Situa inicialmente a questão em considerações sobre comunicação, com base nas perspectivas de Muniz Sodré.

Não é propósito de meu estudo desenvolver análise comparativa entre teorias sobre comunicação. Dado, porém, que pretendo relacionar a discussão específica do artigo analisado com um horizonte comunicacional, devo

assinalar que, embora em sintonia com o pensamento de Sodré (o vínculo, os processos “em comum”, “a comunicação [é] maior que a mídia”), minha perspectiva propõe enfatizar a importância das questões comunicacionais, dando atenção às diferenças e ao trabalho de sua articulação, mais do que observando as “identificações constitutivas do laço coesivo” (Sodré, citado por Leite, p. 2). É em relação a essa perspectiva, sumariada em minhas premissas experimentais, que leio o artigo comentado.

Não sendo um conhecedor do tema do racismo para além do que a convivência na práxis social me traz como evidência, aprendo com o artigo o que este refere sobre o projeto antirracista e com a visada de Sodré, de “deter e dismantelar o racismo, tendo como prisma um pensar e agir ético-político de combate” (p. 4, citando Sodré).

*

Percebo a validade da preferência que se explicita no artigo de Leite, de aprofundar o tema pelo ângulo do antirracismo — enfatizando a afirmação da atitude transformadora mais que sublinhando o racismo. Mas também, considerando que a expressão “racismo” refere um modo interacional que, para além de equivocado, é gerador de uma estrutura longamente estabelecida e estabilizada (justamente, o racismo estrutural que o artigo aborda), por isso mesmo de difícil transformação, parece-me necessário refletir sobre o que caracteriza a estrutura comunicacional a ser superada.

Não basta, então, atribuir sua origem e constituição ao colonialismo europeu, que é uma boa explicação político-econômica sobre a elaboração histórica do racismo contemporâneo, mas não faz compreender sua duração nem sua extensão para circunstâncias em que as revivescências da colonialidade são menos intensas (ou, talvez, melhor: não explica essa revivescência específica do colonialismo). Mas, justamente, o artigo fornece insumos elucidativos para uma atenção sobre as estruturas *comunicacionais* do racismo — ou seja: sobre os modos interacionais pelos quais o racismo se mostra estruturante de relações humanas e sociais que extrapolam as circunstâncias de sua origem.

O quadro apresentado no artigo reúne sete ofertas de diferentes autores, às quais Leite caracteriza como “principais expressões de antirracismo” (p. 12). É um conjunto de ações, objetivos, estratégias, âmbitos e modos operacionais direcionados pelo esforço transformador. Mostram-se aí trinta e quatro expressões antirracistas diversificadas (com poucas repetições de um autor para outro), evidenciando a diversidade de dimensões da estrutura racista. Não se trata de diferentes racismos, mas de uma composição tentacular, que faz prevalecer ora um ângulo, ora outro, conforme o ambiente e as circunstâncias.

Um ponto relevante para o eixo de meu problema de pesquisa é a constatação de que o racismo é direta e originalmente uma questão comunicacional. Ou seja: a comunicação não começa na expressão de gestos racistas nem, depois, nas ações, gestos e discursos de enfrentamento e combate antirracista. Minha perspectiva sugere que as estruturas do racismo são já um modo interacional de articulação — longamente estabilizado nas circunstâncias históricas. A comunicação racista presenciada na práxis e os gestos diretamente racistas se sustentam nessa estrutura, que é já construção interacional nas circunstâncias históricas do encontro entre os participantes europeus e os africanos — construídos pelos colonizadores como diferentes. A colonização europeia aciona tanto a diferença racial e cultural quanto a diferença de forças. Nesse conjunto de dimensões, a diferença racial foi construída como índice e como argumento para estabelecer o modo interacional opressivo e explorador adotado.

O racismo estruturante da atualidade foi efetivamente constituído (em processo de causalidade imediata) no bojo dos processos coloniais que o continuam reforçando. Mas essa causalidade não é suficiente para “explicar” o gesto racista em sua totalidade, nem para a percepção das lógicas internas da estrutura que se mantém — e, portanto, é insuficiente como alvo do combate.

A lógica básica da estrutura é ter feito uma atribuição forçada de características negativas ao índice “cor da pele”. Assim, há uma inversão artificial na expressão dos processos: a redução de possibilidades de ação, imposta pela força da relação colonizadora sobre o dominado, passa a ser assumida como se fosse decorrente de características pessoais e raciais deste. Mesmo quando cessadas as condições específicas do domínio, a lógica estrutural se mantém, como que justificando que outras restrições sejam feitas, *nas mais diversas situações*, acionando a estrutura agora universalizada. Como é evidente, não se pode atribuir a situação contemporânea apenas à colonialidade (ainda que seja a causa inicial).

Uma multiplicidade de dimensões sociais foi, ao mesmo tempo, agregada ao ângulo racial como se fosse um conjunto coerente — povos colonizados, logo, mais fracos, menos tecnologicamente desenvolvidos; sobre os quais a colonização acrescentou ainda outros elementos, como a escravização, com o deslocamento forçado, em grande número, para outros continentes, uma ampliação de condições opressivas e sofrimento de violências. A raça e a cor deixam de ser consideradas como uma identidade cultural e descritiva para se tornarem um índice dessa totalidade falsa, que, por sua vez, passa a ser selecionada como indicador de restrições de acesso — mesmo quando cessadas formalmente as condições iniciais de colonização.

O que mantém o processo em funcionamento é um sistema seletivo pré-fixado e cristalizado, de fechamento de acesso a oportunidades diversificadoras

da situação, com base em um critério circular do tipo: não se dá acesso porque, se não tiveram acesso até aqui, é porque não sabem conseguir acesso.

É essa agregação de dimensões restritivas, forçadamente vinculadas à raça e à cor, que parece cristalizar a estrutura racista no País. A estagnação resultante das estruturas racistas empobrece a sociedade como um todo. É nesse sentido que pessoas não negras têm também o direito e o dever de lutar pela superação da estrutura racista: somos todos afetados pelo empobrecimento cultural e humano que resulta de barreiras a interações mais próximas e a composições estimulantes de processos — que deveriam caracterizar uma práxis social civilizatória.

Questões abrangentes, questões específicas

Partimos da hipótese de que a observação de conexões entre questões específicas e questões abrangentes permite gerar aproximações heurísticas para desenvolver e aprofundar descobertas no campo comunicacional.

No horizonte do desafio comunicacional da espécie (que nos faz diversos e diversificadores, criando a necessidade de articulação de singularidades), que questões abrangentes podem se conectar com as questões específicas presentes no exercício? A conexão não se faz por proximidade, mas por evidenciar dimensões nas quais diferem.

Encontramos quatro questões abrangentes que conectam especificidades díspares que as duas situações mostram: a primeira é solicitada pelos dois artigos; as outras três são sugeridas por nossa perspectiva de estudo: igualdade e diferença, dimensões de variação, processos seletivos e transformação e estabilidade.

A organização de cada um desses quatro tópicos se faz pela seguinte sequência: uma apresentação da questão abrangente que norteia o tópico e um comentário sobre como essa questão se especifica em cada uma das duas situações estudadas.

Igualdade e diferença

Quando tratamos de igualdade e diferença, a primeira impressão talvez seja a de tratar-se de expressões contrapostas. Mas, quando percebemos a comunicação como trabalho da diversidade, é preciso elaborar mais. Se somos singulares, se nos diversificamos no contato com os outros e se, no esforço de articulação das diferenças, buscamos algum modo de igualdade, é evidente que esta não pode resultar do descarte daquelas.

A igualdade se opõe a diferenças forçadas e discriminatórias, mas se compõe com diferenças articuladas, democráticas e bem distribuídas. A conhecida proposição de Boaventura de Sousa Santos (1999) expressa bem essa questão: “temos o direito a ser iguais sempre que a diferença nos inferioriza; temos o

direito de ser diferentes sempre que a igualdade nos descaracteriza” (p. 44). Devemos ampliar essa perspectiva, valorizando qualquer diferença que seja assumida pelos próprios participantes, defendendo sua inscrição na sociedade democrática, em termos culturais, de ação política e de decisão pessoal. Os dois artigos estudados mostram, em planos contrapostos, aspectos dessa questão geral.

*

A luta antirracista é um esforço igualitário, e não de busca de indistinção. Faz parte do movimento uma busca de igualdade baseada em direitos fundamentais, tanto aqueles juridicamente normatizados como os que devem se desenvolver através do próprio movimento, como reconhecimento identitário e de especificidades culturais. Certamente se acrescentam aí os projetos individuais e grupais que os próprios participantes assumam como característicos de seus objetivos e de sua práxis. É a composição igualitária entre as diferenças dos próprios participantes do movimento, e destes com o contexto social, que assegura a flexibilidade diversificadora a defender.

*

A homogeneidade constatada nos grupos antivacina pelo artigo de Lídia Maia e coautores não se caracteriza como igualdade interna, mas como descarte: de singularidades, de situações pessoais envolvidas, de riscos corridos. Se a diversidade factual e de objetivos entre participantes fosse trazida a debate interno nos grupos, isso levaria a reflexões e argumentos diversificadores. Resistindo a essa alternativa, os grupos assumem uma única diferença — aquela que distingue os participantes antivacina e seus “inimigos”, contra os quais se voltam — artificialmente adotada como marca de diferença radical, recusadora. Situação-limite, que faz estacionar a comunicação, impedindo transformações significativas.

Dimensões de variação

Em sociedades complexas, como a contemporânea, cada gesto interacional se inscreve em diversas variáveis (ou dimensões de variação) políticas e culturais, envolvidas em campos sociais que se interpenetram.

As variações trazidas pela ação humana seguem padrões estabelecidos ou tensionam esses padrões. Um problema interacional constante é o de articular essas dimensões diversas, dando-lhes a ponderação e o sentido adequados à realidade circundante, às questões que se enfrentam, aos objetivos e aos projetos elaborados. Assim, uma questão relevante para os processos comunicacionais em uma sociedade é a das composições múltiplas que se podem fazer entre dimensões diversas.

Na situação que se encontrava bastante estabilizada na segunda metade do século XX, os diferentes campos sociais organizavam suas dimensões internas com uma experiência longamente desenvolvida, e parecia mais fácil situar os processos que se desenvolviam em um campo ou em outro — distinguindo o que aí era pertinente.

No momento contemporâneo, do século XXI, os processos comunicacionais geram circuitos que atravessam e confundem as fronteiras entre campos sociais, tornando-as porosas (Braga, 2012). Isso pode favorecer reivindicações sociais justas, mas também amplia a probabilidade de composições inadequadas na práxis social — seja por ponderação equivocada entre as dimensões, seja por descartes e indistincões, seja ainda (e talvez principalmente) por um aplastamento entre dimensões diversas — como se um critério padronizador autorizasse classificar pessoas. Na produção de conhecimento, é preciso compreender *como os participantes trabalham* as dimensões diversas disponíveis.

*

No que se refere às especificidades do movimento antirracista, Francisco Leite mostra que este implica uma junção das diferentes variáveis do esforço transformador, abrindo várias frentes e exigindo um grau ampliado e diversificado de envolvimento. Embora torne o esforço mais complexo, isso talvez traga melhores condições de sucesso, por sua abrangência e esforço transformador dos contextos que compõem a estrutura racista criticada.

Paralelamente, essa complexidade propõe o interesse em ponderar as ações conforme os âmbitos específicos de enfrentamento — isto é, evitar uma concentração fechada em uma dimensão apenas, como se desta decorressem as demais. Isso ocorreria se uma só das dimensões fosse considerada sempre prioritária sobre as outras — seja a luta de classes, a relação raça/pobreza, reivindicações de ordem jurídica, a defesa do reconhecimento identitário e de especificidades culturais, ou a defesa de tradições de origem (entre outras possíveis).

Se essa conjectura faz sentido, a diversidade de linhas de ação e de estratégias deve ser valorizada entre os participantes – mais que a busca de uma “linha justa” unificada.

*

Quanto às dimensões envolvidas na questão negacionista da vacina, o problema é outro. A questão específica “vacina” se inscreve no bojo de um conjunto de dimensões (políticas, de práticas sociais e de conhecimento científico) que, embora apresentem problemas distintos, veem essa distinção aplainada.

Os participantes dos grupos negacionistas parecem buscar, nesse ambiente, a solução para problemas muito diversos e independentes entre si, através de uma falsa promessa unificada, propondo não uma concertação entre diferenças,

mas a eliminação de normas restritivas à liberdade individual — o que, se efetivamente realizado, levaria a uma construção social baseada na lei do mais forte.

O trabalho de diversificação equilibradora é substituído por um processo fortemente padronizador, submetendo todas as dimensões de variação social a uma posição única, vinculada à construção artificial de um inimigo, do qual se depende para o desenho de uma identidade em negativo. O que gera um negacionismo generalizado.

Nos grupos, há certamente uma diferença entre os hesitantes capturados e os geradores de desinformação. Mas essa diferença tende a ser diluída pela indução a uma adesão sem hesitações.

Processos seletivos

Nos processos de geração plural de variações — em dimensões múltiplas e modos variados de interagir — essa pluralidade leva a processos de seleção. As estratégias que caracterizam o processo comunicacional em uma sociedade podem ser mais bem compreendidas se percebermos os processos seletivos em ação para direcionar as linhas de composição que tentam se exercer sobre as variações propostas e tentadas.

Dois aspectos principais são relevantes na seleção social: os agentes e os critérios seletivos. O estudo de Foucault (1974) sobre dispositivos mostra bem a dinâmica dos processos de variação e seleção (embora o autor não use essas expressões) — que enfatizam os poderes dominantes. Certamente: estes têm o predomínio sobre os dois aspectos principais da seletividade. Entretanto, nem sempre — senão, teríamos ainda as monarquias absolutas como principal forma de governo. Diversas forças podem agir sobre os critérios seletivos: a racionalidade, a controvérsia nos debates, o conhecimento científico, processos deliberativos na política, buscas culturais de equilíbrio, avanços da ética jurídica, o número de participantes no processo eleitoral, a criatividade artística, a crítica social.

*

No artigo de Francisco Leite, aprendemos a diversidade de atos que decorrem da estrutura racista e que a reforçam — sendo, portanto, aplicação de um critério seletivo surdamente imposto em processos interacionais diversos.

Nas ações antirracistas, como nas demais reivindicações dos setores ditos minoritários da sociedade contemporânea, presenciamos vozes com a competência de expressar seus próprios argumentos para esclarecer e defender seus critérios para seleção entre variações disponíveis e para reivindicar sua incidência nos contextos.

A crítica dos critérios seletivos vigentes e a explicitação de critérios igualitários certamente fazem parte das ações pertinentes. Os agentes de transformação

dos critérios e dos gestos de seletividade serão todos aqueles que, em sua prática social, percebam o embate do trabalho transformador contra as práticas discriminatórias e injustas, exercendo os gestos comunicacionais específicos requeridos para a transformação.

*

Os critérios seletivos da negação vacinal, por outro lado, ainda que tenham tido, durante três anos, a força de um predomínio político e de uma circulação ampla de discursos de medo e ódio, carecem de argumentos racionais e de bases científicas e jurídicas.

Possuem, entretanto, a preocupante força de uma autorreferencialidade radical, do ensimesmamento solipsista da polarização, do binarismo estrito — dado que sua identidade, seus objetivos e sua estratégia resultam de uma seleção negacionista generalizada. Um problema adicional é que um esforço estritamente focado no combate contra o binarismo excludente tende a reforçar a polarização, gerando um círculo vicioso. Assim, um importante desafio à invenção social é a busca de estratégias diluidoras dessa contraposição estrita. Os trabalhos de esclarecimento são também necessários — sobretudo para evitar que mais participantes sociais sejam capturados pelo recrutamento dos hesitantes.

Transformação e estabilidade

Desde Heráclito, sabemos que, na natureza, tudo se transforma (“É na transformação que as coisas descansam” — citado por De Masi, 2017, p. 95). Isso vale no plano geológico e no plano biológico. Os seres vivos, vegetais e animais, não apenas se modificam enquanto organismos, mas também modificam os nichos a que se adaptam (Gibson, 1977).

O surgimento da espécie humana acelerou a processualidade transformadora já testada pela natureza em outros animais. Já não se depende apenas de mudanças orgânicas ou de ajustes de nicho — a natureza terceirizou para nossa espécie sua potencialidade de transformação, agora no espaço social, diretamente acionada por seus participantes. A dinâmica comunicacional é o instrumento de trabalho de que dispomos para exercer as atividades que nos são impostas por essa terceirização dos processos de transformação, favorecendo novas diversificações (bem mais significativas que as genéticas).

O traço distintivo da espécie é que somos intensa e extensivamente transformadores — e, portanto, não apenas em modo positivo e socialmente válido. Transformamos também equivocadamente e em modos antissociais, opressores e destrutivos.

Entretanto, não transformamos linear e continuamente. Assim como a natureza, buscamos estabilizar cada processo, cada ambiente (macro ou micro).

No desafio de organizar composições da diversidade para encaminhar seus objetivos, a humanidade inventa modos de ação e padrões para fazer interagir as diferenças e singularidades — e tenta fixar as alternativas que parecem, minimamente, dar certo. Com isso, organizam-se todos os processos sociais e criam-se as culturas — com uma parte de enfrentamento, criatividade e grandeza; e uma parte de injustiça e opressão.

Nessa perspectiva de comunicação como trabalho da diversidade, “estrutura” é o resultado estabilizado dos processos que, bem ou mal selecionados, duram. A ponto, às vezes, de durar para além das condições que os geraram. Tais estruturas podem ser políticas, econômicas, culturais, jurídicas, educacionais, científicas e mesmo estéticas. Entre tais campos diferenciados, as condições geradoras e mantenedoras de estruturas podem se entrelaçar em mútuo apoio ou serem intensas em um plano, enquanto tensionadas em outro.

É importante, ainda, perceber que as situações de estabilidade não devem caracterizar estagnação — há uma necessidade constante de ajustes, maiores ou menores, para adequação a circunstâncias sempre cambiantes. A diferença entre transformação e estabilidade não é de alternatividade (ou uma ou outra). Ambas são coocorrentes, ora uma sendo enfatizada, ora a outra prevalecendo, em ponderações diversas.

*

As lutas antirracistas são um exemplo relevante de esforço de transformação de estruturas longamente geradas e impostas. A tal ponto que o racismo atravessa toda a história e, no mundo atual, todo o espectro de processos sociais, relacionado à diversidade de planos de ocorrência e contextos, nos vários campos sociais, incidindo ainda no plano subjetivo de um número grande de pessoas, onde se manifesta com a brutalidade do gesto banal sequer refletido.

A distinção feita por Sílvia Almeida (2019, pp. 17–37) entre racismo individual, institucional e estrutural faz esses três modos se sucederem em abrangência crescente, implicando que o terceiro envolve os dois primeiros. Essa imbricação de estruturas faz o trabalho de transformação particularmente árduo. O artigo de Leite, ao apresentar o quadro das “principais expressões do antirracismo”, fundamenta bem essa multiplicidade estrutural — mostrando a necessidade de uma diversidade de ações que são diretamente comunicacionais ou comportam aspectos comunicacionais importantes em seu encaminhamento.

De modo pertinente, Leite observa que “o antirracismo pode ser entendido como agir ético-político, prática transformacional, disruptiva e restaurativa” (p. 15). Embora não incluída nessa frase, as ações propostas no artigo mostram uma terceira prática transformacional, junto à disruptiva e à restaurativa: a criativa — investindo, pelas atividades propostas no artigo comentado, em

estruturações outras, inovadoras, que reformem a fundo e diversificadamente as atuais composições da diversidade.

*

Por sua vez, o artigo de Lídia Maia e coautores, sobre as redes digitais antivacina, mostra a posição tomada por setores sociais e participantes de extrema direita, contestadora de processos sociais que pareciam solidamente estabelecidos — de ordem científica e de práticas de saúde. Os geradores dessa posição negacionista capturam participantes sociais hesitantes. Isso implicaria também uma vontade transformadora (ainda que em sentido não progressista)?

A situação mostra um comportamento que não projeta novas estruturas, e sim — no quadro da desorientação decorrente de transformações desordenadas em todos os setores sociais (De Masi, 2017, pp. 93–107) — um *recuo simplificador* dos processos interacionais. Em vez de, percebendo a complexificação crescente, buscar novas articulações eficazes nas condições surgentes, são adotadas posições coletivas fechadas, seguindo ideias pretendidamente unificadoras. A fixação na atitude simplificadora cria um enrijecimento de alta resistência contra qualquer diversificação: uma verdadeira cessação da dinâmica diversificadora da espécie.

O comportamento evidenciado mostra-se, assim, como regressivo e desmontador de modos interacionais evolutivamente desenvolvidos. Esse comportamento é facilitado ou estimulado por usos monocórdicos das redes digitais. Certamente, a atitude *não é gerada* pela estrutura das redes — mas, sem estas, não teria condições de prosperar na extensão observada.

É possível, dadas algumas evidências de ordem psicológica, que tal atitude seja provocada por reações primárias na linha do medo-ressentimento-ódio. No ângulo interacional, entretanto, que é nossa perspectiva, o que é significativo é uma paralisação das possibilidades comunicacionais entre os dois âmbitos da construção binária, mostrada no artigo como um aspecto negacionista autorreforçado.

São dois os níveis de recusa radical: nenhum argumento contrário entra na fronteira de ruptura — todos são equalizados como inimigos. E nenhuma diferença interna é aceita, pois o traço central da identidade conjunta é a negação de um “outro”. Esvaem-se as possibilidades de efetiva comunicação, tanto interna como externa, o que cristaliza a situação, impedindo transformações — salvo a destruidora.

CONCLUSÃO

Creio que o resultado da presente abordagem demonstra a viabilidade preliminar do programa de pesquisa proposto na Parte I do artigo — dado que,

além de rastrear questões comunicacionais específicas, permitiu relacioná-las com algumas questões abrangentes transversais, sem perder de vista a forte diferença entre as duas situações referidas. A observação dos percursos relacionais distintos das duas situações, em direção a um horizonte comunicacional, permite um entendimento conjunto de sua diversidade — sem redução a um conceito central unificador de comunicação.

Apreendemos, portanto, a diversidade de situações tratadas e dos artigos (lembrando que artigos são, também, gestos comunicacionais). Um dos artigos defende uma importante posição ética antirracista; o outro critica uma posição política e um processo comunicacional lastimável, que é a construção do negacionismo.

Podemos também distinguir as características dos processos comunicacionais observados. No primeiro texto, uma abertura para a diversidade dos processos referidos para superar o racismo e transformar o contexto. No segundo texto, uma situação-limite, em que a comunicação é paralisada em seu nível mais simplificador: reduz-se a reforçar uma indistinção entre os participantes dos grupos e a demarcar, nos opostos, a distinção (binária) a recusar.

Entretanto, se a diferença dos dois casos é clara, a diversidade é ainda reduzida. Diversificar a observação de situações (na práxis e na pesquisa) permitirá, por um lado, levantar características diversas do processo comunicacional; por outro lado, delinear com mais precisão a perspectiva epistêmica que se propõe. Podemos aprofundar os aspectos centrais do programa e fazer perceber outras questões abrangentes, que se mostrem por variações e seleções em maior diferenciação — como, por exemplo, as que dão perfil a diferentes GTs da Compós.

O presente estudo confirma que, melhor do que elaborar conceitos ontológicos (dentro dos quais se sistematizaria a diversidade da práxis interacional), é buscar características do processo de comunicação, diversas como sejam, que pareçam marcantes — quer se manifestem apenas na singularidade de uma situação, quer compareçam em situações plurais.

Isso deve ampliar a coerência entre pesquisas — reduzindo sua dispersão, sem comprometer a especificidade de suas linhas investigativas ou de suas referências teóricas próprias. O relacionamento se faz por conexões verticais de dupla direção entre a singularidade das situações e níveis de maior abrangência, passando pelos processadores de comunicação efetivamente acionados (ver Braga, 2023) e pelos circuitos de interação pertinentes. Evita-se, assim, uma padronização redutora da variedade temática e/ou teórica que resultaria de uma teorização essencialista da comunicação.

A vantagem de um programa de pesquisa em relação a uma teoria geral é justamente a flexibilidade de acolhimento de teorias intermediárias, próximas ao tipo de situação pesquisada (Braga, 2020). Paralelamente, as especificidades

teóricas e metodológicas relativas às situações observadas podem redirecionar o programa para ajustes finos aos objetivos da pesquisa singular.

Terá ficado claro, portanto, que a perspectiva abrangente aqui em desenvolvimento não tem nenhuma pretensão unificadora da diversidade de processos e de questões comunicacionais — nem em nível conceitual-limitativo, nem com sentido teórico-explicativo. Diversamente, trata-se de uma perspectiva heurística que relaciona macroquestões comunicacionais (que podem sempre ser desenvolvidas ou complementadas por uma escuta da complexa realidade social) com questões pontuais ou intermediárias diversamente ocorrentes na práxis social e variadamente enfocadas por pesquisas da área.

O relacionamento entre questões de diferentes abrangências permite um percurso investigativo entre o que é socialmente observado na práxis ou em pesquisas empíricas e perspectivas comunicacionais gerais e abstratas, viabilizando precisão e inferências rigorosas, tanto sobre a singularidade das urgências e dos projetos quanto sobre as lógicas processuais de amplo alcance a que estas podem ser referidas. ■

AGRADECIMENTOS

Uma versão preliminar deste texto foi debatida no 33º Encontro Anual da Compós, em julho de 2024. Agradeço os comentários, que estimularam revisões significativas no artigo. Um agradecimento especial aos/às autores/as dos dois artigos analisados. A leitura e as indicações feitas por Regina Calazans foram fundamentais para a formulação desta versão publicada.

ARTIGOS COMENTADOS

Leite, F. (2022). *Comunicação antirracista: notas crítico-reflexivas e propositivas* [Artigo apresentado]. XXXI Encontro Anual da Compós. Imperatriz, Brasil.
Maia, L., Oliveira, T., Massarani, L., & Santos Júnior, M. (2023). A contestação às vacinas contra Covid-19 em grupos do Telegram no Brasil. *Intexto*, (55), e-127361. <https://doi.org/10.19132/1807-8583.55.127361>

REFERÊNCIAS

Almeida, S. (2019). *Racismo estrutural*. Pólen Livros.
Braga, J. L. W. J. G. (2012). Circuitos versus campos sociais. In M. Â. Mattos, J. Janotti Júnior & N. Jacks (Eds.), *Mediação e mediação* (pp. 31–52). Compós; Edufba.

- Braga, J. L. W. J. G. (2020). Teorias Intermediárias: Uma estratégia para o conhecimento comunicacional. *MATRIZES*, 14(2), 101–117. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v14i2p101-117>
- Braga, J. L. W. J. G. (2022a). Epistemologia evolutiva: Uma heurística para a Comunicação. *Revista Galáxia*, 47, e58887. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/58887/41484>
- Braga, J. L. W. J. G. (2022b). Comunicação como trabalho da diversidade (perspectiva e metodologia). *MATRIZES*, 16(3), 87–104. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v16i3p103-120>
- Braga, J. L. W. J. G. (2023). O desafio da interação humana e os processadores comunicacionais. *E-Compós*, 26, 1–17. <https://doi.org/10.30962/ec.2784>
- De Masi, D. (2017). *Alfabeto da sociedade desorientada*. Objetiva.
- Foucault, M. (1994). Le jeu de Michel Foucault. Entrevista dada à revista Ornicar. In M. Foucault (Ed.), *Dits et écrits*, Tome III (pp. 298–329). Gallimard. (Obra original publicada em 1977)
- Gibson, J. J. (1977). The theory of affordances. In R. Shaw & J. Bransford (Eds.) *Perceiving, acting and knowing: Toward an ecological psychology* (pp. 67–82). Lawrence Erlbaum Associates.
- Sousa Santos, B. (1999). *A construção multicultural da igualdade e da diferença*. Oficina do Centro de Estudos Sociais, n.º 135. (Palestra proferida no VII Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado no Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da UFRJ, em setembro de 1995). <https://ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/135.pdf>

Artigo recebido em 30 de agosto de 2024 e aprovado em 19 de setembro de 2024.

Ontologia das vidas pretas em ensaio audiovisual

Black Lives ontology in audiovisual essay

IRENE DE ARAUJO MACHADO^a

Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, Brasil

RESUMO

O ensaio discute o conceito da ontologia da pretitude de Arthur Jafa em seu ensaio cinematográfico *Dreams are Colder than Death*, em uma perspectiva dialógica com diferentes estudiosos estadunidenses. Tomando como objeto de estudo o contexto das diásporas afro-atlânticas, o ensaio considera a emergência da civilização transatlântica como acontecimento central da ontologia da pretitude. Submetidos à abordagem da metalinguagem crítica, os relatos selecionados foram analisados como documentos vivos da ideia de ontologia da pretitude de Jafa. Ao concluir, infere-se que a dificuldade em reconhecer a inserção da morte na vida é o obstáculo para aceitar a existência de vidas negras e amá-las, compartilhando direitos civis comuns.

Palavras-chave: Arthur Jafa, diáspora, direitos civis, filme-ensaio, ontologia, pretitude.

ABSTRACT

The essay discusses the concept of Arthur Jafa's blackness ontology in his film essay *Dreams are Colder than Death* in a dialogical perspective with different American scholars. Taking the context of the Afro-Atlantic diasporas as its object of study, the essay assumes the emergence of transatlantic civilization as the central fact of the blackness ontology. Submitted to the critical metalanguage approach, the selected reports were analyzed as the live documents of the Jafa's idea of blackness ontology. In conclusion, the essay infers that the difficulty in recognizing the insertion of death in life is the obstacle to accepting the existence of black lives and loving them, sharing common civil rights.

Keywords: Arthur Jafa, civil rights, diaspora, film essay, ontology, blackness.

^a Docente em Ciências da Comunicação (Escola de Comunicações e Artes, ECA-USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-1662-258X>. E-mail: irenear@usp.br.

APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA

O TÍTULO DO PRESENTE ensaio merece explicação prévia. Sem esconder o objetivo de realizar um exercício de reflexão sobre o controverso conceito de ontologia da pretitude¹, pretende fazê-lo por meio da análise de um experimento audiovisual — o filme-ensaio *Dreams are Colder than Death* (2013), do multiartista afro-estadunidense Arthur Jafa. Não só o termo “pretitude” não está previsto na categoria denominada de ontologia, como tampouco um estudo filosófico é definido como “experimento” ou se insere no gênero filme-ensaio. Não obstante, tal é a natureza da experiência estética que motivou a investigação que resultou no presente ensaio.

O primeiro ponto a ser destacado é o fato de Jafa ter criado um espaço singular para o debate de ideias sobre as vidas dos afro-estadunidenses elaboradas em diferentes regiões do país e lugares de reflexão: na vida cotidiana, na história, na educação, nas artes, na academia, na poesia, na vida comunitária. Para isso, o cineasta deslocou sua câmera para diferentes espaços, colhendo depoimentos de seus diversos interlocutores. O debate de ideias, contudo, acontece não em encontros em que os debatedores discutem como em uma mesa-redonda. No experimento de Jafa, o debate acontece na montagem dos depoimentos, na composição audiovisual produzida pelo cineasta segundo a dramaturgia dos discursos individuais.

Resulta daí não apenas o filme-ensaio de um experimento audiovisual, mas a forma estética de experiências vivenciais de pessoas pretas que se tornam porta-vozes de seus próprios discursos. Enunciados explicitamente em seus posicionamentos ideológicos, os discursos cumprem a tripla função de: (i) tornar a problemática que envolve a vida das pessoas pretas estadunidenses em objeto de reflexão por elas mesmas; (ii) permitir ao artista e interlocutores tratar da ontologia da existência das experiências diaspóricas geradas na travessia atlântica; (iii) desafiar a consciência social sobre a urgência de uma outra reflexão sobre a episteme ontológica que não se pretende universal, mas, sim, inclusiva de todas as existências humanas, sem restrição.

Com isso, Jafa propõe, não uma formulação acabada, mas um *work in progress* em que a existência de seres humanos coloca em xeque não apenas a subjugação a que povos diaspóricos foram submetidos, mas todas as categorizações que contribuíram para a limitação do fenômeno da vida a um agrupamento de pessoas a quem foi outorgada a condição privilegiada da existência definida como ontologia. Questionar o poder desse autoproclamado privilégio existencial constitui a artéria fundamental do debate no experimento *Dreams*, para o qual orientamos o interesse do presente estudo.

¹ Adotamos preferencialmente os termos preta/preto/preitude e suas variações plurais. Usamos o termo negro apenas quando faz parte de expressão convencionalizada. Ver estudo de Lígia F. Ferreira (2006).

Para isso, a investigação realizada explora a potência da linguagem audiovisual que constrói o experimento em suas diferentes dimensionalidades. Nelas, a existência de pessoas pretas submetidas à dispersão da diáspora afro-atlântica se reorganiza e, como todo organismo vital dotado de autorregulação, como aprendemos com Humberto Maturana (2001), refaz o percurso de vidas, construindo outros modos de existir e, assim, de reexistir. Segundo a hipótese do ensaio, a reexistência que não esquece suas origens está na base da ontologia da pretitude.

Entende-se aqui que cada um dos interlocutores se coloca como observador do modo de observar suas próprias experiências, para as quais formula suas explicações, que podem ser reformuladas por novas observações. Refazer os caminhos explicativos das experiências é o que constitui a “ontologia do observar” de Maturana (2001, pp. 42–69), que nos orientou na compreensão da ontologia da pretitude como forma de reexistência² contribuindo para a redefinição de humanidade. Trata-se de um exercício crítico de metateoria, na linha do que foi proposto por Frank Wilderson III (2021, pp. 23–24), isto é, de revisão das epistemologias que não incluem o paradoxo criado pela diáspora e que mudou para sempre a existência das gentes pretas com a escravização.

Sabemos que, do ponto de vista filosófico, o prefixo grego meta significa uma compreensão de algo que se situa para “além” da denotação, evidenciando que o conhecimento não se encerra no significado, mas desliza na dinâmica interpretativa que sugere algo “depois”. Assim, *Metafísica*, *metalinguagem*, *metaciência*, *metadiscorso*, *metadados*, *metacrítica* etc. são apenas algumas das práticas em que o exercício de atividades, tarefas ou planos clama por arcabouços conceituais previamente existentes. Por conseguinte, cabe ao exercício proposto aqui uma reflexão ancorada em inspeção crítica, orientada por análises que percorrem diferentes caminhos interpretativos — da empiria às abstrações, com gradientes de complexidade questionadores da própria lógica de sua formulação.

O interesse pelo estudo da ontologia da pretitude em ensaios audiovisuais indica que tudo o que entrar para o horizonte de entendimento será focalizado segundo as lentes de metalinguagens críticas específicas, a começar pela tradução das ideias em linguagem audiovisual. Por conseguinte, a já consensuada lógica tácita sobre os conceitos de “ontologia” e “ensaio” será submetida à análise de contextos culturais nem sempre considerados em sua *Umwelt*³ específica, isto é, do ponto de vista das pessoas pretas, o que significa uma urgência nos estudos da “pretitude”. Ao reivindicar a necessidade de compreender o ambiente da cultura formado pela dispersão diaspórica afro-atlântica para as Américas, o pensamento negro cumpre o desafio de deslocar a reflexão crítica para o inadvertido “apagamento” de civilizações milenares, que se estendeu às pessoas. Instituído

² Outros estudos foram fundamentais para ampliar o entendimento do conceito: Calvin Warren (2018); Jorge Albuquerque Vieira (2008); José Ferrater Mora (1994); Nei Lopes e Luiz Antonio Simas (2020).

³ Formulado pelo biólogo e filósofo Jakob von Uexküll (2001), o conceito de *Umwelt* designa o ambiente específico no qual vive uma espécie, dando início ao estudo de etologia, abrindo caminhos para estudos da comunicação humana em ambientes culturais integrados ao ecossistema do universo.

pela civilização europeia ocidental, autoproclamada como fonte inequívoca da mentalidade condutora das vidas dos povos, a existência dos seres gerados pela travessia transatlântica sequer foi cogitada pela epistemologia singularizada na epiderme branca.

Isso posto, o que se espera desenvolver neste estudo é um exercício de metalinguagem crítica, segundo a concepção de Yuri Lotman (1990, 1998), que indaga sobre a prevalência da interpretação única dos fatos históricos, tornando universal a categorização da existência humana.

Trata-se de uma demanda fundamental para o estudo de semiótica da cultura, orientado pela revisão de significados históricos que alijaram os sujeitos de muitas de suas realizações. Propõe-se, portanto, seguir diferentes caminhos interpretativos apresentados oralmente em *Dreams*, para que significados cristalizados abram espaços para a emergência dos sentidos, respeitando-se a *Umwelt* dos povos e suas civilizações, ramificadas em distintas tradições culturais.

Em nossa pesquisa sobre o cinema negro, foi possível organizar uma tripla focalização de caminhos interpretativos da emergência de sentidos: (i) um advindo da historiografia sobre as perturbações insufladas pelas ideias de independência dos regimes coloniais em todo o continente americano, Brasil incluso, que chegaram a termo ainda no século XVIII, caso dos Estados Unidos (1775–1783) e do Haiti (1791–1804); (ii) outro elaborado pelo movimento negro estadunidense, cujas experiências se irradiaram por todo o continente, com atividades culturais e sociopolíticas que fomentaram um campo de estudos já consolidado com produções bibliográficas e também audiovisuais; (iii) o terceiro caminho nos foi sugerido pela noção de um movimento transatlântico, que nasceu nas historiografias tanto do temor e da ameaça que a classe política manifestava ante os crescentes levantes dos povos afro-diaspóricos no continente, conforme o trabalho de Ifeona K. Nwankwo (2015) sobre o “cosmopolitanismo preto” (pp. 3–10). Examinando a perspectiva do movimento transatlântico sob uma outra ótica, a historiadora Beatriz Nascimento⁴ considera a travessia diaspórica como marcador do grande encontro civilizacional entre Oriente e Ocidente, tendo a África como geradora de uma “cultura hemisférica”, geradora de novos ambientes socioculturais.

Os caminhos interpretativos aqui delineados fundamentam nosso entendimento da emergência de sentidos de uma possível virada epistêmica, tanto da ontologia da pretitude quanto da cultura hemisférica gerada pela diáspora afro-atlântica. Do ponto de vista analítico do presente ensaio, é preciso acrescentar o papel da emergência de sentidos na construção das historiografias e meta-teorias nas quais estão inseridos os *Black Studies* que amparam as concepções apresentadas em *Dreams*.

⁴ As ideias de Nascimento foram desenvolvidas também no filme-ensaio *Ôri* (Brasil, 1989). Direção de Raquel Gerber com roteiro de Beatriz Nascimento) e registradas no livro *Eu sou atlântica: sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento* (Ratz, 2006).

Ainda que estejamos diante de uma produção estética na cultura afro-estadunidense, não podemos ignorar que nossa perspectiva analítica se realiza segundo um diálogo de tradução intercultural. Afinal, a *Umwelt* na qual se desenvolvem as experiências de pretitude dos afrodescendentes nos EUA não se equipara às vivências no Brasil. Em que pese as convergências, estamos diante de culturas distintas. O diálogo entre diferentes culturas não apenas une, como fornece base comparativa de argumentos para ampliar o campo de abrangência da abordagem sobre a ontologia da pretitude, sobretudo pela dimensão ética a ser alcançada, sem ignorar dilemas e paradoxos.

De fato, o diálogo entre diferentes culturas ganha evidência nas reflexões sobre a ontologia da pretitude de *Dreams*; contudo, há um lastro a ser observado na pluralidade e multidimensionalidade dos encontros culturais que se manifestam nas culturas pretas, o que a ensaísta Leda Maria Martins formulou como “cultura das encruzilhadas” (Martins, 2021, p. 32), com base em concepções filosóficas originadas na cultura iorubá. Segundo Martins (2021, p. 34), a poliglossia é o substrato da cultura banto, cujo campo semântico designa tanto homem quanto povo, o que sustenta a pluralidade em todas as esferas da vida:

Nessa concepção religiosa e filosófica da gênese e da produção espiralada do conhecimento, a encruzilhada é um princípio de construção retórica e metafísica, um operador semântico pulsionado de significância, ostensivamente disseminado nas manifestações culturais e religiosas brasileiras de predominância nagô e naquelas matizadas pelos saberes banto.

Do ponto de vista da *Umwelt* que caracteriza a ontologia da pretitude, tanto a poli quanto a heteroglossia implicam visões de mundo plurais e diversas, o que desloca a ontologia das gentes pretas para além da dominante da existência universal.

Resta ainda considerar que, do ponto de vista de onde nos colocamos em nossa pesquisa, a questão de fundo que situa diferentes teorias, meta-teorias e historiografias no estudo da pretitude encontrou uma formulação valiosa na formulação de Muniz Sodré (2023b) de “semiose espacial do poder” (p. 33). Segundo o crítico, as controvérsias de significação que subjugaram as culturas de povos das diásporas afro-americanas estão na fundação das investigações do processo de afrodescendência. Daí o apagamento dos diferentes legados civilizacionais em nome da autoproclamação da cultura europeia ocidental para, ulteriormente, consagrar a inferioridade de indígenas e pretos, condenados ao trabalho escravo em plantações e mineração. Recuperar tal legado é

o papel assumido por toda atividade e reflexão comprometida com reparação e reconhecimentos históricos, tal como o experimento de Arthur Jafa.

PARADOXOS DA PRETTITUDE EM FILME-ENSAIO

Quando desistiu da arquitetura para se dedicar à produção audiovisual, Arthur Jafa dedicou-se à fotografia. Atuou como cinegrafista em filmes de cineastas consagrados: Charles Burnett, Spike Lee e Stanley Kubrick, dentre outros. Nos anos 90, trabalhou com o diretor de fotografia Malik Hassan Sayeed no filme *Eyes Wide Shut* (*De olhos bem fechados*, 1999, Reino Unido, Direção de Stanley Kubrick), e juntos, criaram a produtora TNEG (Brucker, s.d.). Sayeed trabalhava também com artistas da música (Kanye West, Jay-Z, Beyoncé), e Jafa, esporadicamente, realizava alguns videoclipes para experimentar a linguagem audiovisual com ideias vanguardistas⁵.

Foi num trabalho com músicos que Jafa se aproximou do artista Kahlil Joseph que, em 2018, associou-se a Jafa e Sayeed, e o trio lançou-se no projeto da TNEG, que visava promover filmes realizados em diferentes comunidades de afrodescendentes dos EUA. O objetivo era produzir um quadro que evidenciasse qual era a situação das pessoas pretas como cidadãos americanos. Duas perguntas orientaram a investigação: (i) O que significa ser preto hoje? (ii) A igualdade foi alcançada? Muitos dos registros produzidos nessa empreitada entraram para a composição de *Dreams*⁶.

Concebido como um filme-ensaio, *Dreams* traduz experiências e análises da vida dos pretos em experimento audiovisual que conjuga falas, fotografias, vídeos sobre as vivências de milhares de pessoas pretas em narrativas de contextos históricos que colocam em xeque a categoria universal de uma existência humana única, baseada no agrupamento formado por pessoas brancas da Europa Ocidental. Não se trata, porém, de refletir sobre as bases filosóficas, mas de discutir o caráter da humanidade preta. Comprometidos com a semiose do poder, que proclamou a superioridade de um agrupamento, todos os demais foram descartados. Entendeu-se que, no momento em que a rota comercial do Atlântico foi estabelecida para atender a estratégias político-econômicas, seres humanos foram objetificados. Para os colonizadores, as pessoas pretas eram não só objetos comerciais, com valor de troca calculado em função de sua possibilidade de gerar dividendos e lucros, mas também espécimes desprovidos de humanidade e de condição existencial.

Dreams explora o paradoxo dessas premissas falaciosas em torno da propriedade instituída como instrumento de dominação, o que modificou para sempre a existência das gentes pretas. O simples procedimento de deslocar a câmera

⁵ Informações sobre a produção dos artistas e cineastas encontram-se disponíveis no site Black Avant- Garde Cinema no endereço: <https://ktt2.com/new-black-avantgarde-cinema-arthur-jafa-malik-hassan-sayeed-112890>.

⁶ Em certo sentido, o filme resulta de um trabalho coletivo que envolve seus colegas de TNEG. Jafa assumiu a direção a partir de uma concepção partilhada com Kahlil, Sayeed e Asa Mader. A música foi composta por Melvin Gibbs for Architext Music. Jafa e Sayeed operaram a câmera com trabalhos adicionais de Hans L. Charles, Chris Humphries, Marcus Repos. As entrevistas foram realizadas por Jafa e Gregory S. Tate.

para acolher os discursos dessas pessoas, emitidos por elas mesmas, compartilhando seus pensamentos, sentimentos, enfim, suas reflexões, significa tanto um enfrentamento quanto resistência de vivências em ambiente antipretitude.

A consciência da condição paradoxal de tal empreendimento está na base do projeto de Jafa, que resultou no filme-ensaio que combina relato de vivências e análises críticas, colocando em xeque os pressupostos de universalidade ontológica. Ao invés de (re)afirmar ideias eternas, obriga o pensamento a refazer os caminhos interpretativos a partir do quadro instaurado pelas diásporas africanas para a América, que não apenas edificou o poder capitalista de ambos os envolvidos — as nações europeias e africanas — como também viu nascer o antiambiente de uma não cogitada *Umwelt*.

Diríamos que Jafa constrói um projeto crítico atento às mazelas do poder constituído em nome da substância humana subjugada ao mais alto grau de crueldade, capaz de promulgar a morte-em-vida de seres que certamente não se encontram na mesma condição de humanidade — e não é pela diferença na cor de pele. Essa subjugação, que atende tão-somente ao projeto político, fundamenta a dimensão crítica do filme-ensaio, como afirma o próprio Jafa (Raengo, 2016):

A questão fundamental afirmada em *Dreams*, que nos propusemos a investigar, diz respeito às repercussões da abordagem da ontologia da pretitude do ponto de vista da morte, e não do ponto de vista da vida. Dito de outra forma: qual é a ontologia das vidas pretas quando elas estão tão completamente envoltas em uma atmosfera antipretitude?⁷ (p. 18)

Na indagação de Jafa, revela-se não apenas o paradoxo da ontologia da pretitude, mas também o embrião da noção de apagamento de pessoas e de silenciamento de toda uma civilização. Não se trata de reivindicar a pretitude como categoria, mas de redimensionar o que nela foi ignorado e que deve ser reconhecido e reparado como forma de corrosão da própria subjugação.

⁷ *The fundamental question Dreams poses and that we set out to investigate concerns the repercussions of approaching the ontology of blackness from de point of view of death rather than the point of view of life. Said otherwise: what is the ontology of black lives, then they are so thoroughly wrapped in an atmospheric anti-blackness?*

O PROJETO ESTÉTICO-POLÍTICO NAS PASSAGENS DE SUAS EXTENSÕES SENSÍVEIS

O objeto de pesquisa formulado por Jafa, em 2013, como projeto experimental, resultou de inquietações antigas perseguidas pelo artista por mais de 30 anos: a expressão estética da cultura negra manifestada como forma política. O problema tinha tudo para ser apenas uma proposição estética muito bem delimitada: a busca pela característica fundamental da cultura negra, capaz de

imprimir uma qualidade distintiva dos procedimentos construtivos de uma estética da pretitude. Todavia a problemática demandava deslocamentos e passagens entre elementos distintos. Afinal, aquilo que se denomina “cultura negra diaspórica” resulta de travessias, dispersões e reexistência.

Dreams procura, na linguagem audiovisual, elementos para materializar os processos de diferentes travessias, particularmente da autopercepção e consciência de ameaças cada vez mais frequentes. Jafa traduz vivências, pensamentos, sensações em experiências estéticas de imagens sonoras e visuais, evocando o mundo sensorial das vidas pretas em sentido amplo. Experiências da violência, de ameaças e de mortes que pessoas pretas vivem “na carne”, como relata Hortense Spillers (2021) em suas análises teóricas⁸, converteram-se em materialidade fílmica da dramaturgia audiovisual em *Dreams*. Muitas delas são trabalhadas nas enunciações e entonações da oralidade, potencializadas em textualidades audiovisuais dialógicas. Para isso, Jafa estendeu não apenas microfones e câmeras, mas também seus “ouvidos”, alcançando timbres e entonações de toda uma dramaturgia discursiva que sustentou a escrita das estesias audiovisuais.

Dreams mantém-se aberto ao processo dialógico de trocas ideológicas que se desenvolvem por toda a sua extensão, com contrapontos “de” e “entre” imagens visuais e falas interrogantes sobre questões fundamentais da existência das pessoas pretas. A entoação discursiva dos depoimentos exprime relações dialógicas de diferentes vozes, não apenas de pessoas, mas também de épocas e lugares, imprimindo gradientes de tonalidades na dramaturgia audiovisual. Uma singular trama entre voz(es) e visualidade(s), com possíveis atravessamentos contrapontísticos, deslocando o pensamento de relações causais imediatas. Muitas vezes, aquilo que vemos não é, necessariamente, extensão direta do que ouvimos; tampouco a cena refere-se a um único espaço ou a uma única temporalidade. Em planos e sequências, a opacidade de uma visualidade desfocada de pessoas, paisagens, acontecimentos em trânsito evoca reverberações com diferentes tonalidades discursivas, como vemos na sequência inicial.

Dizer que se trata apenas de uma cena singela de garotos mergulhando na água seria ignorar não apenas a montagem reversa, como também o tempo reverso e o espelhamento discursivo de falas em contraposição. Vejamos. Garotos se lançam na água e retornam para a posição inicial ao mesmo tempo em que, na faixa sonora, Spillers inicia seu discurso dramático dizendo em *voz-off* e pausadamente: “*I know...*”. Antes mesmo de ela completar a frase, ouvimos, numa faixa sonora distante, uma outra voz que diz: “*I have a dream...*” — frase que consagrou o discurso de Martin Luther King em 28 de agosto de 1963. Ambos continuam suas falas, tornando simultâneos presente e passado, embora a fala de Spillers seja entoada em primeiro plano para completar: “*we are going to lose*

⁸ A experiência da violência cravada na carne dos escravizados era aplicada aos escravizados, contudo, com significados distintos na gramática do poder colonial, o que levou Spillers a observar: “Eu faria ... uma distinção ... entre ‘carne’ e ‘corpo’ e imporia essa distinção como central entre posições de sujeito cativo e libertado. Nesse sentido, antes do corpo existe a carne, aquele grau zero de conceitualização social que não escapa da dissimulação sob a escova do discurso ou dos reflexos da iconografia. ... Se pensarmos a “carne” como uma narrativa primária, então queremos dizer que ela está cauterizada. Dividida, rasgada em pedaços, rebitada no buraco do navio, caída ou fugida para o mar” (p. 34). Há uma outra distinção com relação aos corpos femininos valorado em termos de potência sexual e fertilidade que foi objeto de exame minucioso de Spillers (2003, p. 552).

*this gift of Black Culture unless we are careful*⁹. Frase tão ameaçadora quanto enigmática — como o filme que começamos a assistir.

Figuras 1 e 2

Cenas com vozes-off de Hortense Spillers e Martin Luther King



Nota. Prints do filme *Dreams are Colder than Death* (time code: 2'09").

Numa única tomada — a da brincadeira dos garotos — desdobram-se três temporalidades distintas: o discurso reverso da *mise en scène* na piscina; o discurso de Spillers, de 2013; e a reprodução da gravação de Luther King, em 1963 — todos entoados em contrapontos. Ao fundo, a gravação de Luther King continua se alternando com as indagações de Spillers, sobrepondo memórias questionadoras do futuro das pessoas pretas sem oportunidades, sobrevivendo às custas de muitos obstáculos e sofrimentos, ameaçadas eternamente pela morte. Ainda que ressoem numa mesma frequência, o sonho de liberdade não é nada promissor na realidade que submete pessoas a todo tipo de sofrimento, como mostram as imagens do sacrifício humano em espaços públicos, corpos mutilados e campos com ossadas humanas inseridas ao longo do filme.

A sobreposição de discursos — um de sonho esperançoso, outro de ameaça desalentadora — reproduz o contra-ambiente da antinegritude que imprime o tom da montagem dos contrapontos e das diferentes temporalidades evocadas visualmente nas cenas em movimento reverso. Trata-se de procedimentos realizados como formas estéticas de compromissos políticos assumidos pelo artista para traduzir a dinâmica de situações em “passagens”, como esclarece Alessandra Raengo (2016, p. 8–27). “Passagens” entendidas no sentido benjaminiano de deslocamento em busca de um novo modo de “ver” o mundo, o que, em Walter Benjamin, significa a passagem do regime de escrita verbal para a escrita escópica do espaço na fotografia, no cinema, na cidade (Benjamin, 2009). No filme, as passagens não mostram deslocamentos causais, mas cumprem o desígnio de alcançar o salto dialético que altera a qualidade dos elementos em ação, no caso, das vivências dos seres humanos que se posicionam criticamente contra a condição de sub-humanidade da subjugação. Em nenhum dos deslocamentos

⁹ “Eu sei que nós iremos perder essa dádiva da cultura preta se nós não tomarmos cuidado” [N.A.: Todas as transcrições dos depoimentos e traduções foram realizadas por mim].

se voltou à situação anterior, e o que os depoimentos afirmam é que, no pós-escravização, a vida se desenrola “no vestígio” da morte, como bem formulou Christina Sharpe (2023).

Sem perder de vista tal concepção de passagem, a dramaturgia audiovisual de *Dreams* se movimenta tal como um organismo vivo, reverberando sensorialidades em todas as instâncias de palpitação humana. Diante da magnitude de tal manifestação, podemos afirmar que o experimento alcança aquilo que Jesús Martín-Barbero (2003, p. 271) concebe como potência das novas sensibilidades políticas, que pessoas subalternizadas transformam em sensibilidades estéticas e cujo alvo é a incorporação ética. Interessa-nos examinar, em *Dreams*, as extensões sensíveis que marcam o salto qualitativo das experiências artísticas de Jafa, que orientam seu processo analítico, tanto do ponto de vista temático quanto estético-composicional, comprometidos com a dimensão ética.

Se, por um lado, as experiências das passagens se apresentam como elaboração de formas estéticas concentradas na sensorialidade, por outro, concretizam a ontologia orientada pela vivência sob ameaça da morte — premissa elementar da ontologia da pretitude para o artista. Na audiovisualidade do experimento, o artista depositou seu processo criativo de uma dramaturgia sob forma de filme-ensaio e *work in progress*.

O CARÁTER DE WORK IN PROGRESS DO EXPERIMENTO AUDIOVISUAL DREAMS

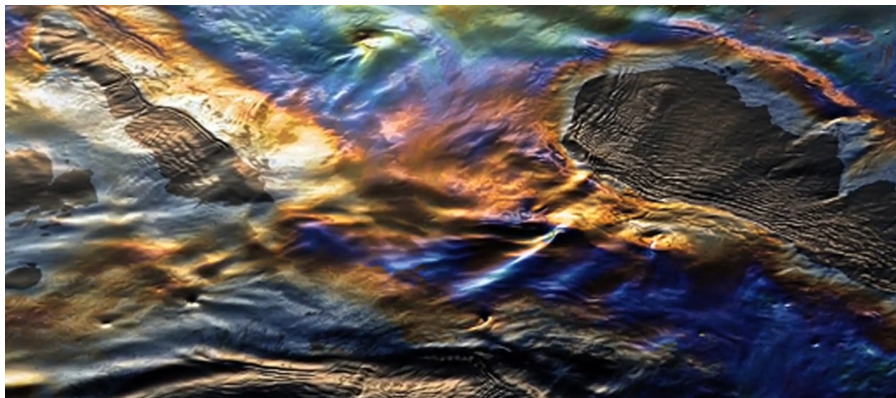
Após os créditos iniciais, uma voz masculina ressoa num cenário de águas revoltas, em um mar escuro, quebrado apenas por um foco de luz. Até onde foi possível perceber, trata-se da única intervenção da voz de Jafa — cujo timbre se confunde com a voz de Fred Moten. O cineasta toma a palavra para apresentar sua questão fundamental, dirigida a um grupo de cineastas, e que se tornou eixo do argumento fílmico, como se pode ler na transcrição que se segue (Figura 3).

Tomada num quadro fechado, a cena evoca, além da travessia pelo Atlântico negro, uma bivocalidade discursiva na qual a pergunta de Jafa compõe um dueto com o discurso de Luther King ressoado à distância. Há, ainda, a voz do discurso ideológico de Jafa que reivindica ações concretas de reparação pelos direitos civis de seu povo, atualizando a luta de antepassados¹⁰. Também aqui, diferentes temporalidades se cruzam com diferentes mediações, preparando o cenário em que diferentes pontos de vista ocupam o cenário, desenhando linhas de pensamento por meio de depoimentos de diferentes pessoas da comunidade afro-estadunidense.

¹⁰ Operamos aqui com dois conceitos da teoria dialógica do discurso: bivocalidade, de Mikhail M. Bakhtin e ideologema, de Valentin N. Volochinov. Bivocalidade refere-se a uma condição natural do discurso visto que, no entendimento do autor, pontos de vista — ou visões de mundo — correspondem a um elo na cadeia discursiva das interações sociais das relações dialógicas. O desafio é que as vozes em interação, na maioria das vezes, confrontam-se (Bakhtin, 2013, pp. 87–114). Ideologema é um conceito que aprofunda o pertencimento a um contexto de ideias no modo como se diz, ou seja, na entoação. Um grito — como o relatado por Frederic Douglass (2021) sobre a cena que assistira na infância ao ver sua tia escravizada por sua tia Hester ao ser chicoteada pelo seu senhor — é uma manifestação entoacional carregada de dor e sofrimento, humilhação e vergonha que a mulher escravizada sentia enquanto apanhava. O ideologema que se manifesta na entoação singulariza tão somente aquela situação, sendo incomparável a qualquer outra. (Volosinov, 1973, pp. 142–144).

Figura 3

Cena com voz-off de Arthur Jafa



Nota. Print do filme *Dreams are Colder than Death* (time code: 2'51").

Cinquenta anos depois do discurso *Eu tenho um sonho*, de Martin Luther King, solicitamos a um coletivo de cineastas afro-americanos que nos apresentasse impressões sobre a situação dos trabalhos em relação aos objetivos e ambições do movimento dos direitos civis nos Estados Unidos. O sonho continua vivo? E, se sim, o que mudou? A resposta oferece indícios de pensamentos e conversas sobre uma América da qual pouco se ouve em discussões que não existem mais, porque foram afetivamente silenciadas. Durante o processo, os cineastas descobriram um conjunto de questões ainda mais fundamentais. Qual é o conceito de pretitude? De onde veio e o que significa para as pessoas de cor que vivem na América hoje¹¹?

Além disso, observa-se que, em cada uma das falas, a entonação discursiva configura um modo de existência para manifestar uma sensibilidade política¹², deslocando a reflexão para aquilo que, segundo Jesús Martín-Barbero (2003), “nos constitui, que não é só um fato social, e sim razão de ser, tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários que até agora só a literatura soube exprimir” (p. 271), mas que Jafa e outros cineastas buscam traduzir audiovisualmente. Como se trata de muitas camadas com diferentes vozes e tons emocionais, cada existência tenta compor um fragmento no mosaico das vivências de pessoas cuja existência é carregada de sonhos, contudo, como se afirma no próprio título do filme, “sonhos mais frios que a morte” que, por sua vez, contrasta com o desejo de Luther King no discurso *I have a dream*, *leitmotiv* do filme que ressoa por toda sua extensão.

Dreams toma as questões sociopolíticas deste debate secular como desafio para a reflexão ensaística e convoca interlocutores para o debate. Contudo, o

¹¹ 50 years after Martin Luther King's *I have a dream* speech, we asked a collective of African-American filmmakers to give us a view as to where things stand with regards to the goals and ambitions of the Civil Rights movement in the United States. Does the dream live on and, and if so, what has changed? The reply offers a glimpse into the thoughts and conversations of an America that is rarely heard into discussions that are no longer had because they have affectively been muted. In the process, the filmmakers discovered an even more fundamental set of questions. What is the concept of Blackness? Where did it come from and what does it mean for people of color living in America today?

¹² Na formulação de Jesús Martín-Barbero (2003), uma nova sensibilidade política foi observada em processos de mestiçagem que introduziram nas ciências sociais um outro método de análise baseado na insuficiência de abordagens “que nos obriga a repensar não só as fronteiras entre as disciplinas e entre as práticas, mas também o próprio sentido das perguntas: os lugares (teóricos) de entrada para os problemas e para a trama de ambiguidades (políticas) que envolvem e deslocam as saídas” (p. 271).

filme parece não se preocupar com respostas precisas, mas com sentimentos, pensamentos e vivências como parte da história de cada um dos interlocutores. Cada um dos interlocutores narra experiências de lutas que deixaram marcas indeléveis em seus corpos, suas memórias, enfim, suas almas. A Moten, ensaísta e poeta da palavra, coube articular as exposições teóricas que, segundo nossa hipótese, traduzem, em termos epistemológicos, as indagações e sentimentos de Jafa, como se o ensaísta fosse uma espécie de alter ego do cineasta. Ao artista, competiu descobrir a forma estética para exprimir a plasticidade da(s) ideia(s) das diferentes experiências no “tecido de temporalidades e espaços, memórias e imaginários” que lhe era contemporâneo em toda sua variedade humana. Com isso, o experimento amplia o horizonte crítico e criativo de seu compromisso com a movimentação de pensamentos capazes de promover algum tipo de ação política, como, aliás, foi a atuação de Jafa no coletivo da produtora TNEG.

Aquilo que se apresentara mais próximo do documentário revela-se como ensaio de confrontos de ideias que encaminham diferentes graus de complexidade e de possibilidades interpretativas, particularmente no que diz respeito à grande dúvida dos cineastas: O que é pretitude? De onde veio e o que significa para os negros que vivem na América de hoje? Do ponto de vista do ensaio, os depoimentos de *Dreams* concentram-se nestas dúvidas, pois nelas pulsa a indagação sobre o ser negro e sua existência, cujas feridas suturadas não conseguem esconder nem apagar.

Se for possível reconhecer nos caminhos interpretativos que se abrem para diferentes possibilidades de pensamento, então podemos dizer que os depoimentos colocam visões de mundo, e as imagens visuais configuram encruzilhadas cujas rotas só podem ser conhecidas enquanto são percorridas. Assim, o filme-ensaio começa a ser lido como uma performance, um *work in progress*. Por um lado, articula ideias sobre as experiências de vida das gentes pretas, dimensionadas entre o sonho de King e o quadro de violência e ameaças constantes de morte, que acabaram por transformar o sonho em pesadelo, tal como se expressa na frase-título do filme. Por outro, evoca a sensibilidade de um legado existencial de vivências que não só não aliviam as dolorosas sensorialidades das feridas expostas na pele como também latejam nas lesões cravadas na carne.

Nesse caso, a composição de um *work in progress* não poderia encontrar melhor realização do que um trabalho com a opacidade das imagens audiovisuais que incidem no processo de montagem dos planos, nos movimentos de câmera e nos contrapontos de tonalidades, tanto de contraste de luz (dos tons de cinza ao vermelho) quanto das sonoridades, reverberando vozes de temporalidades distintas. Tudo isso nos estimula a pensar no *work in progress* de um processo criativo no qual a estética da pretitude pode ser examinada na materialidade da

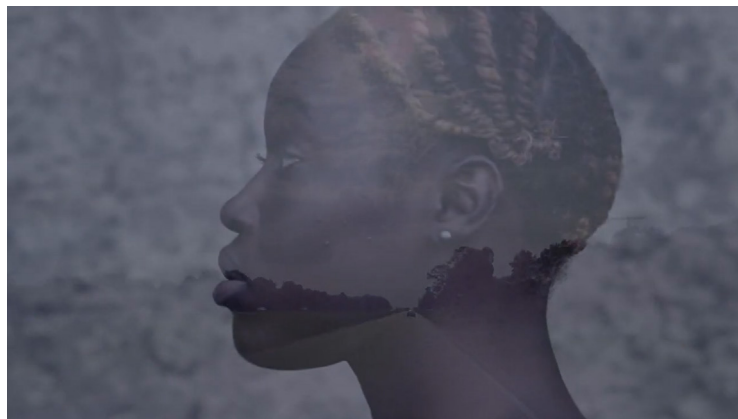
criação, como algo que se faz — ou que se oferece como criação — no processo mesmo da percepção que a executa.

Contra-argumentos ao ambiente anti-pretitude

Como regente dessa orquestração de vozes e pontos de vista, Fred Moten retoma a pergunta sobre o sentido, a origem e o significado da pretitude para a população afro-americana e, assim, organiza teoricamente o argumento de Jafa. Deslocando-se do tom indagativo, o poeta-ensaísta constrói um caminho explicativo que a visualidade da imagem traduz numa sequência de dupla exposição do perfil de uma pessoa sobreposto à paisagem de uma autoestrada, redimensionando outras travessias: busca pela conquista dos direitos civis? É o que se pode especular ouvindo o texto que acompanha a sequência transcrita abaixo (Figura 4).

Figura 4

Cena com sobreposição de imagens com voz-off de Moten



Nota. Print do filme Dreams are Colder than Death (time code: 5'51'').

Eu estava meio que fazendo uma distinção entre o objeto e o objetivo dos estudos da pretitude. Estudos da pretitude como forma de crítica. O que é que os estudos da pretitude têm apresentado ao mundo como crítica, isto é, questionar e tentar uma espécie de alicerce de seus fundamentos? ... Os estudos da pretitude são a crítica da civilização ocidental¹³.

Ao distinguir objeto de objetivo dos estudos sobre a pretitude, a abordagem tanto esclarece quanto se distancia de consagradas concepções filosóficas. Sem atentar para a sutileza do raciocínio de Moten, quando iniciamos nosso

¹³ I was kind of making a distinction between the object of black studies and the aim of black studies. Black studies as a form of critique. What is it that Black Studies have been put into the world to critique—i.e., to call into question and to try to sort of undermine the foundations of?

entendimento do filme pela análise dos depoimentos, partimos da ideia de que o objeto dos estudos da pretitude seria a própria pretitude e o objetivo seria realizar a crítica à civilização ocidental. Todavia, a formulação apresentada pressupõe um raciocínio contrário: a crítica à civilização ocidental é o objeto, pois é nela que se articula o sentido da pretitude instaurado na travessia diaspórica do Atlântico. Tal distinção é tão importante ao argumento que, em outro depoimento, ela é retomada e ampliada.

¹⁴ *The object of Black Studies is the critique of Western Civilization. The aim of the Black Studies is Blackness. So, on the one hand we pay attention to Western Civilization as like this massive, brutal, also totally interesting and richly differentiated field of social and intellectual work that has by and large, you know, been a pretty drastically horrific thing for the world, in my opinion. It's a lot of cool stuff about it, right, you know, but in general the Earth is having an increasing harder time sustaining itself under the weight of Western Civilization, and so we study that. We try to pay attention, to try to figure out how it works, primarily to figure out how to stop it. It's something that I tend to think of under the general rubric of Blackness which I've tried to understand in its distinction and its difference from Black people.*

¹⁵ *What is inadequate to blackness is already given ontologies. The lived experience of blackness is, among other things, a constant demand for an ontology of disorder, an ontology of dehiscence, a para-ontology whose comportment will have been (toward) the ontic or existential field of things and events. That ontology will have had to have operated as a general critique of calculation even as it gathers diaspora as an open set—or as an openness disruptive of the very idea of set—of accumulative and unaccumulable differences, differings, departures without origin, leavings that continually defy the occasion in general even as they constantly bespeak the previous.*

O objeto dos estudos da pretitude é a crítica da civilização ocidental. O objetivo dos estudos da pretitude é a pretitude. Então, por um lado, prestamos atenção à civilização ocidental como esse campo massivo, brutal, também totalmente interessante e ricamente diferenciado de trabalho social e intelectual que, em geral, você sabe, tem sido uma coisa drasticamente horrível para o mundo, em minha opinião. Há muita coisa legal sobre isso, sabe, mas, em geral, a Terra está tendo cada vez mais dificuldade em se sustentar sob o peso da civilização ocidental. Então, nós estudamos isso. Tentamos prestar atenção, tentar descobrir como isso funciona, principalmente para descobrir como pará-lo. É algo que costumo pensar sob a rubrica geral de pretitude, que tentamos entender em sua distinção e diferença em relação às pessoas pretas¹⁴. (Moten, *Dreams*, 8'28")

Em síntese: sem a crítica à civilização ocidental, o sentido de pretitude fica comprometido, para não dizer escamoteado, visto que não atinge as causas de sua constituição. Somente pela crítica se alcança aquilo que atualmente se afirma como “apagamento” de civilizações de povos de diferentes etnias, tradições culturais e ancestralidades, cujo reconhecimento implica uma intervenção de caráter ontológico.

Em estudo específico, Moten (2008) não hesita em situar o campo *Black Studies* numa investigação ontológica, como se pode ler no trecho:

O que é inadequado à pretitude já está dado em ontologias. A experiência vivida da pretitude é, entre outras coisas, uma demanda constante por uma ontologia da desordem, uma ontologia da deiscência, uma para-ontologia cujo comportamento terá sido (em direção ao) campo ôntico ou existencial das coisas e dos acontecimentos. Essa ontologia funcionaria como uma crítica geral do cálculo, ao mesmo tempo em que reúne a diáspora como um conjunto aberto — ou como uma abertura disruptiva da própria ideia de conjunto — de diferenças acumulativas e não cumuláveis, diferendos, partidas sem origem, saídas que constantemente desafiam a ocasião geral, mesmo quando denunciam a anterior¹⁵. (p. 187)

A ontologia da deiscência sintetiza o conceito qualificado pela pretitude que, no âmbito da diáspora e do expansionismo geopolítico do poder do capital, encontrou na concepção de Achille Mbembe (2018) de “necropolítica” uma tradução atualizada que avançou para a concepção da categoria política do “brutalismo” (Mbembe, 2022), como nos alerta Muniz Sodré (2023). Trata-se, segundo Sodré, de um “novo paradigma” de exponenciação do processo de “mediatização” leva à “fraturação e fissuração” (p. 24, citado por Mbembe, 2022, pp. 9–10)¹⁶.

Nessa dinâmica conceitual dialógica, encontramos uma explicitação da ontologia da deiscência de Moten, ampliando a abrangência das noções de fissura, quebra, ferida não cicatrizada, numa rede de entendimento que, em nosso entendimento, fundamenta a ontologia da pretitude num diálogo com ideias contemporâneas. Coloca-se em questão o pensamento do martinicano Frantz Fanon (2008), que, baseado em seus estudos clínicos e na observação da história de luta de seu povo, nega a possibilidade de qualquer ontologia da negritude¹⁷ dos povos afro-diaspóricos, que só passaram a reconhecer sua negritude na descoberta de “serem negros para o outro — o branco” (p. 103). Para Fanon, pessoas pretas não teriam resistência ontológica para suportar uma categoria ontológica. Os depoimentos de *Dreams* encaminham experiências a serem consideradas. Por exemplo, em seu relato, Spillers confessa:

A perna direita de minha irmã foi parcialmente amputada. No final, ela reclamou de dores terríveis, até a perna doía, mas era a perna fantasma porque a perna já não existia. Mas ainda estava doendo. Então, o que estou dizendo é que se trata de alguma memória da carne. ... Outra palavra para explicar isso é empatia. A carne dá empatia¹⁸.

O caráter fundamental do relato de Spillers é o desafio de sentir a dor na carne, reverberando sensorialidades como extensão de um “membro fantasma” (Sobchack, 2010), na memória encarnada. A dor permanece pulsante mesmo após as feridas cicatrizarem externamente. Há ainda o caso das marcas que não apenas criam raízes, como extravasam, formando erupções cutâneas que se transformam em queloides, que não deixam de ser um outro tipo de reverberação de sensorialidades traumáticas. Tal como a modulação entoativa dos timbres de voz do relato, a imagem visual também carrega a intensidade dramática ao justapor, numa sequência, fotos como as que se seguem. Na sequência de imagens, segue-se a conhecida foto *Ex-Slave Gordon*, de Willian D. McPherson e Oliver, de 1863 (Figura 5).

¹⁶ Para o presente artigo, consultamos também a edição espanhola (Mbembe, 2022b).

¹⁷ Estamos reproduzindo aqui o termo negritude considerando não apenas que Fanon assim se manifesta em seu texto seguindo, assim, a formulação atribuída ao poeta martinicano Aimé Césaire em sua obra *Cahier d'un retour au pays natal* (1939) no qual a palavra latina *négritude* aparece pela primeira vez (Ferreira, 2006, p. 170).

¹⁸ *My sister had a partial amputation on her right leg. She complained in the end of being in terrific pain, even her leg hurt but it was the phantom leg cause the leg was gone. But it was still hurting. So, what I'm saying is that that some flesh memory. Another word to explain it is empathy. The flesh gives empathy.*

Figura 5*Fotografia de arquivo com voz-off de Spillers**Nota. Print do filme Dreams are Colder than Death (time code: 6'59").*

Quando Spillers conclui seu raciocínio, acentua sua frase final, firmando o paradoxo enfatizado na frase: “Isso é a carne do corpo. A carne do corpo cria empatia” — cuja entonação termina com a fotografia da palavra “TERROR” cravada no peito de um homem preto (Figura 6). A tensão é quebrada com a imagem do cosmos.

Figura 6*Cena com voz-off de Spillers**Nota. Print do filme Dreams are Colder than Death (time code: 6'59"; 8'08").*

Quebra que prepara para um salto em outro nível de consciência, no qual a constante ameaça de morte se torna um evento cotidiano, como Saidiya Hartman (Figura 7) endossa em sua fala, ao mesmo tempo em que se desloca no espaço público. Pessoas também se deslocam, com olhares desconfiados, encarando a câmera em sinal de desafio.

Figura 7*Cena com voz-off de Saidiya Hartman caminhando**Nota. Print do filme Dreams are Colder than Death (time code: 18'59").*

Sei que, a qualquer momento, minha vida pode acabar por causa de um ato de violência gratuita. Essa é uma das coisas que eu sei. Minha própria condição de extrema vulnerabilidade a certas formas de violência, até a morte prematura. Eu conheço tantas pessoas que morreram muito jovens, que foram assassinadas. Quase todos os rapazes com quem me relacionei estão todos mortos. Todos os anos, duas ou três pessoas no meu mundo morrem, desaparecem. Acho que faz parte da existência social da negritude essa intimidade com a morte, e é muito diferente, é muito diferente¹⁹.

Consciência que Spillers completa num outro relato pungente:

Figura 8*Cena com voz-off de Spillers**Nota. Print do filme Dreams are Colder than Death (time code: 45'19").*

Então é assim, cara. Perdi meus irmãos, perdi meus pais, perdi uma sobrinha e um sobrinho. Perdi meu último irmão e isso é como... Jesus! Então, quanto mais

¹⁹ I know at any moment, my life could end because of an act of gratuitous violence. That one of things I know. My own description of, like, extreme vulnerability to certain forms of violence to premature death. I know so many people who have died too young who've been murdered almost all the boys I had crashes on are, like, all dead. Every year two or three people in my world they die, they disappear. I think that's part of the social existence of Blackness is that intimacy with death and it's very different, it's very different.

²⁰ So, it's like, man, I've lost my brothers, lost my parents, I've lost a niece and a nephew. I lost my last sibling and that's like... Jesus! So, the longer I live, the more that's going to happen. So that's...now I know what I did not know four years ago before my sister passed a month, two months after I lost my niece, that...you know, dying is really this...is really real, it's really non-negotiable, and I'm gonna lose some more people.

eu viver, mais isso vai acontecer. Então é isso, agora eu sei o que eu não sabia quatro anos atrás antes da minha irmã falecer um mês, dois meses depois que eu perdi minha sobrinha que você sabe que morrer é realmente isso é muito real, é realmente inegociável e eu vou perder mais algumas pessoas²⁰.

Como se pode observar, a montagem das vozes nos planos e na sequência podem não seguir uma linearidade, mas a sintonia e ritmo das entoações evidenciam associações combinatórias que traduzem a relação entre ideias disruptivas. Cumpre-se a passagem do nível da dura empiria para o nível da reflexão existencial-filosófica organizada estruturalmente na materialidade fotográfica. A montagem em camadas enunciativas conduz para um o estrato da reflexão político-ontológico que desnuda a fatalidade da “amputação” social das pessoas pretas de suas terras. Pessoas que se tornaram simples personas diaspóricas que, diferentemente das personas-máscaras da arte dramática, se convertem em mão de obra escrava. Se não define as bases existenciais do ser preto, a inserção da perspectiva ontológica redimensiona o contexto da cisão, do deslocamento, da ferida cujas cicatrizes criam reverberações sensoriais que continuam pulsando na carne e na memória mesmo quando o membro foi amputado ou a vivência já foi supostamente apagada da história.

Inferências (quase) conclusivas

Nada disso foi omitido do estudo crítico do filme-ensaio, que organiza teórica e conceitualmente o pensamento ontológico da pretitude, segundo a perspectiva crítica de seus próprios estudos. Com isso, se Jafa explora, na opacidade das imagens audiovisuais, a pungência da dor física, fantasmática, espiritual, Moten (2008) propõe o conceito de deiscência para tratar da condição existencial não apenas da sensorialidade explícita da experiência dolorosa, como também da própria condição humana marcada pela violência racial que, do passado, se estende ao presente, impedindo que as feridas da carne e da alma cicatrizem. Observa-se que o conceito de deiscência se aproxima da ideia de ontologia da pretitude perseguida por Jafa, sobretudo quando Moten incorpora a dimensão histórica fundada pelo projeto geopolítico colonial do Ocidente europeu em sua ambição imperialista.

Reconhecemos que, sem a visão crítica da civilização ocidental, não se alcançaria a noção de pretitude como fundamento da ontologia desse corpo em cuja carne suturada se inscreve uma dimensão de sensorialidade que corre pelas artérias vitais do corpo, da alma e da memória. E essa é uma sensibilidade política, como nos faz crer Moten em raciocínio conclusivo, como se pode acompanhar pelo que se segue.

A pretitude é uma crítica do próprio, e o que o próprio significa, você sabe, você volta como as raízes latinas do termo, está tudo ligado à noção de propriedade, é uma espécie de força desapropriadora, expropriadora, que você tem apenas enquanto você dá. Assim, a crítica da propriedade surge como uma função do ser, de as pessoas serem possuídas. Parte de nossa relação de privilégio com a negritude é que somos nós que vimos, literalmente, como as personificações vivas dessa tendência ao desvio, à criminalidade. Sim, temos uma tendência à criminalidade. Se você estiver dentro do contexto deste sistema legal, sim. Sentar-se com outras pessoas e falar sobre ser livre, essa conspiração para roubar, é um ato criminoso, é contra esta lei²¹. (Moten, *Dreams*, 21'54")

Trata-se, portanto, da crítica à propriedade que a civilização europeia ocidental impôs ao corpo das gentes pretas. Propriedade que define a existência das vidas pretas e sua base ontológica. Esse é o ser que renasce na travessia e (re)existe em diferente sensibilidade política, como vemos no filme.

Ao situar a pretitude como crítica ao “próprio”, à “propriedade” e, sobretudo, ao ser que é “possuído” por se tornar propriedade de outro, o conceito pretitude se altera e se coloca como contestação dessa noção de “direito de” tratar gente preta como “coisa privada” — o que está na base do conceito e da prática de propriedade na instituição do capital como moeda de troca — como também concebe a possibilidade de pessoas pretas serem levadas à desobediência. Em sua fala, a relação entre jurisprudência e criminalidade não se resolve nem pela cor de pele, nem pela psicologia, mas no direito à propriedade — sempre negada²². Sua última frase atribui ao movimento da história a judicialização da quebra da lei por aquele que foi “escolhido” para ser “propriedade”, o que vai contra a natureza do ser. Eis por que a quebra da lei é entendida como “disrupção para-ontológica”.

O tratamento do escravizado como propriedade está na base do projeto escravista de acúmulo de poder que transforma as gentes pretas em objetos econômicos, fundado nas relações entre raça e poder, como examinado por Cheryl I. Harris (1993) na emergência da branquitude como propriedade legítima da supremacia e do poder. Somente os brancos detêm o direito da possessão; somente os pretos são tratados como propriedade — prescrevem os direitos civis americanos. Através da escravização, raça e economia se fundiram, conclui Harris (1993, pp. 1717–1718). A escravidão, como instituição legal que torna o escravizado uma propriedade, afiança ao proprietário o direito de transferir, herdar ou penhorar sua propriedade. A própria identidade torna-se racializada e a situação extrema é a herança escrava do filho de mão preta.

²¹ *Blackness is a critique of the proper, where what proper means, is you know, you go back like the Latin roots of the term, it's all bound up with the notion of ownership, it's a kind of expropriative dispossessive force you have it only insofar as you give it away. So, the critique of ownership emerges as a function of being, of people being owned part of our privilege relation to Blackness is that we are the ones who have seen as literally the living embodiments of this tendency for deviance, criminality. Yes, we have a tendency to criminality. If you within the context of this legal system, yes, we do. To sit around with some other people and talk about being free this conspiracy to steal it's a criminal act it's against this law.*

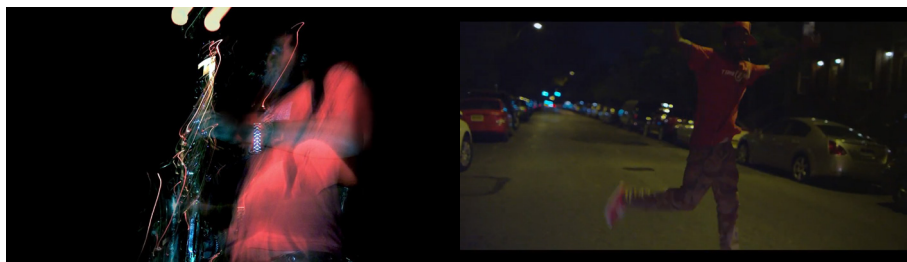
²² Entre nós, Muniz Sodré (2019) discute a perversidade que impediu os ex-escravizados ao direito de posse de terras, conflito que persiste até hoje nas comunidades quilombolas (p. 41).

²³ Em *O pacto da branquitude*, Cida Bento (2022) discute como as gentes pretas continuam a serem tratadas como propriedade nas relações sociais contemporâneas.

Destituído de identidade, direitos e liberdade, que resistência é possível? Não só as canções de lamento entoadas nas plantações, mas a música negra carrega os gestos do aprisionamento e do lançar-se à quebra das amarras da subjugação. Em *Dreams*, a intensidade desta luta é encenada na performance de um street dancer que desafia a gravidade com o corpo inteiro, que vibra num cenário urbano escuro, que antecede a sequência de planos de tons vibrantes do trompete estridente que ressoa da energia vital de Miles Davis — num contraponto imprevisível à história de direitos usurpados.

Figuras 9 e 10

Cenas com voz-off de Moten



Nota. Prints do filme *Dreams are Colder than Death* (time code: 21'54").

Pense bem em Miles, ou Coltrane, seu trabalho de improvisação não era, em primeira instância, contra a lei em algum sentido absoluto. O que eles estavam fazendo era legislar; eles estavam constantemente engajados nesse processo jurisgenerativo e, ao mesmo tempo, também estavam constantemente engajados na reviravolta e no enfraquecimento do próprio processo jurisgenerativo que haviam feito na noite anterior, porque é intensa e irreduzível a relação entre legislar e violar a lei; entre o tipo de legalidade e criminalidade. Eles não se opõem um ao outro de alguma maneira simples. Fomos colocados em condições históricas que nos obrigam a quebrar a lei, a desobedecê-la²⁴.

Talvez seja essa a heresia a que pessoas subalternizadas e vilipendiadas de sua humanidade respondam culturalmente com danças e música que mudaram para sempre o perfil cultural afro-americano. Além da consciência na luta pelos direitos civis e pelo direito à propriedade, o filme alicerça uma importante descoberta estético-política: a improvisação. Da música à dança, toda a arte de improvisação na qual a classe dominante se embala também constitui uma ameaça ao poder, como examinado por Nwankwo.

Se antes Moten afirmava que o objeto dos estudos da pretitude é a crítica à civilização ocidental, cujo objetivo seria alcançar o conceito e a extensão

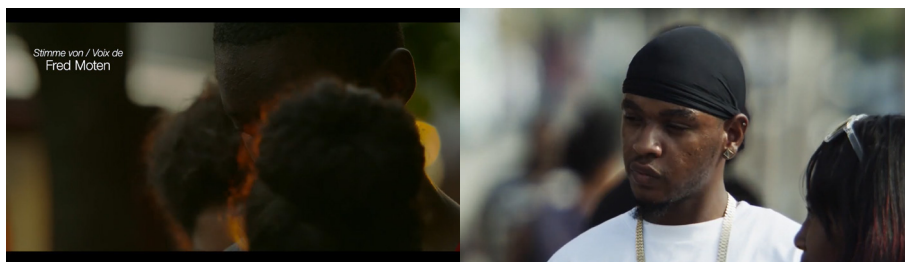
²⁴ Think about Milles right, or Coltrane their improvisational work was not in the first instance against the law in some absolute sense. What they were doing was making law; they were constantly engaged in this juris-generative process and at the same time they were also constantly engaged in the overturning and undermining of the very jurisgenerative process, and they had just made the night before, so because it's intensely and irreducible relationship between law making and law breaking; between sort of legality and criminality. They are not opposed to one another in some simple. We have been placed in under historical conditions that require us to break the law, to disobey.

existencial da pretitude, aqui vemos o quanto o objetivo é contaminado pelo objeto, particularmente porque compete ao objetivo elaborar a crítica ao direito de propriedade, o que, no limite, aponta para uma transformação da existência do ser negro. Se Moten situa a noção de propriedade como principal agente jurídico da transformação das gentes pretas em seres escravizados, a resistência à instituição escravista encontra-se incorporada ao seu ser. De modo correlato, a dor da violência que dilacera corpos em feridas suturadas incorpora a morte na carne, na memória, no espírito, marcando a existência.

Em sua última intervenção, a voz firme de Moten é tomada pela comoção.

Figuras 11 e 12

Cenas com voz-off de Moten



Nota. Prints do filme Dreams are Colder than Death (time code: 49'30").

Quando você diz que os negros são apenas um efeito da escravidão, você levanta uma questão: os negros podem ser amados? Qual é o implícito em que os negros podem amar, podem amar uns aos outros? Sabe, os negros podem ser amados? Não desejados, não desejados, sabe, não adquiridos, não cobiçados por qualquer coisa... os negros podem ser amados? A pretitude pode ser amada? Então, o que estou dizendo é que acredito que a forma como a pretitude é e como ela funciona não é um efeito de horror. Sobrevive ao horror e ao terror, mas não é um efeito dessas coisas. Então, pode ser amor e tem que ser defendido e nutrido. Sabe? Basicamente, irei em frente e direi: “Eu sei que essas coisas são verdadeiras”, eu sei dessas coisas, sabe?²⁵

Essa é a pergunta que não quer calar e cujas respostas — ou pelo menos os sentimentos mais fundos que não ousam ser ditos — estão no horizonte da ontologia da pretitude que Jafa procura enfrentar sem eliminar paradoxos e dilemas que as existências diaspóricas carregam e que o título do filme — “Os sonhos são mais frios que a morte” — sintetiza como condição existencial da morte-em-vida que substitui os sonhos pela vigília, pela quebra, pela deiscência. No tom elegíaco, a dramaturgia audiovisual torna-se espaço para

²⁵ When you say that Black people are just an effect of slavery, you raise a question: can Black people be loved? Which implicitly is: can Black people love one another? You know, can Black people be loved, not desired, not wanted, you know, not acquired, not lusted after whatever [...] can Black people be loved? Can Blackness be loved? So, what I'm saying is, I believe that the way that Blackness is and how it operates is that it's not an effect of horror. It survives horror and terror, but it's not an effect of these things. So, it can be love, and it has to be defended, and it has to be nurtured. You know? I'll basically just go ahead and say, “I know those things are true,” I know those things, you know?

a ressonância de discursos enunciados em tons de vozes que oscilam entre revolta, desalento, dor, modulando timbres e tonicidades também nas entonações da visualidade. Contrastes entre opacidade e transparência inserem na composição visual a semiose do poder, a confundir campos semânticos das desigualdades que deixam o sonho pelos direitos humanitários universais ressoando como “espumas ao vento”. Assim, o discurso de Luther King ressoa ao longo do filme como um sussurro do além. ■

REFERÊNCIAS

- Anyanwu, O; Johnes, A.; Jörg, C.; Mader, A. & Jafa, A. (2013). *Dreams are colder than death*. TNEG.
- Bakhtin, M. M. (2013). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Forense Universitária.
- Benjamin, W. (2009). *Passagens*. Editora UFMG; Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.
- Bento, C. (2022). *O pacto da branquitude*. Companhia das Letras, 2022.
- Douglass, F. (2021). *Narrativa da vida de Frederick Douglas*. Companhia das Letras.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. Editora da EDUFBA.
- Ferreira, L. F. (2006). “Negritude”, “Negridade”, “Negricia”: História e sentidos de três conceitos viajantes. *Via Atlântica*, 7(1), 163–184. <https://doi.org/10.11606/va.v0i9.50048>
- Harris, C. I. (1993). Whiteness as Property. *Harvard Law Review*, 108(8), 1707–1793. <https://harvardlawreview.org/print/no-volume/whiteness-as-property/>
- Lotman, Y. M. (1990). *Universe of the mind: A semiotic theory of culture*. Indiana University Press.
- Lotman, Y. M. (1998). *Sobre el metalenguaje de las descripciones tipológicas de la cultura: La Semiosfera: Semiótica de la cultura, del texto, de la conducta y del espacio*. Cátedra.
- Martín-Barbero, J. (2003). *Dos meios às mediações: comunicação, cultura e hegemonia*. Editora da UFRJ.
- Martins, L. M. (2021). *Afrografias da memória: O reinado do Rosário no Jatobá*. Perspectiva.
- Maturana, U. (2001). *Cognição, ciência e vida cotidiana*. Editora UFMG.
- Mbembe, A. (2018). *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1.
- Mbembe, A. (2022a). *Brutalisme*. La Découverte.
- Mbembe, A. (2022b). *Brutalismo*. Paidós.
- Mora, J. F. (1993). *Dicionário de filosofia*. Martins Fontes.

- Moten, F. (2008). The case of Blackness. *Criticism*, 50(2), 177–218. <https://www.jstor.org/stable/23128740>
- Nwankwo, I. K. (2015). Black Cosmopolitanism: Racial consciousness and transnational identity in the Nineteenth-Century Americas. *Journal of Transnational American Studies*, 6(1), 3–10. <http://www.jstor.org/stable/j.ctt5vkcv5>
- Raengo, A. (2016). Introduction. *Liquid Blackness: Black Ontology and the love of Blackness*, 3(6), 8–31.
- Ratz, A. (2006). *Eu sou Atlântica: Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento*. Instituto Kuanza; Imprensa Oficial do Estado.
- Sharpe, C. (2023). *No vestígio: Negridade e existência*. Ubu.
- Simas, L. A., & Lopes, N. (2020). *Filosofias africanas*. Civilização Brasileira.
- Sobchak, V. (2010). Living a ‘phantom limb’: On the phenomenology of bodily integrity. *Body & Society*, 16(3), 51–56. <https://doi.org/10.1177/1357034X10373407>
- Sodré, M. (2023a) A ruptura paradigmática da comunicação. *MATRIZES*, 17(3), 19–27. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v17i3p19-27>
- Sodré, M. (2023b). *O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional*. Vozes.
- Sodré, M. (2019). *O terreiro e a cidade: A forma social negro-brasileira*. Mauad X.
- Spillers, H. J. (2021). Bebê da mamãe, talvez do papai: Uma gramática estadunidense. In C. Barzach, S. Z. Paterniani, & A. Arias (Eds.), *Pensamento negro radical: antologia de ensaios* (pp. 29–70). Crocodilo; N-1.
- Spillers, H. J. (2003). *Black, White, and in color: Essays on American literature and culture*. University of Chicago Press.
- Vieira, J. A. (2008). *Ontologia sistêmica e complexidade*. Expressão Científica.
- Volosinov, V. M. (1973). *Quasi-direct discourse in French, German, and Russian: Marxism and the philosophy of language*. Harvard University Press.
- von Uexküll, J. (2001). The new concept of Umwelt: A link between science and the humanities. *Semiotica*, 2001(134), 111–123. <https://doi.org/10.1515/semi.2001.018>
- Warren, C. (2018). Black Care. *Liquid Blackness*, 3(6), 36–49. <https://liquidblackness.com/liquid-blackness-journal-issue-6>
- Wilderson III, F. (2021). *Afropessimismo*. Todavia.

Artigo recebido em 4 de janeiro de 2024 e aprovado em 15 de janeiro de 2025.

O roteiro como Encargo: examinando a dramaturgia do diálogo em *The Newsroom* e *True Detective*^a

The script as a Charge: examining dialogue dramaturgy in The Newsroom and True Detective

BENJAMIM PICADO^b

Universidade Federal Fluminense. Niterói — RJ, Brasil

RESUMO

Proponho analisar a dramaturgia de obras de ficção seriada televisiva, na qualidade do “Encargo” que ela estabelece para a encenação desses formatos — empregada essa noção na linha em que Michael Baxandall caracteriza os “padrões de intenção” de objetos históricos. Articulando a concepção dramaturgical ao perfil poético dessas obras, empenho as perspectivas de David Bordwell e Jeremy G. Butler, para inferir aquilo que a instância de encenação dessas obras sugere sobre o papel específico da arte do roteiro. Como campo de provas, analiso a dramaturgia do diálogo, em segmentos de episódios de duas obras contemporâneas nesse campo (*The Newsroom*, de Aaron Sorkin, e *True Detective*, de Nic Pizzolatto): nelas busco compreender matrizes artísticas nas quais a composição das vozes de agentes encarrega estilos de encenação, assim como as funções dramaturgical da composição das falas dos personagens, em cada uma delas.

Palavras-chave: Dramaturgia, diálogo, estilo, ficção seriada televisiva.

ABSTRACT

I propose an analysis of the dramaturgy of works of television serial fiction, conceived as a “Charge” it establishes for the staging of these formats—employing this very notion in line with what Michael Baxandall characterizes as “patterns of intention” of historical objects. Articulating the dramaturgical conception to the poetic profile of these works, I adopt David Bordwell’s and Jeremy G. Butler’s standpoints, to infer what the instance of staging of these works suggests about the specific role of the art of the script. As a testing ground, I analyze the dramaturgy of dialogue, in segments of episodes from two contemporary works in this field (Aaron Sorkin’s *The Newsroom*, and Nic Pizzolatto’s *True Detective*): in both cases I seek to understand artistic matrices in which the composition of the voices of agents assign styles of staging, as well as the dramaturgical functions of the composition of the characters’ lines, in each of them.

Keywords: Dramaturgy, dialogue, style, television serial fiction.

^a Uma versão inicial desse texto foi apresentada no GT “Estudos de Televisão, no 32º Encontro Anual da COMPÓS, na Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo, entre 3 e 7 de julho de 2023. Sou grato a todos colegas desse grupo que contribuíram no debate para o aperfeiçoamento do texto até chegar a esta forma final — e especialmente a Enoc Lopes Ponte e Edson Fernando Dalmonte, responsáveis por sua relatoria.

^b Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (PPGCOM/UFF). Doutor em Comunicação e Semiótica pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Também possui três pós-doutorados obtidos na França, Inglaterra e Estados Unidos. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-8982-9231>. E-mail: jbpicado@hotmail.com.

ESTILO COMO INFLEXÃO DE RECEPÇÃO:
RECONSTRUINDO A POÉTICA DA FICÇÃO SERIADA TELEVISIVA

LOGO NA INTRODUÇÃO de *Complex TV*, Jason Mittell (2015) postula uma linha de continuidade entre seu próprio esforço em delimitar uma poética da complexidade na narrativa ficcional televisiva e aquele que qualifica historicamente uma tal explanação sobre modos de compor poemas dramáticos e narrativos no cinema clássico — encarnado na obra magistral de David Bordwell (1985, 1989, 2008). De minha parte, avalio uma contradição incontornável atravessando tal linha de continuidade entre os dois projetos: ela se materializa especialmente quando Mittell (2006) insiste, tanto em *Complex TV* quanto em outras ocasiões, sobre a necessidade de delimitação entre particularidades mediáticas do cinema e da televisão, algo a que designei alhures como um dogma da “imanência mediática” de seu modelo de análise (Picado, 2020)¹. De todo modo, registra-se essa pretensa comunidade de seus propósitos com aqueles de Bordwell, especialmente na quadra de uma “poética histórica” aplicada ao *storytelling* televisual, no modo como a exprime Mittell (2015):

¹ Um importante contraponto dessas teses sobre a especificidade mediática da televisão encontra-se no artigo de Noël Carroll (2003), “*TV and Film: a philosophical perspective*”.

A poética histórica situa os desenvolvimentos formais dentro de contextos específicos de produção, circulação e recepção, nos quais as inovações são vistas não como revoluções criativas feitas por artistas visionários, mas no nexo de numerosas forças históricas que trabalham para transformar normas e possibilidades. Tal análise examina os elementos formais de qualquer mídia ao longo dos contextos históricos que auxiliam na formatação de inovações e perpetuam normas particulares Ao longo desse livro, eu conecto as escolhas criativas com esses contextos cruciais tanto para dar conta de como a complexidade televisiva emerge, como para sugerir porque ela deve ter se desenvolvido como o fez. (pp. 5–6)

Se faço menção à introdução de *Complex TV*, dada sua considerável circulação em nossos campos de estudos, é porque a leitura continuada da argumentação desse livro não deixa visível a alegada adequação entre a matriz de uma “poética histórica” em Bordwell e a análise da ficção seriada televisiva, em Mittell: a dimensão que o último confere à composição narrativa e dramática desses formatos assemelha-se mais a um anedotário de bastidores da produção, circulação e recepção/consumo desses materiais — por seu turno, mais atinente àquilo que as ciências sociais performam abundantemente na análise da ficção seriada televisiva — do que a uma abordagem dos processos de criação mais próprios a uma teoria poética, em especial nas suas possíveis correlações com modalidades perceptivas.

Se contrastarmos esse último ponto sobre a recepção sensível das obras audiovisuais, na qualidade com a qual Bordwell (1989) a endereça em suas teorias, é por reconhecermos que este autor a concebe sob um quadro inferencial da atividade de fruição, apreciação e juízo estéticos do cinema clássico de ficção — reconhecido de saída o modo de construção dessas obras numa espécie de duplo eixo, a saber: em sua configuração propriamente “narrativa” e no caráter “estilizado” de sua materialização dramática (Bordwell, 1985). Se nos restituirmos a suas afirmações sobre a atividade da recepção da ficção cinematográfica, constataremos as distâncias existentes entre um tal *núcleo poético* de exame (mais centrado sobre horizontes cognitivos e sensoriais da apreciação estética) e aquilo que se exprime a um mesmo título, na letra de Mittell:

Em algumas tradições a “poética” se referia apenas ao lado “produtivo” do processo; a “estética” era frequentemente assumida para dar conta dos efeitos da obra. Mas Aristóteles esforçou-se para incluir na *Poética* uma discussão sobre as respostas da audiência à tragédia Certamente que uma poética do cinema deveria reconhecer algo como o prazer enquanto um efeito a ser explicado, mas enquanto tal, este conceito é notavelmente amplo. Ao olharmos para uma imagem, prestamos atenção, fazemos inferências, e performamos atividades perceptivas, tanto voluntárias quanto involuntárias, e que necessitam ser analisadas e explicadas. Ao seguirmos uma narrativa, fazemos assunções, adotamos esquemas e rotinas para chegarmos a conclusões sobre o mundo da história. De algum modo, tudo isto pode resultar em prazer, mas dificilmente sabemos como isto se dá. (Bordwell, 1989, pp. 269–270)

Muito embora parte da reflexão de Mittell sobre a recepção da ficção televisiva se reporte a tais marcações da poética fílmica de Bordwell², ainda assim notam-se alguns desvios impostos a esse argumento — na direção de uma abordagem mais própria à sociologia das práticas de consumo do que àquilo que as teorias poéticas prescrevem sobre os efeitos dessas obras (especialmente no que respeita compreender a recepção como previamente demarcada na superfície textual das obras)³: no capítulo de *Complex TV* dedicado à “compreensão” desses formatos, Mittell desvia-se das convenções narrativas e dramáticas de obras seriadas, para nos propor uma classificação dos comportamentos da recepção, em fenômenos tais como os do “spoiler” e da “reassistibilidade”. Por relevantes que sejam, relativamente às práticas de consumo desses produtos, tais fenômenos não decorrem rigorosamente de uma matriz poética dos efeitos de obras — especialmente aqueles que atuam sobre horizontes probabilísticos da recepção, como em certas vertentes de uma teoria do “efeito estético” (Iser, 1979). Sobretudo, eles desconsideram, ao menos parcialmente, os padrões

² Em longas porções da argumentação sobre a compreensão dos universos seriados, em *Complex TV*, Mittell discorre sobre aspectos de um tratamento imanente da poética televisiva, em linha com a perspectiva cognitivista da poética fílmica — assim como perfeitamente ajustado a muito daquilo que se origina de dinâmicas nas quais obras narrativas invocam o lugar ativo da recepção — como naqueles das teorias poéticas do suspense, em Meir Sternberg (1978), por exemplo.

³ Muito embora tais questões impliquem sobretudo o problema da relação entre poética e “efeito estético”, como ilustrado por algumas tendências da estética da recepção e da semiótica textual (Eco, 1979; Iser, 1979), as abordagens retóricas da ficção literárias contribuem igualmente para este fim, especialmente na letra de Wayne Booth (1961).

inferenciais sob os quais Bordwell condiciona a fruição e apreciação estéticas desses universos.

Como discuto através do todo desse livro [*Complex TV*], muitos espectadores não consomem a televisão em isolamento individual, mas o assistem como parte de uma comunidade de espectadores, frequentemente facilitadas por culturas de fãs e paratextos online. Hipotetizar é um processo cognitivo realizado por indivíduos no ato de ver, mas tais ideias e respostas potenciais para questões narrativas frequentemente articulam-se no interior de comunidades de fãs, transformando as hipóteses internas em práticas culturais de *teorização*. (Mittell, 2015, p. 174)

De resto, o tema da recepção em Mittell é tão somente o sintoma de uma dificuldade geral dos estudos de mídia (dada a dominância de um vocabulário sociológico e antropológico de explicação) para estatuir o lugar heurísticamente apropriado dos fenômenos de “efeito estético” das obras expressivas, quaisquer que sejam seus meios e processos de produção — uma vez que se considere a parcela de concepção da recepção enquanto atividade, em limites não exclusivos da descrição sociológica ou antropológica do fenômeno — em suma, quando se considera que o processo cooperativo da compreensão textual não ocorre predominantemente em contextos sociais da *interação entre apreciadores*, mas liminarmente naquele das dinâmicas cooperativas que presidem a *relação entre texto e leitor*, aspecto abordado por um sem-número de autores situados em campos tão distintos quanto o da história e da crítica literárias, da retórica e da semiótica textuais (Booth, 1961; Eco, 1979; Iser, 1979; Jauss, 1982).

Basta considerarmos aquilo que Bordwell postula sobre os preceitos inferenciais da avaliação estética do cinema narrativo clássico para melhor situarmos a diferença entre seu projeto de poética histórica e aquele de Mittell: no rigor desse enquadramento sobre padrões da apreciação, não haveria diferenças significativas entre a subjetividade do juízo estético, relativamente a ambientes sociais de sua negociação discursiva — fundamentalmente porque uma tal demarcação não interessa rigorosamente a uma abordagem poética. Já argumentei anteriormente que o caráter “histórico” da proposição de Mittell sobre uma poética do *storytelling* televisual se esquia do real objeto de uma tal *historicização do poético*, em Bordwell: escapa ao autor de *Complex TV* a noção da *poiésis* em Bordwell como *práxis*, portanto definida como modalidade da criação constitutivamente destinada à produção de efeitos sensíveis, cognitivos e emocionais (Gomes, 1996).

Para o estudioso da Poética, tais convenções e habilidades se tornam o centro de sua atenção. Já que *poiésis* significa “fazer”, a poética pode tirar proveito de um trocadilho que lhe é próprio: ela se concentra no fazer da obra fílmica como objeto, mas também os esforços regulados que a produzem e a usam. Cineastas visam reatizar certos tipos de objetos, os quais produzem em retorno efeitos mais ou menos previsíveis, quando usados em modos convencionais.⁴ (Bordwell, 1989, p. 268)

Como meu interesse aqui não é dirigido ao desvelamento das estruturas narrativas que caracterizam parte significativa do empreendimento poético na análise fílmica, proponho outro uso desse paradigma inferencial de Bordwell, como auxílio na determinação de outras ordens de problemas não menos significativos para uma abordagem poética da ficção televisiva: pretendo então centrar-me na questão de uma “heurística do estilo” (Picado, 2019)⁵, para qualificar a noção de que as características do reconhecimento das obras de ficção seriada televisiva resultam de uma *inflexão de recepção* — razão pela qual os juízos de gosto que a consagram empregam capacidades inferenciais dos apreciadores para reconhecer as marcas da identidade poética das obras.

No que respeita modos de recepcionar um tal sentido da atribuição estilística dos formatos televisivos (especialmente na linha de uma “poética histórica” do audiovisual), o trabalho de Jeremy G. Butler exprime linhas de continuidade com as ideias de Bordwell: na introdução de seu *Television Style*, identifico essa forte demarcação da noção do estilo como característica de uma abordagem poética dos produtos televisivos, com especial foco sobre a qualificação estética dessa categoria — inclusive contrastando essa dimensão com as perspectivas de análise da recepção oriundas das ciências sociais.

Os etnógrafos dos estudos culturais preferem examinar o destinatário da transmissão e não a própria transmissão. Estou simplificando demais aqui, mas a ênfase empírica no destinatário e não no texto significa que os aspectos estilísticos do texto são menos interessantes do que o uso que o destinatário faz dos significados do texto. Os estudiosos dos estudos culturais, por exemplo, examinaram as respostas dos telespectadores às telenovelas conversando com os fãs do gênero e examinando os materiais que eles (os telespectadores) escreveram sobre os programas. O que mais interessa aos estudiosos é como os espectadores entendem os personagens e os relacionam com suas próprias vidas, e não como os espectadores se sentem em relação a atributos estilísticos, como a edição de um contra-plano ou um *zoom* para concluir uma cena. (Butler, 2010, p. 2)

⁴ Indo além dessa subscrição do poético à feitura artística, Wilson Gomes (1996) recupera uma espécie de horizonte pragmático da *Poética* aristotélica, para ali introduzir o lugar da recepção — em especial aquela que qualifica a resposta às obras como esteticamente carregada: nesses termos, não apenas compreendemos as obras, mas qualificamos essa experiência com uma valência hedonística (da ordem do *prazer*), assim como afetiva (que nos conduz ao problema da *catarse*, relativa a cada gênero artístico). “Que *prazer próprio* e *efeito* sejam a mesma coisa, a saber, aquilo que a representação provoca no receptor, não há dúvida. Basta seguir a trama discursiva de Aristóteles para perceber que os dois termos ocupam o mesmo espaço semântico, um indicando o efeito em geral das estratégias da obra sobre o receptor, o outro qualificando este efeito como uma mudança provocada no ânimo do fruidor da obra” (p. 115).

⁵ Ao adotar essa expressão, designo o horizonte explicativo da ideia de “estilo”, a partir da análise poética dos produtos de ficção seriada televisiva: tal “heurística” é o resultado de uma maior atenção às operações poéticas dessas obras, na medida em que permitam estimar o espaço complementar entre “padrões de intenção” que as geram e horizontes de seu agenciamento na experiência estética — manifestando-se tanto na matriz dramaturgica quanto na encarnação encenada desses produtos audiovisuais.

AQUILO QUE O ROTEIRO ENCARREGA PARA A ENCENAÇÃO: FUNÇÕES DA DRAMATURGIA SERIADA

Para além desse enlace entre *regimes estéticos da recepção e cogitação inferencial do estilo*, desejo igualmente delimitar certos objetos mais próprios dessa consideração — especialmente quando o exame concreto de certas operações da *poiésis* televisual se colocar no horizonte desse exame: neste aspecto específico, estou menos preocupado com as marcas de estilo materializadas através da encenação audiovisual — ou mesmo com aquelas que decorrem dos “engenhos da intriga” que comandam os graus de imersão em universos diegéticos e miméticos da narratividade (Baroni, 2017) — e mais centrado sobre como situar criticamente os “padrões de intenção” que estruturam esses estilos.

Na linha em que o historiador da arte Michael Baxandall pensou tais questões, trata-se das relações entre um “Encargo” e suas “Diretrizes”⁶: a consideração de um objeto histórico qualquer, na medida em que envolva a restituição de uma ordem de suas determinações (para ficarmos nos exemplos adotados pelo autor, um feito tecnológico ou uma obra pictórica) deverá implicar a mediação de cogitação através da qual essas relações podem ser estipuladas; no mais das vezes, é o empenho atencional de nossa percepção que traz à apreciação a saliência de determinados aspectos das obras, e que nos permite retroceder hipoteticamente até ordens de intencionalidade que governaram a feitura e a conclusão desses objetos. É assim que Baxandall (2006) caracteriza o “Encargo”, sob o qual objetos históricos (e obras de arte, em particular) são retrospectivamente conferidos com uma determinada feição de seu processo gerativo:

É bem mais difícil entender o Encargo de um pintor que o de um construtor de pontes. Por definição, o papel do construtor é construir uma ponte entre duas margens de um curso d’água, mas a maneira como o faz varia de acordo com o contexto, com a natureza do solo e com os recursos materiais e intelectuais de sua cultura. Se quisermos descobrir um equivalente exato para o pintor, teremos de ser, ao menos por enquanto, bastante genéricos Por ora, limito-me a dizer, de modo inteiramente arbitrário, que o papel do pintor é o de fazer manchas ou traços numa superfície plana de modo que o interesse visual dessas marcas tenha um objetivo. (p. 82)

Sem que o estatuto mais específico do “interesse visual” seja propriamente clarificado por Baxandall (muito embora se possa intuí-lo como ligado a algum aspecto do apelo estético da pintura)⁷, aventuro-me a pensar a relação entre instâncias funcionais da dramaturgia e da encenação audiovisual, definindo-as sob esta matriz do “Encargo” — para então começarmos a compreender como uma

⁶ Ao pensar o problema da intencionalidade que estrutura objetos históricos, Baxandall concebe o “Encargo” como uma força constringente que impulsiona seus atos de criação, sendo que essa força pode se originar de fora dos sujeitos criadores (um político que encomenda uma ponte a um engenheiro) ou de seu próprio impulso interno (Picasso elaborando o retrato de seu mecenas Kahnweiler). Já a “Diretriz” concerne aquilo que condiciona a execução dos encargos, dadas as várias ordens de sua limitação — dentre as quais aventuro situar a questão dos meios e materiais empregados, aspecto que me auxilia inclusive a transpor essas noções para o tipo de relação que se passa entre a dramaturgia e a encenação, não apenas no caso da ficção seriada televisiva, mas também no cinema e no teatro.

⁷ Em partes dessa discussão sobre as diretrizes que Picasso impõe à feitura do retrato de Kahnweiler, Baxandall endereça esse problema ao agenciamento das referências pregressas do criador, como aquela de Cézanne — num modo tal que estas questões envolvem os meios que Picasso emprega para se situar dentro de certa linhagem estética da história da pintura. Mas esse “interesse visual” pode ser pensado em chaves como aquelas que Bordwell designa enquanto paradigma artístico de “problema e solução” — em geral, direcionados a um pressuposto da experiência do realismo, e originada da concepção de Gombrich (1960) sobre o problema histórico da ilusão pictórica, em chave psicológica.

abordagem poética do estilo se torna uma baliza heurística da análise da ficção seriada televisiva⁸: em outras oportunidades, abordei esses problemas, a partir de uma concepção da *mise-en-scène* (instância identificada com a materialização dos perfis estilísticos de obras seriadas de ficção televisiva, em Bordwell), tomada como “espelho funcional” da escrita dramaturgica (Picado, 2023).

No sentido em que se admita essa interação funcional entre instâncias da criação das obras de ficção seriada televisiva, os traços da dramaturgia — como aquele dos diálogos — funciona como “Encargo”, determinando os modos como se realizam, na encenação: no caso da função atribuída a uma estilização dos diálogos (em criadores como Aaron Sorkin, Amy Sherman-Paladino e Shonda Rhimes), a linguagem verbal dos personagens encarrega os recursos da *mise-en-scène* audiovisual para encarnarem aquilo que se origina da composição dramaturgica. Já tive a oportunidade de examinar esse aspecto do perfil estilístico de suas obras de ficção seriada televisiva em Sorkin, na medida da atualização por diferentes encenadores-diretores de sua dramaturgia — muitas vezes no percurso de arcos narrativos e temporadas de uma mesma obra, como em *The West Wing* (Picado, 2019).

Para melhor delimitar meus objetivos, proponho examinar como a dramaturgia, tomada enquanto *lugar funcional* da criação na ficção seriada televisiva, torna-se centro gerativo das forças que comandarão soluções de encenação — justamente aquelas que materializarão o estilo reconhecível dessas obras: com esse fito, concentro-me na análise de dois arcos de temporadas de duas séries consideravelmente distintas em seu estilo audiovisual — e até mesmo nas lógicas seriais que comandam suas respectivas estruturas narrativas, a saber: a segunda temporada de *The Newsroom*, de Aaron Sorkin (HBO, 2012–2014) e a primeira temporada de *True Detective*, de Nic Pizzolato (HBO, 2014–2024)⁹.

Aquilo que permite essa comparação decorre do fato de que ambas partilham a mesma matriz narrativa da organização dos arcos das temporadas, ou seja: os eventos e ações de cada uma delas se deriva das anamneses de seus protagonistas — não obstante o fato de que a lógica narrativa imposta por cada um de seus criadores-dramaturgos confere a essa estrutura comum feições de encenação consideravelmente distintas. Minha hipótese é a que tais diferenças decorrem dos modos como o Encargo da dramaturgia se transfere para sua encenação, em cada uma delas¹⁰.

Na base dessa diferença com a qual o Encargo se identifica com a dramaturgia dessas obras, identificarei, entre outros fatores, a matriz artística sob a qual tais exercícios heurísticos da “analepse” dos acontecimentos (Genette, 1972) é elaborada dramaturgicamente: em um caso, ela é derivada do modo como tais questões emergem nas formas literárias (especialmente encarnadas

⁸ Em chave propriamente sociológica de cogitação, essa maneira de operar por inferência e retrocesso já se encontra presente naquelas reflexões sobre dinâmicas coletivas que perpassam as relações entre estas duas instâncias da gestão intencional das obras seriadas de ficção televisiva: mesmo que marcadas por uma maior atenção a *padrões concorrenciais* dessas relações entre sujeitos do campo da produção cultural (instruídas pelas visões teóricas de Pierre Bourdieu sobre os campos da produção cultural na literatura), é a menção a tais contextos sociais dos “ofícios” (Souza & Barreto, 2014) que me permite assimilar esses lugares sociais da criação ficcional na televisão a uma perspectiva mais afeita ao trato “funcional” da dramaturgia e da encenação audiovisual, na linha mais próxima à poética histórica de Bordwell (Picado, 2023).

⁹ No caso de *True Detective*, as 4ª e 5ª temporadas foram escritas por Issa Lopez, em 2019 e 2024 — sendo que Nic Pizzolato escreveu o primeiro episódio da 4ª temporada.

¹⁰ Sigo aqui a trilha de estudiosos que têm apontado mais recentemente a questão do roteiro como chave para um estudo estilístico dos formatos seriados (Silva & Quirino, 2020, 2021), mas procurando situar-me sobre aspectos mais específicos da composição dramaturgica — como aqueles que se situam no âmbito do diálogo ou dos pensamentos de agentes.

¹¹ Na extensa linhagem de abordagens sobre essas duas grandezas da representação narrativa e dramática (mimese e diegese), ainda que adstrita ao limite das formas literárias, adoto aqui a influente perspectiva de Gérard Genette (1966) no tratamento dessas questões.

no padrão romanesco), sob uma matriz predominantemente diegética; no outro quadrante, essas questões são marcadas pelos imperativos cênicos de realismo cênico — portanto estruturadas sob a matriz *mimética* dessa representação¹¹.

Como especificação desses problemas relativos a modos da representação narrativa, avalio igualmente a função operatória que a dramaturgia dos diálogos (em específico) e da função da linguagem dos personagens (em geral) assume para cada uma dessas produções. Sob esse quadro de aspectos e dinâmicas próprias à composição poética das obras seriadas de ficção televisiva, ilustrarei o emprego heurístico da noção de “estilo” na análise dessas obras, tendo em conta as estruturas que articulam esses elementos enquanto “programas de efeito” — ao invés de meros produtos derivados de uma lógica econômica e concorrencial da circulação cultural (Picado, 2023).

Antes de entrar nos detalhes de todas essas considerações, discorro brevemente sobre a importância do paradigma inferencial da análise poética aqui empregada: trata-se do valor instrumental de certas modalidades de exame que valorizam *construções textuais* das obras expressivas — especialmente operando através daquilo que Butler designa como uma “engenharia reversa” de sua significação: em *Television Style*, seu autor destaca o peso de disciplinas como a semiótica textual, nos modos com os quais conferem uma heurística dessa escavação das marcas de estilo nas obras audiovisuais.

Os capítulos seguintes abordam frequentemente os textos televisivos à maneira de um semioticista — procurando encontrar a essência do estilo nos detalhes da imagem-som televisivas. É claro que é possível se perder nas minúcias da televisão dessa maneira, mas concordo com autores como Bordwell ..., que afirmam que é preciso fazer “engenharia reversa” dos textos de mídia para entender completamente seu estilo. Assim, a mesma atenção aos detalhes que roteiristas, diretores, diretores de fotografia, editores e assim por diante colocam na construção de um texto televisivo deve ser empregada na desconstrução desse texto. Esta é uma lição de análise de cinema e televisão que aprendi há muito tempo, quando, ainda na graduação, fui forçado a realizar *découpages* de cenas, plano a plano, em uma aula de cinema francês. (Butler, 2010, p. 6)

No que respeita o presente exame, parto daquilo que as obras seriadas apresentam como resultado de sua materialização (seu perfil *encenado* de uma estrutura narrativa prévia), identificando, a partir daí, a iteração de traços de estilo que permitem alcançar certos operadores dramatúrgicos (como a modulação dos diálogos). Em manifestações recentes desse tipo de estudo, reserva-se aos roteiros escritos o estatuto de *corpus* empírico — o que não

será o caso do percurso aqui proposto: de um lado, não pretendo fugir aos preceitos da análise estilística de Bordwell, no que respeita a identidade entre “estilo” e “encenação” — o que me conduz a tratar a dramaturgia como matriz do Encargo transmitido às instâncias da *mise-en-scène*; por outro lado, o acesso aos materiais dramáticos dos roteiros de episódios ficou parcialmente impedido — aspecto que me permite exercitar plenamente a heurística da “engenharia reversa” na análise estilística proposta por Butler¹².

MATRIZES ARTÍSTICAS DA DRAMATURGIA SERIADA EM AARON SORKIN E NIC PIZZOLATO

Assim sendo, apresento meu *corpus* de análise, consistindo de segmentos iniciais de primeiros episódios de temporadas de duas produções de ficção seriada televisiva do canal HBO — a saber, o episódio-piloto de *True Detective* (de Nic Pizzolato) e o primeiro episódio da segunda temporada de *The Newsroom* (de Aaron Sorkin): em ambas, identifico uma mesma estrutura que organiza os arcos narrativos, com uma introdução aos universos tópicos da fábula através de discursos dos personagens recapitulando os eventos até o presente de sua exposição inicial; os dois episódios encenam essa analepse dos personagens, partindo de situações nas quais estes prestam depoimentos sobre acontecimentos do passado — em reuniões com advogados de uma rede de notícias televisivas a cabo (*The Newsroom*) e numa delegacia de polícia, em um inquérito da corregedoria sobre investigações anteriores de um assassino em série no interior do estado de Louisiana (*True Detective*).

O que chama a atenção, em face dessa similitude de armaduras do *storytelling*, é o fato de que cada uma dessas obras mobiliza estratégias distintas para desenvolver a articulação entre os elementos da história e as funções discursivas cumpridas por essa instância do depoimento dos personagens — aqui convertida numa espécie de dispositivo de enunciação dos universos de fábula das obras. Por exemplo, há diferenças no emprego dessa mesma estrutura, em cada uma das séries: em *The Newsroom*, o universo de fábula instituído pelo contexto desse relato aos advogados governa a extensão integral da temporada; já em *True Detective*, esse alcance da analepse chega apenas a um ponto intermediário da temporada, quando novos quadros da intriga demandam um afastamento desse aspecto de estruturação da fábula pela matriz narrativa do relato dos detetives aos investigadores.

De saída, consideremos o caso da primeira cena de “*First Thing We Do, Let’s Kill All the Lawyers*”, primeiro episódio da segunda temporada de *The Newsroom*: no questionamento da advogada da ACN News (Rebecca Halliday),

¹² De um ponto de vista prático, faço dessa opção o resultado da dificuldade de obter acesso aos roteiros originais desses episódios — especialmente no caso do primeiro episódio da segunda temporada de *The Newsroom*; quanto ao piloto de *True Detective*, a dificuldade decorreu das discrepâncias observadas entre a escrita do roteiro e aquilo que se efetiva das falas dos personagens na encenação do episódio.

D

O roteiro como encargo: examinando a dramaturgia do diálogo em *The Newsroom* e *True Detective*

a Will McAvoy (âncora do mesmo canal) desenha-se literalmente um arco integral das ações de toda temporada a seguir — salvo, por óbvio, o fato de que desconhecemos nesse momento da exposição qual é a natureza da motivação pela qual essa mesma sequência de eventos constituirá uma intriga a ser desenvolvida. Na voz dessa personagem, somos expostos a esta ordem de eventos, sob a forma de uma pergunta acerca da probabilidade segundo a qual esse encontro com os advogados poderia ter sido evitado:

REBECCA HALLIDAY: “Se Ben Furusho não tivesse quebrado o tornozelo, se Jim Harper não tivesse ido para New Hampshire para substituí-lo, se Jerry Dantana não tivesse vindo de DC para cobrir Jim, se Mike Tapley tivesse sido usado no painel em vez de Cyrus West, você acha que...”

Nesse ponto de sua fala, a advogada é interrompida por Will, quando este observa que um dos assistentes de Rebecca datilografou equivocadamente uma palavra, ao dizer: “Gênoa”. Sem que saibamos de saída qual é o significado desse pequeno evento, os dois personagens embarcam em uma intensa troca verbal, na qual suas respectivas falas cruzam-se a ponto de tornar o assunto da conversa quase incompreensível — mas pela qual finalmente descobrimos que este é o nome de uma operação militar de resgate do exército norte-americano no Paquistão, na qual seus soldados teriam usado armas químicas para matar uma população civil. Com pouco mais de 2 minutos de trama, fomos informados não apenas sobre a sucessão de eventos da temporada, mas também sobre aquilo que constituirá o tema central — ou, em termos narratológicos, a *porção da fábula* desta trama da temporada.

REBECCA HALLIDAY: Se Jim Harper...

WILL McAVOY (interrompendo): Não.

REBECCA: Deixe-me terminar a pergunta (pausa). Se Jim Harper...

WILL (interrompendo): A gente não tem tempo para isso. Não, se Jim Harper não tivesse ido a New Hampshire, se Dantana não tivesse vindo para cobrir sua ausência, se West não tivesse vindo para um painel sobre os drones, se 17 outras coisas não houvessem conspirado justamente na ordem certa, nós não estaríamos sentados aqui.

REBECCA (pausa): Há 14 meses, você foi ao ar e chamou o *Tea Party* de Talibã Americano.

WILL (interrompendo): Eu fiz isso.

REBECCA: E então?

WILL: O Talibã se ofendeu.

REBECCA (pausa): Há 14 meses, você foi ao ar...eu estou começando pelo início...há 14 meses atrás, você foi ao ar e chamou o *Tea Party* de Talibã Americano.

WILL: Sim.

REBECCA: O que aconteceu então?

WILL: Muita coisa.

REBECCA: Pra começar?

WILL: O presidente do canal foi expulso do Congresso.

Apenas então é que se introduzem as dinâmicas narrativas da trama principal da temporada, quando finalmente abandonamos esse ambiente do depoimento, para entrarmos na trama dos eventos estabelecida por essa questão hipotética inicial da advogada. De todo modo, fica claro logo cedo que a função dramática atribuída a esta instância de encenação no presente, através da qual os acontecimentos da história são restituídos, é um atributo da clássica técnica de “exposição” — através da qual o drama cênico instituiu como função do “coro”, seja nos ritos teatrais da cultura helênica, ou no modo como o drama elisabetano convencionou essas introduções, através da fala que explicita aspectos da trama a serem desenvolvidos (como no famoso prólogo shakespeariano de *Henrique V*)¹³.

Um aspecto particular dessa função pela qual Aaron Sorkin, criador da série, emprega a ação dos personagens para servir aos propósitos da exposição narrativa é um traço de seu estilo dramático que se faz notar sob dois aspectos: tanto como item de iteração, notável por demarcar seu modo de trabalhar esses operadores em outras de suas obras, quanto pelo possível contraste com outros criadores nesse mesmo universo. Sob este último aspecto, o episódio-piloto de *True Detective* (“*The Long Bright Dark*”, escrito por Nic Pizzolato) tem partida com o mesmo recurso adotado em *The Newsroom* — mas com a sutil diferença de que somos apresentados a dois cenários distintos de depoimentos, separados pelo intervalo de cinco dias entre cada um deles, nos quais os detetives Marty Hart e Rust Cohle (da delegacia de homicídios do estado de Louisiana) são interrogados sobre detalhes de uma investigação sobre assassinatos em série — eventos em cuja investigação estiveram envolvidos, havendo solucionado os crimes, dezessete anos antes desse momento em que aparecem para nós em cena.

Outro detalhe relativamente insignificante é que, diferentemente do modo como Sorkin constrói o dispositivo dramático do depoimento que performa a exposição narrativa da segunda temporada de *The Newsroom*, Pizzolato não se ocupa de introduzir logo de início os interlocutores dos dois protagonistas: em Sorkin, a voz, o corpo e a performance da advogada se oferecem como contraponto estratégico para a exposição inicial da trama; em *True Detective*, os agentes da corregedoria que coletam os depoimentos constituem apenas

¹³ “Deixem que nós, as Cifras desta conta/acionemos sua força imaginária/Suponham que no abraço destes muros/estão confinadas duas monarquias/cujas altas fachadas confrontadas/uma nesga de mar feroz separa/Com o pensamento curem nossas falhas/em mil partes dividam cada homem/e criem poderio imaginário/ Pensem ver os corcêis de que falamos/imprimindo na terra suas pegadas/Pois suas mentes vestem nossos reis/carregando-os por terras e por tempos/ Juntando o que acontece em muitos anos/em uma hora/E para ajuda-lo/admitam-me, o Coro, nesta história/para que, de sua paciência, eu peça/que julguem com bondade nossa peça” (Shakespeare, 2022, pp. 363–364).

uma sombra dessa mesma função (o que nos deixa praticamente a sós com os protagonistas), com as vozes em *off* dos investigadores Thomas Pappania e Maynard Gilbough apenas assumindo uma presença corporal correspondente, quando este episódio já avançou em quase 2/3 de sua duração total.

O traço distintivo mais importante entre as duas obras, consideradas as funções que a dramaturgia encarrega para a encenação do drama televisivo, encontra-se nos graus de uma função retórica atribuída a cada uma das analepses provocadas por seus depoimentos: em *The Newsroom*, dado que os depoimentos de personagens constituem-se como parte de uma estratégia de exposição narrativa, restando ao drama dos episódios subsequentes desenvolver as ações ali prometidas, a relação entre aquilo que discutem o âncora e a advogada na cena inicial e os eventos que se seguem não são tingidas pelas dúvidas que possamos levantar sobre a confiabilidade desses relatos. Em suma, o intervalo entre aquilo que os depoentes afirmam sobre a trama-matriz da temporada (a reportagem sobre um possível crime militar) e esta mesma ordem de acontecimentos (uma vez exposta pelo drama dos eventos) não enseja questões sobre algo que os depoentes estejam escondendo ou desvirtuando acerca dos fatos reportados — elementos que seriam eventualmente desmentidos pela encenação da intriga propriamente dita dessas ações, a seguir.

Ademais, há uma separação fundamental entre a inserção desses momentos em que os personagens depõem e aqueles nos quais somos imersos à encenação dos acontecimentos: em outras palavras, dado o fato de que esses depoimentos servem à função retórica de nos introduzir à fábula da temporada, a função dramatúrgica dos relatos não orienta as ações propriamente ditas, na encenação — apenas outro modo de dizer que os depoentes, assim expostos, não se constituem como narradores de suas próprias aventuras, já que a encenação subsequente dos acontecimentos é que assumirá esta função de tramá-los cenicamente, em uma modalidade de narração do “narrador não dramatizado” — ou ainda, aquela que, segundo Wayne Booth (1961), define o “narrador dramatizado confiável”, já que a trama dos acontecimentos é construída a partir de um apagamento considerável das marcas que poderiam nos levar a suspeitar da própria intriga¹⁴.

Completamente outra é a função da encenação dessa situação de interlocução, na primeira temporada de *True Detective*: sob vários aspectos, o que a concepção dramatúrgica de Pizzolato instaura como Encargo é a problematização da confiabilidade mesma dos depoimentos dos detetives, à luz da ordem factual dos acontecimentos investigados — ou mesmo relativamente à real motivação dos investigadores, dado o objeto de seus interesses, em face de cada um dos dois interrogatórios. No que respeita este último ponto, as interações iniciais dos investigadores com Hart e Cohle, logo no início do episódio, são particularmente

¹⁴ É sempre recomendável nos lembrarmos que Booth rejeita a ideia de um narrador “não dramatizado”, na medida em que, segundo ele, a função retórica da narração é a de servir como recurso para mediar os valores comunicados pelo autor para seus leitores presumidos: nesse sentido, a clivagem dos modos narrativos se instaura, para uma retórica da narrativa, entre narradores “confiáveis” e não confiáveis”, sendo todos eles necessariamente “dramatizados”, mesmo que em diferentes graus.

reveladoras dessa diferença no *leitmotiv* dessa situação, relativamente àquele que orienta o caso de *The Newsroom*, sob dois aspectos fundamentais: 1) em primeiro lugar, os investigadores de *True Detective* estão coletando os depoimentos dos detetives como parte de um trabalho de corregedoria (portanto, sem que tenham em vista os interesses de defender seus interrogados), ao passo que a advogada em *The Newsroom* é empregada da mesma organização na qual trabalha o âncora a quem ela interroga (e suas questões visam orientar o processo de defesa da organização e do próprio jornalista); 2) ademais, há uma diferença no assunto que comanda as interações entre investigadores e detetives, em *True Detective* — pois, enquanto Hart é interrogado sobre o caráter de seu parceiro, as perguntas feitas a Cohle discorrem precisamente sobre a investigação de 17 anos antes, o que deixa implícito que o real assunto do interrogatório não é claro para os dois protagonistas:

INVESTIGADOR (em *off*): O que foi para você... tê-lo como parceiro?

HART: O que eu acho? Bem, você não escolhe seus pais, nem seu parceiro... eles costumavam chamá-lo o “coletor de impostos”. Ele veio do Texas, ninguém o conhecia, meio esquelético, magricela para mim, irritável. Levei três meses até trazê-lo para um jantar em casa. Foi quando aconteceu aquele crime, é sobre isso que vocês querem saber, certo? Dora Lange, garotos no bosque?

INVESTIGADOR (em *off*): Sim, claro. Mas conte-nos sobre o Cohle. Nós ouvimos algumas histórias.

OUTRO INVESTIGADOR (em *off*): Cara meio estranho, não?

HART: Estranho? Hmmm, hehehe, sim. Rust brigaria com o céu se não gostasse dos tons de azul. Mas, quando finalmente o convidamos para o jantar em casa, quando o caso ainda estava fresco, o coitado parecia estar indo para o paredão de fuzilamento.

Esse aspecto de uma retórica do discurso ficcional nos instrui a considerar certos ardis da construção da fábula, especialmente pelos modos como a instância da narração serve a propósitos de mediar a relação entre autor e leitura, através de uma construção narrativa: como já vimos logo acima, a relação que se instaura entre o discurso e a história reportada, ao menos em certas obras típicas da modernidade literária, é marcada por aquilo que designa a figura de um “narrador não confiável” (Booth, 1961). Esse aspecto funcionaliza igualmente o texto narrativo das obras de ficção seriada televisiva, especialmente pela solicitação de regimes de recepção igualmente marcados sob tal signo hermenêutico da suspeita, da atenção aos detalhes e da exigência de uma periódica

retomada das tramas através da reassistibilidade dos episódios (Jost, 2017; Leal & Borges, 2017).

Pode-se igualmente especular sobre o fato de que as diferenças de estilo nas séries televisivas, uma vez derivadas daquilo que sua dramaturgia encarrega para a encenação, refletem algo a que denomino como “matrizes artísticas” de cada roteirista-criador: a iteração de certos procedimentos de escritura dramática, como aqueles derivados da linguagem (falas de personagens, níveis do discurso narrativo que elas representam, modos de composição de personagens através do que dizem e pensam, dentre outras) atravessam as obras de Sorkin e Pizzolato; o fato de que esses dois episódios atualizam uma mesma estrutura narrativa, fundada na encenação de uma analepse, mas performando funções tão distintas dessa mesma organização, é fenômeno que pode ser analisado a partir das diferentes matrizes artísticas que informam os dois roteiristas.

A frequência com a qual Sorkin se vale da interação verbal entre os personagens, para criar efeitos retóricos de exposição narrativa, assim como para oferecer compensações dramáticas à ausência de situações de conflitos físicos em suas tramas, diz algo sobre o quanto tal matriz dramática se funda em modelos de composição próprios ao drama cênico — em especial, nas matrizes do teatro realista moderno¹⁵. Para além desse ponto aqui explorado, há outros aspectos que iluminam seu estilo de criação, sobre o qual muitos já se debruçaram analiticamente: dentre eles, o mais óbvio e igualmente debitável dessa matriz oferecida do drama teatral é aquele do *ritmo* que estrutura a composição dos diálogos, na medida em que servem não apenas ao propósito de referir horizontes temáticos da trama (assim como o de conferir as tinturas de caráter mais próprios a cada agente), mas também o de conferir a essas situações uma determinada intensidade afetiva — que sabidamente constitui um dado da atração que suas criações exercem, tanto no cinema de ficção quanto nas séries televisivas¹⁶.

O caso de Pizzolato evoca outras matrizes gerativas desses recursos de composição narrativa, com o fito de orientar a mise-en-scène dos dramas seriados: o fato de que o episódio-piloto de *True Detective* se constitua como um campo de experimentações sobre níveis discursivos nos quais relatos de personagens se ajustam ou não às ordens de acontecimentos de uma trama narrativa é sugestivo da importância que o percurso literário de seu criador informa sobre tais questões de composição dramática. Em boa parte da primeira temporada dessa série, testemunhamos o desafio nada trivial de se configurar cenicamente o problema da não confiabilidade de um relato que comandará nosso modo de imersão às tramas desses dois detetives, aspecto que é mais comum a uma

¹⁵ Nunca é demais reiterar o passado de Sorkin como dramaturgo: sua carreira teatral praticamente decola com a peça *A Few Good Men*, de 1989, com sua adaptação filmica, em 1992, como seu primeiro esforço de roteirista para o cinema — resultando em indicação para o Oscar do ano seguinte. Essas características de uma dramaturgia centrada na força do diálogo se incorporam em suas criações audiovisuais, tanto na televisão quanto no cinema — centrando-se no dinamismo quase musical das trocas verbais entre personagens.

¹⁶ Sem mencionarem o caso específico de Sorkin, autoras como Monika Bednarek (2018) e Sarah Kozloff (2000) abordam essas duas dimensões da arte do diálogo em roteiros — sendo que a primeira centra-se mais sobre o caso da ficção televisiva, enquanto a última examina o caso do cinema. Em ambas, contudo, a representação das falas de agentes serve a uma dupla função de auxiliar a estruturação narrativa em vários níveis (lógica da trama, perfis de personagens) e servir de indicativo de certos efeitos estéticos — dentre os quais a produção do ritmo é aquela que nos interessa mais de perto, especialmente em Sorkin.

matriz literária da organização narrativa do que aos dispositivos de encenação audiovisual, no cinema e na televisão.

Do mesmo modo que Sorkin, a matriz da qual Pizzolato se vale para elaborar sua dramaturgia importa os problemas e desafios de uma composição poeticamente interessante desses mesmos recursos na literatura moderna e contemporânea: é assim que a questão da voz em *True Detective* migra para além dessa situação inicial de interlocução com os investigadores e passa a pontuar o próprio âmbito interno da trama do episódio — de modo a atualizar cinematicamente uma antiga questão da narratividade literária, a saber, a da autoridade do narrador, constituída como problema de dicção poética e de retórica ficcional (Booth, 1961; Genette, 1991): configurada inicialmente como aspecto tópico da história (dado que os protagonistas vão amadurecendo suas suspeitas acerca da motivação que governa seus respectivos interrogatórios para a corregedoria), para enfim constituir o próprio modo narrativo da temporada — já que, orientada pelas vozes dos depoentes, iremos descobrir que a ordem e o sentido mesmo dos acontecimentos conferidos pela encenação frequentemente se separam das vozes do relato dos protagonistas sobre essas mesmas ações, algo que testemunhamos em alguns momentos-chave dessa mesma temporada.

FUNÇÕES DRAMATÚRGICAS DO DIÁLOGO EM THE NEWSROOM E TRUE DETECTIVE

A função de Encargo exercida pela composição dramatúrgica dos diálogos e falas de personagens em *The Newsroom* e *True Detective* (ao menos no escopo dos segmentos que exploro aqui, no limite permitido para este texto) se manifesta por estratégias e efeitos distintos: à luz daquilo que indicam pesquisas sobre a arte do diálogo no cinema de ficção e nos universos seriados televisivos, podemos retomar essas mesmas passagens dos segmentos iniciais dos dois episódios em questão, para discriminarmos esses estilos com mais vagar. De saída, há uma grande diferença, no que tange a *quantidade* de falas empregadas nos diálogos, em cada um desses casos: em *True Detective*, a interação verbal que nos introduz nos universos da trama (acontecendo entre Hart, Cohle e os investigadores) é marcada por um protocolo no qual os centros de cada fala estão razoavelmente definidos, pela natureza mesma da situação em que se encontram — na medida em que cada um dos detetives está implicado nesses segmentos.

Quando essas trocas verbais se expandem para o interior da diegese sobre os crimes de dezessete anos antes, o volume das falas que orientam essas ações ainda é consideravelmente limitado às pontuações das vozes dos dois protagonistas — seja ao se recordarem das características do trabalho de cada um deles,

perante os investigadores (quando a voz de cada um serve de comentário em *voice-over* às ações que presenciamos de ambos no passado dessa investigação), ou pela interação efetiva que mantêm entre si, ao comentarem aspectos da cena do crime — tudo isso ocorrendo num andamento em que os turnos de cada centro de fala se dá numa intensidade consideravelmente reduzida (o que aporta informações significativas sobre os estados de espírito que servem de mediação para a relação entre os protagonistas):

COHLE: Isto vai acontecer de novo, ou já aconteceu antes. Ou ambos.

HART: Prossiga.

COHLE: É uma encenação fantasiosa, um rito. Fetichização, iconografia, esta é a visão dele, o corpo dela é um mapa de parafilia.

HART: Como assim?

COHLE: Atração pela luxúria física de fantasias e práticas proibidas pela sociedade.

HART: Você tirou isso de um de seus livros?

COHLE: Sim.

No contraste com o estilo de Aaron Sorkin, a forma de trabalho de Pizzolato é indicativa de uma característica notada por estudiosos do diálogo no cinema narrativo clássico — e nos quais se valoriza uma economia mais esparsa da fala das personagens, especialmente na correlação com os preceitos cênicos de suas ações físicas (particularmente sinalizada pelos intervalos entre turnos de falas dos personagens): é assim que Sarah Kozloff examina a questão da *quantidade* dos diálogos em filmes, especialmente na sua função primordial de articulação de variadas grandezas da expressão narrativa — relativamente ao caráter dos personagens, à explanação sobre aspectos significativos e dificilmente passíveis de esclarecimento por sua mera encenação. No caso do início do episódio-piloto de *True Detective*, o caráter esparso dessas manifestações verbais não elide a evidente função orientadora das falas dos protagonistas, seja na cena do crime ou na interação com os investigadores.

Longas falas de um personagem são assim tão prevalentes porque são muito úteis para cumprir as funções analisadas acima. Eles certamente podem ser “realistas” — as pessoas raramente falam em epigramas expressivos. Eles permitem a explicação de um argumento complicado ou a descrição de uma narrativa de evento passado. Eles contribuem muito para a revelação do caráter do personagem. Eles mantêm nossa atenção focada em um desempenho estelar. (Kozloff, 2000, p. 67)

Na perspectiva em que Sorkin elabora essas funções, há uma evidente discrepância da quantidade atribuída às falas de personagens, e que se deve a inúmeras escolhas desse criador: de saída, isso se nota pela comparação entre quantidades de diálogo no roteiro, relativamente ao tempo de encenação em tela — pois, nos mesmos 41 segundos empregados por Pizzolato para situar a conversa dos dois detetives na cena do crime logo acima (numa maior lentidão dos turnos entre os centros de fala), Sorkin privilegia um modo consideravelmente mais intenso de trocas verbais, redundando numa impressão de um maior volume de informações postas pelas falas para o drama — boa parte dos quais dormitará imperceptível, mesmo para espectadores mais atentos, apenas subindo à superfície de nossa atenção após sucessivas reprises da experiência da série.

Assim, ocorre ao final da cena inicial do primeiro episódio da segunda temporada de *The Newsroom*, quando Will McAvoy retoma a questão inicialmente feita pela advogada Rebecca Halliday (“Se Ben Furusho não houvesse quebrado o tornozelo, se Jim Harper não houvesse ido a New Hampshire...”): ao responder à pergunta sobre o que teria poderia ter evitado esse seu encontro com a advogada, a troca verbal entre os dois não apenas informa a estrutura tópica da fábula a ser encenada (quando o presidente do canal é barrado num evento no Congresso), como igualmente se estrutura em um particular ritmo, precisamente decorrente dessa opção em fazer da oscilação entre os turnos das falas um evento que serve à produção de um particular andamento, com consequências para a qualidade estética de nossa experiência dessas cenas.

Pois é praticamente na mesma duração da cena de *True Detective* (por volta de 40 segundos de tela) que se encena aqui o perfeito contraste de estilos de Sorkin e Pizzolato, no modo de abordarem essa grandeza de quantidade dos diálogos: no caso de *The Newsroom*, a cena já mencionada encarna aquilo que alguns autores caracterizam como uma economia de rápidas trocas entre os centros de fala — algo que, no estilo de Sorkin, é amplificado naquelas situações de seus dramas em que vários personagens agem (aspecto este que torna seus exemplos debitáveis dos pontos que Sarah Kozloff (2000) identifica com o estilo dramaturgico do cinema de Howard Hawks):

Os turnos mais breves, por outro lado, podem estar associados a um ritmo mais rápido, embora nosso senso de ritmo seja determinado, não apenas por quanto tempo os turnos podem durar, mas também, obviamente, pela rapidez com que os atores falam — John Wayne desenha uma linha curta muito lentamente, enquanto Eddie Murphy faz uma longa fala, criando uma sensação de velocidade vertiginosa. É a combinação de turnos curtas com falas rápidas que cria um efeito *staccato*. (p. 69)

Numa outra grandeza do trabalho dramatúrgico sobre as falas dos personagens, notamos que enquanto Pizzolato centra as interações mais importantes de seu drama sobre dois agentes principais, *The Newsroom* é estruturada — assim como em outras criações de Sorkin, no cinema e na televisão — como um “drama de elenco”, acarretando uma dramaturgia exercitada sobre múltiplos falantes (o que resulta não apenas em maiores quantidades de diálogo, mas também na densidade de informações e na qualidade rítmica que ela demanda). Com isso, entramos numa outra seara desses trabalhos, concernindo à questão sobre *quantos são* esses mesmos centros de fala, em Sorkin.

O efeito disso tudo se nota na estruturação das dinâmicas cênicas pela composição dramatúrgica dos diálogos, como característica mais marcante do estilo desse criador: logo depois da cena em que Reese Lansing (presidente do canal) é impedido de entrar numa sessão do Congresso, para a discussão de um projeto de lei contra a pirataria digital (*Stop Online Piracy Act* — SOPA), temos uma troca verbal entre ele, sua mãe (Leona Lansing, dona do conglomerado do qual o canal faz parte) e Charlie Skinner (diretor de jornalismo do canal), marcada por uma pluralidade de tópicos que se cruzam, à medida em que os turnos de fala se sucedem — resultando num típico efeito de relativa desorientação temática, própria ao estilo sorkiniano:

LEONA LANSING: Ora, não foi uma coincidência, foi deliberado. Essas duas palavras são antônimas.

CHARLIE SKINNER (interrompendo): Você está me dizendo que...

REESE LANSING (interrompendo): Quem teria pensado que chamar o Congresso americano de Talibã teria consequências...Eu jamais imaginaria isso.

CHARLIE: A consequência é que você foi chutado para fora de uma lista de convidados...

LEONA (interrompendo): Para o SOPA!!! Não para um baile do Metropolitan!!!

REESE (interrompendo): Parece que quando eles foram chamados de Talibã americano, eles se importaram.

CHARLIE: Chega. Você está me dizendo que o canal foi deixado de fora de um encontro no Congresso por causa do jornal da semana passada?

LEONA: Não, não seja bobo! Espera, SIM, é exatamente o que estou dizendo. Você sabe quanto é que perdemos todo ano para a pirataria?

CHARLIE (pausa): Não.

LEONA: Eu também não. Pode ser 10 bilhões, podem ser 100 bilhões. Vamos assumir que sejam 100 bilhões.

CHARLIE: OK.

LEONA: Eu quero esses 10 bilhões!!!

São os mesmos 41 segundos das sequências anteriormente analisadas, agora empenhadas no fito de criar algo mais que uma armadura lógica para a sucessão narrativa dos acontecimentos — pois agora nos vemos confrontados também com uma função mais própria à geração de efeitos estéticos dessa dramaturgia do diálogo: Sorkin joga com as dinâmicas quase musicais dos turnos de fala dos personagens da cena — na medida em que, não apenas elas são agonicamente disputadas pelos personagens, mas também porque os intervalos quase imperceptíveis das trocas gera um perceptível ritmo para essas composições — algo que podemos apenas notar no regime propriamente estético de nossa atenção a esses momentos. Para além daquilo que certos estudiosos designam, sob a forma dessas trocas entre múltiplos agentes, como instrumento para representar realidades sociais através da encenação das falas, destaca-se aqui o traço genuinamente estilístico da produção de um andamento do discurso, mais do que o suposto de uma direção sobre a lógica da intriga narrativa.

Dois personagens em conversação fornecem mais “ação”, mais suspense, mais dar e receber do que monólogos, porque novas informações ou nuances emocionais podem ser trocados, questionados, reagidos. Por outro lado, em verdadeiros polílogos, muita coisa está acontecendo; há muitos alto-falantes, muitas agendas, muita distração para lidar rotineiramente com narrativas importantes funções (por exemplo, explicar a causalidade narrativa, revelar personagens psicológica). (Kozloff, 2000, p. 72)

Uma tal variação tópica, implicada pelos turnos de personagens, é encenada de modo bem mais esparso na escrita de Pizzolato: na cena analisada um pouco antes, quando Cohle explicava o caráter *metapsicótico* do perfil do assassino, ao examinar a cena do crime, há uma mudança de assunto na conversa, quando Hart (convencido ou não pela explanação sobre as motivações do crime) resolve fazer o convite para que seu companheiro o visite num jantar com sua própria família:

COHLE: Os joelhos dela estão ralados, queimaduras de carpete nas costas, herpes labial, gengiva retraída, dentes ruins, uma aposta decente é que ela era uma prostituta. Ele talvez não a conhecesse, mas (pausa) essa ideia já vinha com ele há tempos.
HART (pausa): Você tem um capítulo nesses teus livros sobre conclusões apressadas? (Pausa). Você está se ligando uma suposição a um pedaço de evidência para torcer a narrativa e dar suporte a ela (Pausa). Você está se predispondo.
COHLE (Pausa): Espere e veja na identificação.
HART: Certo.
COHLE: Esse tipo de coisa não acontece no vácuo (Pausa). Eu te garanto que esta não foi a primeira vez dele (Pausa). É muito específico.

HART (Longa pausa): Hmmm (Suspiro), Ouça, hmm, essa é uma hora estúpida para mencionar isso, mas, hmm (pausa), você tem que vir para jantar conosco (pausa), eu não posso mais deixar Maggie de fora disso (pausa), então venha.
COHLE (Longa pausa): Está certo.

Uma vez encenada, essa breve transcrição dos turnos verbais consome os mesmos 40 e poucos segundos de cena, servindo-me para contrastar os estilos dramáticos de Pizzolato e Sorkin, no que respeita o sistema de sinalizações sobre as motivações anímicas dos protagonistas, através daquilo que dizem — assim como efetiva uma atmosfera menos pautada pelos princípios de aceleração e intensificação emocional dos diálogos, em linha com aquilo que a temporada de *True Detective* reforçará, como modo de produção de um horizonte de resposta, na experiência de seus espectadores.

Ao concluir essa exploração, por limites de espaço, destaco apenas a importância que a análise desses materiais dramáticos pode oferecer ao exame sobre dinâmicas da consolidação do estilo, como traços do reconhecimento de obras seriadas de ficção televisiva, nos regimes ou inflexões próprias de sua recepção possível enquanto “programas de efeito”. Reitero a importância de se considerar o emprego de uma *heurística do estilo*, a partir de um olhar sobre as obras concluídas — na medida mesma de sua cogitação, a partir de paradigmas inferenciais da análise poética, que operam por “engenharia reversa” — indo da apreciação das obras até a cogitação ilustrada dessas dinâmicas de determinação, nas quais a dramaturgia serve como Encargo para as soluções criativas da instância de encenação das obras.

O estilo que aqui emerge não trata estruturas de sentido subjacentes a estas composições como sendo inflexíveis, mas precisamente definidas como aspecto de uma “individuação relativa” a estas mesmas estruturas (Granger, 1988) — como no modo pelo qual Sorkin e Pizzolato empregam o recurso da narração em analepse, mas atualizando-o de formas significativamente próprias e diversas entre si. Em minha perspectiva, é tal variação no uso dessas estruturas (como as do uso da analepse e as funções dramáticas do diálogo) que faz a particular graça dos estilos de cada um desses criadores. ■

REFERÊNCIAS

- Baroni, R. (2017). *Les Rouages de l'Intrigue*. Slaktine.
Baxandall, M. (2006). *Padrões da Intenção: A explicação histórica dos quadros* (Vera Maria Pereira, trad.). Companhia das Letras.

- Bednarek, M. (2018). *Language and television series: A linguistic approach to TV dialogue*. Cambridge University Press.
- Booth, W. (1961). *The rhetoric of fiction*. University of Chicago Press.
- Bordwell, D. (1985). *Narration in the fiction film*. University of Wisconsin Press.
- Bordwell, D. (1989). *Making meaning: Inference and rhetoric in the interpretation of cinema*. Harvard University Press.
- Bordwell, D. (2008). *Figuras traçadas na luz: A encenação no cinema*. Papirus.
- Butler, J. G. (2010). *Television style*. Routledge.
- Carroll, N. (2003). *Engaging the moving image*. Yale University Press.
- Eco, U. (1979). *Lector in fabula: La cooperazione interpretative nei testi narrativi*. Bompiani.
- Genette, G. (1966). Frontières du récit. *Communications*, 8, 152–163.
- Genette, G. (1972). *Figures III: Discours du récit*. Seuil.
- Genette, G. (1991). *Fiction et diction*. Seuil.
- Gombrich, E. H. (1960). *Art and illusion: Studies in the psychology of pictorial representation*. Pantheon.
- Gomes, W. (1996). Estratégias da produção do encanto: O alcance contemporâneo da Poética de Aristóteles. *Textos de Cultura e Comunicação*, 35, 99–125.
- Granger, G. G. (1988). *Essai d'une philosophie du style*. Odile Jacob.
- Iser, W. (1979). *The act of reading: A theory of aesthetic response*. Johns Hopkins University Press.
- Jauss, H.R. (1982). *Aesthetic experience and literary hermeneutics*. University of Minnesota Press.
- Jost, F. (2017). Amor aos detalhes: Assistindo a *Breaking Bad*. *MATRIZES*, 11(1), 27–39. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-8160.v11i1p25-37>
- Kozloff, S. (2000). *Overhearing film dialogue*. University of California Press.
- Leal, B. S., & Borges, F. (2017). O telespectador como detetive: aproximações à experiência televisiva contemporânea a partir de *True Detective*. *E-Compós*, 20(3), 1399. <https://doi.org/10.30962/ec.1399>
- Mittell, J. (2006). Narrative complexity in contemporary American television. *The Velvet Light Trap*, 58, 29–40.
- Mittell, J. (2015). *Complex TV: The poetics of contemporary television storytelling*. NYU Press.
- Picado, B. (2019). Encenação e Aspecto: Inflexões estilísticas da *mise-en-scène* da obra seriada televisiva de Aaron Sorkin. *ANIKI: Revista Portuguesa da Imagem em Movimento*, 6(1), 81–105. <https://doi.org/10.14591/aniki.v6n1.453>

- Picado, B. (2020). Dois dogmas da poética do *storytelling* televisual: Transcendência culturalista e imanência mediática em Jason Mittell. *Contemporanea*, 18(2), 25–46. <https://doi.org/10.9771/contemporanea.v18i2.32462>
- Picado, B. (2023). De dentro para fora, de fora para dentro: Figurações teóricas da autoria e do estilo na poética da ficção seriada televisiva. *Galáxia*, 48, e59011. <https://doi.org/10.1590/1982-2553202359011>
- Shakespeare, W. (2022). *Henrique V* (Barbara Heliodora, trad.). Martins Fontes.
- Silva, M. V. B., & Quirino, R. (2020). A estilística do roteiro das séries contemporâneas: Análise do episódio *Chicanery*, de *Better Call Saul*. *Lumina*, 14(1), 139–155. <https://doi.org/10.34019/1981-4070.2020.v14.29005>
- Silva, M. V. B., & Quirino, R. (2021). Autoria e estilo na heterodoxia do roteiro: O caso de *Black Mirror*. *Geminis*, 12(1), 64–84.
- Souza, M. C. J. S., & Barrreto, R. R. (Eds.) (2014). *Bourdieu e os estudos de mídia: Campo, trajetória e autoria* (pp. 13–40). EDUFBA.
- Sternberg, M. (1978). *Expositional modes and temporal ordering in fiction*. Johns Hopkins University Press.

Artigo recebido em 28 de julho de 2023 e aprovado em 28 de novembro de 2024.

EM PAUTA

NAS PESQUISAS DE COMUNICAÇÃO



Negritude LGBTQIAPN+ na publicidade: esse arco-íris tem todas as cores?

LGBTQIAPN+ blackness in advertising: does this rainbow have all the colors?

PABLO MORENO FERNANDES^a

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais. Belo Horizonte – MG, Brasil

RESUMO

Este trabalho discute as representações da negritude LGBTQIAPN+ na comunicação de marcas brasileiras entre 2018 e 2020. Foram selecionados conteúdos veiculados de 10 marcas em suas contas oficiais no Instagram e anúncios veiculados na revista Veja, e analisados a partir da combinação entre interseccionalidade e semiótica. Os resultados apontam que, apesar da baixa representatividade, nota-se o rompimento com estereótipos negativos e uma prevalência de representações negras LGBTQIAPN+ por meio de celebridades. Concluímos que romper barreiras de invisibilidade ainda é um desafio para a população negra, sobretudo quando atravessa por interseccionalidades LGBTQIAPN+.

Palavras-chave: Publicidade, interseccionalidade, semiótica, LGBTQIAPN+, representação.

ABSTRACT

This paper discusses the representations of LGBTQIAPN+ blackness in the communication of Brazilian brands between 2018 and 2020. We selected content from 10 brands on their official Instagram accounts and ads published in Veja magazine and analyzed them using a combination of intersectionality and semiotics. The results show that, despite the low level of representation, there is a break with negative stereotypes and a prevalence of black LGBTQIAPN+ representations through celebrities. We conclude that breaking down barriers of invisibility is still a challenge for the black population, especially when it comes to LGBTQIAPN+ intersectionalities.

Keywords: Advertising, intersectionality, semiotics, LGBTQIAPN+, representation.

^a Professor Adjunto - PUC Minas - PPGCOM - Cepec. Doutor em Ciências da Comunicação. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5446-9301>. E-mail: pablomoreno@gmail.com.

A placa de censura no meu rosto diz

Não recomendado à sociedade

A tarja de conforto no meu corpo diz

Não recomendado à sociedade

Perverso, mal amado, menino malvado, muito cuidado

Má influência, péssima aparência, menino indecente, viado

(Caio Prado, Não recomendado)

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

COMEÇAMOS ESTE TEXTO com uma epígrafe à música de Caio Prado, que completa 10 anos em 2024, e que fala sobre o desconforto que corpos dissidentes causam à sociedade. A existência, a visibilidade, o estar no mundo os colocam em condição de perigo, a partir de elementos que constituem suas identidades. Na canção citada, Caio Prado fala sobre seu corpo, sua existência, como homem negro e gay, e sobre como essas e outras características o colocam em situação de vulnerabilidade. A experiência relatada na composição não é singular e gera identificação com diversas pessoas, como se pode sugerir pelas quase 2 milhões de reproduções totais da música no Spotify e no YouTube¹.

¹ Números observados em dezembro de 2023.

Lélia Gonzalez (2020), ainda no século XX, provocava os movimentos negro e feminista sobre a lacuna que não contemplava mulheres negras nas lutas de ambos. Nasceu de um esforço, ainda que não coordenado, mas coincidente no tempo, em diversos lugares do mundo, o pensamento que seria batizado por Kimberlé Crenshaw (1989) de interseccionalidade. Ela surge como teoria e lente analítica que complexifica os processos de interpretação do cotidiano sem hierarquizar opressões, permitindo a compreensão da vida de sujeitos atravessados por diversas matrizes identitárias na sociedade.

A orientação sexual, a sexualidade e a identidade de gênero são importantes matrizes de identidade que, quando analisadas juntamente de classe, sexo e raça, tornam a leitura da vida cotidiana desafiadora, mas, ao mesmo tempo, oferecem potentes respostas na busca por justiça social. E é a partir dessas lentes analíticas que buscamos compreender as representações nos discursos de promoção do consumo que analisamos neste artigo. Pretendemos observar como as marcas enxergam os corpos “não recomendados à sociedade” em seus discursos de promoção do consumo.

O trabalho integra o projeto de pesquisa *Publicidade e Negritude: Olhares interseccionais sobre os discursos de promoção do consumo*, que analisa, sob uma

perspectiva interseccional, as representações da negritude na comunicação das marcas consideradas pela consultoria Interbrand como as mais valiosas do País.

Neste trabalho, colocamos em discussão a negritude atravessada pelas manifestações relacionadas às identidades Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transexuais/Travestis, *Queer*, Intersexo, Assexuais, Pansexuais, Não binárias/binários/binárias, *Drag Queen/Drag King* e outras pluralidades (LGBTQIAPN+). Assim, definimos como objetivo deste artigo discutir as representações da negritude LGBTQIAPN+ na comunicação de marcas brasileiras.

Considerando que, em 2025, os desafios da população LGBTQIAPN+ ainda são complexos, dadas as demandas individuais de cada grupo que integra a sigla, pontuamos: mulheres e homens trans ainda lutam pela vida, por trabalho, por acesso ao mercado formal de trabalho, pelo direito de poder usar banheiros públicos, de terem sua identidade respeitada (Benevides, 2023); mulheres lésbicas lutam contra opressões patriarcais e exercícios de poder que as submetem a violências diversas, como o estupro corretivo; pessoas bissexuais lutam contra a invisibilidade e estereótipos negativos sobre promiscuidade associados à sua identidade; homens gays ainda lutam contra a homofobia incrustada nos discursos sobre masculinidades.

Como ficam as diversas demandas da população LGBTQIAPN+ quando se racializam esses corpos? Ao se olhar para orientação sexual e identidade de gênero somadas à raça, emergem complexidades que demandam reflexões específicas sobre o objeto. É nesse caminho que formulamos a pergunta norteadora deste texto: mesmo diante de índices de representatividade tão baixos para a população negra na comunicação das marcas, como identificamos em Moreno Fernandes (2022a, 2024a), há espaço para representações complexas, que caracterizem, por exemplo, uma negritude LGBTQIAPN+?

A justificativa do trabalho se ancora na percepção, desenvolvida ao longo das análises empreendidas no projeto, de que a representação da negritude na comunicação de marcas ainda é pouco plural e não considera complexidades interseccionais (Moreno Fernandes, 2023, 2024b). Com isso, buscamos investigar se, nos discursos de promoção do consumo (anúncios de revista e postagens em rede social), a população LGBTQIAPN+ é relegada a um não lugar, como pontua Lucas Veiga (2019), tratando especificamente da bixa² preta: “sendo os diversos dispositivos midiáticos um dos principais vetores de produção do desejo e estando a bixa preta numa condição de rejeição dentro desses dispositivos, o lugar que lhe é relegado na economia do desejo é um não-lugar” (p. 88).

Nosso entendimento reconhece a centralidade do consumo no mundo contemporâneo, atuando na construção de imaginários sobre o que é desejado, admirável e aspirado na cultura como um todo (Pompeu, 2021). Essa ideia afeta

² O autor do texto citado utiliza esta grafia para o termo, que manteremos nas menções a ele.

a constituição da economia do desejo e se relaciona ao conceito de representação discutido por Hall (2016): “trata-se do processo pelo qual os membros de uma cultura usam a linguagem (amplamente definida como qualquer sistema que emprega signos, qualquer sistema significante) para produzir sentido” (p. 108). Sendo assim, as representações na comunicação de marcas participam também, no âmbito da cultura, da construção da identidade dos sujeitos, contribuindo, também, para a perpetuação de violências contra eles: “lutar pelo fim da violência da LGBTfobia sem atrelar a essa luta ao fim da desigualdade racial é uma maneira dos movimentos LGBTs reforçarem a sensação de não-lugar nas bixas pretas” (Veiga, 2019, p. 89).

Pensamos nas representações problemáticas sobre pessoas LGBTQIAPN+ racializadas como lugares de perpetuação de violência, na perspectiva teórica de Patricia Hill Collins (2019). A autora reconhece, nos estereótipos construídos nas narrativas midiáticas, imagens de controle que subjugam as mulheres negras, especificamente. Não recorreremos, neste texto, às imagens de controle como categorias analíticas, porém trata-se de um importante arcabouço teórico, quando em diálogo com a ideia de não lugar apresentada por Lucas Veiga. A partir de Crenshaw (2002), que vê nas representações da propaganda um lugar para a consolidação de imaginários que violentam grupos minorizados, consoante ao que discute Moreira (2019) ao abordar o racismo recreativo nas representações midiáticas da negritude e suas interseções, compreendemos os discursos de promoção do consumo como um lugar privilegiado para investigar os repertórios culturais em circulação sobre corpos negros LGBTQIAPN+.

O complexo sistema que constitui a publicidade, em sua ecologia (Perez, 2018), constrói representações de um mundo culturalmente constituído, como afirma Grant McCracken (2010), ao pensar no movimento de transferência do significado na sociedade. Clotilde Perez (2020) olha para o modelo de McCracken e propõe uma atualização sobre ele, na perspectiva da sociedade brasileira. A autora defende que os rituais de consumo “revelam as sutilezas dos relacionamentos interpessoais. As pessoas por meio das compras e dos usos revelam seus valores, quereres e não quereres e, ainda mais, expressam suas idealizações e aspirações” (Perez, 2020, pp. 75–76). Em meio aos valores de quereres, não quereres, idealizações e aspirações estão, também, desejos relacionados às identidades historicamente minorizadas, muito além de desejos de ordem material, considerando também aspectos de história de vida e modelos aspiracionais.

Em outros trabalhos que integram nossa pesquisa, identificamos como a representação de corpos negros na comunicação brasileira é problemática em diversas dimensões, ainda mais quando se consideram os discursos da publicidade: a população negra é sub-representada, problema histórico e recorrente

já discutido por Hasenbalg (2022), Diogo (2014) e Sodré (2015), entre outros; as representações reforçam estereótipos ou afirmam posições de submissão, como discutido por Corrêa (2006), Leite (2014) e Moreno Fernandes (2023).

Consideramos a publicidade um importante lugar para reflexão acerca das dimensões de representatividade e dos impactos da representação, porque se trata de um espaço privilegiado graças à sua relevância social em uma sociedade de consumo (Trindade & Perez, 2019). A sociedade brasileira tem forte relação cultural com a publicidade, e inúmeros *jingles*, *slogans*, mascotes e histórias da publicidade fazem parte do cotidiano e do imaginário coletivo no País. As imagens da publicidade tiveram participação ativa em processos que atribuíram signos negativos associados à negritude, atuando, também, em sua invisibilização.

Compreender como a comunicação das marcas brasileiras integra o projeto de construção de um imaginário embranquecido sobre a sociedade brasileira, fortalecendo aquilo que Sodré (2023) chama de forma social escravista, é um importante processo para a mudança no paradigma de epistemicídio (Carneiro, 2023) sobre existências negras no Brasil. A forma social escravista lida com as relações raciais de forma ambígua, contraditória e paradoxal, dificultando o debate racial no País, em função das complexidades colocadas pelo mito da democracia racial, projeto político que vigorou durante anos, inclusive na construção do pensamento social brasileiro (Gonzalez, 2020). Esse projeto empurrou a intelectualidade produzida por pessoas negras para as margens, como pontua Sueli Carneiro (2023): “no caso do epistemicídio enquanto subdispositivo do dispositivo de racialidade, as desigualdades raciais naturalizadas no âmbito da educação que se apresentam como efeito de poder” (p. 106). Assim, ao pensar sobre as formas de representação na publicidade, buscamos tensionar o dispositivo de racialidade, na perspectiva de repensarmos a comunicação das marcas e a representação da negritude na mídia.

Ao mesmo tempo, a população LGBTQIAPN+ foi invisibilizada nas narrativas do consumo, dado o caráter conservador da publicidade brasileira em relação ao tema (Santos & Cunha, 2019). Quando não era invisibilizada, servia à chacota, à ridicularização, promovendo humor a partir de representações estereotipadas que, na verdade, reforçavam a violência contra esses corpos. Essas representações têm diminuído ao longo das últimas décadas, conclusão pontuada por André Iribure Rodrigues (2018):

No contexto da diversidade e da sustentabilidade, mostra-se fundamental perceber as práticas publicitárias como elemento mediador e balizador da sociedade contemporânea no que tange às alterações das representações das homossexualidades alinhada à luta histórica de autores que buscam visibilidade, acesso a direitos civis

e humanos, respeito e inserção social. Como fomentadora das práticas sociais de consumo, a publicidade deve estar atenta ao que reproduz e propõe como práticas sociais, entre elas afetivas e sexuais, ao que é regulado e, portanto, precisa de tratamento adequado. (p. 93)

Percebemos, desde o fim do século XX, alguns esforços — no caso dos discursos de promoção de consumo — em abandonar narrativas que violentavam quem fugisse à heteronormatividade. Tais discursos estimularam, por décadas, a violência física, verbal ou a humilhação pela chacota a essas pessoas. Isso ocorre consoante à intensa mobilização dos movimentos LGBTQIAPN+, que, nos anos 1990, incluem a visibilidade dentre suas diversas demandas, como discute Renan Quinalha (2022):

O acúmulo de anos de experiência de ativismo organizado, um diálogo bem estabelecido com diversas instituições de Estado, a consolidação de um mercado voltado para esse segmento, a presença cada vez mais marcante de uma subcultura LGBTI+ são elementos que atestam o crescimento reconhecido dessa população pelo conjunto da sociedade. (p. 124)

O pesquisador Leo Mozdzinski (2020, p. 137) discute especificamente a interface do consumo com a visibilidade da população LGBTQIAPN+ ao discutir o que chama de *outvertising*. Ele conceitua o fenômeno a partir da discussão teórica sobre o *femvertising* — um tipo de publicidade que se propõe menos misógina, ao dialogar com as consumidoras de forma mais fiel aos seus anseios e desejos. O autor Mozdzinski (2020) compreende o conceito como uma “tendência publicitária que propõe empoderar a comunidade LGBT, outorgando às dissidências sexogendéricas graus variados de agência, voz e visibilidade nas propagandas” (p. 233). Considerando o lugar histórico como chacota, na perspectiva da cultura, as representações no *outvertising* são positivas ao sugerirem a construção de imaginários mais humanizados à população LGBTQIAPN+. Não desconsideramos aí as ambivalências de as representações se darem mais em função do reconhecimento do poder aquisitivo dos consumidores, mas estamos observando aqui, especificamente, os efeitos delas nos signos em trânsito na cultura.

Ao passo que as representações estereotipantes da população LGBTQIAPN+ na publicidade têm cedido lugar para outras formas de manifestações de diversidades sexogendéricas, acompanhando esforços que têm como objetivo o aumento da representatividade negra e a busca por melhores representações da negritude, rumo a uma publicidade mais contraintuitiva, perguntamos: o que

ocorre quando pensamos no cruzamento entre as identidades raciais, de orientação sexual/gênero e sexualidade? Nesse processo, recorremos ao pensamento interseccional, desenvolvido por feministas negras, para pensar a respeito de representações de uma negritude LGBTQIAPN+.

O pensamento interseccional se desenvolve em diversas partes do globo, ao longo do século XX, como discute Laura Guimarães Corrêa (2022). A autora pontua como o pensamento se desenvolve, no Brasil, nas contribuições de Lélia Gonzalez acerca do racismo e do sexismo; a partir das reflexões sobre fronteiras, raça e sexualidade, na perspectiva chicana de Gloria Anzaldúa; também nas contribuições da estadunidense Kimberlé Crenshaw, que propõe o nome interseccionalidade, entre outras intelectuais. O pensamento interseccional é construído a partir da experiência de vida de mulheres racializadas que passam a questionar o feminismo hegemônico, ao passo que questionam também os movimentos negros e de outros grupos étnicos, uma vez que, nesses espaços, não havia abertura para a discussão sobre a complexidade de vivências afetadas pelo patriarcado e pela racialização, simultaneamente.

Crenshaw (2002), ao pensar sobre a interseccionalidade representacional, reflete como a propaganda age na criação de representações que fomentam a violência de corpos atravessados por matrizes interseccionais diversas, tendo papel ativo na marginalização deles. A partir dessa perspectiva, pensamos na responsabilidade dos discursos de promoção do consumo na construção de significados:

É no consumo – não simplesmente na aquisição de objetos convertidos em produtos, mas na busca pela satisfação – que o homem encontra meios para alcançar os sentidos que deseja. O homem deseja, reveste suas necessidades mais vitais de desejos, transforma a sua natural necessidade por alimento ou proteção em sede de prazer e fome de poder, funde o que o corpo demanda com aquilo que a mente simples e simbolicamente quer. ... Daí que a publicidade, significativamente constituída, seja também meio de acesso aos significados desejados. (Pompeu, 2021, p. 62)

Assim, é possível compreender a transformação de necessidade em desejos simbólicos, em um regime capitalista, onde o consumo torna-se central. Compreende-se, portanto, a função das representações nos discursos que visam promover o consumo. Elas agem no sentido de fomentar o desejo dos consumidores da comunicação por produtos, serviços e estilo de vida anunciados. Cria-se uma ideia de vida idealizada, inspiração construída a partir dela. A partir daí, compreendemos as demandas por maior representatividade ou por representações mais diversas, que não discriminem ou que não ridicularizem

grupos minorizados. Tais representações humanizam e criam uma identidade menos violentada pelos discursos dos meios de comunicação, tal qual discute Beatriz Nascimento (2022).

Uma das coisas que se percebe nas Américas, em função do projeto colonial adotado e de suas sequelas sociais em termos de hierarquizações, desigualdades e herança escravocrata (Gonzalez, 2020), é a persistência de estereótipos violentos contra grupos minorizados, como debatemos, na constituição da cultura — especificamente na midiática. Apesar das especificidades de cada país, nota-se como houve esforços para manter a população negra marginalizada, e é válido pensarmos sobre representações de outros grupos minorizados de forma interseccional, como a população negra LGBTQIAPN+. No Brasil, especificamente, persiste um regime racializado de representação (Hall, 2016), no qual os meios de comunicação foram fundamentais para a consolidação de imaginários negativos sobre a negritude, desde a colonização (Mbembe, 2018) até a atualidade.

DISCUSSÕES METODOLÓGICAS

O processo de seleção das marcas considerou os resultados do ranking nos três anos que antecederam à coleta dos materiais, como explicamos em Moreno Fernandes (2021). Consideramos o ranking Interbrand como instância de consagração (Bourdieu, 1996) para as marcas que o integram, no campo publicitário (Aneas, 2013). Não é pretensão deste trabalho problematizar a metodologia de cálculo da Interbrand ou questionar o ranking propriamente dito. Estamos partindo de seus resultados em três anos para avaliar como as marcas posicionam seus discursos de marca na sociedade. A partir da lista, organizamos uma lista com as 10 marcas mais recorrentes no ranking, resultando em: 1) Antarctica; 2) Banco do Brasil; 3) Bradesco; 4) Brahma; 5) Cielo; 6) Itaú; 7) Natura; 8) Petrobras; 9) Skol; e 10) Vivo. Observamos como as marcas se comunicaram com seus públicos no Instagram e na revista *Veja* e coletamos todas as peças veiculadas para a seleção do *corpus*, nos anos de 2018 a 2020.

O período de coleta foi delineado por considerar o final de uma década que representava o momento de amplificação dos discursos antirracistas na mídia e que, por acaso, coincidiu, também, com o primeiro ano de pandemia, que trouxe desafios à lógica da produção publicitária, em virtude da obrigatoriedade do trabalho remoto.

A partir de processos de heteroidentificação, separamos todos os materiais que traziam pessoas negras representadas. Como discute o pesquisador Rodrigo Ednilson de Jesus (2018), a heteroidentificação consiste em uma avaliação externa

das características fenotípicas por parte de uma banca avaliadora. No Brasil, especificamente, processos de heteroidentificação foram adotados pelo governo federal como forma de aferição de direito às políticas de cotas na educação e no serviço público (Brasil, 2018). Nessa etapa, a equipe do projeto analisou cada um dos materiais e realizou a heteroidentificação, destacando, em uma tabela, a identificação racial das pessoas representadas em todos os materiais.

Como explicamos em Moreno Fernandes (2022b), a heteroidentificação foi necessária por “não termos acesso às agências de publicidade que realizaram as campanhas, nem garantias de que estas nos forneceriam as informações sobre o processo de seleção dos modelos/atores e sua autodeclaração racial” (p. 7). Assim, considerando a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, por meio da heteroidentificação, as pessoas representadas foram classificadas, destacando-se os materiais em que havia pessoas negras (pretas e pardas) representadas.

No caso da Veja, em 2018, foram veiculados 44 anúncios; em 2019, 26 anúncios; em 2020, 39 anúncios. Desse total, há pessoas negras presentes em 23 anúncios de 2018; 17 anúncios de 2019; 14 anúncios em 2020. Já no Instagram, foram: 239 postagens contendo pessoas em 2018; 1.106 em 2019; 1.278 em 2020. Desse total, em 2018, 239 continham pessoas negras representadas; em 2019, foram 457; em 2020, foram 556. Esses números orientaram uma primeira parte da pesquisa, na qual discutimos os índices de representatividade negra na comunicação das marcas (Moreno Fernandes, 2022a, 2024a). Ainda que não seja nosso objetivo, é importante destacar como os números escancaram a representatividade ainda como um desafio, no que se refere ao enfrentamento à invisibilidade da negritude. A representatividade é pensada na perspectiva de corpos negros ocupando espaços de poder (Almeida, 2018), reconhecendo as representações midiáticas como um desses. O que se percebe é que ela ainda é um desafio, sendo uma barreira para a construção e afirmação de uma identidade negra positiva (Munanga, 2019).

Nas análises realizadas até este trabalho, percebemos que a interseção entre as matrizes de raça e gênero é mais recorrente. Ela ocorre na manifestação de identidades cisgênero, com predominância de representações de mulheres negras. Esse resultado indica uma tendência de rompimento com imagens de controle (Collins, 2019) que associam a mulher negra a estereótipos negativos e desumanizantes. Percebemos, também, representações contraintuitivas (Leite, 2014) da mulher negra, que aparece como protagonista ou — em menor quantidade — como sujeito universal (Kilomba, 2019), representando todos os consumidores da marca. Ao mesmo tempo, frequentemente, a mulher negra é representada sozinha, sem laços de interação com outras pessoas, reforçando

uma ideia de negro único (Corrêa & Bernardes, 2019) e é comum, no caso das representações familiares, que as mulheres negras apareçam representando famílias monoparentais (Moreno Fernandes, 2023), o que pode reforçar um fenômeno bastante discutido entre intelectuais negras: a solidão da mulher negra (Pacheco, 2013).

Outro resultado das análises feitas até então demonstra como as representações da negritude ainda são presas a sentidos limitados (Moreno Fernandes, 2023). A negritude ainda aparece, na maioria dos casos, para atender a uma demanda de representatividade, na qual não há espaço para uma identidade complexa, em que outras dimensões se somem, como orientação sexual, peso, regionalidade, deficiência etc. Apesar disso, identificamos um avanço contraintuitivo no rompimento com o estereótipo que associa negritude à pobreza. Percebeu-se, em boa parte do material, o esforço de apresentar uma negritude de classe média, que aparece como consumidora dos produtos e serviços, o que é positivo, dado o histórico da comunicação de marcas brasileiras. É sempre importante lembrar, como abordamos em Moreno Fernandes (2023a), a fala de publicitários brasileiros que afirmaram, na década de 1980, que a presença de pessoas negras na publicidade desvalorizava o produto.

Na leitura do material, como destacamos, primeiro a avenida identitária de raça, foi possível identificar como a noção de diversidade no gênero/orientação sexual ainda ocorre sob uma perspectiva que universaliza a branquitude (Kilomba, 2019) como sujeito de consumo. Nesse sentido, as representações de uma negritude LGBTQIAPN+ ainda são muito poucas.

A análise dessas representações é feita a partir da combinação entre interseccionalidade e semiótica (Moreno Fernandes, 2023). Como justificamos, a aproximação entre elas baseia-se na capacidade contemplativa que a semiótica demanda de quem faz pesquisa. Considerada uma lente analítica para a interpretação do mundo, a interseccionalidade é capaz de ampliar o olhar para os fenômenos comunicacionais, explicitando o que passa despercebido no contexto de uma sociedade treinada para ver o mundo sob o mito da democracia racial. O método tem se demonstrado uma forma eficiente de análise de objetos comunicacionais, em virtude da capacidade contemplativa que a semiótica demanda de quem observa o fenômeno (Santaella, 2018), ao passo que a interseccionalidade permite a observação do mundo sob a perspectiva de grupos minorizados (Crenshaw, 1989). A associação entre semiótica e interseccionalidade é profícua, pois soma a visão pragmatista do pensamento de Peirce à teoria desenvolvida por mulheres negras, aplicando-as na análise da potência comunicativa de produtos culturais.

A análise interseccional semiótica recorre, primeiramente, à observação colateral (Peirce, 1931), a fim de compreender informações contextuais sobre as avenidas identitárias percebidas no que se refere ao signo em si mesmo. A metáfora das avenidas identitárias e seus cruzamentos remete ao trabalho de Kimberlé Crenshaw (2002), que pensa nos eixos de poder como vias em cruzamento: “Utilizando uma metáfora de intersecção, faremos inicialmente uma analogia em que os vários eixos de poder, isto é, raça, etnia, gênero e classe constituem as avenidas que estruturam os terrenos sociais, econômicos e políticos” (p. 177). Essa etapa, relacionada à primeiridade, em uma perspectiva semiótica, demanda sensibilidade do pesquisador para as dinâmicas raciais manifestadas nos produtos comunicacionais. Como explicamos, “sem a observação colateral, os elementos interseccionais sequer são vistos na primeira leitura” (Moreno Fernandes, 2023, p. 5). É por essa razão, inclusive, que começamos a observação a partir da separação dos materiais que contemplem representações sobre a negritude.

Em seguida, na observação do signo em relação ao objeto, a experiência colateral, outro conceito de Peirce (1931), contribui para a identificação de elementos, no objeto dinâmico (Santaella, 2018), que permitem perceber a manifestação das avenidas identitárias e de sua contextualização interseccional. Aqui, verificamos a potencialidade comunicativa de ícones, índices e símbolos em afirmar atributos das avenidas identitárias representadas, para além da função utilitária dos discursos de promoção do consumo.

Temos buscado identificar, nas análises, como a negritude é interseccionada por outras avenidas identitárias (Crenshaw, 2002) nas representações dos discursos de promoção do consumo. Atentos ao nosso objetivo, para realizar o processo de identificação da pessoa representada como pertencente à população LGBTQIAPN+, recorreremos à manifestação de signos de natureza icônica, indicial ou simbólica — em uma perspectiva semiótica — associados a essa população nos materiais. Além disso, no caso de celebridades, recorreremos a declarações públicas em que elas eram afirmadas ou se afirmavam como pertencentes à população LGBTQIAPN+, considerando que tais declarações, na perspectiva do objeto dinâmico, constroem repertório indicial e simbólico acerca da identidade de gênero e orientação sexual das pessoas representadas.

Como abordamos em Moreno Fernandes (2022b), “o signo em relação ao que representa manifesta-se pelo uso de estereótipos — que no caso de grupos minorizados baseiam-se na redução simplista de significados sobre uma pessoa, como explica Hall (2016)” (p. 6). É nesse processo que, muitas vezes, representações violentas contra a população LGBTQIAPN+ foram construídas na comunicação de marcas. Em nosso caso, especificamente, ficamos atentos a essas manifestações, que aparecem não apenas no objeto imediato, mas também

no objeto dinâmico, tendo seus sentidos construídos a partir da observação colateral. Como explicamos em Moreno Fernandes (2022b), nesse momento é possível “compreender de que forma aquelas avenidas identitárias representadas (ou invisibilizadas) encaminham para a produção de sentido” (p. 6).

Em um terceiro momento, observamos as dinâmicas interseccionais (Carrera, 2021), buscando identificar a manifestação de estereótipos, imagens de controle ou de possibilidades contraintuitivas nessas representações, na perspectiva dos interpretantes emocionais, funcionais e lógicos (Perez, 2017). Aqui, as interações entre as avenidas identitárias representadas, seu cruzamento e seus sentidos, na perspectiva do repertório cultural potencialmente representado na cena de consumo (Carrascoza, 2012), permitem-nos analisar os materiais selecionados.

Os signos são interpretados na perspectiva da terceiridade (Peirce, 1931), nas interações construídas na cena de consumo constituída ou em seus sentidos junto à sociedade. Como explicamos em Moreno Fernandes (2022b, p. 6), é na leitura dos interpretantes “sensibilizada pelas matrizes de opressão identificadas e pelas dinâmicas interseccionais envolvidas, permitirá compreendermos a negritude na publicidade brasileira contemporânea, considerando o lugar dos estereótipos e o uso político desses”. No caso da interpretação de uma negritude LGBTQIAPN+, este momento nos permitirá refletir sobre estereótipos, apagamentos, violências e invisibilidades, com base nos resultados da leitura dos materiais.

RESULTADOS: AS REPRESENTAÇÕES NEGRAS LGBTQIAPN+

Em 2018 e em 2020, não foram identificadas representações negras LGBTQIAPN+ nos anúncios veiculados na revista *Veja* pelas marcas anunciantes. Em 2019, identificamos uma manifestação em um anúncio da Vivo, comemorativo do Dia das Mães, no qual duas mulheres aparecem abraçadas a uma criança. Discutimos esse material em Moreno Fernandes (2023), junto ao debate sobre as representações familiares negras. A fotografia na tela do celular, presente na peça, permite a inferência de se tratar de um casal homoafetivo, formado por duas mulheres negras lésbicas (Figura 1), a partir da demonstração de afeto construída na indicialidade da cena de consumo.

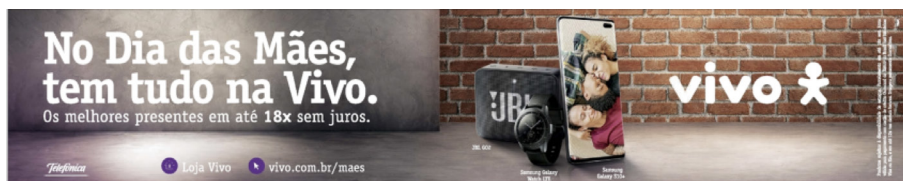
Nos conteúdos postados no Instagram, no ano de 2018, foram encontradas quatro ocorrências: uma do Bradesco, uma do Itaú, uma da Natura e uma da Skol (Figura 2).

A Natura trouxe, em 2018, uma foto da cantora Liniker — uma mulher trans/travesti — no palco da Casa Natura Musical. O Itaú trouxe um carrossel com seis fotos, no qual, em uma delas, aparece um funcionário do banco, Caio

Andréa — um homem negro, sem especificação de pertencimento a qual letra da sigla. A Skol apresenta uma postagem com vídeo da premiação *Women's Music Event*, na qual há duas mulheres negras bissexuais no palco: as cantoras Preta Gil e Karol Conká. O Bradesco traz uma foto da cantora Nininha Problemática — gay, *drag queen* —, no Festival de Verão de Salvador daquele ano, que foi patrocinado pelo banco.

Figura 1

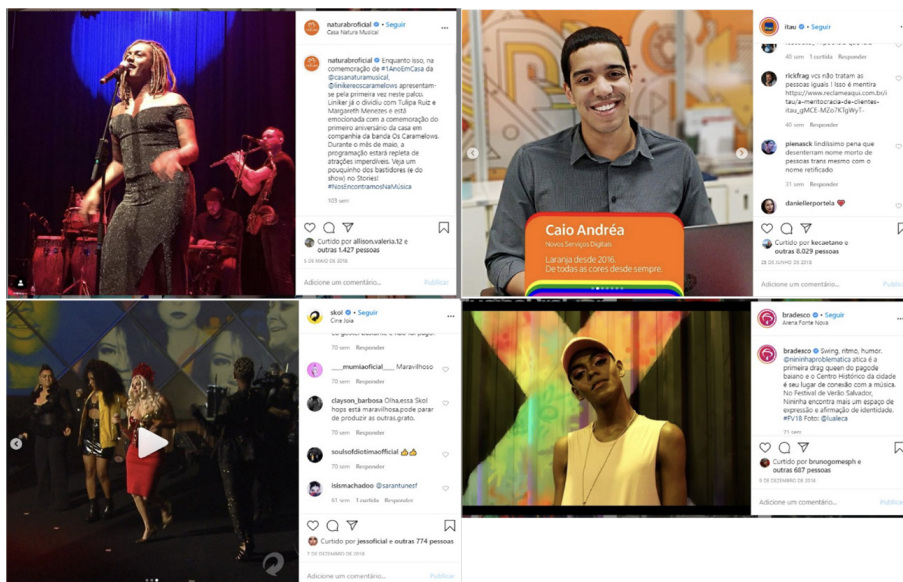
Anúncio com representação LGBTQIAPN+ em 2018



Nota. Revista Veja.

Figura 2

Conteúdos com representações LGBTQIAPN+ em 2018



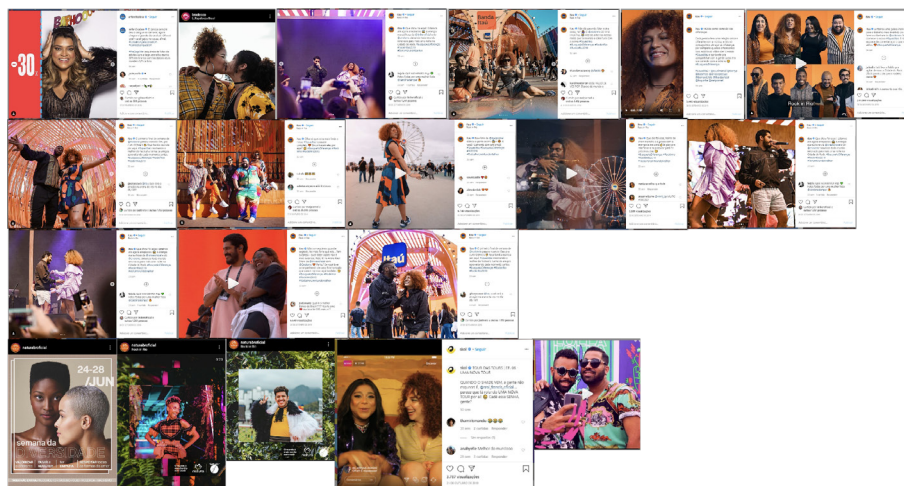
Nota. Captura de tela do Instagram das marcas Natura, Itaú, Skol e Bradesco.

Negritude LGBTQIAPN+ na publicidade: esse arco-íris tem todas as cores?

Em 2019, por sua vez, identificamos uma ocorrência maior de representações de negritudes LGBTQIAPN+ (Figura 3). Elas apareceram em mais marcas que no ano anterior e em maior número. A cerveja Antarctica trouxe uma foto da cantora Preta Gil. O Bradesco apresentou um carrossel de fotos com frequentadores do festival Lollapalooza, com uma das imagens apresentando um beijo entre duas mulheres negras. O Itaú fez 11 postagens sobre o festival Rock in Rio, em conteúdos que variam entre carrosséis, vídeos e fotos simples, nos quais há cinco conteúdos com a cantora Liniker e sete conteúdos com a cantora Mel Gonçalves — mulher trans. A Natura trouxe uma foto divulgando a Semana da Diversidade, que ocorre entre 24 e 28 de junho, com duas mulheres negras abraçadas — indiciando uma possibilidade de representação bissexual ou lésbica —, uma foto com a cantora Karol Conká e uma foto com o apresentador Spartakus Santiago, homem gay. A Skol postou um vídeo da artista Blogueirinha — *drag queen*, interpretada por um homem gay. A Vivo apresentou um vídeo com frequentadores do festival Lollapalooza, com um beijo entre dois homens negros, indiciando uma possível bissexualidade ou homossexualidade.

Figura 3

Conteúdos com representações LGBTQIAPN+ em 2019



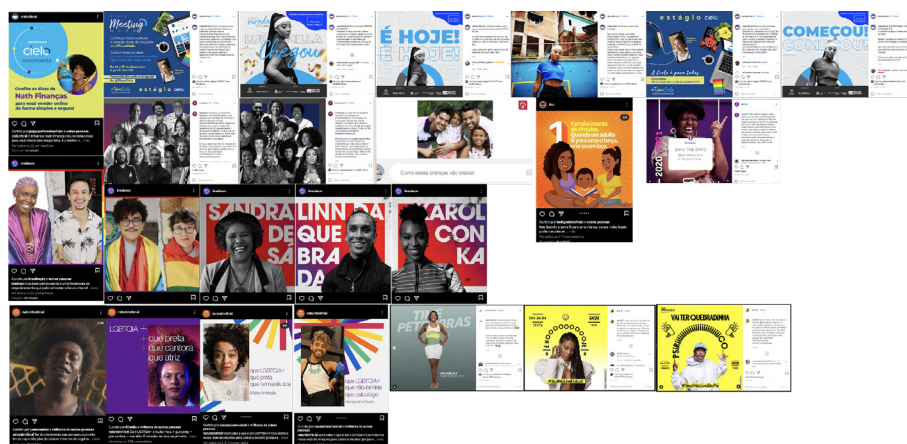
Nota. Captura de tela do Instagram das marcas Antarctica, Bradesco Itaú, Natura, Skol e Vivo.

Em 2020, a negritude LGBTQIAPN+ apareceu representada em número de conteúdos pouco superior ao do ano anterior, sinalizando para uma curva ascendente. Dessa vez, são 24 conteúdos, com um número maior de marcas trazendo pessoas negras LGBTQIAPN+ (Figura 4). O Bradesco trouxe três fotos com a

presença de mulheres negras, cada uma: Karol Conká, Sandra de Sá — ambas bissexuais — e Linn da Quebrada — trans/travesti, um vídeo com fotografias de diversos artistas negros, dentre eles alguns da população LGBTQIAPN+; uma foto com as mesmas pessoas da postagem descrita anteriormente; duas postagens sobre o mês do Orgulho, uma com a influenciadora Preta Araújo — bissexual — e outra com o influenciador Murilo Araújo — gay — e um vídeo de uma campanha de Dia dos Pais com um casal homoafetivo interracial (um homem negro e um homem amarelo).

Figura 4

Conteúdos com representações LGBTQIAPN+ em 2020



Nota. Captura de tela do Instagram das marcas Antarctica, Bradesco Itaú, Natura, Skol e Vivo.

A Cielo trouxe uma foto da influenciadora Nath Finanças — bissexual —, duas postagens com fotos divulgando programa de estágio, com uma mulher negra — mas sem especificar a qual letra da sigla ela pertence, indiciando um pertencimento pela inserção da bandeira do orgulho LGBTQIAPN+ na imagem — e cinco postagens com fotos da cantora Ludmilla — bissexual. O Itaú trouxe uma postagem com ilustração de duas mulheres lendo um livro para uma criança, permitindo a inferência sobre a representação de uma família homoafetiva lésbica. A Natura realizou duas postagens divulgando campanha sobre o mês do Orgulho com a cantora Liniker, um carrossel de fotos sobre o Dia do Orgulho com duas pessoas negras: Maíra Andrade (não informa a orientação sexual) e Alessandro Oliveira — não binária. A Petrobras postou uma foto com a atleta olímpica Ana Marcela — lésbica. A Skol apresentou uma postagem com a cantora Ludmilla — bissexual — e uma postagem com uma

foto do cantor Márcio Victor — gay. A Vivo trouxe um conteúdo com foto da pesquisadora Nina da Hora — lésbica.

Numa abordagem geral do signo em relação ao objeto, a cada ano percebemos, de forma positiva, uma maior presença de negritudes LGBTQIAPN+ nos materiais, com aumento mais expressivo de 2018 para 2019. É possível afirmar o rompimento de uma invisibilidade da identidade interseccional da negritude LGBTQIAPN+, que passa a estar presente na comunicação das marcas, ainda que restrita às redes sociais. As representações são icônicas, realizadas por meio de fotografias, às vezes com ilustração. Há alguns casos em que a afirmação de pertencimento à comunidade LGBTQIAPN+ é estabelecida por meio de índices, inferida a partir de trocas de carinho, que levam à interpretação do objeto dinâmico como tal. De toda forma, a identificação das pessoas representadas com a população LGBTQIAPN+ é estabelecida por símbolos, no nível do objeto dinâmico, no qual, a partir da experiência colateral sobre as pessoas representadas, pode-se inferir se elas pertencem ou não à sigla.

A identificação foi facilitada, inclusive, porque a maioria significativa das representações é de celebridades. As pessoas anônimas apareceram menos de 10 vezes e, nelas, foi possível afirmar seu pertencimento à população LGBTQIAPN+ a partir de elementos indiciais, como: o beijo de casais em duas postagens; elementos que remetem à bandeira LGBTQIAPN+ em três conteúdos; a representação familiar sugerindo homoafetividade em dois conteúdos — um casal de lésbicas e um casal de gays.

Esse processo nos demonstrou, como discutido por Rodrigues (2018), que a visibilidade das minorias sexuais ainda é tímida, apesar de reconhecermos avanços, sobretudo na representação de um sujeito universal (Kilomba, 2019) que, mesmo quando foge à norma de gênero, ainda é branco. A timidez dessa visibilidade chama atenção quando pensamos nos atravessamentos interseccionais entre raça, orientação sexual, identidade de gênero e sexualidade, considerando o quantitativo do material analisado. Ainda assim, como pontuamos, houve avanços.

No nível dos interpretantes, observamos como as representações negras LGBTQIAPN+ não possuem, na maioria absoluta dos conteúdos, relação com os interpretantes funcionais das comunicações das marcas. Isso se torna ainda mais evidente quando verificamos os conteúdos postados nas redes sociais, em que a população negra LGBTQIAPN+ aparece representada sem relação com a comunicação da marca, ou seja, fora de cenas de consumo (Carrascoza, 2012). Elas ocorrem em postagens relacionadas à cobertura de eventos patrocinados pelas marcas e, no caso de 2020, em lives com artistas, sem relação direta com os produtos e serviços comercializados pelas organizações.

Os materiais representam negritudes LGBTQIAPN+ no nível dos interpretantes emocionais, trazendo, na maioria das vezes, divulgação de eventos com celebridades. Esse fator permite compreender que a visibilidade de pessoas negras LGBTQIAPN+ na comunicação das marcas, no nível dos interpretantes lógicos, é restrita a celebridades da mídia, com tendência ao apagamento da negritude LGBTQIAPN+ em situações cotidianas ou de anonimato.

Ainda que haja uma baixa visibilidade de pessoas negras anônimas LGBTQIAPN+, há um rompimento com um lugar de manifestação do racismo recreativo (Moreira, 2019), que pode ser interpretado como uma imagem de controle sobre a população negra LGBTQIAPN+: não identificamos, no corpus, representações pejorativas ou que colocam as pessoas LGBTQIAPN+ em posição de desumanização. Sob a perspectiva das representações, há uma tendência majoritária a formas contraintuitivas, em certa maneira, sob determinados atravessamentos, uma vez que o protagonismo, nos anos observados, é de corpos de pessoas trans/travestis e de mulheres.

Consideramos a presença de mulheres — sejam elas cis ou trans, lésbicas ou bissexuais — como maioria no conjunto, um ponto contraintuitivo (Leite, 2014) em nossas leituras. Nessa direção, a visibilidade de mulheres trans negras é um fenômeno que merece destaque. A população trans está à margem da sociedade brasileira, vivendo na marginalização de diversas formas. Ela é submetida a piores condições de trabalho, acesso à educação, saúde, e está mais exposta a violências, como explica Benevides (2023):

Apesar das variações numéricas, no contexto geral não houve qualquer mudança significativa em relação a violência e a subalternização social que pessoas trans ocupam. E estas continuam enfrentando os piores índices de violência e violações de direitos humanos quando comparado a qualquer outro grupo que enfrenta sistemáticas violências vindas do estado, exatamente porque a população trans é a única que rompe com o sistema sexo-gênero e com a lógica binária, o que se torna um fator da diferença que apenas essa parcela da população vivencia e em consequência disso, enfrenta severos problemas vindos de quem atua pela manutenção da lógica cissexista. (p. 10)

Quando atravessadas pela dimensão racial, as violências tornam-se ainda mais complexas, colocando-as em posição de vulnerabilidade e desumanização: “podemos observar, por exemplo, que travestis e mulheres trans morrem mais no espaço público e em sua maioria são negras, assim como são as travestis e mulheres trans as principais vítimas de assassinato” (Benevides, 2023, p. 14). Assim, a maior presença de corpos negros LGBTQIAPN+ ser formada por

mulheres trans/travestis é fato a ser destacado e comemorado, ainda mais pelo histórico de invisibilidade e transfobia perpetuado pela publicidade brasileira.

A visibilidade de pessoas trans/travestis negras traz um resultado que merece problematização, em função de uma ambivalência da sociedade brasileira. Tal qual a ideia de duplo nó/duplo vínculo do racismo, discutida por Gonzalez (2020) e por Sodré (2023), a visibilidade de mulheres trans negras nas representações da comunicação de marca pode ser contraposta a um dado curioso sobre o Brasil: o país que lidera as estatísticas de assassinatos de pessoas trans no mundo (Benevides, 2023) é também o que registra maior volume de busca por pornografia com pessoas Trans em plataformas de conteúdo dessa natureza na internet (Já é notícia, 2022). Assim, há uma contradição entre o discurso de ódio e uma fetichização desses corpos, e podemos, também, pensar na leitura sobre a visibilidade das mulheres trans nos discursos das marcas sob tal perspectiva. Ainda assim, destacamos que não foi observada nenhuma iniciativa no sentido de fetichização ou hipersexualização das mulheres trans representadas, que apareceram muito mais em função de sua visibilidade como celebridades do que de sua identidade de gênero. Esse destaque é importante, uma vez que há casos históricos sobre a fetichização violenta e desumanizante de corpos trans na publicidade, como o caso do calendário da agência Leo Burnett, indicado à premiação no Clube de Criação em 2015 (Propmark, 2015).

Não identificamos, no conjunto, representações que colocam a população negra LGBTQIAPN+ em um lugar de ridicularização ou de estereótipos humorísticos, o que é um ponto contraintuitivo digno de destaque, rompendo, enfim, com o racismo recreativo (Moreira, 2019). No entanto, persiste uma ideia de reforço a um imaginário asséptico sobre a população negra LGBTQIAPN+, pois esta raramente aparece em interação com outras pessoas ou em contexto de trocas afetivas. Dentre as possibilidades contraintuitivas, destacamos as três representações familiares homoafetivas: duas lésbicas e uma gay. Ainda que pouco representativas numericamente no conjunto, trata-se de uma possibilidade de representação de existência nos discursos de promoção do consumo ainda incomuns. Concordamos com Leite (2023) quando ele afirma que

Essas produções [peças publicitárias] qualitativamente incluiriam, difundiriam e reforçariam no repertório sociocultural “outras/novas” imagens e representações dessas pessoas, até então desconsideradas e silenciadas como, por exemplo, as expressões de afetividades amorosas, românticas e as vivências das famílias homoafetivas, que passariam a integrar estrategicamente os cenários e trânsitos simbólicos da produção midiática do país. (p. 138)

Ao mesmo tempo, causa-nos desconforto que as representações familiares trazem manifestações de afeto discretas entre as pessoas. No caso da Vivo e do Itaú, são as mães abraçadas aos filhos, e, no do Bradesco, são os pais abraçados ao filho. Dos três casos, o único que faz uma afirmação explícita sobre a constituição homoafetiva é o Bradesco, enquanto, nas outras, a interpretação sobre a orientação das mulheres fica no âmbito da inferência. A opção por uma representação sutil das homoafetividades passa por um lugar de cuidado e combinação estratégica das marcas, como abordado por Leite (2023), “frente aos riscos e aos efeitos adversos que tais ações podem ou não produzir socialmente, como por exemplo, os protestos de *boycott*, ataques à reputação de marcas, produtos, empresas anunciantes etc.” (p. 142), frente a grupos conservadores e intolerantes.

Sobre os apagamentos, identificamos uma tendência à invisibilização de homens negros da população LGBTQIAPN+, uma vez que a maioria das pessoas negras representadas são mulheres — cisgêneras ou transgêneras —, com significativa presença de mulheres lésbicas e bissexuais. Os homens negros LGBTQIAPN+ — sejam eles cis ou gays ou bissexuais — tendem a aparecer com menor ocorrência que as mulheres e, no caso desse corpus, eles são minoria significativa. Os homens trans negros não aparecem, estando completamente invisibilizados. Isso já havia sido percebido em outros trabalhos, também com os homens negros heterossexuais, ainda sem estratificar em termos de identidade de gênero e orientação sexual, mas aqui se acentua ainda mais, quando atravessado pelas particularidades da população LGBTQIAPN+. Podemos pensar essa perspectiva como uma barreira que atravessa dimensões relativas às masculinidades negras (Fanon, 2008) e sua posição como masculinidade cúmplice (Ribeiro & Faustino, 2017) diante do homem branco, colocando-se como secundária nas possibilidades de representação. No caso dos homens negros LGBTQIAPN+, a masculinidade é um entrave para sua visibilidade nas cenas de consumo, uma vez que não performa, nem sob a perspectiva de gênero nem de raça, os ideais que servem aos estereótipos, o que pode ser uma explicação para a tendência à sua invisibilidade. Assim, a eles ainda é relegado um não lugar, como pontuamos, a partir de Vieira (2019), no início do texto. Não lugar reforçado, inclusive, pelo baixo volume de trabalhos que problematizam as questões relativas às masculinidades na academia (Postinguel, 2021), sobretudo masculinidades negras.

Outro rompimento passa pelo lugar da classe. Essa, que pode ser vista como um violento estereótipo para a população negra brasileira, aparece de forma interessante em nossas leituras. Observamos que não há associação imediata entre negritude e pobreza. Como discutido por Mbembe (2018) e Munanga (2019), o rompimento com esse estereótipo de natureza colonial é um importante

exercício na cultura midiática contemporânea e foi um fato positivo no material analisado. Pelo fato de a maior parte das representações de celebridades negras LGBTQIAPN+ serem mulheres (cis/trans/travestis), destaca-se a dimensão de classe, apresentando essas pessoas como bem-sucedidas, como uma possibilidade de criação de imagem positiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pontuamos como ocupar os espaços ainda é um desafio para a população negra, sobretudo quando posicionada no cruzamento das avenidas identitárias, fazendo referência à metáfora de Crenshaw (1989). As interseccionalidades, como o pertencimento à população LGBTQIAPN+, mostraram-nos como algumas barreiras ainda estão em rompimento, no caso dos discursos de promoção do consumo. Mesmo em um contexto no qual *outvertising* é utilizado para reconhecer pessoas LGBTQIAPN+ como sujeitos de consumo, nota-se que o cruzamento da negritude torna a inserção mais complexa. A análise interseccional semiótica empreendida nos revelou como ainda são limitados os espaços de representação desses corpos na comunicação das marcas. Quando pensamos na revista, nos três anos observados, de um conjunto de 10 marcas, em mais de 50 anúncios, houve apenas uma representação onde se pode inferir haver uma manifestação de negritude LGBTQIAPN+. Isso nos permite concluir que a comunicação mercadológica tradicional, mesmo considerada a crise nos veículos impressos, ainda não está aberta para a inserção de corpos negros que fujam à heteronormatividade.

No Instagram, as pessoas negras LGBTQIAPN+ possuem mais visibilidade, ainda estando bastante restrita, em comparação ao conjunto do *corpus*: de quase 3.000 conteúdos, a negritude LGBTQIAPN+ surge em menos de 50. As redes sociais, apesar de cada vez mais presentes em nossa sociedade, ainda são um espaço de comunicação restrito para as marcas e, no caso observado, as postagens são exibidas apenas aos seguidores e submetidas a uma mediação algorítmica. Dessa forma, nesses espaços, as marcas possuem, em geral, uma comunicação mais plural, mais diversa e, ao mesmo tempo, mais restrita a grupos específicos que irão receber os conteúdos. Ainda assim, neste espaço, destacamos como as representações LGBTQIAPN+, muitas vezes, não são em peças publicitárias de comunicação da marca, mas na cobertura ou divulgação de eventos apoiados ou realizados pela organização, sem relação direta com seus produtos/serviços.

Há alguns avanços, mas com grandes desafios a serem superados e problematizados para se pensar a comunicação de marcas, em toda sua complexidade. Acostumada com uma lógica patriarcal, organizada em um mito da

democracia racial, a população brasileira empurrou para as margens quem fugisse à norma. Foi assim com a população negra, com as mulheres e com a população LGBTQIAPN+ como um todo. Historicamente, a presença de corpos LGBTQIAPN+ em posição de humanização causou incômodos e gerou reações ruidosas da população brasileira, como se tem nos exemplos da campanha do Dia dos Namorados de O Boticário, em 2015 (G1, 2015) ou do Dia dos Pais da Natura em 2020 (Carvalho, 2020). Casos assim ocorreram também quando pessoas negras foram colocadas em posição de protagonismo, ocupando a posição do sujeito universal, como ocorreu também com O Boticário em 2018 (Prado, 2018). Não estava na proposta de nossa pesquisa avaliar reações negativas ou positivas às representações negras LGBTQIAPN+, mas os números de representatividade e a forma de abordagem sobre elas sinalizam como o assunto ainda é tabu.

Desde sempre houve luta e resistência e, nas últimas décadas, importantes conquistas ao povo negro e LGBTQIAPN+ brasileiro foram obtidas. No entanto, nos pontos em que as duas avenidas identitárias se cruzam, percebemos que a luta ainda é para romper a invisibilidade. O pouco espaço concedido à negritude LGBTQIAPN+ ocorre mais por um status de celebridade do que de sujeito de consumo e as representações tendem a isolar as interações afetivas. Temos, portanto, que celebrar as conquistas, ao mesmo tempo que reconhecemos como a estrada é longa, rumo ao rompimento com uma condição que insiste em reservar a esses corpos um não lugar, uma vez que são “não recomendados à sociedade”, como escreveu Caio Prado. ■

REFERÊNCIAS

- Almeida, S. (2018). *O que é racismo estrutural?* Letramento.
- Aneas, T. (2013, jun. 2013). *O poder dos leões: Uma análise do Festival de Cannes como espaço de recepção e instância de consagração do campo publicitário*. [Trabalho apresentado em Evento publicado em meio eletrônico]. XXII Encontro Anual da Compós, Universidade Federal da Bahia.
- Benevides, B. G. (2023). *Dossiê: Assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. Associação Nacional de Travestis e Transexuais.
- Bourdieu, P. (1996). *As Regras da Arte: Gênese e estrutura do campo literário*. Companhia das Letras.
- Carneiro, S. (2023). *Dispositivo de racialidade: A construção do outro como não ser como fundamento do ser*. Zahar.

- Carrascoza, J. A. (2012). A Cena de consumo: Um detalhe da estética publicitária. In R. M. Rocha & V. Casaqui (Eds.), *Estéticas Midiáticas e Narrativas do Consumo* (pp. 98–122). Sulina.
- Carrera, F. (2021). Roleta interseccional: Proposta metodológica para análises em Comunicação. *E-Compós*, 24, 2198. <https://doi.org/10.30962/ec.2198>
- Carvalho, D. (2020). “Campanha valoriza pais presentes. Thammy é um”, diz executiva da Natura. Ecoa. <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/07/31/campanha-valoriza-pais-presentes-thammy-e-um-diz-executiva-da-natura.htm>
- Collins, P. H. (2019). *Pensamento feminista negro: Conhecimento, consciência e a política do empoderamento*. Boitempo.
- Corrêa, L. G. (2006). De corpo presente: O negro na publicidade em revista. [Dissertação de Mestrado, Universidade Federal de Minas Gerais]. Repositório Institucional da UFMG. <https://hdl.handle.net/1843/vcsa-6whmdm>
- Corrêa, L. G. (2020). Interseccionalidade: A challenge for cultural studies in 2020s. *International Journal of Cultural Studies*, 23(6), 823–832. <https://doi.org/10.1177/1367877920944181>
- Corrêa, L. G. & Bernardes, M. (2019). “Quem tem um não tem nenhum”: Solidão e sub-representação de pessoas negras na mídia. In L. G. Corrêa (Ed.), *Vozes Negras em Comunicação: Mídia, Racismos, Resistências* (pp. 113–122). Autêntica.
- Crenshaw, K. (1989). *Demarginalizing the intersection of race and sex; a black feminist critique of discrimination doctrine, feminist theory and antiracist politics*. University of Chicago Legal Forum.
- Crenshaw, K. (2002). Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Estudos Feministas*, 10(1), 171–188. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2002000100011>
- Diogo, R. (2014). *Mídia e racismo: Ensaios*. Mazza.
- Fanon, F. (2008). *Pele negra, máscaras brancas*. EDUFBA.
- G1. (2015, 3 junho). Boticário mostra casais gays em comercial de Dia dos Namorados. <https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2015/05/boticario-mostra-casais-gays-em-comercial-de-dia-dos-namorados.html>
- Gonzalez, L. (2020). *Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos*. Zahar.
- Hall, S. (2016). *Cultura e Representação*. Editora da PUC-Rio.
- Hasenbalg, C. A. (2022). O negro na publicidade. In L. Gonzalez & C. A. Hasenbalg. (Eds.), *Lugar de negro* (pp. 103–114). Marco Zero.

- Já é notícia (2016, 27 dezembro). *País que mais mata pessoas trans no mundo, Brasil também é o que mais consome pornografia com transsexuais*. <https://www.jaenoticia.com.br/noticias/2022/12/27/104862-pais-que-mais-mata-pessoas-trans-no-mundo-brasil-tambem-e-o-que-mais-consome-pornografia-com-transsexuais>
- Kilomba, G. (2019). *Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano*. Cobogó.
- Leite, F. (2014). *Publicidade contraintuitiva: inovação no uso de estereótipos na comunicação*. Appris.
- Leite, F. (2023). *Afetividades LGBTQIA+ anunciadas: Olhares de famílias brasileiras*. Annablume; Fapesp.
- Mbembe, A. (2018). *Crítica da razão negra*. N-1 edições.
- McCracken, G. (2010). *Cultura & consumo: Novas abordagens ao caráter simbólico dos bens e das atividades de consumo*. Mauad X.
- Moreira, A. (2019). *Racismo recreativo*. Polén.
- Moreno Fernandes, P. (2022a). O racismo brasileiro a partir da Publicidade: Um olhar sobre a representatividade em anúncios de revista. *Comunicação Mídia e Consumo*, 19(54), 106–130. <https://doi.org/10.18568/cmc.v18i54.2556>
- Moreno Fernandes, P. (2022b). Racismo e invisibilização: Representatividade negra em anúncios de revista. *Revista da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação*, 25, 2384. <https://doi.org/10.30962/ec.2384>
- Moreno Fernandes, P. (2023). Raça, gênero, classe e outras interseccionalidades na comunicação de marcas: Uma proposta de análise interseccional semiótica. *Revista FAMECOS*, 30(1), e43673. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2023.1.43673>
- Moreno Fernandes, P. (2024a). Representatividade, enfim, importa? A presença negra na comunicação das marcas mais valiosas do Brasil. In Corrêa, L. G. Corrêa, P. Moreno Fernandes, M. A. Moura, L. Furtado & M. Bernardes (Eds.). *Vozes Negras em Comunicação II: Interseções, diálogos e caminhos* (pp. 299–320). Autêntica.
- Moreno Fernandes, P. (2024b). A família margarina tem melanina? Análise interseccional semiótica das representações familiares na publicidade. *Galáxia*, 49(1), 1–25. <https://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/view/64200>
- Mozdzinski, L. (2020). *Outvertising: A publicidade fora do armário*. Appris.
- Munanga, K. (2019). *Negritude: Usos e Sentidos*. Autêntica.
- Nascimento, B. (2022). *O negro visto por ele mesmo*. Ubu.
- Pacheco, A. C. L. (2013). *Mulher negra: Afetividade e solidão*. EDUFBA.
- Peirce, C. S. (1931). *Collected Papers of Charles Sanders Peirce*. Harvard University Press.

- Perez, C. (2017). *Signos da marca: Expressividade e sensorialidade*. Thomson.
- Perez, C. (2018). Estéticas do consumo a partir do ecossistema publicitário. *Revista Observatório*, 4(5), 788–812. <https://doi.org/10.20873/uft.2447-4266.2018v4n5p788>
- Perez, C. (2020). *Há limites para o consumo?* Estação das Letras e Cores.
- Pompeu, B. (2021). *De onde veio, onde está e para onde vai a publicidade?* Estação das Letras e Cores.
- Postinguel, D. (2021). A pesquisa sobre as masculinidades no campo da comunicação: Estado da arte de teses e dissertações na base Capes entre 1999 e 2018. *Signos do Consumo*, 13(1), 32–44.
- Prado, A. L. (2018). Campanha do O Boticário com família negra é alvo de ataques. *Época Negócios*. <https://epocanegocios.globo.com/Marketing/noticia/2018/07/campanha-do-o-boticario-com-familia-negra-e-alvo-de-ataques-na-internet.html>
- PropMark (2015, 22 outubro). *Leo Burnett é criticada por Calendário Shemale, premiado no Clube de Criação*. PropMark. <https://propmark.com.br/leo-burnett-e-criticada-por-calendario-shemale-premiado-no-clube-de-criacao/>
- Quinalha, R. (2022). *Movimento LGBTI+: Uma breve história do século XIX aos nossos dias*. Autêntica.
- Ribeiro, A. A. M., & Faustino, D. M. (2017). Negro tema, negro vida, negro drama: Estudos sobre masculinidades negras na diáspora. *Revista Transversos*, (10), 163–182. <https://doi.org/10.12957/transversos.2017.29392>
- Rodrigues, A. I. (2018). Representações LGBTQIA+ na publicidade televisiva e suas repercussões no Facebook. In M. F. Oliveira-Cruz (Ed.), *Publicidade e gênero: Representações e práticas em questão* (pp. 212–229). Facos-USFM.
- Santaella, L. (2018). *Semiótica aplicada*. Cengage Learning.
- Santos, G. S., & Cunha, J. L. R. (2019). Representações sociais e narrativas publicitárias: Orgulho de ser LGBT pela Skol. *Dispositiva*, 8(13), 43–65. <https://doi.org/10.5752/P.2237-9967.2019v8n13p43-65>
- Sodré, M. (2015). *Claros e escuros: Identidade, povos e mídia no Brasil*. Vozes.
- Sodré, M. (2023). *O fascismo da cor: Uma radiografia do racismo nacional*. Vozes.
- Trindade, E.; Perez, C. (2019). O consumidor entre mediações e midiaticização. *Revista FAMECOS*, 26(2), e32066. <https://doi.org/10.15448/1980-3729.2019.2.32066>
- Veiga, L. (2019). Além de preto é gay: As diásporas da bixa preta. In H. Restier & R. M. Souza (Eds.), *Diálogos contemporâneos sobre Homens Negros e Masculinidades* (pp. 77–94). Ciclo Contínuo Editorial.

Teoria crítica da mídia: Chun, Galloway, Wark

Critical media theory: Chun, Galloway, Wark

EDNEI DE GENARO^a

Universidade do Estado de Mato Grosso. Cárceres — MT, Brasil

RESUMO

Realizamos uma apresentação da teoria crítica da mídia (norte-americana, surgida a partir dos anos 2000) presente nos autores Wendy Hui Kyong Chun, Alexander R. Galloway e McKenzie Wark. Distinguimos três temas-chave, software, redes e classes, que engendram uma compilação de textos (artigos e capítulos de livros). A partir disso, delineamos os temas, as questões, os contextos e as teses centrais levantadas pelos autores, assim como explicitamos, em considerações finais, os escopos das arqueologias de mídias que fomentam suas teorias críticas.

Palavras-chave: Teoria Crítica da Mídia, Wendy Hui Kyong Chun, Alexander R. Galloway, McKenzie Wark.

^a Professor na Universidade do Estado de Mato Grosso. Membro pesquisador do grupo de pesquisa: Núcleo de Estudos em Educação, Violência, Infância, Diversidade e Arte (NEVIDA, Faculdade de Educação — UFG). Doutor em Comunicação pela Universidade Federal Fluminense. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2923-0195>. E-mail: ednei.genaro@unemat.br.

ABSTRACT

We performed a presentation of the critical theory of the media (North American, emerged from the 2000s) present in the authors Wendy Hui Kyong Chun, Alexander R. Galloway and McKenzie Wark. We distinguish three key themes, software, networks and classes, which engender a compilation of texts (articles and book chapters). From this, we outline the themes, questions, contexts and central theses raised by the authors, as well as make explicit, in final considerations, the scopes of their media archaeologies, which foment their critical theories.

Keywords: Critical Media Theory, Wendy Hui Kyong Chun, Alexander R. Galloway, McKenzie Wark.

INTRODUÇÃO

Para compreender filosoficamente e desenvolver estudos críticos da digitalização, sem cair em demonizações, conservadorismos ou escatologias, três autores despontam hoje como referências significativas: Wendy Hui Kyong Chun¹, Alexander R. Galloway² e McKenzie Wark³. Na literatura acadêmica produzida por eles, estabelecida a partir do início da década de 2000, algumas características emergem e entrelaçam-se: a competência ao lidar com a história e, sobretudo, com os atuais avanços da engenharia e ciência da computação; a atenção dada às materialidades das mídias digitais; e a reflexão crítica a partir da conjugação de aspectos sociopolíticos, culturais e econômicos — retomando, com êxito, particularmente no campo dos estudos das mídias, o essencial da tradição da teoria crítica e de subsequentes teorias tecnopolíticas e pós-estruturalistas contemporâneas, pelas quais cada um dos autores procura representar-se diferentemente, porém convergindo em temas, problemas e debates.

À vista disso, Chun, Galloway e Wark perfazem uma primorosa e infrequente literatura⁴, sendo os principais expoentes de uma nova geração de teóricos críticos norte-americanos, sobretudo no que concerne às questões diversas envolvendo os temas do *software* (a parte lógico-matemática do computador), das redes (as redes digitais, de computadores) e das classes (as classes sociais, tendo em vista suas conformações a partir das materialidades ou, classicamente, das forças produtivas). Não obstante, tal literatura carece ainda de traduções⁵ e debates⁶. O presente artigo, discutindo os autores em pauta por meio de três temas-chave (*software*, redes e classes), procura diminuir tal lacuna.

SOFTWARE, REDES E CLASSES

Seguindo a divisão dos três temas-chave, compilamos os textos (artigos e capítulos de livros) dos autores. A Tabela 1 expõe a compilação, constituindo os eixos centrais de discussão do artigo.

As temáticas definidas — *software*, rede e classe — são, em si mesmas, significativas, em termos técnicos e humanos. Não obstante, elas deliberam uma produtiva — imprescindível, na verdade — correlação entre materialidades (os *softwares-hardwares*), ambientes (as redes de computadores, tendo em vista o ecossistema não humano e humano, as “redes sociais”) e estruturas (estratificações dos corpos técnico e social, tendo em vista suas simbologias e hierarquizações). *Software*, em sentido lato, refere-se à parte lógico-matemática (códigos-fonte, compiladores, estruturas de dados, algoritmos, linguagens de programação, sistemas operacionais) de qualquer computador moderno

¹ Nascida em 1969. Doutora em Língua Inglesa pela Universidade de Princeton (EUA). Professora de “Novas Mídias” na Universidade Simon Fraser (CA), desde 2018.

² Nascido em 1974. Doutor em Literatura pela Universidade Duke (EUA), em 2001. Professor de “Mídia, Cultura e Comunicação” na Universidade de Nova Iorque (EUA), desde 2002.

³ Nascida em 1961. Doutora em Comunicação pela Universidade Murdoch (AU). Professora de “Cultura e Estudos de Mídia” na New School University & Eugene Lang College (EUA), desde 2003.

⁴ Citamos os títulos de três importantes livros de cada autor: *Programmed Visions: Software and Memory* (Chun, 2011), *Updating to Remain the Same: Habitual New Media* (Chun, 2016), *Discriminating Data: Correlation, Neighborhoods, and the New Politics of Recognition* (Chun, 2021), *The Exploit: A Theory of Networks* (Galloway & Thacker, 2007), *The Internet Effect* (Galloway, 2012), *Uncomputable: Play and Politics In the Long Digital Age* (Galloway, 2021), *A Hacker Manifesto* (Wark, 2004), *Telesithesis: Communication, Culture and Class* (Wark, 2012), *Capital is Dead* (Wark, 2019). Frequentemente, os capítulos mais importantes dos livros publicados pelos autores foram anteriormente publicados em forma de artigos em revistas acadêmicas, sendo alguns desses artigos materiais de estudo do presente artigo.

⁵ A Tabela 1 apresenta do mesmo modo os textos que constituem o projeto de tradução e notas, do autor.

⁶ No Brasil, o aproveitamento das obras dos autores permanece em citações

Tabela 1*Compilação de textos, segundo a temática software, redes e classes*

	Autor(es) (ano)/Título(tradução)	Título e Fonte
S O F T W A R E	Wendy H. K. Chun (2005) Software: a persistência do conhecimento visual	On Software, Or the Persistence of Visual Knowledge Grey Room, 18, 26–51
	Alexander R. Galloway (2006) A linguagem quer ser ocultada: software e ideologia	Language Wants To Be Overlooked: On Software And Ideology Journal of Visual Culture, 5(3), 315–331
	Wendy H. K. Chun (2008) “Fontiçaria”: o código como fetiche	On ‘Sourcery’, or Code as Fetish Configurations, 16(3), 299–324
	Alexander R. Galloway (2013) A miséria da filosofia: realismo e pós-fordismo	The Poverty of Philosophy: Realism and Post-Fordism Critical Inquiry, 39(2), 347–366
	McKenzie Wark (2017) Wendy Chun: programando políticas	Wendy Chun: Programming Politics In McKenzie Wark. General Intellects: Twenty-One Thinkers for the Twenty-First Century (pp. 211–225). Verso
	McKenzie Wark (2017) Alexander Galloway: a intraface	Alexander Galloway: The Intraface In McKenzie Wark. General Intellects: Twenty-One Thinkers for the Twenty-First Century (pp. 197–210). Verso
R E D E S	Alexander R. Galloway & Eugene Thacker (2004) Protocolos, controles e redes	Protocol, Control, and Networks Grey Room, 17, 6–29
	H. K. Chun (2015) Networks NOW: obsolecente demasiado cedo	Networks NOW: Belated Too Early Berry, David M. Berry, & Michael Dieter (Ed.). Postdigital Aesthetics: Art, Computation and Design (pp. 289–315). Palgrave Macmillan
	Alexander R. Galloway & David M. Berry (2015) Uma rede é uma rede é uma rede: reflexões sobre o computacional e as sociedades de controle	Network is a Network is a Network: Reflections on the Computational and the Societies of Control Theory, Culture & Society, 33(4), 151–172
C L A S S E S	McKenzie Wark (2004) A classe hacker	Abstraction (Capítulo 1) e Class (Capítulo 2) In McKenzie Wark. The Hacker Manifesto (pp. 13–31). Harvard University Press
	McKenzie Wark (2015b) A classe vetorialista	The Vectoralist Class (Partes I e II) Parte I: E-flux Journal, 65, May, 1–8 Parte II: E-flux Journal, 70, February, 1–6

Nota. Autoria própria.

pontuais e esparsas. Levando em conta as duas últimas obras de apresentação geral das “teorias da cibercultura” (Rüdiger, 2011) e das “teorias das mídias digitais” (Martino, 2014), já desatualizadas, as contribuições da nova geração não aparecem, com exceção das de Wark, ainda que de modo parcial, no capítulo intitulado *O esquerdis-mo cibernético*: McKenzie Wark & Richard Barbrook da obra de Rüdiger.

que, integrada a configurações físicas, microeletrônicas, o *hardware*, compõe a máquina simbólico-cibernética executável de maneira discreta, binária ou digital. Rede de computadores refere-se à telecomunicação de dados entre dois ou mais dispositivos eletrônicos de computação, a partir de componentes *softwares* (protocolos, links, *firewalls*, estrutura de dados em grafos) e *hardwares* (moduladores-demoduladores, roteadores, cabos de fibra óptica, servidores). Classe social refere-se ao modelo de estratificação social, atentando para as conformações tecnocientíficas e suas correspondentes organizações do trabalho, gerando acordos, conflitos e mobilidades entre as classes (classes dominantes e dominadas, em sentido abertamente político; classes alta, média e baixa, em sentido sociológico-analítico).

Conforme assevera Berry (2014)⁷, o processo de softwarização não é autônomo ou separado das esferas políticas e econômicas; *pari passu*, o processo de “computacionalização da razão” não ocorre sem mobilizar automatizações, comodificações e metamorfoses das relações entre capital e trabalho, a partir de virtualizações da cultura, no plano geral. *Software* é o “motor das sociedades contemporâneas”, um “meta-meio informático” que converge as mídias anteriores. Sua extensibilidade permanente “tem consequências importantes não apenas para a forma como criamos e interagimos com a mídia, mas também para as técnicas de conhecimento em uma ‘sociedade informatizada’”⁸, (Manovich, 2013, p. 337, grifos do autor), ainda mais contemporaneamente, em que as redes de *hardwares* e *softwares*, atuando por meio da programação orientada a objetos e a dados, conseguem engendrar inteligências artificiais de nível *machine learning* e *deep learning*, ou seja, são capazes de autoproduzir algoritmos e autoadministrar certas minerações de dados, a fim de estabelecer reconhecimentos visuais, de áudio, linguísticos ou realizar análises e sínteses preditivas, adaptativas ou auto-organizativas.

Consequentemente, os desafios para a pesquisa contemporânea são enormes. A constituição de contratos democráticos e o comprometimento com a diminuição de desigualdades e preconceitos diversos exigem um intenso diálogo transdisciplinar entre os campos da Computação e das Ciências Humanas e Sociais. Os presentismos e empirismos desguarnecidos têm dominado as discussões a respeito, sendo, portanto, valiosos e imperiosos os trabalhos de exame e debate cuidadosos de literaturas clássicas e contemporâneas que ajudem a edificar as pontes de diálogo entre os campos e a esclarecer acerca das materialidades contemporâneas e suas implicações filosófico-políticas mais profundas. Perante o desafio acadêmico exposto, as obras de Chun, Galloway e Wark soerguem e atualizam variadas tensões e contradições dialéticas pertinentes para a *crítica da cultura* contemporânea, de maneira que cultura, capital-trabalho e indústria

⁷ David M. Berry, professor de “Humanidades Digitais” na Universidade de Sussex (UK), é autor dos principais livros introdutórios e epistemológicos no que diz respeito à crítica da digitalização, na perspectiva da teoria crítica, em particular, e das humanidades, em geral. Referenciamos aqui três de seus livros: *The Philosophy of Software: Code and Mediation in the Digital Age* (Berry, 2011), *Critical Theory and Digital* (Berry, 2014), *Digital Humanities: Knowledge and Critique in a Digital Age* (Berry, 2017).

⁸ No original: “has important consequences not only for how we create and interact with media, but also for the techniques of knowledge in a ‘computerized society’”. Essa e as demais traduções são do autor.

são agora entrevistados e compreendidos por meio de um exame filosófico-arqueológico minucioso da máquina digital e seus consequentes mapeamentos e agenciamentos de afetos, gestos e ambientes.

Efetuiremos uma apresentação e breve discussão da compilação de textos, visando delinear as questões, os contextos e as teses centrais levantadas pelos autores, bem como, em determinados momentos, ensaiar questões, hipóteses ou conjecturas na perspectiva do debate contemporâneo. Por fim, em considerações finais, alargamos a discussão, arrazoando sobre os escopos das teorias críticas dos três autores, com base em suas diferentes arqueologias de mídias.

Software

O texto inaugural, *Software: A persistência do conhecimento visual*, de Chun (2005), tem todos os elementos que o engradem como um clássico, e assim atesta a repercussão que teve posteriormente. O artigo — um ensaio longo, na verdade — aventa inúmeras discussões, a partir de uma cautelosa análise dos processos de inovação dos computadores, suas gêneses como limitadas máquinas calculadoras, nos anos 1940, até tornarem-se revolucionárias máquinas de mídia — um novo e revolucionário meio de comunicação, gerido igualmente por uma nova e revolucionária ciência: a cibernética.

A história da computação digital — isto é, das criações e otimizações de *softwares* (e *hardwares*) — é carregada de acasos (o nascimento das linguagens simbólicas de programação, por exemplo), de diversidade de níveis técnicos (da linguagem de programação direta, passando para a estruturada até a de alto nível), contratempos e controvérsias (da transição dos procedimentos e atores operatórios para os procedimentos e atores programadores, sobretudo), de desafios teóricos (a separação entre instrução e máquina; a programação oscilando entre atividade servil e de comando; a “ampliação do usuário”, enfrentados pelos cientistas Von Neumann e Norbert Wiener), de impedimentos, tensões de comoditização, comercialização e conflitos (entre operadores e programadores), e de oposições e hierarquias entre os gêneros feminino e masculino na definição de competências e cargos (a profissionalização dos programadores e o caso das “garotas do ENIAC”, suas relevâncias e o apagamento dessa história), sendo todos esses assuntos discutidos de maneiras notáveis no ensaio de Chun, que transita desembaraçadamente entre questões e problemas da computação e das ciências sociais e humanas.

Desde o início do ensaio, uma tese geral é abraçada, estabelecendo uma extensa coesão crítica, a saber: o nascimento da programação (ou dos *softwares*) atendeu a um “domínio compensatório”, ao mesmo tempo elevando (contínua e exponencialmente) a invisibilidade dos agenciamentos — a “ocultação da

máquina” — e produzindo intensa visibilidade para uma nova realidade — virtual —, a partir das “explosões de instruções” e “ampliação do usuário”, com base em regimes de interface e interatividade. De fato, a anunciada profusão da “cultura visual” é o contrário da transparência, encampando um “sistema invisível de visibilidade”, em dialética de revelação e ofuscação, sendo modelo às “redes invisíveis do capital”. Daí Chun jogar de maneira frutífera com a ideia de que o *software* é um “análogo funcional da ideologia”, tendo em mente os variados sentidos que esse intrincado conceito marxista ganhou na história, que fomentam questionamentos sobre os efeitos duplos e contrários, de interpelação e constrição, na produção de uma nova realidade pelos sistemas operacionais — foco de Chun, neste ensaio de 2005, e, igualmente, hoje, em relação às plataformas digitais —, sendo assunto paradigmático a questão da programabilidade inerente a isso, denotando, em suma, a virada das “velhas” para as “novas mídias”.

O texto seguinte, *A linguagem quer ser ocultada: Software e ideologia*, de Galloway (2006), é uma longa e propositiva resposta ao ensaio de Chun, procurando, centralmente, avançar nas duas teses principais enunciadas — “o software é análogo funcional da ideologia”; “o conhecimento visual persiste no *software*”. A investigação acerca do que vem a ser essa nova linguagem no mundo, o “*software*”, concebido como sequências de instruções ou rotinas para executar tarefas, introduz uma intrincada discussão acerca do aprofundamento das formas de representações ou mímeses no mundo.

Galloway pormenoriza as propriedades fundamentais de tal linguagem, denotando os sentidos teóricos opositivos, problemáticos e paradoxais. *Software* não é uma tecnologia óptica, contudo, transfigura-se plenamente em disposições visuais, figurativas ou alegóricas, inclusive avultando a visualidade no mundo. Para isso acontecer, o *software* é obrigado a se ocultar o máximo possível, a fim de garantir toda a sua potência na forma de comunicação humana. É o intangível tornado visível. Assim, um dos rendimentos importantes do texto de Galloway, sua relevância, hoje, é a elucidação da particularidade do modelo simbólico-informático do software enquanto formado por variadas tecnologias não ópticas e não narrativas, sendo diferente das mídias anteriores, mas que, contrariamente, ao ocultar (*overlook*) tudo isso, tornou-se mais eficiente e “sobrevista” (*over look*), a partir das simulações e interfaces. Eis o paradoxo do computador: criou a “cultura visual” contemporânea, não tendo nada de visual e narrativo. Visualidade e computação se relacionam de formas problemáticas. *Software* é exclusivamente um pensamento lógico-matemático convertido em tecnologia e que, agora, desempenha a configuração técnica hegemônica na definição do social das sociedades contemporâneas — enquanto veículo de programabilidade que se aproveita da imagem, a formação genética da cultura

(a partir de W. J. T. Mitchell), para abstrair, fetichizar, figurar ou alegorizar; em uma palavra, para ideologizar o mundo em nível nunca visto na história.

Na fórmula de Galloway (2006), “o *software* é um exemplo de transcodificação técnica sem figuração que, contudo, coexiste com um nível exorbitante de fetichismo ideológico e de não-reconhecimento”⁹ (p. 319, grifos removidos). Visualidade e computação têm, pois, relação problemática. É preciso esconder o máximo possível a computação (encapsular e ofuscar, nos termos técnicos da programação) para garantir que o meio computacional se desfaça de ser meio comunicacional. Assim, da mesma maneira que as teorias sobre a ideologia sustentam, o *software* tem a ver com um “alto grau de restrições que imputa ao discurso”, sendo um “ambiente que gera problemas teóricos” diversos. A demanda aqui, pois, não é somente se o *software* pode ser portador de certa visão política de mundo, isto é, não apenas uma interpretação estritamente política, mas, precedentemente, sobre a forma de representação alegórica ou figurativa com que o *software* aparece ao mundo social e político — como um “intenso bosque mimético”, como uma cópia (analogica) continuamente variável da ideologia, auferindo sua “funcionalidade” de maneira figurativa, tendo isso, de imediato, efeitos de aparência e fetichismo.

Para o autor, enfim, é preciso compreender e politizar a dialética interna, tanto reflexiva quanto ofuscante, da programação, e os demais mecanismos da complexa maquinaria de ocultação e dissimulação do computador, pois são essas que validam e tornam produtiva a relação analógica com a ideologia, e toda a alegoria (a partir de Fredric Jameson) do mundo social e político capaz de ser desdobrada: da história da produção e divisão social do trabalho (em termos corriqueiros, a precarização ou a uberização, hoje) à da fragmentação e atomização de todas as camadas da vida social (o neoliberalismo e as bolhas sociais, hoje).

“Fontiçaria”: O código como fetiche, artigo de Chun (2008), é, em parte, uma réplica a Galloway, indo a um tópico que, apesar de apontado e considerado central nos dois textos anteriores, não foi devidamente explorado: a natureza do código-fonte. Sua relevância é óbvia. O código-fonte, presente em qualquer computador, é o ponto de origem e de convergência dos conteúdos, efeitos e extensões dos processos de digitalização. Para a autora, compreender rigorosa e especificamente o *software* — e as novas mídias, em geral — recai inexoravelmente sobre refletir acerca do que vem a ser estas novas fabricações de linguagens de compilação, interpretação e execução a partir do código-fonte.

O texto de Chun prima por revelar-nos toda a complexidade do assunto. O código-fonte abarca “rituais maquímicos e humanos” em demasiadas associações e obscuridades. Por meio dele, o *software* encaminha um sentido mítico

⁹ No original: “*software is an example of technical transcoding without figuration that nevertheless coexists with an exceedingly high level of ideological fetishism and misrecognition*”.

¹⁰ A autora recupera a noção de daimónion, a voz interior mística de Sócrates. No original: “a fetishism that obfuscates the vicissitudes of execution and makes our machines demonic”.

de logos, a saber, integrando palavra e resultado, pensamento e ação, tempo e espaço, execução e inscrição. Tal força integrativa, que se quer performática e desantropomórfica, enquanto linguagem de máquina, só poderia cair em uma dimensão mágica, e é esta a tese de Chun: o código-fonte é uma “fonte mágica”, uma fonticaria (*sourcery*), alcançando um nível de “fetichismo que ofusca as vicissitudes da execução e torna nossas máquinas demoníacas”¹⁰ (Chun, 2008, p. 300), ou seja, tendo execuções ocorrendo em segundo plano, não visualizadas nem representadas. Códigos-fonte funcionam como axiomas velados e espectrais, determinando certos controles e possibilidades de influência sobre eventos futuros.

Entre outras coisas, o artigo é precioso ao evidenciar como a “caixa-preta dos algoritmos” — expressão frequente hoje — procede, na verdade, de resoluções e convenções que estão na gênese e no núcleo da programação. Os atuais modos de vigilância e, mais ainda, de captura, pelos “algoritmos”, eram uma possibilidade prevista já na gênese da programação. Eis algumas das contribuições decisivas da autora, neste texto.

Em *A Miséria da Filosofia: Realismo e Pós-Fordismo*, Galloway (2013) apresenta a seguinte afirmação-interrogação central: “o que deveríamos fazer para que a nossa compreensão do mundo não seja pura e simplesmente coincidente com o espírito do capitalismo?” (p. 352, grifos removidos)¹¹. Diante da inquietude e demanda críticas contra as atuais vigilâncias e capturas, de exploração dos corpos e de concentração de poder e riqueza a partir dos *softwares*, a interrogação recai, em última instância, sobre os sentidos da crítica contemporânea, que não pode ser reduzida aos mesmos mecanismos e suportes cognitivos e tecnológicos responsáveis pela extração de valor, baseados em codificação e processamento de informação por rotinas matemáticas; em outras palavras, baseados em softwarização e capitalização do mundo.

Segue que qualquer corrente atual de pensamento filosófico ou científico que se assente e ornamente, sincrônica e acriticamente, à lógica da infraestrutura pós-industrial contemporânea pode experimentar lícitas acusações de renúncia e cumplicidade. De tal modo, o texto de Galloway — sua produtividade intelectual e contestação crítica — incide sobre os planos e as categorizações de pensamentos científicos e filosóficos congruentes e compassivos aos modelos cibernéticos de captura e vigilância. Ele observa o quanto certas novas correntes de pensamento, especialmente as intituladas realismo especulativo e ontologia orientada a objetos — com destaque à concebida por Graham Harman a partir das filosofias de Alan Badiou e Quentin Meillassoux —, vêm se ajustando ahistórica e acriticamente ao pensamento computacional imperativo hoje, a programação orientada a objetos (JavaScript, C++, Ruby, Objective-C, Lisp, Python).

¹¹ No original: “What should we do so that our understanding of the world does not purely and simply coincide with the spirit of capitalism?”

Sua contestação é oportuna e produtiva, servindo, como bem nota Galloway (2013), como uma “grande linha divisória” entre duas escolas de pensamento,

uma que destaca hoje a lógica simbólica, a geometria, as análises lineares, a teoria dos conjuntos, os algoritmos, o processamento de dados, e assim por diante como fora da história ôntica, isto é, fora da instância da história (mas não necessariamente da história das essências), e outra que reconhece a existência de tal matematização hoje no cerne do modo de produção e, pois, não apenas regendo a história, mas de uma maneira geral é a própria história. A primeira aproximação responderá ao nome de realismo, a segunda, de materialismo¹². (p. 359)

Para Galloway, no atual momento histórico, onde a economia não é somente guiada, mas fundada pela prevalência do software, qualquer posição filosófica que não reconheça a matemática como ao mesmo tempo sintética e histórica, embarça os conceitos de “absoluto” e “real”, passando a ser passível da acusação de conservadorismo, ingenuidade ou resignação. Afinal, Galloway (2013) indaga e responde: como seria a democracia orientada a objeto de Latour ou Graham? “Suas democracias têm pouca relação com a soberania do povo, somente com as regras do mercado”¹³ (p. 363).

Wark, a partir de dois textos (Wendy Chun: Programando Políticas e Alexander Galloway: a Intraface), escritos já em meados da década de 2010, procurou resgatar e interpretar o debate e as contribuições de Chun e Galloway a respeito do software, assinalando ainda suas próprias visões, discordâncias e questionamentos. No primeiro texto (Wark, 2017a), ela reconhece que a tese central de Chun (software como análogo à ideologia) alcançou notável arqueologia a partir de seu mergulho na área da computação, e de suas variadas conjecturas teóricas que revelaram “o papel da computação no gerenciamento das populações e o cultivo dos indivíduos enquanto ‘capital humano’”¹⁴ (p. 198), sendo Chun pioneira na demonstração e valorização de noções foucaultianas (da governamentalidade, notadamente) para o campo da crítica da digitalização. A combinação das tradições marxistas (código-fonte como fetiche; *software* como forma de propriedade, mercadoria e ideologia etc.) e foucaultianas (código como matriz da governamentalidade; computação e biologia derivadas da mesma episteme etc.) é, para Wark, fonte de convenientes indagações, comentários e críticas, sendo essas conveniências o esteio avaliativo de todo o seu texto, que resulta no delineamento de três questões ou temas para exploração em pesquisas contemporâneas. O programador ou codificador está inteiramente subsumido nas formas e nos processos de trabalho e propriedade com o *software*? De outro modo: devemos aceitar a afirmação de Chun de que o código é fetiche que

¹² No original: “those who consider today that symbolic logic, geometry, linear analysis, set theory, algorithms, information processing, and so on are outside of ontic history, that is, outside the history of instances (but not necessarily the history of essences), and those who recognize that such mathematization exists today at the very heart of the mode of production and therefore, not only drives history, but in some basic way is history itself. One approach will answer to the name realism, the other, materialism”.

¹³ No original: “Their democracy has little relation to the rule of the people, only the rule of the market”.

¹⁴ No original: “the role of computing in the management of populations and the cultivation of individuals as ‘human capital’”.

¹⁵ Wark (2017, p. 200, grifo do autor), em trecho sumarizante, destaca a sua posição: “provavelmente o comando em si mesmo não seja tão comandante, aparecendo também como um gesto que somente restaura o próprio sujeito. Talvez o comando não seja ‘empoderamento’ de coisa alguma, a não ser de si mesmo.

A informação tem controle acerca de ambos, objetos e sujeitos”. No original: “perhaps command itself is not quite so commanding, and is a gesture that only appears to restore the subject to itself. Maybe command is not ‘empowering’ of anything but itself. Information has control over both objects and subjects”.

determina o imaginário e controla realmente as coisas? Questão sensível para Wark, autora de *Manifesto Hacker*¹⁵; afinal, o *software* é parte do neoliberalismo ou o *software* é a infraestrutura do neoliberalismo? Wark procura reavaliar tal determinação infraestrutural e questionar a menor relevância que Chun depositou para as lutas e negociações na história da industrialização das tarefas cognitivas e da aplicação dessas na divisão do trabalho, que contribuíram para configurar o software como forma fundamental e distinta de trabalho e mercadoria, de desqualificação, casualização e hierarquia (aqui, lembremos, aparece o tema clássico do construtivismo tecnológico). Por fim, o software seria um caso de fetiche e ideologia? Para Wark, um caminho mais adequado para a compreensão do *software* seria pensá-lo com base em termos desenvolvidos por Alexander Bogdanov, substituição e metáfora básica, afastando-o de pensá-lo como algo que “sustenta e despolitiza” mediante à ideologia, como faz Chun (e Galloway).

Por sua vez, em *Alexander Galloway: a Intraface*, Wark (2017b) comenta e interpreta a noção de *software* no texto *A Linguagem Quer Ser Ocultada: Software e Ideologia*, levando em conta também ideias e discussões correlatas apresentadas nos outros capítulos da obra *The Interface Effect* (Galloway, 2012), que incluiu o referido texto, precavendo que, em Galloway, a propriedade fundamental das mídias digitais, especificamente dos *softwares*, não é bem uma ontologia, mas a simulação de uma. Diferente das mídias anteriores, o *software* é um arranjo remediador entre o computador e o usuário, sendo a instância, o ambiente — a mediação — para as práticas e efeitos atuais, dos usuários, dos objetos; em outras palavras, o *software* aparece como algo mais próximo do campo da agência ética (o que deve ser) do que da ontologia (o que é). O computador é uma “máquina ética”, pois, em última instância, apesar de ser uma força normatizadora ou centralizadora, não define ou determina um mundo; pelo contrário, o *software* “simula a ideologia” a partir de uma “zona de indecisão”, o que abre um interessante debate estético-político sobre as disposições alegóricas da interface. No texto, Wark nos faz entender as implicações e problemáticas dessa “distinta e sutil” caracterização alegórica de Galloway das mídias digitais. Revelemos apenas alguns pontos relevantes do debate entre os dois: como pensar os novos tipos de armazenamento, processamento e transmissão com os quais agora estamos lidando? De que modo isso se materializa ou se visualiza? Qual classe de relações — políticas, especialmente — aparece, então, com os computadores? Ou: qual tipo de estética-política a “máquina ética” computador promove? Seria ainda possível constituir um modelo de interpretação profundo (como os de Marx, Nietzsche e Freud) hoje? Se sim, de qual tipo?

Redes

As duas temáticas seguintes, redes digitais e classes sociais, são apreendidas, evidentemente, a partir do processo mais geral de softwarização. *Protocolos, Controles e Redes* (Galloway & Thacker, 2004), texto que Galloway faz em coautoria com Eugene Thacker¹⁶, esquadrinha as constituições teóricas e inovativas, no campo da cibernética, que levaram a pensar a organização computacional (e biológica) em complexas arquiteturas de interconexões entre nós (*nodes*) e bordas (*edges*). Propriamente, os autores se interessam pela análise das características e contingências cibernéticas via aplicação da teoria dos grafos (a área da matemática que estuda as estruturas relacionais entre os objetos de um determinado conjunto) e dos protocolos (a área da computação que estuda as regras, as convenções e as condições de possibilidade de controle e conexão em determinada comunicação ou transferência de dados entre computadores). A atenção dada às configurações tecnológicas das redes é imprescindível tanto para a compreensão da origem da Internet — da criação de seus diversos protocolos, a saber, *Internet Protocol*, *Dynamic Host Configuration Protocol*, *Transmission Control Protocol*, *Hypertext Transfer Protocol* e *File Transfer Protocol*, sobretudo —, como também da nova dimensão geopolítica aberta a partir disso, que abarca hoje uma complexa rede de *softwares*, plataformas digitais e servidores, em escala planetária, trabalhando com computação em nuvem¹⁷. Em 2004, ao enfocar os efeitos e as transformações políticas com as redes de computadores, os autores constituíram um texto pioneiro, hoje clássico, problematizando e conceituando os ambientes descentralizados e distribuídos (fluidos, dinâmicos e de longos alcances) e as propriedades controlativas (modulatória, flexível, monitoradora, regulatória) das redes. Uma das prosperidades do texto foi, notoriamente, oferecer parâmetros conceituais de estudos sociopolíticos àquilo que antes Deleuze havia escrito, no campo da filosofia política, sobre as “sociedades de controle”, e Simondon, ainda mais anteriormente, com as suas ontologias e cosmologias das individuações psíquica, técnica e coletiva.

Networks NOW: Obsolescente Demasiado Cedo (Chun, 2015) é um ensaio seminal para compreender a centralidade das redes sociais na definição da prosperidade, coordenação e imaginário social do neoliberalismo. No texto, a autora apresenta os principais argumentos e teses que vem aprimorando em suas duas últimas obras, *Updating to Remain the Same* (Chun, 2016) e *Discriminating Data* (2021).

Para dar consistência aos seus argumentos e teses, Chun retoma alguns conceitos de Fredric Jameson, Benedict Anderson e Mark Granovetter, autores que esclareceram os fenômenos problemáticos da “desorientação pós-moderna”, do “desacoplamento local-global” e do “colapso do imaginário político”, a fim

¹⁶ Professor de “Estudos de Mídia” na universidade The New School, em Nova Iorque.

¹⁷ A obra *The Stack: On Software and Sovereignty*, de Bratton (2015) articulou uma (re)leitura da geopolítica contemporânea neste sentido.

¹⁸ No original: “*Networks encapsulate everything that is new and different about our social institutions, global formations, and political and military organizations*”.

¹⁹ No original: “*on the actions of individual agents as individual agents, rather than as part of mass society or community*”.

²⁰ No original: “*into matrices of relation, based on nodes and connections*”.

²¹ No original: “*are driven by what they seek to contain: the leak. What, after all, is a social media friend, if not a leak?*”.

²² No original: “*are arguably what culture can be in the era of neoliberalism*”.

de atualizá-los no atual macrocosmo das redes sociais, de exploração dos fluxos de subjetividades fragmentadas e imersas na e para a produção/exploração de informação, valor, captura, vigilância e controle. “As redes encapsulam tudo o que é novo e diferente sobre as nossas instituições sociais, formações sociais e organizações políticas e militares”¹⁸ (Chun, 2015, p. 289), sendo elas paradigmáticas pela capacidade de mapear e rastrear os fluxos dos afetos, ambientes e capitais. Tal poderosa capacidade é, na verdade, extremamente empobrecedora da vida e de suas relações sociais, pois a engenharia social constituída pelas redes sempre enfoca “nas ações de agentes individuais como agentes individuais, e não como parte da sociedade de massa ou comunidade”¹⁹ (Chun, 2015, p. 295), apurando um imenso dispositivo de assujeitamentos por hábitos repetitivos e dinamismos performativos vazios e precarizados.

De tal modo, a “lógica pós-moderna” das novas mídias é centrada no aperfeiçoamento contínuo e antinômico de mapeamentos e dissipações (*leaks*). Ou seja, as redes sociais, tão logo submetem o mundo a um mapa (geolocalizam, listam, relacionam, catalogam, esquematizam, projetam), lançam sucessivamente novos expedientes (ciclo eterno de obsolescência prematura) para torná-lo novamente poroso, rompendo os limites e embarçando reiteradamente os laços sociais ou as amizades — reduzidas “a matrizes de relação, baseadas em nós e conexões”²⁰ (Chun, 2015, p. 300). Como resultado, as novas mídias e suas lógicas de mapeamento “são movidas por aquilo que buscam conter: a dissipação. Afinal, o que é um amigo nas redes sociais senão uma dissipação?”²¹ (Chun, 2015, p. 301).

As metamorfoses e os custos da ampliação dos contatos e das interações sociais a partir das plataformas de redes sociais tornaram-se extremamente perniciosos para a formação de conexões autênticas e produtivas às coletividades (criação de *crowdsourcing*, cultura *peer-to-peer* e demais interações e afetos colaborativos, horizontais e democráticos, produtivos aos conhecimentos e valores, como muitos esperavam nos anos 2000), precipitando o fracasso ou a exploração tóxica das comunidades, esfacelando suas funções e potencialidades públicas e democráticas às sociedades civis. O fundamento lógico-empresarial de redes sociais, Chun assevera, é a aglutinação serial e esfacelada de indivíduos enquanto *You*s, nunca de indivíduos enquanto *We*. O macrocosmo de *You*s é a unidade básica e suficiente para o mapeamento de conexões e rastreios, importando adestrar e maximizar continuamente as repetições habituais dos indivíduos, administrando-os na referida lógica dissipativa. Os hábitos criados em redes “são indiscutivelmente o que a cultura pode ser na era do neoliberalismo”²² (Chun, 2015, p. 307). A autora descreve a consequência dramática de tudo isso: “Em vez de engajarmos em ações políticas terminantes, adiamos

e distendemos a ação: definitivamente, estamos incessantemente procurando, mas nunca encontrando”²³ (Chun, 2015, p. 289)²⁴.

O terceiro e último texto do tema-chave redes resultou de um diálogo entre Galloway e Berry (2015), tendo como assunto principal o presentismo de muitas filosofias sociais e tecnologias, que enunciam: “tudo se reduz a redes”. Mark Zuckerberg (“as pessoas são redes”), Donald Rumsfeld (“o campo de batalha é uma rede”), Bruno Latour (“a ontologia é a rede”), John Von Neumann (“a computação é uma rede”), David Joselit (“a arte é uma rede”), Konrad Wachsmann (“a arquitetura é uma rede”). Todas as áreas do saber humano parecem promulgar conceitos e metodologias do tipo, difundindo a “metanarrativa do empirismo reticular” (Galloway). A respeito disso, Galloway expõe suas críticas, lançando também novas suspeitas e interrogações, em direção a um debate sobre os (des)caminhos da filosofia contemporânea — assunto que foi central no texto *Miséria da Filosofia: Realismo e Pós-fordismo*, no tema *software*, e que agora se estende para as redes. De que maneira as “filosofias das reticulações” (ecologias, agenciamentos, redes, sistemas, ambientes), calcadas em paradigmas pós-fundacionalistas, estão em fina associação com a lógica do capitalismo que explora hoje as relações interpessoais? Estaria da ordem do dia abandonar o Deleuze dos “anos 1970” (dos rizomas, das maquinações) para realçar o valor do Deleuze dos “anos 1990” (da sociedade de controle)? Como evitar o abandono de proposições contingenciais e sistemáticas? (Galloway evidencia como o pensamento de François Laruelle ajuda a responder essa questão). De que forma podemos conciliar a tradição hermenêutica das ciências humanas com os modelos empiricistas que abundam na chamada humanidades digitais?

Para Galloway, as tentativas de substituição das proposições e enredos críticos pós-modernistas pelos “empirismos reticulares” — os “Google Deleuzianos”, os “Carl Sagan Deleuzianos” e os “Fraldas Molhadas Deleuzianos”, como ele os classifica — são ainda mais problemáticas, no sentido de esvaziamentos da crítica e, por conseguinte, de falta de enfrentamento da atual miséria do mundo capitalista.

Ao não oferecer nenhuma alternativa à forma de rede, o pessimismo reticular é profundamente cínico porque exclui qualquer tipo de pensamento utópico que possa acarretar uma alternativa às nossas muitas redes invasivas e difundidas. E tudo isso muitas vezes sob a égide de “Deleuze” — nosso outrora querido Deleuze!²⁵ (Galloway & Berry, 2015, p. 7)

A questão não é o “fim da crítica”, mas a nova acepção da crítica “após a descentralização” e a dominância de tecnologias políticas na constituição das estruturas sociais. De tal modo, fazendo eco à posição de Chun acerca da

²³ No original: “Rather than engaging in decisive political action, we defer and extend action: we are arguably forever searching, but never finding”.

²⁴ Chun cita William James, que revelou o lado psicológico extremamente conservador do hábito. O hábito é “o enorme volante da sociedade, seu agente conservador mais precioso. Ele sozinho é o que nos mantém dentro dos limites da ordenança e salva os filhos da fortuna das revoltas invejosas dos pobres” (James, 1890 citado em Chun, 2015, pp. 307–308). No original: “is ‘the enormous fly-wheel of society, its most precious conservative agent. It alone is what keeps us all within the bounds of ordinance, and saves the children of fortune from the envious uprisings of the poor’”.

²⁵ No original: “By offering no alternative to the network form, reticular pessimism is deeply cynical because it forecloses any kind of utopian thinking that might entail an alternative to our many pervasive and invasive networks. And all of this is often under the aegis of ‘Deleuze’—our once dear Deleuze!”

implantação de redes dissipativas e suas consequentes destruições dos *socius* e comunidades, a questão hoje é o combate ao “enfraquecimento da sociedade civil”, depois do deslocamento dela por uma “nova configuração de aparelhos, implantações e estruturas [tecnológicas]” (Galloway & Berry, 2015, p. 16)²⁶.

²⁶ Galloway cita uma importante tese do artigo *The Withering of Civil Society*, de Michael Hardt (1995).

Classes

A fábula histórica do fim da dominação e do conflito entre classes na “sociedade da informação” é vigorosamente refutada por Wark, desde sua obra clássica de 2004, *O Manifesto Hacker*. Obra que não apenas refutou como lançou novas bases teóricas e questões pertinentes para repensar a dominação e o conflito, esclarecendo, para tanto, as mudanças de paradigmas a partir dos anos 1970, com a inserção dos computadores no cerne da organização capitalista. Da referida obra, destacamos para a discussão os dois capítulos iniciais, *Abstração e Classe*²⁷; além desses, outro texto, o de sua reavaliação sobre o assunto, no ensaio intitulado *A Classe Vetorialista*, publicado em duas partes (Wark, 2015, 2016).

²⁷ Para fins de tradução (projeto acadêmico complementar), os capítulos foram agregados e intitulado *A classe hacker*.

Em 2004, Wark identifica e pormenoriza uma redefinição das classes sociais, efetuando uma periodização esclarecedora. O sentido neoliberal do contemporâneo — destacado por Chun como chave crítica — significa, antes de tudo, uma nova fase de mercantilização, de apropriação privada e de abstração do trabalho, suplantando, em ordem de importância e *locus* do poder, a fase dirigida pela classe pastoralista, mais antiga, condicionada pela primeira natureza — da terra ou da agricultura — na extração de valor e subordinação dos camponeses, e a fase da classe capitalista, assentada na segunda natureza — da indústria e infraestruturas — para extração de valor e subordinação direta dos proletários. A terceira e paradigmática fase, propõe Wark, é a dirigida pela classe vetorialista, profundamente adaptada à extração de valor a partir de uma terceira ordem de natureza, a informação, produzida e/ou gerenciada pelos *softwares-hardwares* e as redes computacionais-sociais. Igualmente, surge uma nova classe subordinada, a classe dos hackeadores, que informa a terceira natureza. “Hackear é produzir ou aplicar o abstrato da informação e expressar a possibilidade de novos mundos, para além da necessidade”²⁸ (Wark, 2004, p. 7), de modo que a classe *hacker*, ou seja, os diferentes especialistas e criadores das ciências, filosofias, tecnologias e artes, encontram-se numa peculiar ambivalência, entre senhores e escravos, entre apropriadores e expropriados, entre criadores e estereis, sendo coagidos, pela classe vetorialista, a trabalhar em condições em que perdem o controle sobre o que produzem.

²⁸ No original: “To hack is to produce or apply the abstract to information and express the possibility of new worlds, beyond necessity”.

Embora os domínios anteriores estejam presentes no contemporâneo, não são mais eles que definem os rumos da mais-valia e das inovações. A coordenação

computacional é abstrata²⁹, e sua ação essencialmente vetorial, no sentido de que ela pode, em princípio, ser implantada em qualquer lugar, tendo como base os procedimentos topológicos dos *softwares*/redes de informações, que preenchem, estendem, comprimem, dobram e entrelaçam globalmente os territórios³⁰. No começo (anos 1970), a coordenação era apenas das finanças, mas hoje,

[a]s finanças se encontram unidas a outros tipos de controle pela informação — a partir do controle de patentes, dos direitos autorais e marcas, das cadeias de suprimentos a partir da logística, do controle da distribuição espacial dos recursos por meio de SIG ou, mais recentemente, do controle de acesso às informações sobre o cenário mutável de pessoas e coisas —, tornando todos eles endereçáveis³¹. (Wark, 2015, p. 5)

Os textos de Wark, suas teses e contextualizações históricas e políticas, despertam, obviamente, uma série de debates. Um mérito da autora está em fugir de um reducionismo a respeito. Há distintas classes dirigentes (pastoralista, capitalista e vetorialista) e expropriadas (camponesa, proletária e hacker), de modo que as suas articulações e expressões político-econômicas levantam diversas indagações e estudos, sendo particularmente significativas as ponderações acerca das formas de liberação/controle da classe hacker. Em 2013, escrevendo suas “considerações acerca do Hacker Manifesto”, Wark avaliou as pertinências e as lacunas entre o que a classe hacker pode ser e o que vem sendo na realidade, bem como a consciência ou inconsciência desta classe enquanto tal.

Eu propus pela primeira vez a tese da classe hacker em 2000 e, nos anos seguintes, ouvi repetidamente que, mesmo que exista, nunca poderá se tornar consciente de si mesma enquanto uma classe. Mas, francamente, acho que a recente política de informação confirma a tese. A classe *hacker* não desfila na avenida atrás de bandeiras vermelhas no primeiro de maio. Mas é totalmente capaz de se organizar em torno da neutralidade da rede, do *creative commons*, do *open publishing* na ciência, desafiando patentes estúpidas e prejudiciais e assim por diante. O equivalente contemporâneo da “consciência sindical” do antigo movimento trabalhista chegou bem e genuinamente³². (Wark, 2013, p. 91)

Recentemente, no livro *Capital is Dead*, Wark (2019) balizou a crescente superioridade da classe vetorialista sobre a capitalista.

Se a classe capitalista é dona dos meios de produção, a classe vetorialista é dona dos vetores de informação. São donas dos extensivos vetores de comunicação, que

²⁹ “Abstrair é construir um plano sobre o qual matérias diferentes e não relacionadas podem ser dispostas em muitas relações possíveis. Abstrair é expressar a virtualidade da natureza, conhecer alguma instância de suas possibilidades, atualizar uma relação em infinitivas relacionalidades, manifestar a multiplicidade” (Wark, 2004, p. 5). No original: “To abstract is to construct a plane upon which otherwise different and unrelated matters may be brought into many possible relations. To abstract is to express the virtuality of nature, to make known some instance of its possibilities, to actualize a relation out of infinite relationality, to manifest the manifold”.

³⁰ Na área físico-matemática, o cálculo vetorial compreende as operações matemáticas com grandezas físicas de intensidade, direção e sentido, instituindo relações e intervenções geométricas. Na computação gráfica, pontos, linhas, curvas e outras formas geométricas são regularmente utilizadas na (re)constituição de desenhos, podendo preencher, estender, envolver, comprimir, dobrar e entrelaçar os mesmos sem aumentar o tamanho dos arquivos, pois as informações para as suas (re)configurações estão dispostas como vetores a serem desenhados (não são eventos singulares ou contingenciais).

³¹ No original: “Finance finds itself joined by other kinds of control through information, whether through the control of patents, copyrights, and brands, the control of supply chains through logistics, the control of the spatial deployment of resources through GIS, or most recently through control of access to information about the shifting landscape of people and things by making all things addressable”.

³² No original: “I first proposed the idea of the hacker class in 2000, and in the intervening years have repeatedly been told that even if it exists, it can never become conscious of itself as a class. But frankly, I think the recent politics of information bears out the thesis. The hacker class does not march down the boulevard behind red banners on May Day. But it is fully capable of organizing around net neutrality, creative commons, open publishing in science, challenging stupid and harmful patents, and so on. The contemporary equivalent of the trade union consciousness of the old labor movement has well and truly arrived”.

³³ No original: “If the capitalist class owns the means of production, the vectoralist class owns the vectors of information. They own the extensive vectors of communication, which traverse space. They own the intensive vectors of computation, which accelerate time. They own the copyrights, the patents, and the trademarks that capture attention or assign ownership to novel techniques. They own the logistic systems that manage and monitor the disposition and movement of any resource. They own the financial instruments that stand in for the value of every resource and that can be put out on markets to crowdsource the possible value of every possible future combination of those resources. They own the algorithms that rank and sort and assign particular information in particular circumstances”.

³⁴ No original: “During the 1980s and ’90s—influenced greatly by poststructuralism, psychoanalysis, and cultural Marxism—media studies tended to focus on the realm of the superstructure: subjects, texts, ideology, spectacle, language, and so on, whereas today the focus has shifted from the superstructure to the base.

atravessam o espaço. Donas dos vetores intensivos de computação, que aceleram o tempo. Dos direitos autorais, das patentes e das marcas registradas, que capturam a atenção ou firmam propriedades das novas técnicas. Dos sistemas logísticos, que gerenciam e monitoram a disposição e movimentação de qualquer recurso. Dos instrumentos financeiros, que exprime o valor de todos os recursos e que pode ser colocado nos mercados para *crowdsource* o valor possível de todas as combinações futuras possíveis desses recursos. Dos algoritmos, que classificam, separam e atribuem informações específicas em circunstâncias específicas³³. (p. 55)

Diferente de certas visões atuais (a de Ernesto Laclau e Chantal Mouffe, por exemplo), as classes sociais em Wark não são definidas pela via representacional-discursiva, mas a partir das condições das forças produtivas, discordando, pois, daqueles atidos a um “marxismo refinado” (*genteel Marxism*), que dá valor superior às superestruturas cultural e política e “pouca ou nenhuma atenção” às infraestruturas ou forças produtivas (Wark, 2015, p. 220).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante os anos 1980 e 1990 — fortemente influenciados pelo pós-estruturalismo, pela psicanálise e pelo marxismo cultural — os estudos de mídia tendiam a se concentrar no reino da superestrutura: sujeitos, textos, ideologia, espetáculo, linguagem e assim por diante, enquanto hoje o foco mudou da superestrutura à base. Estou pensando no renascimento de abordagens mais arquivísticas e históricas para estudos de mídia (apelidado de arqueologia de mídia), ou a tendência na mídia digital em direção a métodos mais obstinados e orientados para a máquina (estudos de plataforma, estudos de software).³⁴
— Galloway, em conversa com Berry (2015, p. 15)

As teorias críticas da mídia de Chun, Galloway e Wark estabelecem, como evidenciamos, temas e questões gerais que se apresentam em múltiplos entrecruzamentos e diálogos. Contudo é possível notar ênfases e horizontes distintos de críticas e pesquisas arqueológicas em cada um dos autores.

A partir de sua arqueologia dos *softwares* e, tão logo, dos ambientes de redes digitais formados por eles, Chun intenta equacionar, em última instância, uma perspectiva crítica mais aprofundada da cultura neoliberal empossada nos indivíduos mediante contínuos investimentos e ocultamentos de arranjos, processamentos, manipulações e instruções, reconhecendo nos *softwares* uma importante disposição da racionalidade contemporânea.

Conhecer o software tornou-se uma forma de iluminismo — um modo de compreender um todo invisível, contudo poderoso — e essa concepção de software fundamenta seu apelo. O *software* tornou-se uma metáfora para a mente, para a ideologia e para a economia: a ciência cognitiva compreende o cérebro/mente em termos de *hardware/software*; a biologia molecular concebe o DNA como uma série de “programas” genéticos; e a própria cultura foi colocada como uma forma de “software” em oposição à natureza, que é “*hardware*”³⁵. (Chun et al., 2022, p. 4)

Mais recentemente, Chun (2021) vem estendendo sua teoria crítica ao pesquisar as inovações e aplicações das ciências das redes e *machine learning* na geração de novas formas de discriminação e segregação sociais através de depurações de dados.

Galloway, por sua vez, por meio de suas arqueologias das redes, dos jogos digitais e das interfaces, constituiu, nos anos 2000, uma trilogia de publicações, nomeada “alegorias do controle”, examinando especialmente os entrelaçamentos estéticos e políticos contemporâneos via tais dispositivos informacionais. Em relação às redes e aos jogos digitais, enfatizou as suas propriedades tendencialmente anti-hermenêuticas, carecendo estudá-los em suas formações diagramáticas ou maquinicas, que, no caso das redes, geraram uma nova economia política — de gerência, modulação e controle — via protocolos e, no caso dos jogos digitais, evidenciaram um ambiente contemporâneo — de ações, operações, simulações e interações entre sujeitos e objetos — já distinto do paradigma estético cinematográfico e, de tal maneira, repleto de maquinismos cibernéticos e alegorias próprias das atuais sociedades de controle. Com relação às interfaces, seu interesse incidiu ulteriormente sobre as novas dimensões estético-políticas — de ofuscação, opacidade e ilegibilidade — dos dispositivos de interfaces (gráficas, de redes, do usuário) diversos, baseados em *softwares*, responsáveis pela atual “cultura visual”, que não implicou, como vimos, em mais transparência e poder narrativo, mas sim na produção de “efeitos de interface” superlotados de figurações, zonas de interação, de significação e de indecisão, servindo, frequentemente, como veículos ideológicos — de controles, capturas, aparências, fetichismos.

Para Galloway, uma atenção redobrada aos atuais “efeitos de interfaces” e aos demais processos de digitalização, associados às diagramáticas do poder, é essencial para desvelar os possíveis âmbitos de subjetivação, resistência e comunização.

Em vez de uma politização do tempo ou do espaço, estamos testemunhando um aumento na politização da ausência — e presença –, explicitando temas como a invisibilidade, a opacidade e o anonimato, ou a relação entre identificação e

I'm thinking of the renaissance in more archival and historical approaches to media studies (dubbed media archaeology), or the trend in digital media toward more hard-nosed, machine-oriented methods (platform studies, software studies)”.

³⁵ No original: “To know software has become a form of enlightenment—a way to comprehend an invisible yet powerful whole—and this conception of software grounds its appeal. Software has become a metaphor for the mind, for ideology, and for the economy: cognitive science comprehends the brain/mind in terms of hardware/software; molecular biology conceives of DNA a series of genetic ‘programs’; and culture itself has been posited as a form of ‘software’ in opposition to nature, which is ‘hardware’”.

³⁶ No original: “Instead of a politicization of time or space we are witnessing a rise in the politicization of absence — and presence — oriented themes such as invisibility, opacity, and anonymity, or the relationship between identification and legibility, or the tactics of nonexistence and disappearance, new struggles around prevention, the therapeutics of the body, piracy and contagion, informatic capture and the making-present of data (via data mining)... The question here is very clearly not one of territorial ‘autonomy’ (Hakim Bey) or a reimagining of space (the Situationists), but rather a question of opacity and unreadability. As McKenzie Wark writes in his fine book *A Hacker Manifesto*, ‘There is a politics of the unrepresentable, a politics of the presentation of the nonnegotiable demand.’ Strictly speaking then, and using the language of ontology, it is not simply that a new ‘cultural logic’ has been secreted from the mode of production than it is a claim about logic itself (a logic of logic), for logic is the science of appearing, just as ontology is the science of being. And to be neat and tidy about things, we ought to remember that these new digital devices are all logic machines to begin with.”

³⁷ A hipótese cibernética “refere-se a um regime epistemológico específico no qual sistemas ou redes combinam agentes humanos e não humanos em comunicação e comando mútuos. Juntamente com os muitos campos relacionados que se assemelham à cibernética — ciências de rede como a ecologia, a teoria de sistemas e a teoria dos grafos; as ciências da decisão econômica, tais como a teoria dos jogos e a teoria da escolha racional; a ciência da informação e do processamento de sinais; o behaviorismo, o cognitivismo e as ciências pós-freudianas

legibilidade, ou das táticas de inexistência e de desaparecimento, das novas lutas em torno da prevenção, da terapêutica do corpo, da pirataria e do contágio, da captação informática e da presentificação dos dados (via *data mining*) ... A questão aqui não é exatamente uma “autonomia” territorial (Hakim Bey) ou uma reimaginação do espaço (os situacionistas), mas sim uma questão de opacidade e ilegibilidade. Como McKenzie Wark escreve em seu belo livro *A Hacker Manifesto*, “Existe uma política do irrepresentável, uma política da apresentação da demanda inegociável”. Rigorosamente falando, pois, e usando a linguagem da ontologia, não é simplesmente sobre uma nova “lógica cultural” que foi ocultada do modo de produção, mas uma afirmação sobre a própria lógica (uma lógica da lógica), pois a lógica é a ciência do aparecer, assim como a ontologia é a ciência do ser. E para estarmos engajados a respeito, devemos lembrar que [os] novos dispositivos digitais são justamente as máquinas lógicas para dar início a isso³⁶. (Galloway, 2011, p. 246–247)

A partir dos anos 2010, Galloway (2021, 2022a, b) vem ampliando suas investigações das dimensões filosóficas e políticas abertas com a “hipótese cibernética”³⁷, buscando sumamente compreender, ancorando-se nas filosofias de Laruelle, Badiou, Husserl e Deleuze, as contingências, os limites e as possibilidades do digital (e do analógico), da matemática e da geometria.

Wark, em seus estudos arqueológicos, em vez de definir um dispositivo específico, preocupou-se em apreender, de forma mais abrangente, as origens e as implicações da nova “lógica cultural” midiática (referida por Galloway, na citação acima) que, no mais das vezes, encontra-se miseravelmente ausente nos estudos críticos contemporâneos.

[A] busca pela compreensão da cultura te leva a compreender a mídia, o que te leva a tentar descobrir algumas coisas sobre a tecnologia. Acontece hoje que as formas refinadas do pensamento marxista ocidental ensinadas nas universidades há várias gerações não são boas para entender como as *forças de produção* realmente funcionam. Isso requer algum conhecimento técnico e experiência reais, ou pelo menos a disposição de admitir que outras pessoas possam saber sobre essas coisas e você aprender com elas. A produção de conhecimento contra-hegemônico só pode ser realmente camarada e colaborativa³⁸. (Wark, 2019, pp. 18–19)

De tal modo, Wark estabeleceu oportunas problematizações e ponderações acerca das teorias e práxis contemporâneas, salientando como elas estão ainda mais decisivamente sendo definidas e estruturadas por dispositivos midiáticos, o que ajudaria a explicar, notadamente, muitos dos atuais (des)caminhos, descuidos e esquecimentos da esquerda progressista ou revolucionária (Wark,

2015, 2017a, b). A par disso, observou por diversas vezes o desafio premente da teoria crítica hoje, se ela não quisesse cair em hipocrisia intelectual. A respeito e derradeiramente, seguem duas passagens da obra *Telesthesia: Communication, Culture and Class*, publicada em 2012.

O paradoxo do nosso contemporâneo é que tanto a privatização da informação quanto a expansão de um bem comum informal estão acontecendo ao mesmo tempo. O que pode nos dar esperança é a própria fragilidade da posição vetorialista, que vai contra as propriedades ontológicas da própria informação, e só pode proteger seus interesses por meio de um aumento maciço do nível de coerção legal Se teoria crítica é resistir a tornar-se uma teoria meramente hipócrita, ela deve se envolver com seus próprios meios de produção e distribuição. Uma política hacker é participar e se esforçar para criar, tanto técnica quanto culturalmente, relações abstratas de dádiva, dentro das quais a informação pode não apenas querer ser livre, mas pode se tornar livre³⁹. (Wark, 2012, pp. 147–148) ■

REFERÊNCIAS

- Berry, D. M. (2011). *The philosophy of software: Code and mediation in the digital age*. Palgrave Macmillan.
- Berry, D. M. (2014). *Critical theory and digital*. Bloomsbury.
- Berry, D. M. (2017). *Digital humanities: Knowledge and critique in a digital age*. Polity.
- Bratton, B. (2015). *The stack: On software and sovereignty*. MIT Press.
- Chun, W. H. K. (2005). On software, or the persistence of visual knowledge. *Grey Room*, 18, 26–51. <https://doi.org/10.1162/1526381043320741>
- Chun, W. H. K. (2006). *Control and freedom: Power and paranoia in the age of fiber optics*. MIT Press.
- Chun, W. H. K. (2008). On “Sourcery”, or code as fetish. *Configurations*, 16(3), 299–324. <https://doi.org/10.1353/con.0.0064>
- Chun, W. H. K. (2011). *Programmed visions: Software and memory*. MIT Press.
- Chun, W. H. K. (2015). Networks NOW: Belated Too Early. In David M. Berry, & Michael Dieter (Eds.), *Postdigital aesthetics: Art, computation and design* (pp. 289–325). Palgrave Macmillan.
- Chun, W. H. K. (2016). *Updating to remain the same: Habitual new media*. MIT Press.
- Chun, W. H. K. (2021). *Discriminating data: Correlation, neighborhoods, and the new politics of recognition*. MIT Press.

do sujeito — a hipótese cibernética passou a dominar a produção e a regulação da sociedade e da cultura” (Galloway, 2014, p. 111). No original: “refers to a specific epistemological regime in which systems or networks combine both human and nonhuman agents in mutual communication and command. Along with the many related fields that parallel cybernetics—network sciences like ecology, systems theory, and graph theory; the sciences of economic decision such as game theory and rational choice theory; information science and signal processing; behaviorism, cognitivism, and the post-Freudian sciences of the subject—the cybernetic hypothesis has come to dominate the production and regulation of society and culture”.

³⁸ No original: “trying to understand culture will lead you to understanding media, which will lead you to try to figure out some things about technology. Then it turns out that the genteel forms of Western Marxist thinking taught in universities for several generations now are not good at understanding how the forces of production actually work. That requires some actual technical knowledge and experience, or at least a willingness to concede that others may know about such things and to learn from them. The production of counterhegemonic knowledge can really only be comradely and collaborative”.

³⁹ No original: “The paradox of our times is that both the privatization of information, and the expansion of an informal commons, are happening at the same time. What might give us hope is the very fragility of the vectorialist position, which runs counter to the ontological properties of information itself, and can only protect its interests

by a massive ramping up of the level of legal coercion... If critical theory is to resist becoming merely hypocritical theory, it has to engage with its own means of production and distribution. A hacker politics is one of participating in, and endeavoring to create, both technically and culturally, abstract gift relations, within which information can not only want to be free, but can become free".

- Chun, W. H. K., Soon, W., Wardrip-Fruin, N., & Zhu, J. (2022). Software studies, revisited: A roundtable on the software studies series at MIT Press. *Computational Culture: a journal of software studies*, 9 [preprint]. <http://computationalculture.net/software-studies-revisited/>
- Fuller, M. (2008). *Software studies: A lexicon*. The MIT Press.
- Fuller, M. (2017). *How to be a geek: Essays on the culture of software*. Polity Press.
- Galloway, A. R., & Berry, D. M. (2016). A network is a network is a network: Reflections on the computational and the societies of control. *Theory, Culture & Society*, 33(4), 151–172.
- Galloway, A. R., & Thacker, E. (2004). Protocol, control, and networks. *Grey Room*, 17, 6–29. <https://doi.org/10.1162/1526381042464572>
- Galloway, A. R., & Thacker, E. (2007). *The exploit: A theory of networks*. UMP.
- Galloway, A. R. (2004). *Protocol: How control exists after decentralization*. MIT Press.
- Galloway, A. R. (2006). Language wants to be overlooked: On software and ideology. *Journal of Visual Culture*, 5(3), 315–331. <https://doi.org/10.1177/1470412906070519>
- Galloway, A. R. (2011). Black Box, Black Bloc. In B. Noys (Ed.). *Communization and its discontents: Contestation, critique, and contemporary struggles* (pp. 237–252). Autonomedia.
- Galloway, A. R. (2012). *The internet effect*. Polity Press.
- Galloway, A. R. (2013). The poverty of philosophy: Realism and post-Fordism. *Critical Inquiry*, 39(2), 447–366. <https://doi.org/10.1086/668529>
- Galloway, A. R. (2014). The cybernetic hypothesis. *Differences*, 25(1), 107–131. <https://doi.org/10.1215/10407391-2420021>
- Galloway, A. R. (2021). The gender of math. *Differences*, 32(3), 1–24. <https://doi.org/10.1215/10407391-9479681>
- Galloway, A. R. (2021). *Uncomputable: Play and politics in the long digital age*. Verso.
- Galloway, A. R. (2022a). Golden age of analog. *Critical Inquiry*, 48(2), 211–232. <https://doi.org/10.1086/717324>
- Galloway, A. R. (2022b). The origin of geometry. *Grey Room*, 86, 6–27. https://doi.org/10.1162/grey_a_00335
- Hardt, M. The withering of civil society. *Social Text*, 45, 27–44. <https://doi.org/10.2307/466673>
- Manovich, L. (2013). *Software takes command*. Bloomsbury.
- Martino, L. M. S. (2014). *Teorias das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes*. Vozes.

- Rüdiger, F. (2011). *As teorias da cibercultura: Perspectivas, questões e autores*. Sulina.
- Wark, M. (2004). *The hacker manifesto*. Harvard University Press.
- Wark, M. (2012). *Telesthesis: Communication, culture and class*. Polity Press.
- Wark, M. (2013). Considerations on a hacker manifesto. In T. Scholz (Ed.). *Digital labor: The internet as playground and factory* (pp. 89–96). Routledge.
- Wark, M. (2015a). *Molecular red: Theory for the Anthropocene*. Verso.
- Wark, M. (2015b). The vectoralist class. *E-flux Journal*, 65, artigo 4. <https://www.e-flux.com/journal/65/336347/the-vectoralist-class/>
- Wark, M. (2016). The vectoralist class, part II. *E-flux Journal*, 70, artigo 1. <https://www.e-flux.com/journal/70/60567/the-vectoralist-class-part-ii/>
- Wark, M. (2017a). Alexander Galloway: The intraface. In M. Wark (Ed.). *General intellects: Twenty-one thinkers for the twenty-first century* (pp. 211–225). Verso.
- Wark, M. (2017b). Wendy Chun: Programming politics. In M. Wark (Ed.). *General intellects: Twenty-one thinkers for the twenty-first century* (pp. 197–210). Verso.
- Wark, M. (2019). *Capital is dead: Is this something worse?* Verso.

Artigo recebido dia 11 de maio de 2023 e aprovado em 15 de agosto de 2024.

Partilha do sensível e estética decolonial em jogos brasileiros dos anos 1990

Distribution of the sensible and decolonial aesthetics in Brazilian games of the 1990s

EMMANOEL FERREIRA^a

Universidade Federal Fluminense. Niterói - RJ, Brasil

RESUMO

Este artigo tem por objetivo correlacionar jogos brasileiros desenvolvidos e lançados na década de 1990 para a plataforma de *games* Master System com os conceitos de *estética decolonial*, conforme apresentado pelo semiólogo argentino Walter Mignolo, e *partilha do sensível*, introduzido pelo filósofo francês Jacques Rancière. O artigo parte da revisão teórica dos conceitos de estética decolonial e partilha do sensível para, em seguida, apresentar e comentar os jogos selecionados para o *corpus* do trabalho, elaborando as possíveis relações entre eles e os conceitos acima descritos. Por fim, conclui que esses jogos são representativos de uma marca decolonial nos *games* brasileiros desenvolvidos na década de 1990.

Palavras-chave: Estética, decolonial, partilha do sensível, Master System, TecToy.

ABSTRACT

This article aims to correlate Brazilian games developed and released in the 1990s for the Master System games platform with the concepts of decolonial aesthetics, as presented by the Argentine semiologist Walter Mignolo, and the distribution of the sensible, introduced by the French philosopher Jacques Rancière. The article departs from the theoretical review of the concepts of decolonial aesthetics and the distribution of the sensible and then presents and comments on the games selected for the corpus of the work, elaborating on the possible relationships between them and the concepts described above. Finally, it concludes that these games are representative of a decolonial mark in Brazilian games developed in the 1990s.

Keywords: Aesthetics, decolonial, distribution of the sensible, Master System, TecToy.

^a Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Bolsista de Produtividade em Pesquisa CNPq PQ2. Professor do Departamento de Estudos Culturais e Mídia e do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal Fluminense (UFF). Coordenador do medialudens: grupo de pesquisa em mídias digitais, experiência e ludicidade (DGP/CNPq) e do projeto GameClube UFF. Vice-Presidente da Digital Games Research Association Brasil – DiGRA Brasil (2023–2025). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9120-2737> E-mail: emmanoelf@id.uff.br.

EM 1989, MENOS de meia década após o fim do regime militar que governou o Brasil por vinte e um anos, chegava ao país a terceira geração de videogames — representada principalmente pelos consoles Famicom/Nintendo Entertainment System (NES) e Master System¹. No entanto, no Brasil, a plataforma Nintendo seria acessível apenas por meio de clones (Ferreira, 2017), pois, segundo Arnhold (2010), nenhuma empresa brasileira havia conseguido representar a proprietária japonesa da plataforma. Entre esses clones estavam o Phantom System, produzido pela Gradiente, o Top Game, produzido pela CCE, e o Dynavision 2, produzido pela Dynacom, todas elas empresas brasileiras de eletroeletrônicos.

¹ O sistema Famicom/NES foi lançado no Japão em 1983 e na América do Norte em 1985 pela japonesa Nintendo, e o console Master System foi lançado no Japão em 1985 e na América do Norte em 1986, pela também japonesa SEGA.

Por outro lado, a plataforma *Master System* foi lançada oficialmente no Brasil pela TecToy, empresa brasileira fundada dois anos antes para explorar um nicho deixado em aberto pela Estrela, a maior fabricante brasileira de brinquedos na época: os brinquedos eletrônicos (Arnhold, 2010). Antes de se tornar representante da SEGA no lançamento do Master System, a TecToy havia lançado quatro brinquedos eletrônicos que fizeram sucesso de vendas na época: i) a pistola *Zillion*, licenciada pela SEGA, em 1988; ii) o urso falante *Teddy Ruxpin*, em 1988; iii) o computador infantil *Pense Bem*, também em 1988; e iv) o brinquedo eletrônico *Estrelinha Mágica da Turma da Mônica*, em parceria com os estúdios Maurício de Sousa, em 1989. Como destaca Stefano Arnhold (2010), presidente do conselho da TecToy, o sucesso de vendas desses brinquedos foi fundamental para a aprovação da TecToy, pela SEGA, como sua representante exclusiva no Brasil. No entanto, durante toda a década de 1980, o lançamento de produtos estrangeiros no Brasil era dificultado devido à chamada Reserva de Mercado, política econômica em voga no país ao longo da década de 1980, revogada apenas em 1991.

A Política de Reserva de Mercado, iniciada no final da década de 1970 e que, em 1984, culminou na Lei Federal 7.232/1984, conhecida como Política Nacional de Informática, teve como princípio norteador a substituição das importações de componentes e aparelhos eletrônicos para promover o progresso tecnológico nacional, por meio do desenvolvimento e fabricação de tais componentes e dispositivos em território brasileiro (Brasil, 1984). Além das restrições às importações, a lei impedia que empresas estrangeiras se estabelecessem no País — daí a necessidade de que empresas brasileiras representassem empresas estrangeiras no comércio de seus produtos — além de limitar o envio de royalties ao exterior. Como os artigos 2º e 3º da lei explicam:

Art. 2º - A Política Nacional de Informática tem por objetivo a capacitação nacional nas atividades de informática, em proveito do desenvolvimento social, cultural, político, tecnológico e econômico da sociedade brasileira.

Art. 3º - Para os efeitos desta Lei, consideram-se atividades de informática aquelas ligadas ao tratamento racional e automático da informação e, especificamente as de pesquisa, desenvolvimento, produção, importação e exportação de componentes eletrônicos a semicondutor, optoeletrônicos bem como dos respectivos insumos de grau eletrônico. (Brasil, 1984)

Apesar de bastante restritiva, a lei permitia que empresas brasileiras importassem componentes eletrônicos caso não pudessem ser fabricados no Brasil, conforme consta em seu artigo 22º:

Art. 22º - No caso de bens e serviços de informática, julgados de relevante interesse para as atividades científicas e produtivas internas e para as quais não haja empresas nacionais capazes de atender às necessidades efetivas do mercado interno, com tecnologia própria ou adquirida no exterior, a produção poderá ser admitida em favor de empresas que não preencham os requisitos do artigo 12º . (Brasil, 1984)

Devido às exceções apresentadas no artigo 22º da lei, algumas empresas brasileiras conseguiram adquirir os meios legais para se tornarem representantes de empresas estrangeiras, para produção e comercialização de seus produtos, como foi o caso da TecToy com a japonesa SEGA. Assim, a produção de parte dos dispositivos foi inteiramente feita no Brasil, com componentes comuns a outros eletroeletrônicos, e os principais componentes desses dispositivos, como CPUs e chips com funções especializadas, foram importados do exterior, com base na permissão concedida pelo artigo 22º da Lei 7.232.

Assim, em 1989, a TecToy tornou-se pioneira ao lançar oficialmente (sob licenciamento) um console de videogame de terceira geração no Brasil: o Master System. Esse lançamento abriu um leque de possibilidades para o desenvolvimento de jogos para a plataforma, voltados principalmente para o mercado brasileiro e que tratavam de temas relacionados à cultura brasileira, entre eles: i) títulos relacionados à franquia *Turma da Mônica: Mônica no Castelo do Dragão*, *mod*² de *Wonder Boy in Monster Land*, lançado em 1991, e *Turma da Mônica em: O Resgate*, *mod* de *Wonder Boy III: The Dragon's Trap*, lançado em 1993, além de outros títulos (também *mods*) como a tríade de jogos *Sapo Xulé*, de 1995, e *Geraldinho*, também de 1995. Além dos *mods*, a TecToy também desenvolveu e lançou jogos originais, como: *As Aventuras da TV Colosso*, lançado em 1996, *Castelo Rá-Tim-Bum*, lançado em 1997, e *Sítio do Picapau Amarelo*, lançado também em 1997.

² *Mod*, abreviação de *modification*, é um termo utilizado no contexto dos *games* para se referir a alterações realizadas em jogos, culminando num novo título ou variação. Essas modificações podem acontecer em seus aspectos gráficos e sonoros, assim como em suas mecânicas de funcionamento.

Para além de *mods* e jogos originais, a TecToy também fez a primeira tradução de um renomado jogo para o português: a do jogo *Phantasy Star*, lançado no Brasil em 1991. Além do Master System, a TecToy também desenvolveu jogos originais e *mods* para o sucessor Mega Drive, um console de quarta geração lançado em 1988 no Japão, em 1989 na América do Norte e em 1990 no Brasil.

Pensamos que as produções de jogos brasileiros na década de 1990 pela empresa TecToy para seu console Master System podem ser associadas a modos de criação e recepção (*poiesis/aisthesis*) que carregam em si marcas de uma *estética decolonial* (Gomez, 2019; Mignolo, 2012, 2018), na medida em que vão de encontro às produções hegemônicas do mercado de *games* da época³, em sua maioria desenvolvidas por estúdios localizados no chamado Norte Global, com temáticas também “localizadas” no mesmo Norte Global. Ademais, tais produções — brasileiras — também dialogam com o conceito de partilha do sensível, conforme apresentado por Jacques Rancière (2009), na medida em que propõem experiências lúdico-interativas que se aproximam de sensibilidades específicas de seu público consumidor, ativando novos agenciamentos e novas maneiras “como um comum se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha” (p. 15).

O objetivo principal deste trabalho é correlacionar *games* desenvolvidos e lançados pela TecToy — empresa brasileira de eletrônicos e videogames — na década de 1990 no Brasil para a plataforma Master System com os conceitos de *estética decolonial*, conforme apresentado pelo semiólogo argentino Walter Mignolo (2012, 2018), e *partilha do sensível*, conforme introduzido pelo filósofo francês Jacques Rancière (2009).

Para o escopo deste artigo, avaliamos seis jogos, divididos em três grupos: i) dois jogos baseados na franquia Turma da Mônica: *Mônica no Castelo do Dragão* (1991) e *Turma da Mônica em: O Resgate* (1993); ii) um jogo baseado no personagem Geraldinho: *Geraldinho* (1995); iii) três jogos baseados no personagem Sapo Xulé: *Sapo Xulé vs. Os Invasores do Brejo* (1995), *Sapo Xulé – O Mestre do Kung Fu* (1995), e *Sapo Xulé – SOS Lagoa Poluída* (1995).

No que tange ao aporte metodológico utilizado neste trabalho, especialmente nas análises do *corpus* da pesquisa, uma abordagem baseada na arqueologia das mídias pode fornecer o suporte necessário para a presente pesquisa. No intuito de evitar perspectivas lineares e “evolutivas”, a arqueologia das mídias visa “descobrir” aparatos e eventos sociotécnicos do passado, muitos deles deixados de lado nas várias histórias das mídias, para melhor compreender fenômenos midiáticos atuais, em seus aspectos culturais, econômicos e políticos. Nas palavras de Jussi Parikka (2021):

³ Neste artigo utilizaremos os vocábulos *games* e jogos de forma intercambiável para se referir ao componente de *software* dos jogos digitais, e videogame ou console (de videogame) para se referir ao equipamento (*hardware*) em que os jogos funcionam/rodam ou ainda aos contextos industriais, econômicos e culturais deste setor.

A arqueologia das mídias é apresentada como uma ferramenta para investigar as novas culturas das mídias por meio de *insights* que têm origem no passado das novas mídias, em geral, com ênfase no esquecido, no excêntrico, em sistemas, práticas e invenções não óbvios. (p. 23)

O autor acrescenta: “todas as escavações arqueológicas do passado têm por objetivo explicar melhor nossa situação atual” (Parikka, 2021, p. 29). Zielinski (2006), outro teórico da arqueologia das mídias, aponta:

O objetivo é revelar momentos dinâmicos no registro arqueológico das mídias, rico em heterogeneidade, e celebrar essa heterogeneidade para entrar desse mundo num relacionamento tensional com diversos momentos atuais, relativizá-los e torná-los mais significativos. (p. 28)

Assim, a partir da perspectiva da arqueologia das mídias, descobrir práticas da indústria brasileira de *games* em um passado não tão distante, como a década de 1990, pode ajudar a entender melhor como a indústria e a cultura brasileira de *games* se desenvolveram nos últimos 30 anos. A Política de Reserva de Mercado, embora tenha fomentado uma cultura e consumo precoce de *games* no Brasil, também prejudicou, de certa forma, a indústria brasileira de desenvolvimento de *games*. Como apenas uma pequena fração das principais empresas de jogos conseguiu se estabelecer no país na década de 1980 e no início da década de 1990, isso resultou em muitos obstáculos ao acesso a financiamento de desenvolvimento de jogos, recursos, kits de desenvolvimento de *software* e outras ferramentas. Esse cenário só começaria a mudar na década de 2010, com a chegada dos serviços de distribuição de jogos on-line no Brasil, como Steam, Xbox Live e PSN, e com a ascensão mundial do cenário de jogos independentes.

PARTILHA DO SENSÍVEL E ESTÉTICA DECOLONIAL

Em entrevista concedida em 2010, Stefano Arnhold, presidente do conselho da TecToy, fala sobre sua motivação para desenvolver jogos brasileiros na época:

A gente queria encantar o consumidor brasileiro com coisas que lhe eram mais próximas, e o primeiro foi a Turma da Mônica ... e a partir daí a gente foi realmente buscando uma linha de personagens que as crianças aqui gostavam, como o Chapolim. (Arnhold, 2010)

Na época, faltavam jogos que proporcionassem identificação sociocultural ao jogador brasileiro. Desde o surgimento dos videogames comerciais na década de 1970 até os dias atuais, a indústria de videogames se concentrou em temas ou cenários significativos da história ocidental ou, para ser mais preciso, do Norte Global (De Paula, 2021). A partir da década de 1970, com títulos que remetem ao imaginário da corrida espacial travada pelos EUA, como *Space Invaders* (Taito, 1978) e *Asteroids* (Atari, 1979), passando pelas grandes guerras europeias (tema tão amplamente apresentado na indústria de videogames, com dezenas de exemplos, como a franquia *Call of Duty*), Revolução Francesa (*Assassin's Creed: Unity*, Ubisoft, 2014), mitologia grega (*God of War*, Santa Monica Studio, 2004; *Hades*, Supergiant Games, 2020), mitologia japonesa (*Shenmue*, SEGA AM2, 1999; *Okami*, Clover Studio, 2006; *Ghost of Tsushima*, Sucker Punch, 2020), passando pela mitologia nórdica (*Jotun*, Thunder Lotus, 2015; *Hellblade: Senua's Sacrifice*, Ninja Theory, 2017; *God of War*, Santa Monica Studio, 2018; *God of War: Ragnarok*, Santa Monica Studio, 2022), existe uma grande lacuna de temas ou cenários que apontem para histórias referentes ao que se convencionou chamar de Sul Global (Iqani & Resende, 2019). Pode-se argumentar que essa lacuna é consequência do número reduzido de estúdios de desenvolvimento de jogos localizados em países pertencentes ao Sul Global. No entanto, por exemplo, o número reduzido de estúdios gregos, em comparação com os norte-americanos e japoneses, não foi um impedimento para o desenvolvimento de jogos com temas baseados na mitologia grega por estúdios estrangeiros àquele país.

O ponto principal desta discussão não é avaliar se jogos cujas temáticas remetem a aspectos socioculturais de um determinado local proporcionam melhores experiências lúdico-interativas para seus jogadores. A questão em questão é o relativo apagamento de aspectos socioculturais pertencentes ao chamado Sul Global na indústria de videogames. Nas raras exceções em que tais aspectos aparecem em títulos distribuídos nas principais plataformas de jogos, como Xbox, PlayStation ou PC, seu desenvolvimento fica a cargo de equipes locais. No cenário brasileiro, destacam-se, entre outros, títulos como *Aritana e a Pena da Hárpia* (Duaik, 2014), *Dandara* (Long Hat House, 2018) e *Horizon Chase Turbo* (Aquiris, 2018).

Com base nas ideias do filósofo francês Jacques Rancière e seu conceito de partilha do sensível, e nas relações que o autor faz entre estética e política, argumentamos que esse apagamento está relacionado a certas distribuições hegemônicas de modos de fazer e perceber (*poiesis/aisthesis*), que asseguram a ocupação de determinados lugares a determinados grupos e a proscurem a outros. Nas palavras de Rancière (2009):

Denomino partilha do sensível o sistema de evidências sensíveis que revela, ao mesmo tempo, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Uma partilha do sensível fixa, portanto, ao mesmo tempo, um *comum* partilhado e partes exclusivas. Essa repartição das partes e dos lugares se funda numa partilha de espaços, tempos e tipos de atividade que determina propriamente a maneira como um *comum* se presta à participação e como uns e outros tomam parte nessa partilha. (p. 15)

Tais distribuições e divisões (hegemônicas) não são aleatórias, mas impulsionadas por processos de imperialismo e colonialismo, não apenas geopolíticos, mas também — e acima de tudo, para este estudo — epistêmicos. Conforme argumenta Walter D. Mignolo (2018), a condução de tais processos tem sido historicamente realizada por atores pertencentes ao Norte Global, especialmente Europa e Estados Unidos, a partir do fenômeno denominado eurocentrismo, o que, segundo o autor, torna sua visão de mundo visível como universal. Nas palavras de Mignolo (2018)⁴:

O eurocentrismo se refere à enunciação, aos fluxos e aos domínios que constituem a CMP [Matriz Colonial de Poder] como se tais domínios fossem espelhos do mundo e os enunciados/enunciadores o lugar onde se dá a “verdadeira representação” do mundo. (p. 194)

Dessa forma, a eventual normalização do senso comum acadêmico/científico/cultural que projeta a “verdadeira” produção de conhecimento oriunda do Norte Global deve ser revista e abordada se o que se pretende é a produção de novos — ou o resgate de antigos — conhecimentos, igualmente legítimos e essenciais, mas que têm sua origem em lugares historicamente afastados pelos detentores da(s) “verdade(s) absoluta(s)”. Segundo Walter D. Mignolo (2018), a origem desse “colonialismo do conhecimento” remonta aos conquistadores cristãos europeus em suas jornadas para “descobrir” novos mundos no final do século XV. Em suas palavras, “a forte crença de que seu conhecimento cobria a totalidade do conhecido trouxe a necessidade de desvalorizar, diminuir e fechar qualquer outra totalidade que pudesse colocar em risco um totalitarismo epistêmico em formação” (Mignolo, 2018, p. 195).

Em consonância com Rancière, mas em outra perspectiva teórico-epistemológica, Mignolo (2012) comenta os pressupostos estéticos que marcaram grande parte da história ocidental. Em suas palavras:

⁴ Todas as traduções de obras em línguas estrangeiras foram realizadas de forma livre pelo(s) autor(es) do artigo.

Ou seja, se a estética se constituiu como um discurso filosófico eurocêntrico no século XVIII na Europa — não na Ásia, na África ou na América Latina e no Caribe — esse discurso contribuiu, direta e indiretamente, para desvalorizar e, assim, colonizar expressões de sentimentos e afetos tanto nas sociedades contemporâneas não ocidentais — do século XVIII até hoje — quanto no passado dessas sociedades. O discurso estético-filosófico europeu construiu seu próprio passado na arte da Grécia e de Roma e conseguiu estabelecê-lo como critérios e categorias para sentir, valorizar e teorizar. (Mignolo, 2012, p. 29)

Segundo Mignolo (2012), as tentativas pós-coloniais realizadas por artistas e acadêmicos no início do século XXI, apesar de legítimas em sua proposta de libertar a arte do eurocentrismo, permaneceram baseadas em pressupostos estéticos e políticos dominados pelo eurocentrismo (p. 27), porque, entre outros fatores, ainda apontam para epistemologias estéticas do Norte Global, muitas das quais dependentes de políticas neoliberais (p. 35). Para que uma estética decolonial efetiva seja possível, é necessário primeiro libertar-se do padrão colonial de poder (Quijano, 2014), que inclui as teorias clássicas e epistemologias da estética filosófica, presentes desde Baumgarten, o “fundador” da estética como disciplina filosófica em meados do século XVIII, passando por filósofos essenciais da cultura ocidental, como Kant, Hegel e Hume e, não menos importante, chegando à filosofia analítica do século XX, com Russell, Moore e Wittgenstein (Shusterman, 1998). Nas palavras de Mignolo (2012):

O conceito grego de *aisthesis*, que se refere ao sentimento, aos cinco sentidos e ao afeto e às emoções, mudou para a estética, no século XVIII, e tornou-se uma teoria filosófica para regular o gosto. As *Observações sobre o Sentimento do Belo e do Sublime* (Kant, 1767) é uma espécie de *vade mecum* dessa norma. A estética filosófica regula o gosto, assim como o conceito secular de razão regula o conhecimento. Quem não se conforma com as regras do gosto e da racionalidade — tal como concebidas no Ocidente — pertence à barbárie que deve ser civilizada ou a uma tradição que precisa ser modernizada. (p. 38)

O autor acrescenta:

A estética decolonial — ou as estéticas decoloniais, a partir do que foi dito anteriormente sobre a unidade da diversidade que não é a totalidade homogênea — é orientada para a descolonização da estética moderna e suas mutações, estética pós-moderna e “altermoderna” ... Partindo da decolonialidade de Bandung⁵: e continuando com a análise do controle da subjetividade, no padrão colonial de

⁵ Referência à Conferência de Bandung, realizada em Bandung, Indonésia, em 1955.

poder, através da arte e da estética filosófica, a estética decolonial já é uma opção, junto e contra o moderno, pós-moderno, altermoderno, estética desocidentalizante e pós-colonial. (p. 38)

A partir das perspectivas de Rancière e Mignolo, pensamos a estética decolonial como um desdobramento ampliado da noção de experiência estética apresentada por autores geralmente enquadrados no campo filosófico do pragmatismo, como John Dewey (2010) e Richard Shusterman (1998), que criticam, cada um em seus termos, as bases epistemológicas tanto da estética clássica quanto da estética analítica, já que estas tendem a desconsiderar contextos históricos, culturais, sociais e econômicos e, ao contrário, tendem a sublimar uma certa universalidade atemporal em seus pressupostos estéticos (Shusterman, 1998).

No entanto, acreditamos que, apesar de ter contribuído excepcionalmente para uma virada epistemológica no entendimento da noção de fruição estética, ou experiência estética, a filosofia pragmatista ainda carece de dar a devida atenção a temas caros à perspectiva decolonial, como o artístico e a produção científica do chamado Sul Global, além de todas as questões que envolvem a discussão mais recente sobre epistemologias do Sul (Santos & Meneses, 2009), como aquelas ligadas a questões de raça, gênero, luta de classes, entre outras (Souza, 2021). Por outro lado, a noção de estética decolonial, tal como apresentada por Mignolo (ressoando aqui com o conceito de partilha do sensível de Rancière), busca dar voz e espaço a produções estético-filosóficas — de ações, saberes e sentimentos — localizadas no chamado Sul Global, com especial atenção para a América Latina.

Embora autores que tratem da estética decolonial, como Mignolo e Gomez, não definam explicitamente o conceito de estética decolonial, sua crítica à estética clássica — eurocêntrica, conforme desenvolvida desde o século XVIII, inicialmente por Baumgarten e passando por pensadores como Hume e Kant — nos permite traçar uma conexão entre ela e a noção de regime estético (das artes), tal como apresentada por Rancière (2009), para quem estética, em sentido amplo, não deve ser confundida com *representação*, mas tomada como modos de fazer e compartilhar o *sensível*. Nas palavras do autor:

Isto é, em primeiro lugar, elaborar o sentido mesmo do que é designado pelo termo estética: não a teoria da arte em geral ou uma teoria da arte que remeteria a seus efeitos sobre a sensibilidade, mas um regime específico de identificação e pensamento das artes: um modo de articulação entre maneiras de fazer, formas de visibilidade dessas maneiras de fazer e modos de pensabilidade de suas relações, implicando uma ideia da efetividade do pensamento. (p. 13)

Neste sentido, pensar o regime estético de Rancière é, também, realizar certa crítica aos pressupostos estéticos clássicos, impregnados no senso comum perceptivo e que demandam, portanto, um movimento de descolonização desta mesma estética. Nas palavras de Mignolo (2012), “Então, descolonizar a estética para liberar a *aisthesis* quer dizer desconectar-se das regras que traçou Kant ... desconectar-se no pensar e no fazer ... da ansiedade pelo novo e conectar-se na celebração de formas comunais – não imperiais – de vida” (p. 40).

Seguindo a noção de regime estético proposta por Rancière, este trabalho não busca analisar os *games per se*, ou seja, sua narrativa, gráficos, sons e jogabilidade. Por outro lado, visa entender como determinados jogos foram produzidos, lançados e distribuídos e como esses eventos podem produzir uma perspectiva mais ampla das implicações sociais, políticas e culturais dos videogames em diferentes contextos e culturas. Nesse sentido, o contexto, mais do que a forma, nos contaria mais sobre o impacto de certos games na sociedade (Kirkpatrick, 2011).

TURMA DA MÔNICA, GERALDINHO E SAPO XULÉ: PIONEIROS DOS JOGOS BRASILEIROS

Conforme apresentado no início deste trabalho, na década de 1990, uma empresa brasileira tornou-se pioneira no desenvolvimento de jogos voltados para o mercado brasileiro. Essa empresa foi a TecToy — atuante no mercado ainda hoje, em 2025. Porém, naquela época, principalmente pelas restrições impostas pela política de Reserva de Mercado, ela foi uma das poucas empresas nacionais a conseguir licenciar um console de jogos no Brasil, o Master System, de propriedade da japonesa SEGA. Pela “oficialidade” de seu console, ao contrário do lançamento não oficial de consoles da mesma geração por outras empresas, como os diversos clones do sistema Nintendo (NES), a TecToy contou com todo o apoio logístico e institucional da SEGA para que pudesse desenvolver e lançar títulos que tivessem uma ligação mais próxima com o consumidor brasileiro de videogames, na época ainda restrito ao público infantojuvenil. Nesse ponto, começamos a articular as noções de partilha do sensível de Rancière com a de estética decolonial, tal como proposta por Mignolo, com as produções da TecToy.

Dentre as produções brasileiras de jogos da TecToy para seu console Master System, escolhemos seis títulos que dialogam diretamente com elementos da cultura popular brasileira, voltados principalmente para o público infantojuvenil da época. São eles: i) dois jogos baseados na franquia *Turma da Mônica*; ii) o jogo *Geraldinho*, baseado no personagem de história em quadrinhos homônimo; iii) três jogos baseados no personagem *Sapo Xulé*. A seguir, apresentaremos cada

um desses títulos e, em seguida, comentaremos sobre suas possíveis relações com o conceito de *estética decolonial*, a partir da proposição de Mignolo, e com o conceito de partilha do sensível, de Jacques Rancière.

Turma da Mônica

Criada em 1959 pelo escritor e cartunista brasileiro Maurício de Sousa, a Turma da Mônica é, há mais de cinco décadas, a mais famosa franquia de histórias em quadrinhos infantil e juvenil do Brasil. Publicado pela primeira vez como tirinhas no jornal *Folha da Manhã*, o sucesso de seus personagens foi tão grande que, em poucos anos, eles chegariam além das tirinhas, aparecendo em grandes campanhas publicitárias a partir da década de 1960 (Fiel, 2023), tornando-se difundidos e bem conhecidos em todo o país. Desde então, a franquia ocupou diversos formatos de mídia, como histórias em quadrinhos (formato de mídia principal/original), desenhos animados, filmes *live-action*, séries de TV, artigos de papelaria, brinquedos e *games*.

Em grande parte, os personagens da Turma da Mônica espelham muitas particularidades — e certos estereótipos — da população brasileira em seus aspectos sociais, culturais, econômicos e demográficos. Embora a turma ostente o nome de Mônica, ela não foi a primeira personagem criada por Maurício de Sousa para o grupo, sendo eles Franjinha e Bidu, publicados em tirinha em 1959. Segundo Inácio (2020), Mônica estreou apenas em 1963, interagindo com Cebolinha, personagem criado em 1960 (Figura 1). Em 1970, Maurício de Sousa lançou a primeira revista em quadrinhos intitulada *Mônica e sua Turma* (Figura 2).

Em 1991, por meio de uma nova parceria com os estúdios Maurício de Sousa — em parceria anterior, em 1989, a empresa lançou o brinquedo eletrônico Estrelinha Mágica da Turma da Mônica — a TecToy lançou no mercado brasileiro, para sua plataforma Master System, o jogo Mônica no Castelo do Dragão, uma adaptação — em termos mais precisos, um mod oficial autorizado pela SEGA — do jogo Wonder Boy in Monster Land, lançado para a mesma plataforma em 1988 (Forte et al., 2015, p. 137). Na versão brasileira, o personagem Wonder Boy foi substituído pela personagem Mônica, e a arma do jogo original, uma espada, foi substituída pelo coelho Sansão. Segundo Arnhold (2010), a intenção da substituição da arma foi tornar o jogo mais adequado ao público-alvo do jogo: crianças e adolescentes. Segundo Martinez (2015), o jogo era muito popular entre os jogadores brasileiros.

Figura 1

Primeira aparição de Mônica, em 1963



Figura 2

Primeira revista em quadrinhos da Mônica e sua Turma, em 1970



Em 1991, por meio de uma nova parceria com os estúdios Maurício de Sousa — em parceria anterior, em 1989, a empresa lançou o brinquedo eletrônico *Estrelinha Mágica da Turma da Mônica* — a TecToy lançou no mercado brasileiro, para sua plataforma Master System, o jogo *Mônica no Castelo do Dragão*, uma adaptação — em termos mais precisos, um *mod* oficial autorizado pela SEGA — do jogo *Wonder Boy in Monster Land*, lançado para a mesma plataforma em 1988 (Forte et al., 2015, p. 137). Na versão brasileira, o personagem Wonder Boy foi substituído pela personagem Mônica, e a arma do jogo original, uma espada, foi substituída pelo coelho Sansão. Segundo Arnhold (2010), a intenção

da substituição da arma foi tornar o jogo mais adequado ao público-alvo do jogo: crianças e adolescentes. Segundo Martinez (2015), o jogo era muito popular entre os jogadores brasileiros.

Em 1993, dois anos após o lançamento de *Mônica no Castelo do Dragão*, a TecToy, ainda em parceria com os estúdios Maurício de Sousa, lançou no mercado brasileiro o jogo *Turma da Mônica em: O Resgate*, um *mod* do jogo *Wonder Boy III: A Armadilha do Dragão*, de 1989. Assim como no título anterior, o personagem Wonder Boy foi substituído pela personagem Mônica, e sua arma, uma espada, foi novamente substituída pelo coelho Sansão. Além de Mônica, outros personagens de seu grupo aparecem no jogo, como Chico Bento, Cebolinha e Magali.

Segundo Fiel (2023), os quadrinhos da Turma da Mônica superaram, em termos de vendas em território brasileiro, seu principal concorrente, as HQs de Walt Disney, apontando para uma ligação entre leitores e seus personagens e histórias que se mantém forte após mais de cinco décadas.

Figuras 3 e 4

Frente e verso da caixa do cartucho de *Mônica no Castelo do Dragão*



Figuras 5 e 6

Frete e verso da caixa do cartucho de Turma da Mônica em: O Resgate



Geraldinho

Geraldinho é um personagem de história em quadrinhos criado pelo cartunista brasileiro Glauco Villas-Boas (1967–2010). Foi publicado no jornal brasileiro *Folha de São Paulo*, em seu suplemento *Folhinha*, voltado para crianças e adolescentes. Conta as aventuras de Geraldinho, filho de Geraldão, personagem anterior também criado por Glauco. Mais tarde, Geraldinho foi publicado como *graphic novels* editadas, incluindo as tirinhas publicadas anteriormente no jornal. A tira tem um senso de humor cômico — talvez mais adequado para adolescentes do que para crianças — e conta as “aventuras” do cotidiano de um menino (Geraldinho) que está sempre ávido por TV, sorvete e refrigerante. Além de Geraldinho, outros personagens incluem seu cachorro Cachorrão e seu gato Tufinho.

Em 1995, a TecToy lançou o jogo *Geraldinho* para o Master System. Assim como os demais títulos citados neste trabalho, também foi um *mod* aprovado pela SEGA — no caso, um *mod* do jogo *Teddy Boy* (1985), um dos primeiros títulos lançados para a plataforma Master System/SEGA Mark III.

Figuras 7 e 8

Frete e verso da caixa do cartucho de Geraldinho



Sapo Xulé

Sapo Xulé é um personagem criado pelo cartunista brasileiro Paulo José, baseado em uma popular canção folclórica infantil que diz o seguinte:

*O sapo não lava o pé
Não lava porque não quer
Ele mora lá na lagoa
Não lava o pé porque não quer
Mas que chulé!*

As histórias de Sapo Xulé giram em torno da importância da Lagoa Feliz para a cidade de Sapópolis, onde ele e seus amigos moram. Elas abordam assuntos importantes, como a preservação da natureza e do meio ambiente, temas que há tempos estão no centro das discussões políticas, econômicas e culturais brasileiras. O personagem apareceu primeiramente no jornal educativo *Kidnews* (Figura 9) e na revista de atividades *Sapo Xulé* (Figura 10) e, posteriormente, foi adaptado para desenhos animados. Também foi lançado como um brinquedo, fabricado pela TecToy (Figura 11): uma figura de ação do personagem, que

vinha com um odor fedido, ressoando, assim, o cerne da personalidade do sapo, conforme a já citada canção folclórica — ou seja, não lavar seu pé.

A figura de ação foi um grande sucesso entre as crianças brasileiras. Diante do sucesso, a TecToy decidiu lançar uma série de três jogos baseados no personagem Sapo Xulé, todos eles em 1995, que foram: 1) *Sapo Xulé vs. Os Invasores do Brejo*; 2) *Sapo Xulé – O Mestre do Kung Fu*; 3) *Sapo Xulé – SOS Lagoa Poluída* (Figuras 12 a 17). Os jogos eram *mods* – todos aprovados pela SEGA – dos seguintes jogos, respectivamente: 1) *Psycho Fox* (Sega, 1989); 2) *Kung Fu Kid* (Sega, 1987); 3) *Astro Warrior* (Sega, 1986).

Figura 9

Jornal educativo Kidnews, n. 1, ostentando o Sapo Xulé na primeira página. Abril de 1993

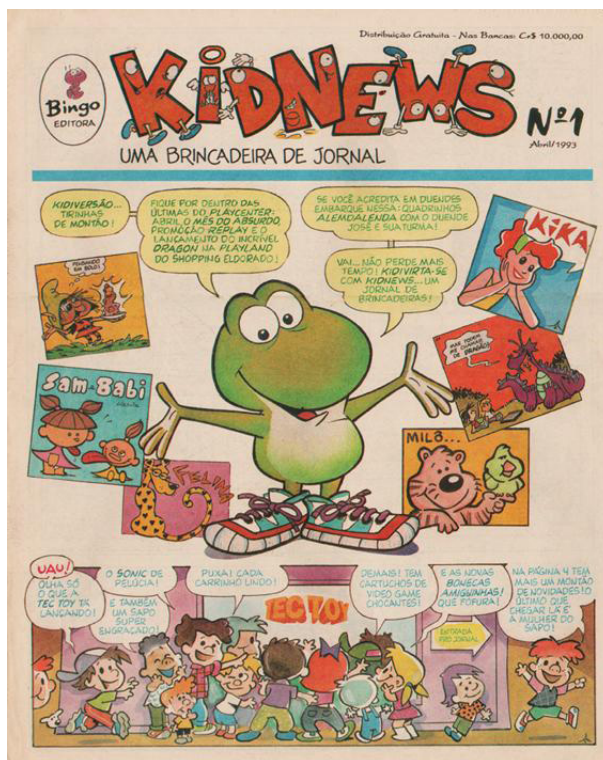
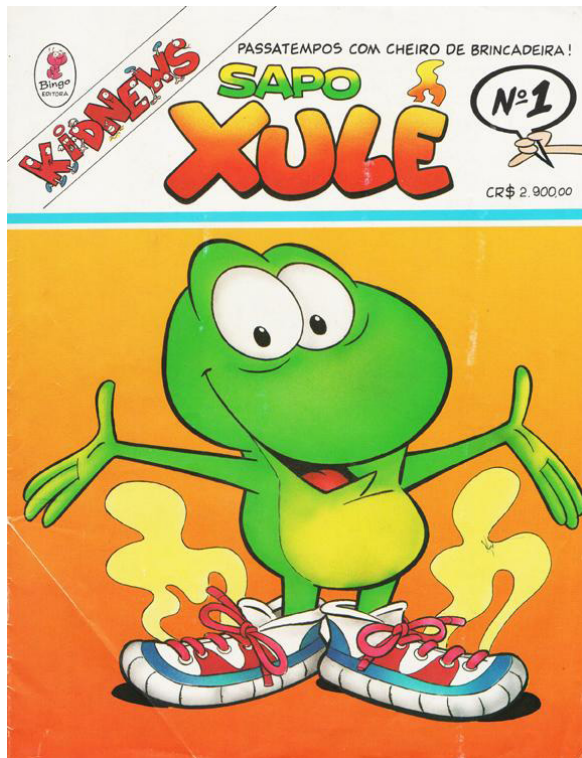


Figura 10

Capa da revista de atividades Sapo Xulé, n. 1, 1995

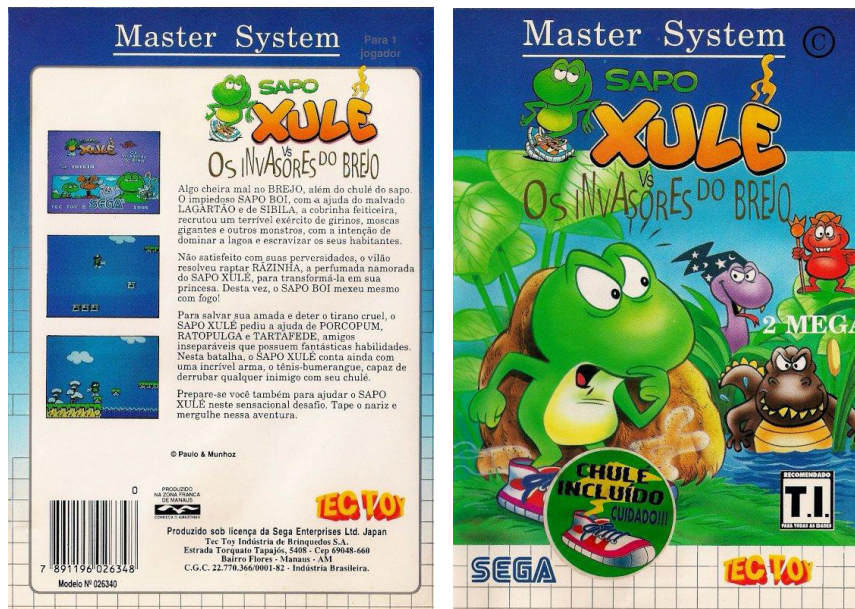
**Figura 11**

Brinquedo (figura de ação) do Sapo Xulé. TecToy, 1993



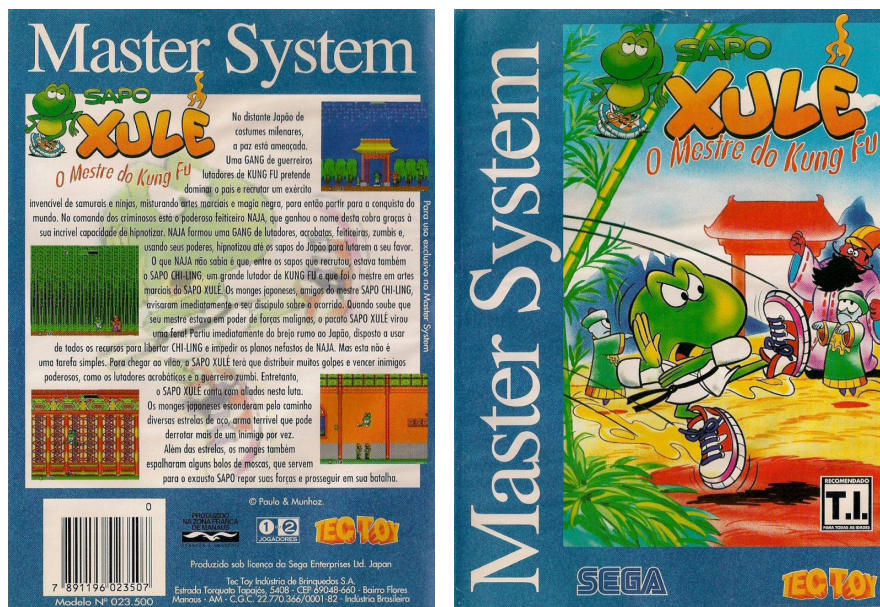
Figuras 12 e 13

Frente e verso da caixa do cartucho de Sapo Xulé vs Os Invasores do Brejo



Figuras 14 e 15

Frente e verso da caixa do cartucho de Sapo Xulé: O Mestre do Kung Fu



Figuras 16 e 17

Frete e verso da caixa do cartucho de Sapo Xulé: SOS Lagoa Poluída



Um aspecto desses jogos que vale a pena mencionar é que a TecToy escolheu jogos originais que tinham sua jogabilidade consoante com os jogos que desejava modificar/lançar. Por exemplo, para o desenvolvimento de *Sapo Xulé: O Mestre do Kung-Fu*, a TecToy modificou o jogo *Kung Fu Kid*, permitindo a criação de uma história adequada à sua jogabilidade. Nesse exemplo, Sapo Xulé viaja ao Japão para enfrentar o personagem Naja e sua gangue para libertar o Mestre de Kung Fu de Sapo Xulé. Essa escolha oferece congruência ludonarrativa, um conceito de *game design* que é fundamental nos dias de hoje.

DISCUSSÃO: PARTILHA DO SENSÍVEL E ESTÉTICA DECOLONIAL NOS GAMES BRASILEIROS DOS ANOS 1990

Primeiramente, é fundamental ressaltar que este artigo — e o projeto de pesquisa que o envolve — não se baseia metodologicamente em estudos empíricos e de recepção, na medida em que não busca se basear em dados obtidos de jogadores ou críticos dos jogos acima citados. Em outras palavras: não é relevante para esta pesquisa se esses jogos foram aclamados pela crítica ou tiveram grandes vendas. Por outro lado, a abordagem metodológica (material) desta pesquisa — arqueologia das mídias — tem entre suas práticas centrais o desvelamento de

artefatos de mídia que foram deixados à margem de suas histórias de mídia ou compêndios — no caso em questão, os muitos inventários e catálogos de jogos do Master System — ou que não receberam a devida atenção, principalmente quando não pertencem aos espaços *mainstream* dessas mídias. Em relação aos games, é razoável dizer que esses espaços estão localizados principalmente na América do Norte, Europa e Japão. Concentrar-se na mídia “esquecida” é fundamental para a abordagem da arqueologia das mídias, uma vez que ela não está em consonância com a “história dos vencedores”.

Em segundo lugar, como apontam autores como Quijano (2014), Mignolo (2012, 2018) e Gomez (2019), ser decolonial é uma *opção*, seja qual for o campo do conhecimento. Historicamente, a cultura global-ocidental e a produção de conhecimento têm sido conduzidas, disseminadas e tomadas como certas por grupos de indivíduos pertencentes ao Norte Global. Mesmo em países que pertencem ao Sul Global, tem sido comum, particularmente nas humanidades, que a pesquisa acadêmica dependa de autores, acadêmicos e pensadores do Norte Global. Por outro lado, nos últimos anos, uma parcela significativa de pesquisadores do Sul Global tem tomado consciência da importância de redirecionar seu olhar para o vasto e rico conhecimento já produzido por seus pares geograficamente associados, por assim dizer. Desse modo, autores que têm investido seu tempo e pesquisa para criar essa consciência sobre epistemologias decoloniais insistem em enfatizar que produzir conhecimento decolonial é uma opção, no sentido de que se deve fazer um esforço para optar pelo “não natural” — ou seja, historicamente ocidentalizado — modo de produzir conhecimento.

Sobre essa produção “não natural” de conhecimento, Pedro Pablo Gómez (2019) aponta, por exemplo, que as histórias da arte do Norte Global têm sido tratadas como histórias universais, enquanto as histórias da arte do Sul Global têm sido tratadas como histórias particulares. Por exemplo, a maioria dos livros sobre “a” história da arte (ver, por exemplo, o conhecido e difundido *The Story of Art*, de E. H. Gombrich, publicado pela primeira vez em 1950) trata principalmente da história da arte europeia. Por outro lado, a maioria dos livros sobre a produção de arte do Sul Global tem títulos como *Latin American Art* (Scott, 2000), *A History of Art in Africa* (Visona et al., 2007) e *The Art of Brazil* (Lemos et al., 1983), apontando exceções dentro da história da arte “universal”.

No que diz respeito aos games brasileiros, principalmente os desenvolvidos (modificados) pela TecToy para a plataforma Master System, a escolha de temas locais não é direta, pois o imaginário da cultura *pop* ocidental foi subjugado, por décadas, por aspectos culturais norte-americanos e japoneses, que incluem personagens, cenários e mitos. O contexto do videogame segue o exemplo: na extensa lista de jogos de Master System editada por Humberto Martinez (2015), a

maioria de seus 334 jogos traz títulos com temáticas norte-americana e japonesa. Pode-se argumentar como “natural” que a maioria dos jogos da plataforma seja baseada nas ambientações desses países, já que a plataforma foi lançada primeiramente no Japão e depois na América do Norte. No entanto, esse fato, por si só, não deveria ter inibido o desenvolvimento e lançamento de jogos baseados em outros ambientes e culturas. Esse apagamento aponta para o que Mignolo (2018) diz sobre o apagamento “natural” e histórico de temas e assuntos não relacionados ao Norte Global na cultura *pop*. Assim, desenvolver e lançar jogos baseados em personagens e cenários brasileiros para uma plataforma que tinha a maioria de seus usuários no Japão, Coreia do Sul, Europa e América do Norte juntos foi uma aposta colossal e um movimento da TecToy, indo na contramão do mercado *mainstream* de *games*, naquela época e até hoje, repercutindo o que Jacques Rancière elabora sobre as cenas de dissenso, que

se constituem quando ações de sujeitos que não eram, até então, contados como interlocutores, irrompem e “provocam rupturas na unidade daquilo que é dado e na evidência do visível para desenhar uma nova topografia do possível (Rancière, 1995, p. 55)”. (Marques, 2013, p. 7)

Uma questão no horizonte desta pesquisa é investigar se a criação de um determinado objeto midiático que aborde aspectos decoloniais é, *per se*, uma opção decolonial, ainda que seus criadores desconheçam essa abordagem. Essa questão se torna crucial quando consideramos os jogos criados por uma grande empresa, como a TecToy, que tem o lucro como um de seus principais objetivos. Em nossa avaliação até agora, acreditamos que, mesmo que os criadores de mídia não tenham consciência da abordagem decolonial ou não possuam um viés sociocultural/político decolonial como seu objetivo principal, o resultado final — a obra — ainda possui o aspecto decolonial embutido em si. As mesmas empresas poderiam ter investido seu tempo e esforços no desenvolvimento de objetos de mídia com conteúdos tradicionalmente utilizados neste mercado e que teriam maior probabilidade de despertar a empatia de um público mais amplo, como norte-americanos ou japoneses. No entanto, ao escolher conteúdos “não convencionais” — isto é, com temáticas de personagens brasileiros — e que se relacionam com o público local, acabam por imprimir nesses produtos certa “marca decolonial”, independentemente dos meios para alcançá-la.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desde meados da década de 2010, o desenvolvimento de games no Brasil cresceu exponencialmente. Além de investir em temas “globais”, como os

apresentados, por exemplo, em jogos como *Knights of Pen and Paper* (Behold, 2012), *Chroma Squad* (Behold, 2015) e *Celeste* (Maddy Thorson, Noel Berry, MiniBoss, 2018), desenvolvedores brasileiros também vêm desenvolvendo jogos que, de alguma forma, se relacionam com sua história, cultura, mitos e identidade, como *Aritana e a Pena da Hárpia* (Duaik, 2014), *Dandara* (Long Hat House, 2018) e *Horizon Chase Turbo* (Aquiris, 2018).

Aritana e a Pena da Hárpia, jogo desenvolvido pelo estúdio Duaik e lançado em 2014, é inspirado na cultura indígena brasileira e apresenta a aventura do indígena Aritana, que tem a missão de adquirir a pena de uma harpia e trazê-la de volta para sua tribo para curar seu chefe, Tabata, que ficou gravemente doente.

Dandara, jogo desenvolvido pelo estúdio Long Hat House e lançado em 2018, que ganhou o prêmio de Jogo do Ano no Brazilian Game Awards 2018, tem sua protagonista inspirada em Dandara dos Palmares (Figura 18). Dandara foi esposa de Zumbi dos Palmares, fundador do Quilombo dos Palmares, quilombo do século XVII localizado no atual estado brasileiro de Alagoas.

Horizon Chase Turbo, jogo desenvolvido pelo estúdio Aquiris e lançado em 2018, é uma homenagem aos jogos de corrida de carros estilo arcade dos anos 1980 e 1990. Porém, longe de apresentar apenas circuitos e cidades genéricos ou mundiais, como é o caso da maioria dos jogos automobilísticos, *Horizon* traz ao jogador (além das pistas estrangeiras) muitas cidades brasileiras como pistas de rua, como Salvador, Niterói, no estado do Rio de Janeiro, Brasília, capital federal, e a Chapada Diamantina, região geológica famosa por suas montanhas e planaltos, localizada no estado da Bahia. O mapa do jogo também mostra os principais marcos dessas cidades, como a Ponte Juscelino Kubitschek em Brasília, o Museu de Arte Contemporânea de Niterói, o Farol da Barra em Salvador e a vegetação que faz parte do Parque Nacional da Chapada Diamantina (Figura 19).

No entanto, jogos brasileiros que tratam de temáticas próprias do Brasil não devem ser vistos como uma novidade ou um fenômeno pós-anos 2010. Como os teóricos da arqueologia das mídias insistem em apontar, muitas conquistas dos dias atuais podem ser ligadas ou rastreadas a desenvolvimentos do passado — quer tenham visto a luz do dia ou não. Nesse sentido, Parikka (2021) argumenta que as obras de Erkki Huhtamo e Siegfried Zielinski foram influentes ao abrir “a questão acerca do que é o novo e de como nós deveríamos incorporar o conhecimento histórico ao nosso pensamento sobre a mídia atual e futura” (p. 35). Ele acrescenta: “O pensamento cíclico tem sido uma das estratégias mídiarqueológicas para se criticar a hegemonia do novo” (p. 36). Dessa forma, a compreensão de certos fenômenos tecnoculturais e sociais do passado pode iluminar fenômenos midiáticos do presente.

Figura 18

Captura de tela do jogo de Dandara, com Dandara interagindo com um NPC inspirado na pintura modernista brasileira Abaporu (1928) de Tarsila do Amaral

**Figura 19**

Captura de tela do mapa do circuito brasileiro do Horizon Chase Turbo



Como visto ao longo deste trabalho, a TecToy fez uma opção ousada em desenvolver jogos que, de alguma forma, lidassem com aspectos da cultura brasileira, especialmente em uma época — a década de 1990 — em que a “cultura dos videogames” como um todo era baseada principalmente em cenários japoneses, norte-americanos e até europeus, bem como aspectos históricos e culturais. Também é fundamental ressaltar que os jogos que serviram de base para *Mônica no Castelo do Dragão* (1991) e *Turma da Mônica em: O Resgate* (1993), respectivamente *Wonder Boy in Monster Land* (Sega, 1988) e *Wonder Boy III: The Dragon's Trap* (Sega, 1989), nunca foram lançados oficialmente

no Brasil. Assim, em vez de apenas licenciar e lançar os jogos originais, o que seria uma tarefa muito mais fácil, menos exigente e cara, a TecToy optou por modificá-los para torná-los mais próximos do público brasileiro, mesmo que isso resultasse em deixar fora de seu catálogo a série de jogos *Wonder Boy*, uma das franquias de jogos de plataforma mais conhecidas desde a década de 1980 até os dias de hoje.

Os jogos desenvolvidos e lançados pela TecToy, conforme apresentados neste trabalho, são representativos de uma marca decolonial dos videogames (mesmo que seus criadores não tivessem essa consciência) em uma época em que a maior parte do que se consumia no Brasil, em termos de cultura *pop*, era proveniente da América do Norte ou do Japão, especialmente entre os adolescentes. Filmes, programas de TV, desenhos animados, músicas e *games* eram quase sinônimos de contato com as línguas inglesa ou japonesa. O apagamento do conteúdo do Sul Global no cenário das mídias naquela época não é algo para ser dado como certo, mas para ser refletido. Como os arqueólogos das mídias endossam, entender os eventos das mídias do passado pode ajudar os pesquisadores a entender melhor os eventos das mídias do presente, incluindo seus diversos processos e contextos. ■

REFERÊNCIAS

- Arnhold, S. (2010). Entrevista com Stefano Arnhold, pres. do conselho da Tectoy. UOL. <https://www.uol.com.br/carnaval/videos/?id=entrevista-com-stefano-arnhold-pres-do-conselho-da-tectoy-04029A3370E0C173A6>
- Dewey, J. (2010). *Arte como experiência*. Martins Fontes.
- De Paula, B. (2021). “Emergent countries play, too!” The Zeebo console as a (partial) decolonial project. *Contracampo: Revista Brasileira de Comunicação*, 40(2), 1–14.
- Ferreira, E. (2017). A guerra dos clones: Transgressão e criatividade na aurora dos videogames no Brasil. *Sessões do Imaginário*, 22(38), 72–84. <https://doi.org/10.15448/1980-3710.2017.2.29806>
- Fiel, A. (2023). *O Mônicaverso e diretrizes criativas para a produção audiovisual infantil*. [Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense]. Repositório Institucional UFF. <http://app.uff.br/riuff/handle/1/29324>
- Gómez, P. P. (2019). “Decolonialidad estética: Geopolíticas del sentir el pensar y el hacer”. *Revista GEARTE*, 6(2), 369–389. <https://doi.org/10.22456/2357-9854.92910>
- Inácio, B. (2020). *Luz, câmera, animação: O universo dos desenhos animados e os Estúdios Maurício de Sousa*. Paco.
- Iqani, M; Resende, F. (2019). Theorizing media in and across the Global South: Narrative as territory, culture as flow. In M. Iqani & F. Resende (Eds.). *Media*

- and the Global South: Narrative Territorialities, cross-cultural currents* (pp. 1–16). Routledge.
- Kirkpatrick, G. (2011). *Aesthetic theory and the video game*. Manchester University Press.
- Lemos, C., Leite, J., & Gismonti, P. (1983). *The Art of Brazil*. HarperCollins.
- Marques, A. (2013). Três bases estéticas e comunicacionais da política: Cenas de dissenso, criação do comum e modos de resistência. *Contracampo: Revista Brasileira de Comunicação*, 26(1), 126–145.
- Martinez, H. (2015). *Dossiê master system: A história completa do grande console da Sega*. Europa.
- Mignolo, W. (2012). Lo nuevo y lo decolonial. In W. Mignolo & P. Gomez (Eds.). *Estéticas y opción decolonial* (pp. 21–48). Universidad Distrital Francisco José de Caldas.
- Mignolo, W. (2018). The decolonial option. In W. Mignolo & C. Walsh (Eds.). *On Decoloniality: Concepts, Analytics, Praxis* (pp. 103–226). Duke University Press.
- Montfort, N., & Bogost, I. (2009). *Racing the Beam: The Atari Video Computer System*. MIT Press.
- Parikka, J. (2021). *O que é Arqueologia das mídias?* EdUERJ.
- Brasil. (1984). *Lei Nº 7.232, de 29 de outubro de 1984*. Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L7232.htm
- Quijano, A. (2014). *Antología esencial: De la dependencia histórico-estructural a la colonialidad/descolonialidad del poder*. CLACSO.
- Rancière, J. (1995). *La Mésestante: Politique et philosophie*. Galilée.
- Rancière, J. (2009). *A partilha do sensível: Estética e política*. 34.
- Santos, B., & Meneses, M. (2009). *Epistemologias do Sul*. Almedina.
- Scott, J. (2000). *Latin American Art: Ancient to Modern*. University Press of Florida.
- Shusterman, R. (1998). *Vivendo a arte: O pensamento pragmatista e a estética popular*. 34.
- Souza, J. (2021). *Como o racismo criou o Brasil*. Estação Brasil.
- Visona, M., Poyner, R., & Cole, H. *A history of art in Africa*. Prentice Hall.
- Zielinski, S. (2006). *Arqueologia da mídia: Em busca do tempo remoto das técnicas do ver e do ouvir*. Annablume.

Artigo recebido em 15 de junho de 2023 e aprovado em 24 de setembro de 2024.

Além do design: interfaces algorítmicas como agentes epistemológicos

Beyond design: algorithmic interfaces as epistemological agents

ELIAS BITENCOURT^a

Universidade do Estado da Bahia. Salvador – BA, Brasil

RESUMO

O texto examina patentes de Interfaces Digitais de Plataforma (IDPs), focando no sistema de recomendação de conteúdo do Instagram, para entender como algoritmos criam conhecimento sobre experiências sociais. Os resultados indicam que o Instagram usa a interface digital para elaborar gráficos sociais, analisando e classificando padrões de relação baseados no histórico de consumo de informação na plataforma. Defende-se que a agência das IDPs vai além de um problema de design, pois operam como agentes epistemológicos, metodologias que coproduzem fenômenos sociais e conhecimento sobre o social. Como contribuição, o texto propõe os conceitos de *Interfaces Algorítmicas* e *Affordances Metodológicas* para estudar a relação entre interfaces digitais, comunicação e sociedade.

Palavras-chave: Dataficação, epistemologia digital, interfaces digitais da plataforma, interfaces algorítmicas, *affordances* metodológicas.

ABSTRACT

This paper analyzes Instagram's content recommendation system to understand how algorithms generate knowledge about social experiences. The findings suggest that Instagram uses its digital interface to analyze and classify relational patterns based on a user's information consumption history on the platform. We argue that the influence of PDIs extends beyond the scope of traditional design research. PDIs function as epistemological agents and methodological devices that co-produce social phenomena and insights into social structures. As a contribution, we introduce the concepts of Algorithmic Interfaces and Methodological Affordances to explore the interplay between digital interfaces, communication, and society.

Palavras-chave: Datafication, digital epistemology, platform digital interfaces, algorithmic interfaces, methodological affordances.

^a Doutor em comunicação (POSCOM-UFBA). Professor Adjunto da Universidade do Estado da Bahia. Coordenador do Dalatalab Design, Laboratório de Pesquisa e Desenvolvimento em Métodos Digitais e Visualização de Dados (UNEB). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7366-6469>. E-mail: eliasbitencourt@gmail.com.

INTRODUÇÃO

A ASCENSÃO DO DIGITAL em diversos setores da sociedade catalisou o surgimento de plataformas e ecossistemas mediados por algoritmos, posicionando-os como atores sociais relevantes. Mais do que simplesmente fornecer serviços personalizados, promover o empoderamento individual e simplificar tarefas cotidianas, essas plataformas atuam como arquiteturas digitais programáveis. Elas foram concebidas para registrar ações, extrair variáveis, classificar dados e identificar padrões com potencial preditivo (Van Dijck et al., 2018). Essa capacidade de monitoramento, interpretação e intervenção mediante a conversão das experiências sociais em dados digitais é conhecida como dataficação (Dencik, 2019; Flensburg & Lomborg, 2021; Mayer-Schönberger & Cukier, 2013; Van Dijck, 2014). A dataficação é, sobretudo, um dispositivo epistemológico e um dos pilares fundamentais da plataformização (Lemos, 2021; Van Dijck, 2014).

As plataformas digitais criam condições favoráveis para que experiências cotidianas, como conversar com amigos em um grupo de mensagens, assistir a um filme ou pedir uma pizza, tornem-se métodos, instrumentos e locais para a coleta de dados sobre o comportamento dos usuários. As plataformas, portanto, são agentes de transformação social amplos, pois não apenas reconfiguram os serviços, mas também as práticas sociais, as políticas e as culturas que giram ao entorno desses serviços (d'Andréa, 2020).

A capacidade de geração de dados está intimamente ligada à forma como as plataformas são acessadas e acionadas. É no nível das interfaces digitais da plataforma¹ (IDPs) que as ações são convocadas e se desenvolvem dentro dos regimes de classificação priorizados por cada serviço. São as IDPs que viabilizam o uso, promovem o engajamento, fornecem informação para todos os atores envolvidos na rede — pessoas, empresas terceirizadas, APIs, bancos de dados, investidores, desenvolvedores, modelos computacionais etc.

As IDPs instrumentalizam a interação dos usuários como um método para a coleta de dados e produção de conhecimento sobre as experiências de uso e, nesse sentido, não são apenas “recursos para realização de tarefas” das plataformas, mas métodos para a dataficação das práticas que essas interfaces medeiam. As IDPs são instrumentos metodológicos da dataficação. Assumem, assim, um papel duplo: epistemológico — ao fazer ver e falar sobre o social sob a ótica das mediações algorítmicas das interfaces — e ontológico — ao moldar rotinas e atualizar repertórios sociais a partir dos usos, apropriações e aplicações dessas ferramentas.

Apesar da relevância e da virada epistemológica que as IDPs representam, os estudos sobre interfaces são geralmente conduzidos dentro do campo da

¹ Por IDPs estamos nos referindo a todas as interfaces digitais que subsidiam a existência da plataforma, incluindo as interfaces do usuário (IU) e aquelas direcionadas à relação máquina para máquina (M2M), como APIs e interfaces de *backend*. As IDPs estão intimamente ligadas aos processos de dataficação, transformando experiências sociais em dados digitais.

Interação Humano–Computador (IHC), que tende a ser mais instrumental, focado na experiência do usuário e na práxis do design (Dourish, 2006, 2007, 2017). Essa perspectiva muitas vezes limita a compreensão das IDPs às suas propriedades tangíveis — o que Hookway (2014) define por “superfície”² — e implica um erro de chave interpretativa, ou erros de categoria (Latour, 2019), que ocorrem quando elegemos uma chave interpretativa inadequada, comprometendo a própria interpretação dos fatos durante as análises.

O erro de categorização na ideia de interface popularizada pelo design, por exemplo, dificulta explorar a ação dos programas epistemológicos das plataformas na reconfiguração das práticas, dos modos de conhecer e do papel social dos objetos digitais na atualidade. Isso limita o estudo das IDPs àquilo que é da ordem do elemento tangível e que pode ser gerenciado e analisado pela prática projetual do design. Ao fazê-lo, as IDPs são reduzidas a instâncias técnicas e intermediárias, deixando escapar das análises e das pesquisas em comunicação o papel que elas exercem na tradução da experiência social em método, instrumento e objeto de conhecimento digital (Lowrie, 2017; Maalsen, 2023; Matzner, 2022; Van Dijck, 2014).

Ignorar o papel de agentes epistemológicos exercido pelas IDPs pode refletir na opacificação das condições que favorecem o surgimento de fenômenos contemporâneos atravessados pela agência informacional das plataformas digitais — crises democráticas e eleitorais por *fake news* (Felitti, 2022; Nascimento et al., 2022), problemas ambientais decorrentes do gasto energético de *datacenters* (Beuscart et al., 2022; Lemos et al., 2021), riscos aos direitos humanos e liberdades individuais (Castets-Renard, 2021), reconfiguração e precarização do trabalho (Grohmann et al., 2022) etc.

Além disso, sem considerar a qualidade epistemológica das mediações das IDPs, corremos o risco de não vislumbrar as motivações, objetivos e propósitos que precederam a construção dos métodos e direcionamentos que tornaram possível a emergência desses fenômenos. Dito de outra forma, para estudar fenômenos comunicacionais envolvendo plataformas digitais, não basta considerar as IDPs como elos usuário-plataforma. É necessário ir além da interface como um “problema de design” ou “problema projetual”, buscando rastrear os processos que tornaram possível a criação, implementação e manutenção delas enquanto agentes epistemológicos. Isto é, ir além do design e olhar para as interfaces digitais como uma “questão de interesse”³ — (Latour, 2004, 2008, 2015) das Ciências Sociais.

Diante dessa problematização, a questão central deste artigo é: “quais são as implicações dos agenciamentos epistemológicos das interfaces digitais que os estudos de interface não permitem ver?” Nossos principais objetivos foram:

² Abordaremos a diferenciação entre superfície e interface na seção 3 do texto.

³ As questões de interesse (*matters of concern*) referem-se à posição crítica proposta por Latour que busca superar os essencialismos e definições estabilizadas no campo científico (as questões de fato — *matters of fact*), buscando ater-se aos arranjos, eventos e associações que emergem como elementos importantes para a análise de um fenômeno. Tratar as Interfaces Digitais de Plataforma como uma questão de interesse das Ciências Sociais significa ir além das definições estabilizadas de interface propagadas pelo campo do design (interface como questão de fato) e reconhecer que as IDPs exercem um papel fundamental para compreender os modos de instauração de fenômenos sociais mediados por plataformas.

a) destacar a influência das IDPs na coleta e análise de dados, salientando sua função dupla, tanto epistemológica quanto ontológica, na modelagem de rotinas e atualização de repertórios sociais; b) discutir as limitações das perspectivas centradas no design, normalmente adotadas em estudos sobre interfaces, que podem obscurecer o papel epistemológico e ontológico das IDPs em relação aos fenômenos sociais que elas medeiam.

O texto defende o argumento de que as mediações algorítmicas das IDPs criam condições favoráveis para a instauração de relações motivadas por modos de conhecer cujas práticas modelam o social e o digital a partir do que definiremos como interfaces algorítmicas e *affordances metodológicas*. De forma breve, as interfaces algorítmicas são uma interpretação crítica e ampliada da ideia geral de “IDPs”, evidenciando a qualidade relacional e epistemológica de como essas experiências mediadas algoritmicamente moldam a construção do conhecimento e da sociedade. As *affordances metodológicas*, por sua vez, dizem respeito às possibilidades epistemológicas de ação que surgem desses “modos de relação” das interfaces algorítmicas. Acreditamos que os conceitos de interfaces algorítmicas e *affordances metodológicas* podem fornecer um quadro teórico mais bem adaptado para capturar a agência epistemológica e a transformação social mediada por algoritmos e plataformas digitais.

Para ilustrar a dinâmica das interfaces algorítmicas e suas *affordances metodológicas*, iniciaremos o texto analisando patentes do Facebook (agora Meta) relacionadas a modelos de interfaces mediados por algoritmos de aprendizado de máquina, especificamente criados para o Instagram. As patentes foram escolhidas a partir de buscas no Google Patentes⁴ usando como palavras-chave alguns dos atributos que caracterizam os serviços de plataforma (Van Dijck et al., 2018): “sistemas de recomendação”, “sistemas de ranking”, “sistemas de classificação”. Posteriormente, filtramos as patentes de plataformas de redes sociais, vez que figuram entre os principais serviços usados no mundo, de acordo com o *Digital 2023 Global Overview Report*⁵. Por fim, selecionamos as patentes associadas às plataformas que estiveram entre as mais acessadas em 2023, segundo o mesmo relatório — a saber, Facebook e Instagram.

O exame das patentes foi usado como recurso sintético para explorar e descrever a qualidade metodológica das IDPs, além de auxiliar na caracterização do objeto de interesse desse tipo de interface. Na terceira parte do texto, delineamos o problema do erro de categoria para os estudos em comunicação digital e localizamos a IDP como um problema das Ciências Sociais. Na seção final, apresentamos a definição de interfaces algorítmicas e propomos um delineamento para a ideia de *affordances metodológicas*.

⁴ <https://www.google.com/?tbs=pts>.

⁵ <https://datareportal.com/reports/digital-2023-global-overview-report>

INTERFACE DIGITAL COMO MÉTODO, “RELAÇÕES” COMO OBJETO DE INTERESSE

Pouco mais de quatro anos após o lançamento do *feed* algorítmico⁶, o Instagram publicou alguns detalhes a respeito da lógica por detrás da ferramenta. No post *Designing a Constrained Exploration System*⁷, Mahapatra (2020) discorre sobre o que seriam as bases do funcionamento dos algoritmos de recomendação de conteúdo da plataforma. O texto aponta o *feels like home* (sentir-se em casa) como o princípio usado na repaginação da interface, indicando que a experiência de rolar no *feed explorar*⁸ deveria ser como uma extensão da navegação no *feed* individual.

Para construir a experiência de familiaridade ao consumir conteúdos novos, o Instagram recorreu a um sistema que reúne algoritmos de aprendizagem de máquina e inteligência artificial para filtrar o que pode ser visto de acordo com o conhecimento que a plataforma possui sobre as práticas de consumo de conteúdo e socialização de cada perfil na rede. O sistema está diluído nas múltiplas camadas do Instagram, fazendo conexões entre bancos de dados, usuários e outras plataformas. Ele opera de maneira ampla como a IDP e é composto, principalmente, por modelos de classificação, hierarquização e recomendação de conteúdo⁹, com base em informações extraídas dos dados coletados durante a experiência de uso.

Para levantar as variáveis que alimentam os sistemas de recomendação de conteúdos, a plataforma precisa de uma metodologia para identificar e classificar os interesses de uma conta. No caso do Instagram, a abordagem consiste em um sofisticado tipo de interface de usuário conectada a algoritmos de inteligência artificial, botões de interação e recursos de criação de conteúdo. Por meio desse instrumento, o Instagram delineia uma arquitetura informacional com protocolos bem definidos para o monitoramento relacional das ações dos perfis durante as experiências de uso da plataforma. Na patente US11245966B2¹⁰ (Saxena et al., 2022), a Meta (Facebook) descreve a proposta da interface como:

sistemas e métodos que envolvem rastrear as interações entre usuários em relação a itens de conteúdo digital, gerar e permitir a criação de insights incluindo a identificação de um ou mais produtos que podem prever o engajamento entre usuários do sistema de rede. (p. 1)¹¹

A estratégia consiste em oferecer uma interface digital ampla (a IDP) que usa interfaces gráficas de usuário e APIs¹² (Figura 1, lado direito) para extrair e classificar os dados de interação de uma conta do Instagram na rede Meta (incluindo serviços terceirizados conectados via APIs). Os dados extraídos e

⁶ Ver <https://about.instagram.com/blog/announcements/see-posts-you-care-about-first-in-your-feed>

⁷ Ver <https://about.instagram.com/blog/engineering/designing-a-constrained-exploration-system>

⁸ Ver <https://sproutsocial.com/insights/instagram-explore/>

⁹ Uma síntese acessível sobre o funcionamento do algoritmo de classificação do Instagram atualizada pode ser acessada no link: <https://about.instagram.com/pt-br/blog/announcements/instagram-ranking-explained>

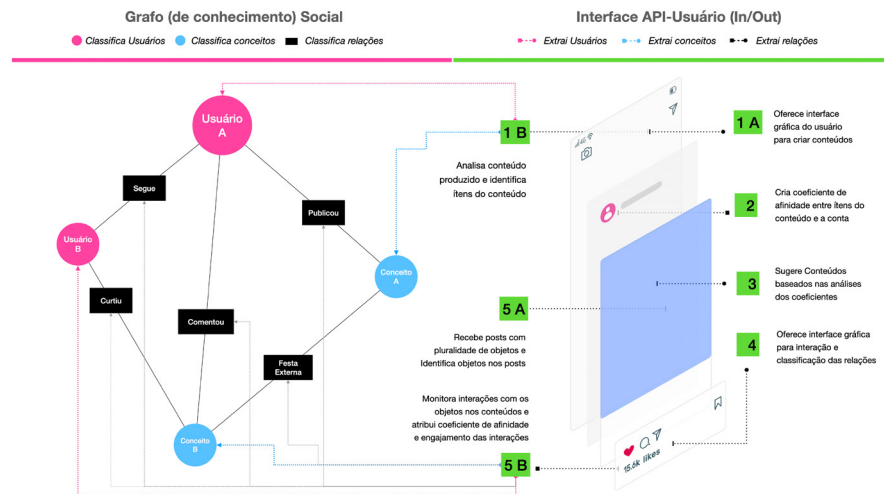
¹⁰ A patente em questão permanece ativa e é a continuação atualizada de um conjunto de patentes que tiveram início em abril de 2017, um ano após a implementação do *feed* algorítmico na plataforma. A publicação no blog do Instagram é de dezembro de 2020, quando a plataforma também anunciou atualizações nas interfaces e experiências de uso. Nesse intervalo, não se observa mudança na lógica de inscrição das ações e mapeamento das relações nas patentes. As atualizações, quando ocorrem, estão mais ligadas ao aperfeiçoamento do código e dos algoritmos

¹¹ Tradução nossa de “Moreover, the systems and methods involve tracking user—interactions with respect to digital content items and generating and providing a creation insight including an identification of one or more products predicted to engage users of the networking system” (Saxena et al., 2022).

¹² API se refere ao acrônimo Application Programming Interface; são interfaces programáveis que habilitam conexões entre a plataforma e aplicações desenvolvidas por terceiros. Por meio das APIs, o Instagram tem acesso a dados de experiência do usuário em outros serviços compatíveis e pode usá-los para enriquecer os próprios sistemas de classificação e recomendação. explore./

classificados são empregados para criar um sistema de representação social denominado grafo social (*social graph*, Figura 1, lado esquerdo). O grafo social é um recurso metodológico que instrumentaliza a análise das interações dos usuários com o conteúdo digital, facilitando que o Instagram identifique os itens presentes nas postagens, compare com conteúdos similares acessados em outras plataformas, classifique e explore possíveis relações entre esses elementos.

Figura 1
Síntese geral da IDP

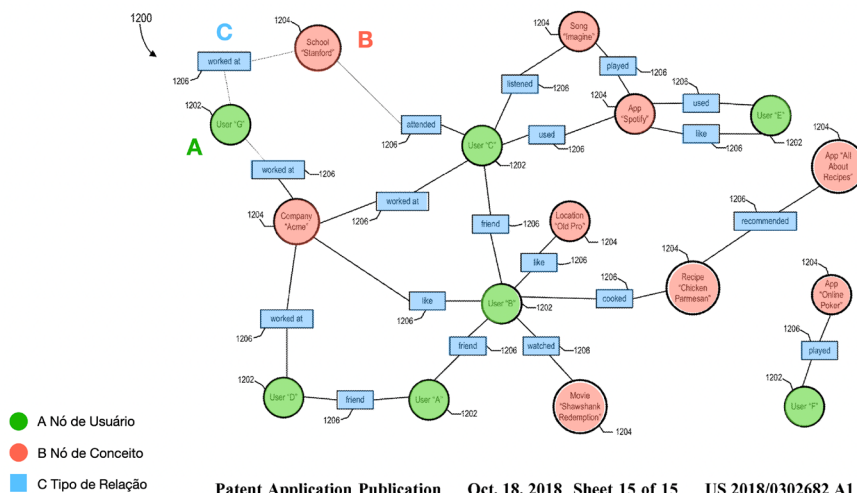


Nota. Da esquerda para a direita, grafo social criado a partir dos nós de usuário e os nós conceito; camadas de interface responsáveis por extrair, classificar e refinar os dados de relação construídos durante a experiência de interação. Diagrama construído como síntese do modelo apresentado na Patente US 17107592 Matching and ranking content. Itens disponíveis em: <https://patents.google.com/patent/US11245966B2/en?q=US11245966B2>. Crédito da imagem: autor, vetores da interface modificados a partir do template de Stories no Freepik.

O grafo social é representado por “nós de usuário” (Figura 2A), “nós de conceito” (Figura 2B) e o “tipo de relação” (Figura 2C) estabelecido entre os nós. A IDP explora as combinações possíveis das relações de afinidade entre “usuários” e “conceitos”, classificando-as e atribuindo valores que permitem calcular proximidade e similaridade entre os nós a partir das relações estabelecidas. No grafo social, o usuário pode ser um indivíduo (humano), uma entidade (uma empresa, um negócio ou uma aplicação terceirizada) ou um grupo de indivíduos e entidades que interagem ou se comunicam com (ou através) da rede (Saxena et al., 2018).

Figura 2

Esquema de representação das relações sociais usado pelo modelo de recomendação de conteúdo do Instagram



Nota. Patente US 17107592 Matching and ranking content itens disponíveis em: <https://patents.google.com/patent/US11245966B2/en?q=US11245966B2>. Crédito: Anotações e legendas realizadas pelo autor.

Os conteúdos digitais gerados por “usuários” são analisados por algoritmos de inteligência artificial e visão computacional, também patenteados pela Meta (Garcia & Mitchell, 2015). Esses agentes identificam os itens presentes nas publicações, classificando-os como “conceitos”. Os “nós de conceito” são agrupamentos de variáveis com as quais os usuários interagem. O sistema reconhece como conceito: lugares, websites, empresas, celebridades, marcas, áudios, vídeos, jogos, atividades, ideias, teorias ou conjuntos de conceitos (Saxena et al., 2022). As informações sobre usuários, conceitos e relações são alimentadas por metadados de interação associados aos elementos da interface gráfica do usuário ou aos elementos da interface geral da plataforma (APIs, por exemplo).

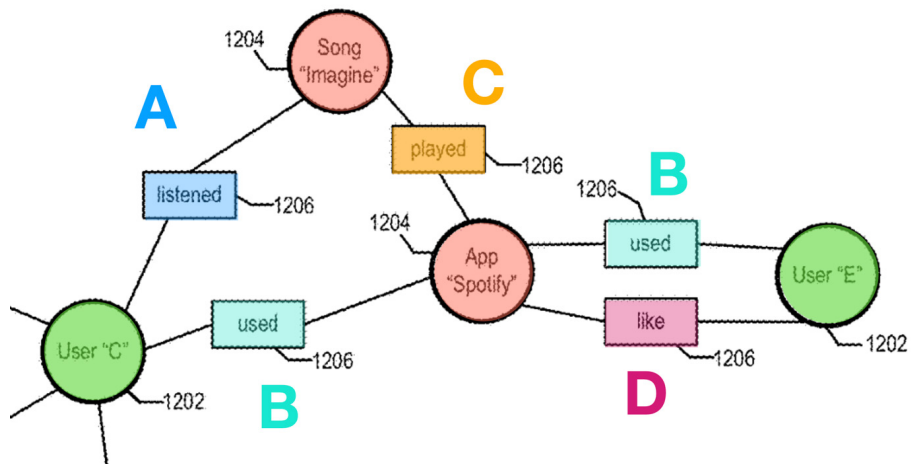
Na metodologia descrita, se um usuário do Instagram ouve a canção *Imagine* usando o aplicativo Spotify¹³, o sistema cria conexões entre o “nó de usuário” (Figura 3, “User C”), o “nó de conceito” música (Figura 3, “Song Imagine”) e o “nó de conceito” aplicativo (Figura 3, “App Spotify”), rotulando essas conexões de acordo com o tipo de relação: ouviu, usou ou tocou, por exemplo (Figura 3 A, B e C). Os nós e as relações são armazenados no sistema do Instagram e recebem identificadores únicos, permitindo a convocação ou associação a outros objetos na rede (Saxena et al., 2022) que possam ter relação próxima ou similar

¹³ Em 2018 o Spotify anunciou uma integração com o Facebook e Instagram, permitindo compartilhar músicas (e dados) nos stories. Ver: <https://artists.spotify.com/blog/we%27ve-made-it-easier-to-share-spotify-to-instagram-stories>

com “conceitos” associados à “música” e à “*Imagine*”. Esse fluxo de monitoramento, classificação e análise relacional alimenta os sistemas de recomendação de conteúdo da plataforma conforme as experiências, práticas digitais e rotinas mais recentes associadas ao perfil do usuário.

Figura 3

Detalhe do esquema de representação das relações sociais usado pelo modelo de recomendação de conteúdo do Instagram (ênfase na classificação das associações nós de usuários e nós de práticas)



Nota. Patente US 17107592 Matching and ranking content itens disponíveis em: <https://patents.google.com/patent/US11245966B2/en?q=US11245966B2>.

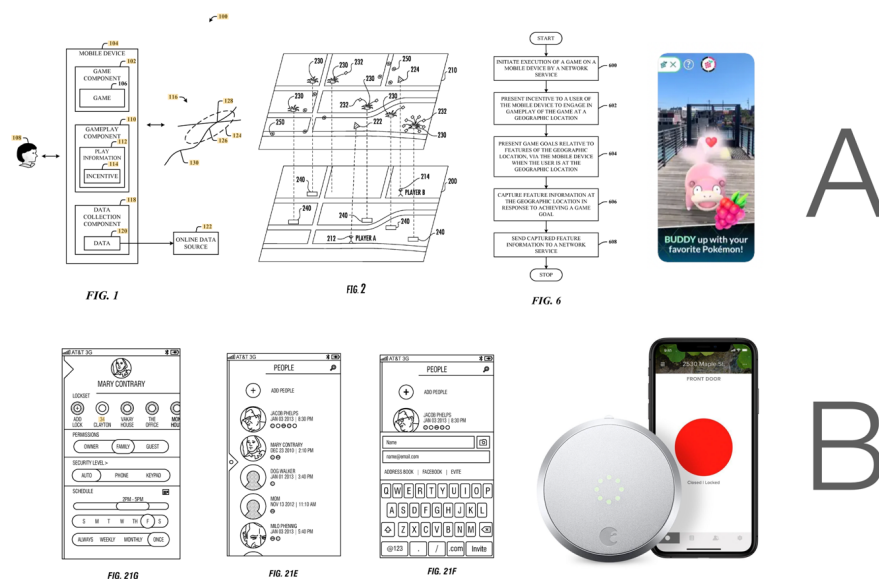
De acordo com Mahapatra (2020), cada nó do gráfico é uma fonte potencial de informação em potencial para o sistema como um todo. Pessoas, mídias, celebridades, conteúdos e relações podem ser usados como entrada em modelos de aprendizado de máquina, tanto para prever os conteúdos (usuários ou conceitos) que serão recomendados a um perfil, quanto para utilizar os conteúdos gerados como preditores de novas associações. As atividades de interação mobilizadas (e registradas) segundo a gramática estabelecida pela plataforma (Agre, 1994; Gerlitz & Helmond, 2013; Gerlitz & Rieder, 2018) possibilitam a construção do mapa relacional do que pode interessar ao Instagram. Neste contexto, a interface digital funciona como método, colocando explicitamente as relações como objeto central de investigação digital — ou, mais precisamente, tratando a “relação” como questão de interesse (Latour, 2013).

O princípio da IDP como método não é restrito à esfera das redes sociais. Esse mesmo mecanismo, que consiste em usar as interfaces digitais como sistemas metodológicos para a dataficação das tarefas, está presente em jogos de aplicativo móvel e em quase todos os dispositivos “inteligentes” no mercado. A patente da Microsoft, que serviu de base para o jogo Pokémon Go (Figura 4A), por exemplo, registra o invento como uma “arquitetura que motiva e utiliza os usuários como meio para capturar dados de uma localização desejada”¹⁴ (Gerson et al., 2013).

¹⁴ Architecture that motivates and utilizes users as the means for capturing geographical data of a desired location (Gerson et al., 2013, p. 1).

Figura 4

A ilustra a arquitetura do método, a correspondência entre interface gráfica e base de dado e o fluxograma do método usado; B representa as interfaces gráficas para habilitação de acesso e classificação das relações com as pessoas autorizadas a entrar na residência



Nota. A: Patente US8550909B2 “Aquisição de dados geográficos mediante motivação de usuários” disponível em: <https://patents.google.com/patent/US8550909B2/en>. B: Patente US14205608. <https://patents.google.com/patent/US9322194?oq=9%2c322%2c194>.

Metodologia similar pode ser verificada na propriedade industrial das fechaduras August Smart-lock US14205608 (Cheng et al., 2016). A proposta apresenta um dispositivo físico com uma interface digital que habilita proprietários de uma casa a dar ou a restringir a entrada no imóvel com base na presença dos smartphones registrados. No aplicativo, é possível programar rotinas,

¹⁵ Tradução livre de
“Information received or
transmitted from the back end
to the intelligent door system
and mobile device can use
logic resources, such as AI
and machine learning grade
algorithms to provide reasoning,
knowledge, planning, learning
communication, and create
actions” (Cheng et al., 2016,
p. 49).

níveis de acesso e classificar o grau de parentesco ou afinidade com os contatos cadastrados (Figura 4B). Na patente consta que as informações recebidas ou transmitidas “podem usar recursos lógicos, como IA e algoritmos de aprendizado de máquina para fornecer análises, conhecimento, planejamento, comunicação de aprendizado e criar ações¹⁵” (Cheng et al., 2016, p. 49).

O que está em jogo no modelo metodológico dessas IDPs é fazer ver as relações a partir de reações e práticas similares diante de eventos, temas, contextos e produtos. Para isso, as IDPs passam a exercer papéis que vão além da facilitação da tarefa ou construção de uma experiência de uso mais personalizada. Essas interfaces tiram proveito das ações e práticas de engajamento para extrair dados sobre as interações dos usuários na rede, gerando conhecimento relevante para o modelo econômico da plataforma (Sadowski, 2019; Zuboff, 2019). As interfaces digitais assumem, assim, um papel metodológico importante no projeto da dataficação. Ao atuarem como coprodutoras do conhecimento, as IDPs convidam a epistemologia para o debate, deslocando as “interfaces digitais” como problema de design e priorizando-as como uma questão de interesse das Ciências Sociais.

INTERFACE DIGITAL DE PLATAFORMA COMO PROBLEMA DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

*“O que circula quando tudo está no lugar não pode ser confundido com a
instalação daquilo que o permite” (Latour, 2019, p. 38).*

Com a popularização das plataformas digitais, as interfaces como método para a dataficação aumentaram seu protagonismo. Mais que pontos de contato entre os humanos e os objetos técnicos, elas são instrumentos de atualização do social mediante a produção de conhecimento sobre a sociedade em formação. Conforme visto, nas plataformas digitais, a dataficação das experiências de uso não serve apenas à gestão ativa da usabilidade, mas, sobretudo, à identificação de padrões quantitativos que se manifestam nas interações. Esses padrões granulados obedecem a lógicas de classificação do social segundo as identidades algorítmicas dos objetos digitais produzidos na rede e que não necessariamente guardam relação com as categorias sociológicas clássicas (Cheney-Lippold, 2017; Venturini et al., 2018).

Isso implica pensar que as plataformas digitais e suas interfaces são empreendimentos epistemológicos projetados para conhecer a relação sociedade-tecnologia mediante a dataficação das práticas que surgem dessa mesma relação. O conflito se inicia quando os estudos de mídia e tecnologia ou das humanidades

digitais tomam por conceito de interface a ideia reduzida da “interface humano-computador” popularizada pelo IHC. Para o design, interfaces são meios de comunicação entre usuários humanos e dispositivos tecnológicos, cujo principal objetivo é fornecer *feedback* sobre os *inputs*, facilitar a realização da tarefa e oferecer uma experiência amigável de uso. Mas, para as plataformas, as interfaces digitais são modos de produzir relações orientadas por metodologias algorítmicas para produzir conhecimento amplo a partir da dataficação das práticas de uso.

O campo do IHC tem forte influência das perspectivas centradas na experiência do usuário e procedimentos orientados ao design (Carroll, 2003; Y. Rogers, 2012), o que frequentemente faz com que as contribuições de teorias e métodos provenientes de outras áreas se transformem em protocolos e diretrizes com implicação direta no desenvolvimento projetual (Dourish, 2006, 2007, 2017). Esse caráter mais instrumental e implicado com os “modos de fazer” resulta em abordagens de interface que priorizam a apresentação dos elementos da interface ao usuário e seus reflexos no uso. Da mesma maneira, as metodologias de avaliação de interface também são orientadas para examinar as apropriações, operacionalizações e resultados segundo regras de usabilidade, princípios de design de informação e critérios de experiência do usuário (Nielsen, 1994, 1995; Nielsen & Molich, 1990; Norman & Nielsen, 2016).

O problema que as noções herdadas do IHC trazem para o campo das pesquisas em ciência e tecnologia é que sua abordagem de interface resulta de um erro de chave de interpretação, ou erro de categoria (Latour, 2019). Diferentemente dos erros de primeiro grau (ou erros do sentido) — como aqueles gerados por falha de leitura ou do uso dos instrumentos —, os erros de categoria (erros de sentido) afetam a própria interpretação e reconfiguram a construção do saber sobre o fenômeno. Nas palavras do autor: “uma coisa é percorrer com coragem uma grande trilha bem-sinalizada, mas outra é decidir, no início da jornada, diante de placas de sinalização cujas indicações não se entendem muito bem, qual caminho tomar” (Latour, 2019, p. 55). Nesse contexto, as noções herdadas de interface no IHC levam a um erro de direção, em que a interface é tratada apenas como uma ferramenta ou um problema técnico, em vez de ser considerada um ator fundamental na construção do conhecimento e das práticas sociais mediadas pelas tecnologias digitais.

Os erros de primeiro grau permanecem sob a mesma chave de interpretação. Em uma pesquisa que emprega a análise de conteúdo como método, por exemplo, o texto de uma publicação em rede social pode ser inicialmente classificado como “autêntico” e, posteriormente, revisto como produto de automação por robôs. Nesse caso, a revisão dos achados e dos instrumentos pode levar à

correção e à revisão das análises, mas não coloca em questão a perspectiva da análise de conteúdo adotada.

O erro de categoria, por seu turno, apresenta o risco de “se equivococar sobre as próprias causas do equívoco” (Latour, 2019, p. 55). Ele ocorre quando convidamos uma chave de interpretação inadequada para as análises ou, como propõe Latour, quando tentamos extrair da coisa algo que ela não pode dar — tratar como político o que é da ordem do subjetivo, tratar como científico aquilo que é da ordem do religioso, ou tratar como meramente técnico o que é da ordem do criativo. No caso das IDPs, o erro de primeiro grau se referiria àqueles “erros de interface” que poderiam ser corrigidos ou evitados pela intervenção projetual. Por outro lado, o erro de categoria da interface faz hesitar se o “conceito de interface” popularizado pelo IHC atenderia aos critérios de verificação necessários para investigar os fenômenos comunicacionais mediados algorítmicamente.

Sobre o conceito de interface, Branden Hookway (2014) coloca que as “interfaces” precisam ser distinguidas das “superfícies”, pois elas não se referem a objetos, coisas ou condições, mas a uma “forma de relação” entre coisas ou condições ou à condição que é produzida por essa relação. Já as superfícies, segundo o mesmo autor, são os meios pelos quais as coisas se expressam ou podem ser lidas e acessadas na relação. Embora interligadas, interfaces e superfícies são entidades com problemas e objetos de interesse distintos.

Tratar a superfície como um problema ou como objeto de análise significa prestar atenção tanto nos modos de manifestação dos elementos na superfície quanto no modo pelo qual esses objetos produzem a superfície. Essa abordagem demanda o uso de metodologias que permitam interrogar a superfície “tanto em seus próprios termos como superfície quanto em seus meios de se referir à coisa que ela aflora, seja como uma expressão, uma topologia, um significante etc.”¹⁶ (Hookway, 2014, p. 13).

Por outro lado, o objeto de interesse da interface está naquilo que possibilita tanto a reunião dos elementos em uma relação quanto o comportamento que essas relações assumem no processo (Hookway, 2014, p. 13). Tratar a interface como questão de interesse tem a ver com examinar as condições que colocam os atores em relação, como essas associações agem e quais consequências emergem dessas cadeias de práticas (Latour, 2012; Mol, 2002).

Ao dar ênfase às qualidades humanas — experiência (Norman & Nielsen, 2016), cognição (Norman, 1987), emoção (Norman, 2007; Picard, 2000) — e às propriedades instrumentais do objeto — *affordances* percebidas (Norman, 2013), *affordances* digitais (Murray, 2012) —, o IHC trata interface como a “superfície” passível de intervenção pelo design. Tais ênfases revelam o erro de categoria já comentado, vez que usam lentes direcionadas ao exame das manifestações dos

¹⁶ Tradução de: “*setting the surface as a problem begs the use of methodologies by which the surface may be interrogated both on its own terms as a surface and in its means of referring to the thing that it surfaces, whether as an expression, a topology, a signifier, and so on*” (Hookway, 2014, p. 13).

elementos da superfície e seus impactos no design da superfície, para explorar os “modos de relação” (interface — Hookway, 2014), suas condições de existência e suas potencialidades de ação.

O problema de reduzir a interface humano-computador às suas propriedades instrumentais, tomando por interface o que é superfície, é que o design restringe o exame das mediações sociedade-tecnologia às implicações circunscritas ao seu campo projetual. Essa posição instrumental dificulta olhar para os novos arranjos entre pessoas, objetos, instituições, valores, meio ambiente, poder e tecnologia que decorrem do regime epistemológico da dataficação, mas extrapolam a esfera da construção do artefato técnico.

PRIMEIRO ENCAMINHAMENTO: EXAMINAR AS INTERFACES ALGORÍTMICAS

Mesmo as abordagens de design mais alinhadas com os contextos de mediação algorítmica reproduzem o erro de chave interpretativa mencionado. Eugene Wei (2020), ex-designer de produtos da Amazon, cunhou o termo *algorithm-friendly* design para se referir às formas pelas quais o design pode ajudar ao algoritmo a ver. Na proposta de Eugene, as interfaces orientadas a algoritmos, em tradução livre, se referem às interfaces gráficas de usuário “otimizadas para alimentar o algoritmo com o máximo de sinal útil possível¹⁷” (Wei, 2020, s.p.). De acordo com o autor, esse tipo de interface pode ser considerado uma variante do design centrado no usuário, uma vez que, quando o design “ajuda o algoritmo a ver ele ainda está buscando promover a melhor experiência do usuário possível¹⁸” (Wei, 2020, s.p.).

Embora ilustre bem os exemplos das interfaces documentadas nas patentes da Meta, o termo cunhado por Eugene Wei reproduz o erro de categoria da interface já mencionado, direcionando o olhar apenas para as superfícies de sistemas algoritmizados para encontrar formas mais eficientes de construir uma experiência de usuário melhor. Como visto, as IDPs não são orientadas apenas pelo ideal da otimização da tarefa ou da experiência de usuário (Norman, 2013) segundo modelos cognitivos (Norman, 1987) emocionais (Picard, 2000). Elas são, sobretudo, agentes epistemológicos que usam a experiência como método para produzir conhecimento sobre as práticas de uso.

Ao contrário do que sugere a ideia de *algorithm-friendly*, tratar as IDPs como modos de relação — “interfaces” (Hookway, 2014) — é pensar as motivações que colocam as relações mediadas em movimento. É por essa razão que as IDPs, dadas suas qualidades metodológicas, precisam ser compreendidas para além da superfície que se faz tangível por meio dos elementos textuais, gráficos,

¹⁷ Tradução de: “TikTok fascinates me because it is an example of a modern app whose design, whether by accident or, uh, design, is optimized to feed its algorithm as much useful signal as possible. It is an exemplar of what I call algorithm-friendly design” (Wei, 2020, s.p.).

¹⁸ Tradução de: “I thought about calling it algorithm-centric design but felt it went too far. Ultimately, a design that helps an algorithm see is still doing so in service of providing the user with the best possible experience” (Wei, 2020, s.p.).

sonoros, táteis e/ou rotinas de acionamento. As IDPs evidenciam modos de relação motivados por um programa epistemológico operacionalizado mediante instrumentos metodológicos algoritimizados. Propomos nomear essas relações epistemológicas mediadas algoritmicamente e orientadas à dataficação da tarefa de “interfaces algorítmicas”.

Ao propormos o conceito de interfaces algorítmicas, queremos dar destaque às “formas de relação” (Hookway, 2014) mobilizadas pelas plataformas digitais para que se possa estudar os modos pelos quais o social é implicado no digital e como o digital se instaura como acontecimento social possível. O projeto das interfaces algorítmicas não exclui o campo do design, mas tem sua origem em etapas que antecedem a metodologia projetual.

O conceito de interfaces *algorithm-friendly* (Wei, 2020) permite dar relevo às experiências de interação de usuários e plataformas digitais para que se possa intervir sobre elas e otimizá-las projetualmente. Por outro lado, o conceito de interfaces algorítmicas quer chamar atenção para o caráter epistemológico das mediações que caracterizam a relação sociedade-plataforma, para que se possa reconhecê-las como agentes comunicacionais corresponsáveis pela reconfiguração dos fenômenos de interesse para o campo das pesquisas em comunicação.

São esses “modos de relação” orientados pelo regime epistemológico da dataficação e implementados a partir das experiências de engajamento com plataformas digitais que estamos denominando interfaces algorítmicas. Os modos de relação das interfaces algorítmicas se delineiam a partir de três premissas: 1) a qualidade não necessariamente humana das entidades envolvidas, reconhecendo a agência material de atores não humanos; 2) a articulação ontológica com sistemas de aprendizagem de máquina e inteligência artificial; e 3) o caráter epistemológico de sua arquitetura projetada para coletar dados de uso e gerar conhecimento sobre as próprias interações que medeia.

Essas premissas repercutem em ao menos quatro potências ou possibilidades epistemológicas de ação das interfaces algorítmicas: a) a tradução do usuário em processadores e sensores orgânicos; b) a (re)proposição das práticas sociais como iscas metodológicas; c) a produção da experiência como laboratório de práticas de dado; e d) a apropriação da memória, dos recursos ambientais, da autoria e da ética do bem comum.

A tradução de usuários como processadores e sensores orgânicos

Quando convidam os usuários a produzir e classificar dados em tempo real sobre suas interações, as interfaces algorítmicas não só possibilitam a expansão da capacidade de processamento distribuído, como também habilitam o processamento de dados enquanto atividade culturalmente contextualizada, traduzindo

usuários em processadores e sensores orgânicos. Ao integrar metodologias de extração de dados aos repertórios das práticas culturais cotidianas, os usuários operam como sensores, permitindo a captura granular de dados, e como processadores, fornecendo classificação e contextualização distribuída desses dados de forma orgânica. Dessa maneira, os modos de relação algorítmicamente agenciados por plataformas tornam-se inseparáveis dos contextos culturais.

A prática de coleta e processamento de dados torna-se orgânica, adaptável e integrada aos diferentes repertórios sociais. Curtir, compartilhar, dar uma boa nota no serviço, rodar listas de reprodução em *loop* para aumentar o engajamento de artistas em plataformas de streaming podem variar de objeto, de frequência, de relevância ou de significado, a depender das regiões e dos serviços usados, mas permanecem sendo práticas de processamento e classificação de dados vinculadas a esse “modo de relação” orientado pela epistemologia da dataficação.

Embora as prescrições de rotulagem e classificação sejam regras gerais das plataformas, os modos como essas relações se estabelecem não só são imprevisíveis como devedores dos contextos, apropriações e imaginários culturais (Bucher, 2017; Gibbs et al., 2015). Isso significa que a tradução de usuários em processadores orgânicos não só permite um alcance mais capilarizado das interfaces algorítmicas, como também as enriquece a partir de cada novo contexto em que emergem.

A (re)proposição das práticas sociais como iscas metodológicas

A produção e a rotulagem de dados provenientes das interações na plataforma são mediadas por *templates*, objetos digitais efêmeros que representam os usuários — avatares, status, conteúdos, produtos, ofertas etc. (Gehl, 2011). Para os sistemas, esse material efêmero compõe o que Robert Gehl chamou de *archives of affect*: objetos digitais que operam como repositórios de dados relacionais que podem ser reorganizados pelos proprietários da plataforma para construir formas particulares de conhecimento sobre os usuários. Os *archives of affect* são rastros da (re)proposição das práticas sociais como iscas metodológicas. Nas interfaces algorítmicas, os conteúdos, os produtos, os serviços e as rotinas de engajamento podem ser, ao mesmo tempo, o gatilho, o pretexto, os alvos, os métodos e os resultados das interações.

Em outras palavras, os textos, as imagens, as ações de produção, circulação e consumo de conteúdos, de produtos ou de serviços são também pretextos metodológicos que facilitam avaliar as relações e qualificar as afinidades na rede. Escrever um texto no X (ex-Twitter), postar uma imagem no Instagram, dar um *match* no Tinder, em si, dizem menos sobre o conteúdo compartilhado nas redes ou o tipo de afinidade entre pessoas e mais sobre o que essas ações

permitem conhecer sobre os processos e cadeias de ações que se formam com e a partir deles.

Na prática, os serviços, a informação, os produtos consumidos, as relações construídas também operam como “pretexto para conhecer melhor” as ações e repertórios sociais vinculados à construção dessas experiências com as plataformas. Enquanto reflexo, temos a reconfiguração das finalidades e modos de fazer das relações em função das potências epistemológicas que elas oferecem à plataforma. Com isso, mudam-se não apenas o projeto e a finalidade das coisas e das práticas sociais, mas sobretudo os métodos, que passam a se apropriar dos modos de fazer do social como pretextos metodológicos para conhecer o social em construção.

A construção da experiência como laboratório de práticas de dado

Ao orquestrar as ações segundo normas e gramáticas próprias (Agre, 1994; Geboers et al., 2020; Gerlitz & Rieder, 2018), as plataformas também produzem culturas de uso que, embora sejam igualmente dependentes dos contextos e apropriações, criam permissões para que usuários, pessoas, empresas e algoritmos aprendam mutuamente e adaptem suas práticas em função do projeto epistemológico da dataficação.

Os modos de relação das interfaces algorítmicas aqui são de grande importância. Eles criam condições propícias para que as experiências com as plataformas digitais possam funcionar de duas maneiras: como experimentos e como laboratórios. As experiências atuam como experimentos no sentido de que fornecem uma estrutura para conhecer e estudar práticas sociais (Latour et al., 2019; Marres, 2017) associadas a cada serviço. As ações dos usuários podem ser monitoradas e analisadas, gerando percepções sobre comportamentos, preferências e tendências. Nesse sentido, a plataforma se torna um experimento para conhecer o social em formação.

No entanto, essas experiências também funcionam como laboratórios no sentido de que as plataformas promovem uma infraestrutura epistemológica experimental para testar ideias, modelar repertórios culturais orientados às práticas de dado (Bitencourt, 2021; Bitencourt et al., 2021, Bruno et al., 2019). Aqui, o laboratório é mais do que um local de observação: é também um ambiente de criação de práticas e repertórios organizados a partir dos “modos de conhecer o social” segundo critérios de interesse da plataforma. As práticas de interação na plataforma acabam por criar modos de comportamento e interação — uma cultura de uso orientada pela (e para a) dataficação, mediante a construção de práticas e relações com potencial epistemológico latente; isto é, a inserção de hábitos e de padrões de comportamento mais adequados à coleta de dados

necessários à produção de conhecimento sobre as experiências construídas na plataforma.

A apropriação da memória, dos recursos ambientais, da autoria e da ética do conhecimento

As interfaces algorítmicas protagonizam modos de relação que não só favorecem a produção de conhecimento sobre o social, mas também centralizam os meios, métodos e produtos desses modos de conhecer. Como consequência, o potencial epistemológico das relações está diretamente associado a um custo ético amplo, visto que esses modos de relação algorítmicamente mediados diluem os limites entre a sustentabilidade ambiental e o desenvolvimento, entre o público e o privado, entre o particular e o coletivo, entre os direitos individuais, a segurança jurídica corporativa ou a soberania estatal.

Tendo em vista que os meios e os métodos usados nas plataformas são, em sua maioria, formatos proprietários, as criações, os produtos, os lucros e os direitos de uso que resultam das interfaces algorítmicas geralmente pertencem àqueles que fazem dela um empreendimento comercial possível (Couldry & Mejias, 2019; van Doorn & Badger, 2020). Somado ao custo ambiental do alto processamento (Beuscart et al., 2022; Cubitt, 2017; Cubitt et al., 2011; Lemos et al., 2021, Lemos, 2021) e à capacidade de arquivamento a longo prazo em servidores distribuídos globalmente, as interfaces algorítmicas criam permissividades para que Estados ou corporações se apropriem, sincrônica e diacronicamente, da memória, da gestão dos recursos ambientais, da autoria e da produção cultural coletiva (Athique, 2020; Gaw, 2022; Nieborg & Poell, 2018). Ao mesmo tempo, a opacidade dos processos dessas interfaces dificulta a supervisão regulatória e favorece novas formas de contestar e (re)formular as dimensões ética e política das práticas mediadas pela plataforma (Amoore, 2020; Hill, 2020).

Isso implica que esses modos de relação orientados pelo projeto epistemológico da dataficação não apenas ocasionam permissividades para a produção de conhecimento e cultura, mas também promovem condições para a apropriação e governança dos saberes e dos recursos necessários para gerá-los e geri-los. Assim, interfaces algorítmicas criam cenários favoráveis para que as plataformas se tornem, ao mesmo tempo, autoras, curadoras, juízas, gestoras e arquivistas das memórias e produções sociais que resultam das relações que elas favorecem. Em outros termos, o produto epistemológico das interfaces algorítmicas é um constructo potencialmente questionável nos termos ambientais, da ética do conhecimento e do bem comum, da propriedade intelectual e das liberdades individuais.

SEGUNDO ENCAMINHAMENTO:
CONTEXTUALIZAR AS AFFORDANCES METODOLÓGICAS

Os princípios epistemológicos que regem as interfaces algorítmicas não definem as propriedades isoladas dos atores envolvidos, nem determinam os efeitos, mas delineiam o campo das possibilidades de ação das relações que constituem. As potências de ação esboçadas acima são qualidades do “modo de relação” das interfaces algorítmicas. Elas não se referem a causas ou consequências, não são propriedades inerentes às plataformas ou dos algoritmos, mas condições latentes na relação (interface algorítmica) que, dependendo do contexto, podem (ou não) se manifestar com associações e reflexos específicos.

Enquanto condições para emergência de acoplamentos e ações possíveis, essas permissividades epistemológicas aludem, com ressalvas que faremos em seguida, à noção de *affordances* de Gibson. Para Gibson (2015), as *affordances* são condições que o ambiente “oferece ao animal, o que ele provê ou instrumentaliza ... é algo que se refere a ambos, o ambiente e o animal ... implica complementariedade do animal e do ambiente¹⁹”. (p. 119)

¹⁹Tradução nossa: “The affordances of the environment are what it offers the animal, what it provides or furnishes, either for good or ill. ... I mean by it something that refers to both the environment and the animal in a way that no existing term does. It implies the complementarity of the animal and the environment” (Gibson, 2015, p. 119).

No campo de IHC, as *affordances* das interfaces são popularmente operacionalizadas a partir da noção de *affordances* percebidas proposta por Donald Norman (2013). Na contramão da ideia ecológica original de Gibson (2015), Norman (2013) reduziu as *affordances* àquelas propriedades percebidas de um objeto e que determinariam as suas possibilidades de uso. A ideia de *affordances* para o design também sofre as consequências do erro de categoria já mencionado. Como o design toma por interface aquilo que é superfície (Hookway, 2014), é esperado que a análise das propriedades da interface (modos de relação) também ocorra apenas no nível da superfície (expressões, significados, topologias, convenções gráficas). No entanto, essa compreensão de *affordance* restrita à superfície não habilita discutir as qualidades da relação e as consequências práticas que as Interfaces Algorítmicas proporcionam.

Bucher e Helmond (2018) destacam que outras noções de *affordances* foram empregadas para investigar as relações entre sociedade e tecnologia. No entanto, mesmo quando essas noções de *affordance* assumem perspectivas relacionais — não localizam a propriedade nas entidades, mas na relação —, essas ideias de *affordance* ainda sofrem alguma influência do antropocentrismo (Latour, 2012). Isto é, tendem a privilegiar o humano em detrimento do tecnológico, quase sempre se concentrando nas propriedades da relação que se manifestam nos efeitos, transformações, apropriações e potencialidades dos usos da tecnologia pelo ser humano.

Como alternativa, Bucher e Helmond (2018) sugerem a *platform sensitive approach*. A abordagem recupera a proposta ecológica de Gibson (2015) de

maneira compatível ao caráter relacional da Teoria Ator-Rede (Latour, 2012), expandindo a noção de usuários às entidades não humanas dos sistemas e chamando atenção para o papel que os algoritmos exercem na reconfiguração das possibilidades de ação no ambiente.

Com a (re)proposição da noção de ambiente em Gibson pelo reconhecimento das especificidades dos agenciamentos algorítmicos em cada plataforma, as autoras defendem uma abordagem relacional e multicamada para as *affordances* — *multi-layered affordances* (Bucher & Helmond, 2018). Uma vez que os espaços algoritimizados não apenas oferecem algo aos seus usuários, mas também estes favorecem a instauração do ambiente digital, é necessário conhecer as permissividades do social para o digital. Se outras ideias relacionais de *affordance* já colaboram para refletir “o que o digital possibilita ao social fazer”, na abordagem *multi-layered affordances* cabe perguntar de volta “o que o social oferece ao digital?” (Bucher & Helmond, 2018).

Alinhado às perspectivas da *multi-layered affordances*, é oportuno pensar que as especificidades nos modos de relação que caracterizam as interfaces algorítmicas priorizam permissividades com motivações epistemológicas. Propomos usar o termo *affordances* metodológicas para nos referirmos a essas potências de associação e ação orientadas à produção de conhecimento e que derivam das interfaces algorítmicas. As *affordances* metodológicas se referem tanto às permissividades lógicas (latentes ou manifestas) que facilitam inferências, deduções, abduções e desdobramentos de informação sobre os atores, quanto aos procedimentos empregados para conhecer as relações que se fazem nesses encontros — protocolos, gramáticas de ação, métodos etc.

As *affordances* metodológicas, portanto, não são propriedades previstas por uma dada função digital, ou de uma norma para o uso, mas as potências de ação por meio “dos modos de conhecer” que o encontro entre normas, prescrições, apropriações, interesses, contextos, temporalidades, algoritmos e modelos de negócio oferecem. As *affordances* metodológicas possuem caráter situado e se manifestam em apropriações, resistências e erros que surgem no curso das ações. Isso significa que as *affordances* metodológicas só são acessíveis empiricamente a partir das práticas, das ações e das experiências de construção de conhecimento que fizeram diferença na confecção de um dado fenômeno examinado.

A tradução do usuário em processadores e sensores orgânicos; a (re)proposição das práticas sociais como iscas metodológicas; a produção da experiência como laboratório de práticas de dado; e a apropriação da memória, do meio ambiente e da ética do conhecimento são exemplos de como as *affordances* metodológicas das interfaces algorítmicas se expressam. Elas apontam para permissividades mútuas que a relação pode promover, habilitando as entidades

envolvidas a desencadear práticas que irão ganhar nuances situadas dependendo de cada contexto. As principais especificidades das *affordances* metodológicas em relação à abordagem *multi-layered affordances* de Bucher e Helmond são: a orientação epistemológica que especifica as associações estabelecidas e o caráter metodológico que dá sustentação às das práticas que elas engendram.

Diferentemente das concepções de *affordances* usadas pela IHC, o conceito de *affordances* metodológicas aqui delineado não anseia em contribuir prioritariamente com os debates de superfície no campo do design. Embora possa auxiliar designers a repensar estratégias de projetos digitais, o conceito quer ajudar a olhar para os encontros sociotécnicos motivados pela dataficação e fornecer base para conduzir enquetes guiadas por indagações como: que possibilidades metodológicas a comunicação social potencialmente oferece ao digital? Que práticas comunicacionais emergem dos atritos epistemológicos entre digital e social? O que os modos de “agir para conhecer” e as práticas de “conhecer agindo” permitem dizer sobre as epistemologias e ontologias da comunicação na atualidade?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Até aqui, vimos que normatizar ações para extrair informação sobre elas é um princípio epistemológico que caracteriza os modos de relação mediados pela dataficação. Plataformas digitais fazem uso de interfaces digitais alimentadas por algoritmos de aprendizagem de máquina como instrumentos metodológicos para conhecer as experiências de uso. Para ilustrar esse ponto, recorreremos aos modelos de IDP documentados nas patentes da Meta e que subsidiam as interfaces usadas no Facebook e no Instagram. Destacamos que a dataficação convoca as IDPs como objetos de interesse para o campo das Ciências Sociais, indo além de um problema do campo do design.

Ressaltamos que os conceitos de interface popularizados pelo design sofrem influências das perspectivas centradas no usuário e orientadas ao projeto, muito influentes nos estudos em IHC. Defendemos que o viés mais instrumental das atividades do design produz um erro de categorização no conceito de interface, reduzindo seu entendimento à ideia de superfícies passíveis de intervenção projetual. Reforçamos que esse erro de categoria dificulta olhar para as relações sociotécnicas que se estabelecem no acoplamento sociedade-dataficação e impede ver as possibilidades mútuas que essa associação oferece.

Como encaminhamentos para superar esse erro de categoria, propusemos examinar as interfaces algorítmicas e contextualizar suas *affordances* metodológicas. Definimos as interfaces algorítmicas como “modos de relação” orientados

pelo regime epistemológico da dataficação e implementados a partir das experiências de engajamento com plataformas digitais. A definição de interfaces algorítmicas é uma reinterpretação crítica das IDPs, extrapolando as perspectivas instrumentais sobre a interface e colocando uma ênfase particular na maneira como elas moldam a construção do conhecimento e a experiência na sociedade plataformizada.

Argumentamos também que as interfaces algorítmicas criam permissividades multilaterais, habilitando o social a se instalar como objeto da epistemologia digital e o digital a se instaurar enquanto ontologia do social. As *affordances* metodológicas referem-se a essas permissividades epistêmicas situadas que emergem dos “modos de relação” entre sociedade e tecnologia, mediados pelas interfaces algorítmicas. Trouxemos como exemplos potenciais dessas *affordances* metodológicas a capacidade de traduzir usuários em processadores e sensores orgânicos; a possibilidade de repropor práticas sociais como pretextos metodológicos; a habilidade de instrumentalizar experiências de uso como laboratório de práticas de dado e a facilitação da apropriação da memória, dos recursos ambientais e da ética do conhecimento.

Finalmente, os conceitos e encaminhamentos que delineamos neste trabalho não pretendem substituir as contribuições já presentes no campo, mas fornecer novas perspectivas para o diálogo com os estudos de comunicação, humanidades digitais e métodos digitais (Rogers, 2013). Ao enfatizar a centralidade das *Interfaces Algorítmicas* e de suas *Affordances Metodológicas*, propomos evidenciar o digital não como uma qualidade do meio tecnológico, mas como uma ontologia do social, instaurada e sustentada por regimes próprios de produção de conhecimento.

Nesse sentido, torna-se necessário superar abordagens de interface ainda recorrentes nas pesquisas em design, comunicação, estudos de mídia e humanidades digitais, tais como: o formalismo digital, que reduz as interfaces a convenções gráficas, padrões de usabilidade e métricas de interação; o funcionalismo digital, que as concebe apenas como instrumentos técnicos para coleta e análise de dados; o empirismo digital, que as reduz a repositórios de rastros objetivos das ações realizadas no ambiente e que sustentam hipóteses ou explicações mais imediatas; e o observacionalismo digital, que as trata como campos de análise voltados à descrição de culturas de uso e imaginários emergentes, mas dissociados dos projetos metodológicos implícitos às próprias interfaces. Em contraponto, a noção de *Interfaces Algorítmicas* e de *Affordances Metodológicas* convida a compreender as interfaces digitais enquanto operadores epistêmicos e ontológicos do digital, fornecendo pistas sobre os modos de produção de conhecimento e de (re)existência que caracterizam a sociedade plataformizada. ■

REFERÊNCIAS

- Agre, P. E. (1994). Surveillance and capture: Two models of privacy. *The Information Society*, 10(2), 101–127. <https://doi.org/10.1080/01972243.1994.9960162>
- Amoore, L. (2020). *Cloud ethics: Algorithms and the attributes of ourselves and others*. Duke University Press.
- Athique, A. (2020). Integrated commodities in the digital economy. *Media, Culture & Society*, 42(4), 554–570. <https://doi.org/10.1177/0163443719861815>
- Beuscart, J.-S., Coavoux, S., & Garroq, J.-B. (2022). Listening to music videos on YouTube. Digital consumption practices and the environmental impact of streaming. *Journal of Consumer*, 23(3), 654–671. <https://doi.org/10.1177/14695405221133266>
- Bitencourt, E. C. (2021). *Smartbody: Plataformas digitais, tecnologias vestíveis e corpos remodelados*. PPGCOM/UFGM.
- Bitencourt, E. C., Castelhana, G., & Lopes, C. (2021). From digital influencers to influencer-laboratories: A case study of Lil Miquela. *AoIR Selected Papers of Internet Research*, 23–27. <https://doi.org/10.5210/spir.v2021i0.12146>
- Bucher, T. (2017). The algorithmic imaginary: Exploring the ordinary affects of Facebook algorithms. *Information Communication and Society*, 20(1), 30–44. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2016.1154086>
- Bucher, T., & Helmond, A. (2018). The affordances of social media platforms. In J. Burgess, A. Marwick, & T. Poell (Eds.), *The SAGE handbook of social media* (pp. 233–253). Sage Publications.
- Carroll, J. M. (Ed.). (2003). *HCI models, theories, and frameworks: Toward a multidisciplinary science*. Morgan Kaufmann.
- Castets-Renard, C. (2021). Human rights and algorithmic impact assessment for predictive policing. In H.-W. Micklitz, O. Pollicino, A. Reichman, A. Simoncini, G. Sartor, & G. De Gregorio (Eds.), *Constitutional Challenges in the Algorithmic Society* (pp. 93–110). Cambridge University Press.
- Cheney-Lippold, J. (2017). *We are data. Algorithms and the making of our digital selves*. New York University Press.
- Cheng, S. Y. T., Johnson, J., Kim, C., & Aranda, J. (2016). *Intelligent door lock system (United States Patent No. US9322194B2)*. <https://patents.google.com/patent/US9322194/en?q=9%2c322%2c194>
- Couldry, N., & Mejias, U. A. (2019). *The costs of connection: How data is colonizing human life and appropriating it for capitalism*. Stanford University Press.
- Cubitt, S. (2017). *Finite media: Environmental implications of digital technologies*. Duke University Press.

- Cubitt, S., Hassan, R., & Volkmer, I. (2011). Does cloud computing have a silver lining? *Media, Culture and Society*, 33(1), 149–158. <https://doi.org/10.1177/0163443710382974>
- d'Andréa, C. F. B. (2020). *Pesquisando plataformas online*. Editora da EDUFBA.
- Dencik, L. (2019). Situating practices in datafication – From above and below. In H. C. Stephansen & E. Treré (Eds.), *Citizen Media and Practice* (pp. 243–255). Routledge.
- Dourish, P. (2006). Implications for design. *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 541–550. <https://doi.org/10.1145/1124772.1124855>
- Dourish, P. (2007). Responsibilities and implications: Further thoughts on ethnography and design. *Proceedings of the 2007 Conference on Designing for User Experiences - DUX '07*, 2. <https://doi.org/10.1145/1389908.1389941>
- Dourish, P. (2017). *The stuff of bits: An essay on the materialities of information*. MIT Press.
- Felitti, G. (2022). Turvando as águas: Três casos de coordenação de discurso político da extrema-direita no YouTube Brasil. *Internet & Sociedade*, 3(1), 5–30. <https://revista.internetlab.org.br/turvando-as-aguas-tres-casos-de-coordenacao-de-discurso-politico-da-extrema-direita-no-youtube-brasil/>
- Flensburg, S., & Lomborg, S. (2021). Datafication research: Mapping the field for a future agenda. *New Media & Society*, 25(6), 1451–1469. <https://doi.org/10.1177/14614448211046616>
- Garcia, D. H., & Mitchell, J. (2015). *Feature-extraction-based image scoring* (United States Patent No. US8929615B2). <https://patents.google.com/patent/US8929615B2/en>
- Gaw, F. (2022). Algorithmic logics and the construction of cultural taste of the Netflix Recommender System. *Media, Culture & Society*, 44(4), 706–725. <https://doi.org/10.1177/01634437211053767>
- Geboers, M., Stoler, N., Scuttari, A., & Vliet, L. V. A. N. (2020). Why buttons matter: Repurposing Facebook's reactions for analysis of the social visual. *International Journal of Communication*, 14, 1564–1585. <https://ijoc.org/index.php/ijoc/article/view/11657/3009>
- Gehl, R. W. (2011). The archive and the processor: The internal logic of Web 2.0. *New Media & Society*, 13(8), 1228–1244. <https://doi.org/10.1177/1461444811401735>
- Gerlitz, C., & Helmond, A. (2013). The like economy: Social buttons and the data-intensive web. *New Media and Society*, 15(8), 1348–1365. <https://doi.org/10.1177/1461444812472322>

- Gerlitz, C., & Rieder, B. (2018). Tweets are not created equal: Investigating Twitter's client ecosystem. *International Journal of Communication*, 12, 528–547.
- Gerson, E., Ofek, E., Lahiani, L., Beckman, B., & Omer, I. (2013). *Geographic data acquisition by user motivation* (United States Patent No. US8550909B2). <https://patents.google.com/patent/US8550909B2/en>
- Gibbs, M., Meese, J., Arnold, M., Nansen, B., & Carter, M. (2015). #Funeral and Instagram: Death, social media, and platform vernacular. *Information Communication and Society*, 18(3), 255–268. <https://doi.org/10.1080/1369118X.2014.987152>
- Gibson, J. J. (2015). *The ecological approach to visual perception* (Classic Edition). Psychology Press; Taylor & Francis Group.
- Grohmann, R., Aquino, M. C., Rodrigues, A., Matos, É., Govari, C., & Amaral, A. (2022). Click farm platforms: An updating of informal work in Brazil and Colombia. *Work Organisation, Labour & Globalisation*, 16(2), 7–20. <https://www.jstor.org/stable/48691511>
- Hill, D. W. (2020). The injuries of platform logistics. *Media, Culture & Society*, 42(4), 521–536. <https://doi.org/10.1177/0163443719861840>
- Hookway, B. (2014). *Interface*. MIT Press.
- Latour, B. (2004). Why has critique run out of steam? From matters of fact to matters of concern. *Critical Inquiry*, 30(2), 225–248. <https://doi.org/10.1086/421123>
- Latour, B. (2008). *What is the style of matters of concern*. Van Gorcum.
- Latour, B. (2012). *Reagregando o social: Uma introdução à teoria do ator-rede*. Editora da EDUFBA.
- Latour, B. (2015). Uma sociologia sem objeto? *Revista Valise*, 5(10), 165–187. <https://seer.ufrgs.br/index.php/RevistaValise/article/view/61073>
- Latour, B. (2019). *Investigação sobre os modos de existência: Uma antropologia dos modernos*. Vozes.
- Latour, B., & Venturini, T. (2019). O tecido social: Rastros digitais e métodos quali-quantitativos. In J. J. Omena (Ed.), *Métodos digitais: Teoria-prática-crítica* (pp. 37–46). Icnova.
- Lemos, A. L. M. (2021). Dataficação da vida. *Civitas: Revista de Ciências Sociais*, 21(2), 193–202. <https://doi.org/10.15448/1984-7289.2021.2.39638>
- Lemos, A. L. M., Bitencourt, E. C., & Santos, J. G. B. (2021). Fake news as fake politics: The digital materialities of YouTube misinformation videos about Brazilian oil spill catastrophe. *Media, Culture & Society*, 43(5), 886–905. <https://doi.org/10.1177/0163443720977301>

- Lowrie, I. (2017). Algorithmic rationality: Epistemology and efficiency in the data sciences. *Big Data & Society*, 4(1), 1–13. <https://doi.org/10.1177/2053951717700925>
- Maalsen, S. (2023). Algorithmic epistemologies and methodologies: Algorithmic harm, algorithmic care and situated algorithmic knowledges. *Progress in Human Geography*, 47(2), 197–214. <https://doi.org/10.1177/03091325221149439>
- Mahapatra, A. (2020). *Designing a Constrained Exploration System*. Instagram Blog. <https://about.instagram.com/blog/engineering/designing-a-constrained-exploration-system>
- Marres, N. (2017). *Digital sociology: The reinvention of social research*. Polity Press.
- Matzner, T. (2022). Algorithms as complementary abstractions. *New Media & Society*, 26(4), 1799–1815. <https://doi.org/10.1177/14614448221078604>
- Mayer-Schönberger, V., & Cukier, K. (2013). *Big data: A revolution that will transform how we live, work, and think*. Houghton Mifflin Harcourt.
- Mol, A. (2002). *The body multiple: Ontology in medical practice*. Duke University Press.
- Nascimento, L. F., Cesarino, L., Fonseca, P., Barreto, T., & Mussa, V. (2022). Públicos refratados: Grupos de extrema-direita brasileiros na plataforma Telegram. *Internet & Sociedade*, 3(1), 31–60. <https://revista.internetlab.org.br/wp-content/uploads/2023/01/publicos.pdf>
- Nieborg, D. B., & Poell, T. (2018). The platformization of cultural production: Theorizing the contingent cultural commodity. *New Media & Society*, 20(11), 4275–4292. <https://doi.org/10.1177/1461444818769694>
- Nielsen, J. (1994). Enhancing the explanatory power of usability heuristics. *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems*, 152–158.
- Nielsen, J. (1995). *How to conduct a heuristic evaluation*. Nielsen Norman Group.
- Nielsen, J., & Molich, R. (1990). Heuristic evaluation of user interfaces. *Proceedings of the SIGCHI Conference on Human Factors in Computing Systems Empowering People - CHI '90*, 249–256. <https://doi.org/10.1145/97243.97281>
- Norman, D. A. (2007). *Emotional design: Why we love (or hate) everyday things*. Basic Books.
- Norman, D. A. (2013). *The design of everyday things: Revised and expanded edition*. Basic Books.
- Norman, D. A. (1987). *Cognitive engineering—Cognitive science, Interfacing thought: Cognitive aspects of human-computer interaction*. MIT Press.
- Norman, D. A., & Nielsen, J. (2016). *The definition of user experience (UX)*. Nielsen Norman Group Publication.
- Picard, R. W. (2000). *Affective computing*. MIT Press.

- Rogers, R. (2013). *Digital methods*. MIT Press.
- Rogers, Y. (2012). *HCI theory: Classical, modern, and contemporary*. Morgan & Claypool.
- Sadowski, J. (2019). When data is capital: Datafication, accumulation, and extraction. *Big Data & Society*, 6(1), 1–12. <https://doi.org/10.1177/2053951718820549>
- Saxena, S. S., Markov, S., Wang, F., Wu, Y.-W., Salvana, E. I. T., Schurman, W. T., & Ahres, Y. (2018). *Generating creation insights* (United States Patent No. US20180300756A1). <https://patents.google.com/patent/US20180300756A1/>
- Saxena, S. S., Markov, S., Wang, F., Wu, Y.-W., Salvana, E. I. T., Schurman, W. T., & Ahres, Y. (2022). *Matching and ranking content items* (United States Patent No. US11245966B2). <https://patents.google.com/patent/US11245966B2/>
- Van Dijck, J. (2014). Datafication, dataism and dataveillance: Big data between scientific paradigm and ideology. *Surveillance & Society*, 12(2), 197–208. <https://doi.org/10.24908/ss.v12i2.4776>
- Van Dijck, J., Poell, T., & Waal, M. D. (2018). *The platform society*. Oxford University Press.
- van Doorn, N., & Badger, A. (2020). Platform capitalism's hidden abode: Producing data assets in the gig economy. *Antipode*, 52(5), 1475–1495. <https://doi.org/10.1111/anti.12641>
- Venturini, T., Bounegru, L., Gray, J., & Rogers, R. (2018). A reality check(list) for digital methods. *New Media and Society*, 20(11), 4195–4217. <https://doi.org/10.1177/1461444818769236>
- Wei, E. (2020, September 20). Seeing like an algorithm [Blog]. *Remains of the Day*. <https://www.eugenewei.com/blog/2020/9/18/seeing-like-an-algorithm>
- Zuboff, S. (2019). *The age of surveillance capitalism: The fight for a human future at the new frontier of power*. PublicAffairs.

Artigo recebido em 12 de julho de 2023 e aprovado em 20 de setembro de 2024.

Para além do sentido: objetividade, subjetividade e intersubjetividade sob a perspectiva do jornalismo em quadrinhos

Beyond sense: objectivity, subjectivity and intersubjectivity from the perspective of comic book journalism

JÚLIO CÉSAR ROCHA CONCEIÇÃO^a

Universidade do Estado de Minas Gerais. Belo Horizonte — MG, Brasil

RENNAN LANNA MARTINS MAFRA^b

Universidade Federal de Viçosa. Viçosa — MG, Brasil

RESUMO

Examinamos duas narrativas gráficas contidas em *Reportagens* de Joe Sacco (2016): *Hébron: por dentro da cidade* e *A guerra subterrânea em Gaza*. Nossa escolha é justificada pelo fato de o autor participar dos diálogos e percorrer áreas da região; por reportar temas semelhantes e publicados em veículos concorrentes. Aspiramos ao entendimento dessas narrativas como um modo de conhecimento do mundo e partilhamento do cotidiano, pensando os sujeitos com suas individualidades e pluralidades para além da dicotomia subjetividade vs. objetividade. Partimos do pressuposto de que a presença também é intersubjetividade. Empregamos como metodologia a proposta da análise estética de Gumbrecht, a partir de seus efeitos de presença, estes que em nosso trabalho são utilizados como categoria analítica.

Palavras-chave: Jornalismo em quadrinhos, presença, subjetividade, objetividade, intersubjetividade.

ABSTRACT

We examined two graphic narratives contained in Joe Sacco's *Reportagens* (2016): *Hébron: por dentro da cidade* and *A guerra subterrânea em Gaza*. Our choice is justified by the fact that the author participates in the dialogues and travels through areas of the region; for reporting similar topics published in competing outlets. We aspire to understand these narratives as a way of knowing the world and sharing everyday life, thinking about subjects with their individualities and pluralities beyond the subjectivity vs. objectivity dichotomy. We start from the assumption that presence is also intersubjectivity. We used

^aProfessor dos Cursos de Publicidade & Propaganda e Jornalismo da Universidade do Estado de Minas Gerais – unidade Frutal. Doutor em Comunicação pela Universidade Federal de Juiz de Fora, no Programa de Pós-graduação em Comunicação e Sociedade — linha de pesquisa: Redes, Linguagens, Memórias. Integrante do DIZ — Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença, certificado no CNPq. Foi bolsista da Fundação do Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG), contemplado com bolsa destinada a servidores públicos Chamada FAPEMIG 02/2023 – Bolsas de Pós-Graduação pelo Programa de Capacitação de Recursos Humanos - PCRH. Processo: BPG-00144-23. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8395-1711>. E-mail: julio.conceicao@uemg.br.

^bDoutor em Comunicação na área de concentração Comunicação e Sociabilidade Contemporânea pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Docente efetivo do Departamento de Comunicação Social da Universidade Federal de Viçosa (UFV) e credenciado junto aos Programas de Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFV e em Comunicação (PPGCOM) da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF). É co-líder do DIZ — Grupo de Pesquisa em Discursos e Estéticas da Diferença e coordenador do Pólen — Laboratório de Experimentação em Comunicação e Organizações. É vice-coordenador do GT Discursos, identidades e relações de poder da Associação Brasileira de Pesquisadores em Relações Públicas e Comunicação Organizacional (Abrapcorp). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-9078-5475>. E-mail: rennan.mafra@ufv.br.



Gumbrecht's (2010) aesthetic analysis proposal as a methodology, based on its effects of presence, which in our work are used as an analytical category.

Keywords: Comic book journalism, presence, subjectivity, objectivity, intersubjectivity.

INTRODUÇÃO

O JORNALISMO EM QUADRINHOS se apresenta a partir da necessidade de contar histórias com profundidade, sobre tópicos que normalmente não entram na cobertura do jornalismo tradicional, ou adicionando novos dados a uma investigação jornalística reportada brevemente na mídia convencional. Ele pode facilitar o entendimento diante de pautas complexas como violência doméstica, aborto, estupro, assassinatos, guerras, catástrofes, dentre outras. A notícia no formato de narrativa gráfica tem a potencialidade de capturar a atenção do leitor devido ao conteúdo imagético que complementa o texto.

Quando o jornalismo aparece na linguagem dos quadrinhos, cria-se um tensionamento entre aquilo que pode e que não pode ser verificado. O desenho, ao contrário de uma gravação, não pode ser verificado. O desenhista constrói sua arte conforme seu propósito, realçando elementos que podem ser condizentes ou não com a realidade. Conforme Sacco (2016), o artista desenha a partir de uma verdade que não é a literal, isso permite diversas interpretações e traços. Mesmo que quadrinistas trabalhem a partir da mesma referência, seus desenhos serão distintos. Esse processo não retira a pretensão do artista que aspira ao jornalismo. Pois, diante de seu apuro investigativo, ele se vale das obrigações pertinentes ao profissionalismo, precisão ao reportar, atenção aos diálogos e falas dos personagens entrevistados, engajamento e checagem de informações.

Neste lugar, a proposta de nosso trabalho é entender que o jornalismo em quadrinhos torna a subjetividade aparente, faz aparecer aquilo que é latente¹ e escondido pela técnica no contexto cotidiano da indústria jornalística. Quando aparece, produz um espaço de presença a partir da intersubjetividade. Aspiramos ao entendimento dessas narrativas como um modo de conhecimento do mundo e partilhamento do cotidiano, pensando os sujeitos com suas individualidades e pluralidades para além da dicotomia subjetividade vs. objetividade. Partimos do pressuposto de que a presença também é intersubjetividade. Tanto a objetividade quanto a subjetividade, quando analisadas em separado, encontram-se na dimensão de suas totalidades. De outra forma, quando entrelaçadas por meio da linguagem discursiva, assumem características mútuas capazes de constituir um novo conhecimento. A intersubjetividade é conduzida por um processo reflexivo

¹ Latência, conforme Gumbrecht (2014) é aquilo que é clandestino — que não pode aparecer — não sabe se vai aparecer.

que poderá ter como resultados certas epifanias que produzem presença em algum tempo, em algum lugar, para alguma pessoa em algum tempo e lugar.

Para ampliar o horizonte teórico proposto, analisamos duas narrativas gráficas contidas em *Reportagens* de Joe Sacco (2016): *Hébron: por dentro da cidade* (publicado na revista Time em 12 de março de 2001) e *A guerra subterrânea em Gaza* (publicado na New York Times Magazine de julho de 2003), obras nas quais o jornalista cobriu conflitos entre judeus e muçulmanos. Nossa escolha se justifica pela participação do autor nas cenas e nos diálogos; por reportar semelhantes temas publicados em veículos concorrentes. A população local vive em meio a escombros, os habitantes dos territórios lutam para sobreviver, as moradias de refugiados na Faixa de Gaza são derrubadas por supostamente servirem de base para terroristas, os habitantes ficam aterrorizados e encurralados por tiroteios aleatórios entre palestinos e israelenses.

Para a investigação do corpus, constituído pela narrativa gráfica *Reportagens* de Joe Sacco (2016), utilizamos como metodologia a proposta da análise estética de Gumbrecht (2010), a partir de seus efeitos de presença que em nosso trabalho são utilizados como categoria analítica, mirando a percepção de certas camadas que apresentam características objetivas e subjetivas, que provocam no leitor uma experiência sensível.

Com vistas a demarcar as suas origens na filosofia e situar o uso do termo “intersubjetividade” em nosso processo teórico, metodológico e analítico, recorreremos aos princípios de Marsciani (2014), Azevedo e Wielewski (2016), Piva et al. (2010), Cerutti-Rizzatti (2014) e Ribeiro (2015). Com a intenção de discutir os preceitos de objetividade e subjetividade jornalística, em sua teoria e prática entrelaçadas aos sujeitos e entre os sujeitos na contemporaneidade, tomamos os trabalhos de Bucci (2000), Traquina (2007), Melo (2006), Tassis (2023) e Vilas Bôas (2023). A partir de uma abordagem estética fundamentada em textualidade, visualidade, experiência, emoção e sensibilidade, usufruímos dos princípios de Will Eisner (2010) e Thomas Giddens (2018), expondo como as imagens, palavras e sequências interagem e interferem nos processos de leitura e como diferentes formas de comunicação se relacionam nos quadrinhos. Diante da necessidade de compreender o jornalismo em quadrinhos enquanto um novo espaço de linguagem e discussão da sociedade e tudo aquilo que nele está envolvido, aplicamos variadas conformações do fazer jornalístico, presentes nas discussões de Silva e Lucas (2023), Assis (2011), Vilas Bôas (2023), Silveira e Huf (2021), Teixeira (2020) e Sacco (2016). Para compreendermos certas camadas que apresentam, em sua envergadura, propriedades objetivas e subjetivas, empregamos as discussões de Gumbrecht (2010), Ferreira (2020), Monay et al., (2017), Lage (2018) e Silva (2017).

A FENOMENOLOGIA DA INTERSUBJETIVIDADE

Além de examinarmos as bases epistemológicas e filosóficas do conceito de intersubjetividade, também assinalamos nossa posição nesse entendimento.

Conforme Marsciani (2014, p. 11) na trama de um encaço pela subjetividade, parte da filosofia e das ciências humanas do século XX adicionou a complicação da necessária e necessitante dimensão intersubjetiva, na qual a subjetividade não pode não ser inscrita nem concebida: o sujeito é um “entre-sujeitos”, um “sujeito-sempre-coletivo”, pois não sabemos conceber, atualmente, uma subjetividade que não se determine culturalmente, sobre um fundo de compartilhamento antropológico de condições de existência e de insistência. A cultura, seja qual for, tornar-nos-ia sujeitos intersubjetivamente determinados; antes, em primeiro lugar, sujeitos, cujas formas de individuação deveriam variar segundo as linhas mais ou menos regulares de uma gênese real.

A partir do século XX, de acordo com Azevedo e Wielewski (2016, p. 480), os pensadores se dedicaram a investigar as formas de interação entre as subjetividades humanas (intersubjetividade), o que resultou no reconhecimento da importância da linguagem nesse processo.

De acordo com Marsciani (2014, p. 11), a fenomenologia, em sua totalidade, seguiu atentamente o desenvolvimento de uma teoria filosófica da subjetividade, tornando-a um dos principais caminhos a serem seguidos e, em seus êxitos, colocou em primeiro plano, com uma enorme surpresa, o tema que parece constitutivo da intersubjetividade transcendental. A fenomenologia atinge uma espécie de limite do seu caminho, no qual a determinação final do sentido do fenômeno-mundo se revela como produzida em uma dimensão que é aquela própria de uma estrutura que assume as formas de uma significância na qual a subjetividade é modulada na reciprocidade, uma subjetividade intersubjetiva.

Piva et al. (2010, p. 72) esclarecem que subjetividade e intersubjetividade são temas tratados pela fenomenologia. Tem como base alguns aspectos da teoria de Hegel e os fundamentos da fenomenologia de Husserl, que parece ter sido o primeiro a utilizar o termo intersubjetividade. Hegel propõe uma revisão crítica da filosofia do sujeito, que vai de Descartes a Kant, e que tem como características fundamentais a razão, a vontade autônoma e o poder de reflexão. Supõe que, para todo processo de socialização do indivíduo, há uma série de obrigações intersubjetivas baseadas na eticidade — vida ética. A questão central para ele não é a origem, mas sim a transformação e a expansão da sociedade, de forma que a liberdade individual e as particularidades de cada indivíduo possam ser equilibradas com os laços sociais.

Cerutti-Rizzatti (2014, p. 228) analisa a intersubjetividade consoante os princípios bakhtinianos, como a relação do “eu” com o “outro”, mediada pela

linguagem, em ambientes sociais, históricos e culturais distintos; ou como o encontro entre a subjetividade e a alteridade. Assim, o intersubjetivo revela a inserção social de indivíduos em um ambiente específico e suas conexões com outros por meio da linguagem, revelando suas complexas implicações histórico-culturais cronotópicas. O pesquisador apresenta uma conciliação da dimensão intersubjetiva no trabalho com a leitura, considerando o ato de ler como um encontro entre leitores e autores, e o compreende como um processo cultural (Cerutti-Rizzatti, 2014, p. 226).

Assim, Piva et al. (2010, p. 72) mostram que os textos sobre intersubjetividade apresentam a noção interacional como um fato. Dessa forma, a ideia de interação é considerada uma das bases comuns do intersubjetivismo. O conceito de intersubjetividade também é aproveitado para designar diferentes processos ou aspectos de um mesmo processo, sendo, muitas vezes, usado como equivalente a conceitos como: relação, inter-relação, interpenetração, interdependência, vínculo, dentre outros.

De acordo com Ribeiro (2015, p. 208), a intersubjetividade implicaria em uma comunicação direta entre duas subjetividades, sem que haja um substrato físico interferindo nessa comunicação. Intersubjetividade designa duas correntes teóricas: 1. intersubjetividade referindo-se a duas subjetividades que se comunicam diretamente e criam uma realidade comum às duas; 2. intersubjetividade referindo-se a duas subjetividades que se comunicam indiretamente, utilizando processos verbais ou não verbais.

De um lado, o jornalista, quando se faz presente nas cenas de sua reportagem em quadrinhos, narra os diálogos dos personagens e sua própria conversa com eles. Portanto, a narrativa gráfica proporcionada pelos quadrinhos lança mão da primeira corrente teórica da intersubjetividade, ou seja, existe uma comunicação direta entre duas ou mais subjetividades. Por outro lado, os quadrinhos, por si só, com base, sobretudo, na sua estrutura estética, seguem algumas regras comuns em sua feição. A linguagem verbal presente nos balões de fala remete aos diálogos dos personagens, além de descrever nomes de lugares e coisas ou mesmo períodos do tempo. As ilustrações orientam o leitor em sua análise literária dos quadrinhos. Essas questões representam uma comunicação indireta entre o narrador, seus personagens e o leitor, requisitos da segunda corrente teórica.

Sem fins de defender ou criticar a teoria da intersubjetividade, apenas demarcamos suas origens na filosofia e situamos o uso do termo em nosso processo teórico, metodológico e analítico.

JORNALISMO: OBJETIVIDADE E SUBJETIVIDADE

Neste tópico, utilizamos os pressupostos de Eugênio Bucci (2000), Nelson Traquina (2007), José Marques de Melo (2006), Nicoli Tassis (2023) e Valéria Maria Vilas Bôas (2023) para discutir os princípios de objetividade e subjetividade jornalísticas em sua teoria e prática “entrelaçadas” aos sujeitos e “entre” os sujeitos na atualidade.

Conforme Melo (2006, pp. 37–38), a questão da objetividade nasce com o próprio jornalismo. Essa ocorrência se deu logo após a “revolução burguesa”, quando, na Europa, a prática jornalística tomou duas diferentes faces, a emergência do jornalismo opinativo na França, marcado pelo fluxo interpretativo da realidade, e na Inglaterra, ancorando-se um jornalismo objetivo no qual predominava os relatos dos fatos separadamente de comentários. Traquina (2007) ressalta que o valor da objetividade surgiu no jornalismo no século XX, mas com base numa mudança fundamental ocorrida no século XIX, em que a primazia era dada aos fatos e não às opiniões.

De acordo com Tassis (2023), a partir do início do século XIX, as transformações vivenciadas pelas sociedades ocidentais, especialmente pelos países europeus e os Estados Unidos, começam a reverberar no fazer jornalístico. Reflexo disso é que os veículos de caráter assumidamente combativo tiveram os seus espaços cerceados e os textos explicitamente opinativos passaram a ser confinados em cadernos especiais e colunas assinadas. Consoante Melo (2006), o culto à objetividade reduz a criatividade do jornalista, então canonizada nos manuais de redação, gesto este que significou a redução de sua capacidade reflexiva em relação à realidade.

A objetividade, quando é usada como um modelo mais adequado para a produção de um tipo de jornalismo, tende a ser uma característica típica daqueles que administram grandes corporações, uma submissão ao poder hegemônico. Assim sendo, a objetividade soa como uma técnica do “fazer”, um momento breve que não permite reflexões adequadas. Por outro lado, há uma subjetividade que, de certa forma, controla esse “fazer”, ditando as ordens.

Para Traquina (2007), a objetividade demarca a metodologia que o jornalista deve seguir, facilita e permite que a utilizem indiscriminadamente economizando tempo para o veículo em que atuam; a objetividade serve como instrumento para privilégio da subjetividade do poder hegemônico, ou seja, como interesse, opinião e ideologias daqueles que administram as grandes corporações comunicacionais. Conforme Tassis (2023), tem-se, assim, o reconhecimento da informação como um produto de valor comercial, o que transforma o fazer jornalístico numa indústria da informação.

Segundo Traquina (2007), a partir do final da Primeira Guerra Mundial e da experiência com a propaganda, surge uma desconfiança por parte dos jornalistas sobre a noção de que “os fatos falam por si só”; consequentemente, a objetividade é admitida como espelho de regras e processos a serem seguidos. Na década de 1930, a objetividade passava a ter um certo valor profissional, tornando-se um ideal (utopia) diante da impossibilidade de vencer a subjetividade na apresentação das notícias. Para Melo (2006), a objetividade se confunde com verdade; escondem-se, em sua venda e propagação, substâncias imparciais na atividade jornalística atual dos meios de comunicação de massa. De igual modo, Traquina (2007) sustenta que a objetividade no jornalismo não é a negação da subjetividade, mas constitui-se como uma série de “ações interpretadas” e utilizadas pelos sujeitos, assegurando uma credibilidade como parte não interessada (imparcial) que aspira a proteção contra eventuais críticos (protecionismo) ao seu trabalho.

De um lado, Traquina (2007, p. 146), afirma que, apesar de todas as críticas à objetividade, o jornalismo moderno está indiscutivelmente associado a uma noção de equidistância entre o profissional do campo jornalístico e os diversos agentes sociais, atuando com justiça, observando as “diversas perspectivas”, mantendo a sua independência. Por outro lado, Bucci (2000, p. 90) explica que existe outra esfera da independência jornalística que necessita das convicções pessoais de cada profissional. Ou seja, enquanto indivíduos e membros da sociedade, os jornalistas também possuem suas competências culturais formadas a partir de suas religiões, ideologias políticas, etnias, preferências sexuais, entre outros.

Bucci (2000) afirma que não existe diferença entre sujeito e objeto no jornalismo. Logo, uma questão ganha corpo com os etnólogos que consideram o homem como sujeito e objeto de estudo simultaneamente, afirmando que ambos não têm sua existência reconhecida na natureza: “mas sim na linguagem, ou seja, no simbólico, e, mais ainda, ambos se enxergam não como sujeito e objeto, enxergam-se como sujeitos que se olham como outros” (Bucci, 2000, pp. 91–92). Para o autor, isso ajuda a compreender a dificuldade imposta ao repórter na busca da objetividade, de modo que a intenção em reportar com precisão o acontecimento é dependente de fontes, sujeitos e de suas “relações”, portanto, nesse processo existe uma mistificação junto a vontade de realizar seu trabalho fidedignamente. O pesquisador afirma que a objetividade, na prática, é completamente impossível: “contudo, todos continuam acreditando nela — e ela está no fundamento do pacto de confiança que a imprensa mantém com a sociedade” (Bucci, 2000, p. 92).

Não existindo nenhum distanciamento cultural entre o homem que é repórter, o homem que é notícia e o homem que é destinatário da informação,

Bucci (2000, pp. 92–93) questiona: “de onde pode então emergir a objetividade?” O autor explicita que: “objetividade é uma palavra que vem de objeto”, diz que tem objetividade o discurso em que se expressam as características próprias do objeto, e não as do autor do relato (sujeito). Como produto arbitrário, o “jornalismo” utiliza o pressuposto de que uma narração pode ser objetiva e consequentemente fiel às características do objeto, sem deformações provocadas pelo sujeito. Existem informações inteiramente objetivas, como o anúncio de que a temperatura na Avenida Raja Gabaglia, em Belo Horizonte, é de 13 graus Celsius. É um anúncio objetivo e basta, assim como é uma informação objetiva, o placar de um jogo — zero a zero. Ao reportar que o presidente do Clube Atlético Mineiro está reunido com o treinador da equipe e empresários de jogadores na sede do clube, desde às dez da manhã, é objetiva como as demais, mas não basta porque faltam informações para complementá-la. “Do que tratam na reunião? ... Qual deles dá o tom das conversas? Quem tem a direção ... dos trabalhos?” (Bucci, 2000, pp. 92–93).

Sendo assim, a objetividade é dependente de ações subjetivas dos indivíduos que são notícias (Bucci, 2000, p. 93), de modo que notícias são observadas por experiências subjetivas concernentes àqueles que são encarregados de informar os espectadores. Quanto menos elementares são as informações, mais elas dependem de aspectos subjetivos para se tornarem objetivas. Destarte, as notícias são produzidas pelos homens, os quais são sujeitos.

Logo, o jornalista é um sujeito que fala de outro sobre um terceiro e um quarto sujeito (Bucci, 2000, p. 93). Por esse viés, o jornalismo não possui objetos, apenas sujeitos. Todos que constituem as atividades da imprensa, como redatores, repórteres, apresentadores, cinegrafistas, editores, fotógrafos, possuem suas subjetividades, pensando assim, são iguais aos seus objetos, ou seja, aos sujeitos que lhes servem de objetos. Como é, então, que podem descrevê-los objetivamente? (Bucci, 2000, p. 93). Para o autor, a única resposta possível é subjetiva, pois a objetividade é dependente do jornalista, como também da história que será investigada e consequentemente contada. “A melhor objetividade no jornalismo é então uma justa, transparente e equilibrada apresentação da intersubjetividade” (Bucci, 2000, p. 94, grifo nosso).

Consoante Ferreira (2020, p. 627), a subjetividade, a percepção sensorial e os sentimentos, somados à busca pelo objetivo científico, devem ser tematizados e valorizados pela crítica e pelo rigor da pesquisa, já que o afetivo e o sensorial também podem ser instrumentalizados para instigar ações desonestas. Esse potencial não diz respeito somente à prática da escrita, mas também a uma característica das realidades humanas a ser ressignificada para e com o leitor. Se não é possível ser literalmente imparcial e objetivo, o pensamento

objetivista causa uma enorme preocupação metodológica. “Esta crítica traz a ideia de neutralidade da ciência e do uso do discurso científico e sua suposta imparcialidade para legitimar projetos colonizadores” (Ferreira, 2020, p. 627). O trabalho rigoroso do jornalista não se resume, apenas, numa relação metódica entre a investigação do sujeito e o objeto analisado. Essa distância criada entre sujeito e objeto “seria um efeito colateral deste excesso de expectativa científica em relação à objetividade, que prometeu resultados neutros, especialmente mediante determinadas compreensões positivistas” (Alonso, 1995 citado em Ferreira, 2020, p. 632).

Quando o jornalismo reivindica a objetividade, ele constitui um campo “intersubjetivo” crítico entre os atores que ali se fazem presentes e produzem os fatos, aqueles que observam a produção desses acontecimentos, e outros que, mediante relatos, informam-se sobre os fatos ocorridos.

Portanto, essa mistura de características objetivas e subjetivas no interior da linguagem dos quadrinhos atravessa as composições estéticas e literárias que compreendem o jornalista, os personagens, o tempo, o espaço. Esse tensionamento parece sintetizar uma intersubjetividade, a qual não é dada em seu fechamento, mas por sua abertura, numa constante tentativa de refletir e entender aquilo que é subjetivo e objetivo.

SOBRE NARRATIVAS GRÁFICAS

Seguindo os princípios de Will Eisner (2010) e Thomas Giddens (2018), a partir de uma abordagem estética baseada na textualidade, visualidade, experiência, emoção e sensibilidade, que, juntas, apresentam perspectivas objetivas e subjetivas (intersubjetividade), discutimos como as imagens, palavras e sequências interagem e interferem nos processos de leitura e como diferentes formas de comunicação se relacionam nos quadrinhos.

De acordo com Eisner (2010, p. 7), durante o século XX, os escritores que contavam histórias desenvolveram uma linguagem capaz de expressar uma variedade de pensamentos, sons, ações e ideias em uma sequência ordenada, separada por quadros. Essa iniciativa ampliou as possibilidades de uma imagem simples. Ao longo do processo, desenvolveu-se uma forma de arte narrativa moderna conhecida como histórias em quadrinhos. No século XX, a arte sequencial se desenvolveu com base na mídia impressa, sobretudo nas revistas em quadrinhos e nas tiras de jornal. Atualmente, existem tecnologias digitais que permitem expandir as fronteiras criativas dos princípios fundamentais da narrativa gráfica.

Giddens (2018) demarca os quadrinhos como uma forma de conhecimento que explora ou apresenta diferentes formas de comunicação: visual, textual, gráfica, linguística, espacial e narrativa, mediante uma estrutura complexa de vários quadros. Essa linguagem mostra regras estéticas e formais que podem ser aplicadas, utilizadas ou rejeitadas para fins diversos. Segundo o pesquisador (Giddens, 2018, p. 4), apesar de terem sido criticados e rejeitados como arte, os quadrinhos tornaram-se amplamente populares no imaginário social e, em diversas áreas, expandiram seus temas. Os quadrinhos tiveram um impacto significativo no cinema, na televisão, nas mercadorias, nas roupas, no protesto político e no crime violento. Oferecem a possibilidade de ultrapassar as fronteiras da linguagem racional, reconhecendo a mediação entre a ordem das formas já conhecidas e a desordem de um mundo que não está conscientemente estruturado.

Segundo Eisner (2010, p. 2), a leitura de histórias em quadrinhos é um ato de percepção estética e esforço intelectual. Dado que elas apresentam uma sobreposição de palavras e imagens, é necessário que o leitor aplique suas habilidades interpretativas, visuais e verbais. As regências da arte: perspectiva, simetria, pincelada e as regências da literatura: gramática, enredo, sintaxe, sobrepõem-se mutuamente. “Da mesma forma, a arte, como um fenômeno primariamente emocional ou sensorial, produz, interpreta, e valoriza suas formas em relação a regras particulares: de processos criativos, de formatos e exibição; dessa forma, a estética implica a presença de regras” (Giddens, 2018, pp. 10–11).

Nesse sentido, Giddens (2018, pp. 10–11) sustenta que o envolvimento estético nos permite ver outras camadas (como atmosfera, textura, forma, visualidade e dimensões estéticas mais amplas), que, com as regras formais, influenciam os significados presentes no encontro com um objeto (intersubjetividade).

Giddens (2018, pp. 17–18) afirma que a capacidade das páginas de quadrinhos serem organizadas sem uma sequência linear ou temporal desafia uma visão essencialista dos quadrinhos como uma sequência. No entanto, isso não significa negar que a leitura simultânea de múltiplas imagens é parte essencial do processo de interpretação. Dessa forma, é possível notar uma preocupação atemporal com a hibridez nas formas de quadrinhos, com diversos elementos e formas de comunicação “interagindo”. Textos, imagens, design de página e qualidade, formatos de impressão e materiais impressos podem influenciar os significados e interpretações presentes na leitura de quadrinhos.

De acordo com Eisner (2010), os textos que acompanham determinadas narrativas gráficas acrescentam alguns pensamentos, que não estão ilustrados, em letras desenhadas à mão, num estilo que combina com o sentimento expresso pela mensagem. “O tratamento visual das palavras como formas de arte gráfica faz parte do vocabulário” (Eisner, 2010, p. 2).

Eisner (2010, pp. 7–8) argumenta que a compreensão de uma imagem requer uma troca de experiências (intersubjetividade). Assim sendo, para que sua mensagem seja compreendida, o artista deve reconhecer a experiência de vida do leitor. O artista está usando imagens guardadas na memória de ambos os lados. Esse empreendimento dependerá de como o leitor perceberá o significado e o impacto emocional da imagem. Estilo e técnica são elementos basilares da imagem e do que ele está dizendo.

Na tira de quadrinhos moderna, o “pictograma” da devoção seria expresso com variações do estilo caligráfico. Através da iluminação ou da “atmosfera”, sua quantidade emocional poderia se modificar. Finalmente, combinado às palavras, ele formaria uma mensagem precisa a ser compreendida pelo leitor. (Eisner, 2010, p. 9)

Conforme Eisner (2010), a codificação, apesar de não ser de autoria do artista, resulta em um alfabeto que expressa um contexto específico, criando toda uma trama emocional. O artista gráfico apresenta narrativas com significados mais aprofundados que tratam da complexa experiência humana.

Os quadrinhos têm um papel crucial na compreensão crítica, o que nos permite empregar uma estética cultural aberta e criativa. A afirmação de Giddens (2018) indica a emergência de uma objetividade e, ao mesmo tempo, de uma subjetividade. Em nosso entendimento, cria-se uma intersubjetividade porque essa abertura estética trabalha não somente na criação (objetividade), mas também na (re)criação (subjetividade). Cada quadro se torna apenas um elemento em um complexo sistema de conhecimento, tanto integrado quanto separado, limitado e ilimitado. De acordo com Giddens (2018, p. 17), definir as formas e marcas da literatura ou as palavras de um estatuto também é um encontro subjetivo entre leitor e leitura, pelo qual o significado é formado pelas “interações” subjetivas entre um texto e seu público. Isso está relacionado à estética e à ligação dos quadrinhos com os processos de leitura e estilos de apresentação, fornecendo significado a partir da experiência sensorial, mediando a realidade e o conceito.

Segundo Eisner (2010), a emoção da fala é percebida no interior do balão pelo letreiramento. Em muitos casos, essas características são consequências do estilo do artista e dos personagens que interagem nos balões, o que pode aumentar ou diminuir o volume das falas através da caligrafia e onomatopeias. “A composição tipográfica tem realmente uma espécie de autoridade inerente, mas também um efeito mecânico que interfere na personalidade da arte feita à mão livre” (Eisner, 2010, pp. 25–26).

A sequência de quadrinhos revela uma leitura subjetiva. A afirmação de McCloud, citada por Giddens (2018, p. 16), indica que os quadrinhos usam a “sarjeta”, o espaço vazio entre os painéis, sobre o qual devemos olhar enquanto nos movimentamos de um quadro para outro.

A objetividade se transforma em subjetividade quando a estética gera reflexões, o que difere quando é transmitida por diferentes mídias. “Mas este ‘outro mundo’ é também um mundo de humanidade rica e experiência estética, das complexas realidades humanas que habitam além dos limites da ordem racional” (Giddens, 2018, p. 2).

Embora alguns pensadores tenham tentado tornar a observação da beleza uma tarefa de experiência objetiva, eles eram constantemente minados pela contingência inerente da estética, produção e percepção; a confusa subjetividade da estética poderia, pelo menos melhor apenas imitar ou implicar uma verdade mais racionalmente objetiva. (Giddens, 2018, p. 3)

De acordo com Giddens (2018, p. 6), na psicanálise, o inconsciente é frequentemente entendido como um conjunto de memórias reprimidas, experiências ocultas no passado que retornam no presente. Eisner (2010) afirma que é possível narrar um evento isolado e transferir a ação para diversas temporalidades. As imagens apresentadas por Joe Sacco, por exemplo, mostram as cidades devastadas, com centenas de mortos espalhados pelo chão. Ocorrências de temporalidades distintas que permanecem no presente. Os quadros que compõem essa perspectiva permitem uma análise mais aprofundada, provocando um efeito emocional no leitor.

Apesar de ter valor e compreensão, a “intersubjetividade” precisa de uma separação prévia que funciona como um binômio: teoria e prática, como reflexão e ação, como objetividade e subjetividade. Os quadrinhos têm múltiplas perspectivas e sensibilidades: “há mais no meio do que palavras e imagens... Os leitores não interagem com os quadrinhos apenas por meio dos olhos; seus corpos inteiros estão envolvidos na execução da obra” (Giddens, 2018, p. 21).

Nem o jornalismo, nem os quadrinhos podem fugir da estética; estão sempre ligados pelos seus traços comuns, como objetos humanos: “a vida, o mundo, nossas experiências, nossas emoções, nossos entendimentos: sejam codificados em regras legais ou em painéis de quadrinhos, todos eles são filtrados através da percepção estética dos nossos sentidos” (Giddens, 2018, p. 4).

A desconstrução epistemológica, apoiada nos referenciais teóricos e empíricos que compõem nosso trabalho, coloca-nos em uma posição privilegiada de investigação. Ao analisarmos algumas das dimensões formais dos quadrinhos,

percebemos que esse meio pode explorar complexidades mundanas a partir da sua constituição e leitura.

Como as histórias em quadrinhos demonstram, a realidade não está determinada por fontes objetivas, mas sim por contextos humanos, preferências e práticas estéticas. A narrativa gráfica, ao contrário, não visa uma separação de questões objetivas e subjetivas, porque considera o seu encontro (intersubjetividade). Os quadrinhos, com suas diversas formas de conhecimento e comunicação, expõem essa incompletude e inevitabilidade.

OBJETIVIDADE, SUBJETIVIDADE E INTERSUBJETIVIDADE NO JORNALISMO EM QUADRINHOS

Neste tópico, analisamos o jornalismo em quadrinhos, enfatizando, como uma das suas principais características, o testemunho e a participação do jornalista como um indicador de presença em sua própria investigação, permitindo uma interação que avança para o campo intersubjetivo.

Segundo Silva e Lucas (2023, p. 89), o jornalismo em quadrinhos, prática que apenas recentemente ganhou espaço em veículos tradicionais de informação, representa uma nova oportunidade de jornalismo a ser explorada neste momento de extrema mudança e incerteza sobre a profissão.

Joe Sacco, nos anos 1990, com a obra *Palestina* (1996), foi o precursor na publicação de uma grande reportagem em quadrinhos. Com detalhes em suas ilustrações reproduzindo rostos, cenários, armas e destroços deixados por granadas, balas e minas terrestres, faz o leitor acompanhá-lo em andanças por casas e cidades devastadas. Segundo Assis (2011), Sacco atenua certos pontos de suas narrativas com a intenção de suavizar fragmentos da história; isso se justifica para prender o interesse do leitor e ajudá-lo a digerir temas mais complexos. O jornalista realiza uma reintrodução dos personagens nos quadrinhos a partir de suas próprias vozes; os atores são reconstruídos não apenas como testemunhas objetivas, suas características, sentimentos e ações são ilustrados e textualizados.

Conforme Vilas Bôas (2023), a reportagem é um dos gêneros no qual o testemunho é uma estratégia importante para conquistar a confiança do leitor. Assim sendo, Joe Sacco, ao reportar um fato, narra a si se solidarizando “com uma fonte ou mesmo para oferecer um quadro de compreensão para o leitor/espectador a partir de uma experiência pessoal” (Vilas Bôas, 2023, pp. 31–32). Segundo Silveira e Huf (2021), o jornalismo em quadrinhos permite que o jornalista se coloque no próprio texto como autor-observador e/ou até participante da narrativa, assim, descreve sentimentos, emoções, afetos, por meio do processo de apuração do jornalismo.

Teixeira (2020, p. 10) salienta que o jornalismo, os quadrinhos, as notícias e o cotidiano são todas formas de comunicação, onde o mundo se comunica. Ademais, o jornalista busca, por meio da reportagem, tornar o acontecimento noticiado mais humano. Ele deve acrescentar um contexto muito maior ao que estamos habituados a encontrar no nosso cotidiano.

Como ressaltado por Sacco (2016), um grande perigo para o jornalista é a propagação da fidelidade que serve ao equilíbrio. Assim, faz-se necessário que o jornalista aprofunde sua investigação e não tome certos relatos como verdade, independente de quem os fala, e não absorva a verdade como neutra somente pelo motivo de distribuição igualitária de espaço. No campo jornalístico, apresenta-se a crença de que seus próprios métodos de investigação, construção da narrativa, edição do texto, tratamento dos dados, fontes fiéis, ter a mesma medida para ouvir todos os lados envolvidos no conflito seriam fatores que poderiam garantir a neutralidade e a transparência da narrativa, funcionando como espelho da realidade.

Ao referirmos termos como objetividade e subjetividade, conforme Silva e Lucas (2023, p. 90) destacam, consideramos as formas atuais pelas quais o campo jornalístico pressupõe tais expressões, tendo em vista a diferença entre gêneros: informativos, interpretativos, opinativos e formatos: reportagem, nota, entrevista etc. Assim, essas fronteiras tendem a se contrair à medida que surgem novos meios, lógicas produtivas, possibilidades de estruturação textual e discursiva e contratos de leitura/comunicação entre veículos e audiência. Silva e Lucas (2023, p. 90), a partir dos conceitos de Lochard e Boyer (2004, pp. 63–64) em uma discussão sobre os propósitos comunicativos nos meios de comunicação, defendem que o uso de imagens desenhadas pode indicar a procura por um resultado discursivo mais informativo, baseado na narrativa e na descrição, ou por um resultado mais opinativo, baseado em caricaturas e desenhos que sugerem potencialidades argumentativas e, por fim, narrativas.

O interesse de Sacco (2016), como declarado pelo autor em *Reportagens*, sobretudo, é por aqueles que, normalmente, têm suas vozes ocultadas. Assegura que não cabe a ele, como jornalista, equilibrar as vozes dos personagens com as apologias da hegemonia. Os poderosos devem ser citados para que suas falas possam ser apreciadas diante da verdade e não para ocultá-la. Esclarece que o ponto positivo de uma mídia como o jornalismo em quadrinhos é não ficar refém do jornalismo tradicional.

De acordo com Silva e Lucas (2023), Sacco rejeita o realismo dos desenhistas-jornalistas do século XIX em favor de um estilo extremamente caricato, influenciado por autores como Crumb, desenvolvido para um humor satírico e não um registro de eventos reais. Ademais, Sacco retrata frequentemente a

si nas cenas, enfatizando o processo jornalístico e a figura do jornalista, rejeitando o incentivo da fotografia para fingir que não há pessoas na câmera ou subjetividades interferindo na imagem.

Desse modo, a subjetividade apresenta-se na tomada de decisões no trajeto processual, como indaga Sacco (2016): “como responder, por exemplo, quando questionam se o desenho pode aspirar à verdade objetiva? Não é justamente da verdade objetiva que trata o jornalismo? Os desenhos, por natureza, não são *subjetivos*?” (p. 5, grifo nosso). A conexão, que surge a partir de objetividades e subjetividades, abre espaço para que a intersubjetividade, em sua forma latente, possa emergir.

Silva e Lucas (2023, p. 98) explicam que Sacco é influenciado pelos debates sobre objetividade e subjetividade jornalísticas, mas suas obras não se limitam a um dos lados, empregando técnicas dos dois tipos com grande frequência. Assim, a conexão entre esses tópicos e sua obra não é fixa; ela pode variar consoante o contexto de cada trabalho, suas respectivas condições de produção e suas próprias práticas produtivas.

Nesse aspecto, Joe Sacco (2016, p. 5) afirma não ter problemas com o significado de objetividade, desde que não seja apenas para abordar um fato com concepções. Ele não acredita que a maioria dos jornalistas consiga reportar um fato, independentemente de sua relevância, com objetividade. Segundo o autor, uma jornalista norte-americana que chega ao Afeganistão não consegue se livrar imediatamente de sua perspectiva norte-americana e dos preconceitos mediante a reportagem que realizará. Por exemplo: os soldados norte-americanos que ela acompanha são seus compatriotas e compartilham valores semelhantes aos seus; como poderá “percebê-los como instrumento de um estado-nação que opera segundo seus próprios interesses, o que, na prática — em termos objetivos — eles são?” (Sacco, 2016, p. 05).

O objetivo de trabalhar conjuntamente, nesse aspecto, a perspectiva do repórter/jornalista, do estrangeiro e do desenhista é transmitir sentimentos através do desenho e do texto. Teixeira (2020, pp. 8–9) ressalta a afirmação de Scott McCloud de que, em todas as figuras, o significado é insignificante, variável e difere completamente das imagens da realidade, uma vez que os sentidos do texto são atribuídos ao leitor.

Você me dá vida lendo este livro e “preenchendo” esta forma icônica (cartunizada). Quem eu sou é irrelevante. Eu sou um pedacinho de você. E, se quem eu sou importar menos, talvez o que eu digo importe mais. Bom, essa é a teoria. O desenho animado é um vácuo pro qual nossa identidade e consciência são atraídas uma concha vazia que nós habitamos pra viajar a um outro reino. Nós não

observamos o cartum. Nós passamos a ser ele. É por isso que resolvi me desenhar num estilo tão simples No entanto, o fenômeno da autoconsciência não-visual pode, num grau menor, se aplicar a nossos corpos inteiros Nossa identidade e consciência são investidas em muitos objetos inanimados todos os dias nossas roupas, por exemplo, podem transformar a maneira dos outros nos verem e de nós nos vermos. (McCloud, 2008, pp. 36–37 citado em Teixeira, 2020, p. 9)

Utilizando os argumentos apresentados por Mazur e Danner (2014, p. 237), Teixeira (2020, p. 4) assevera que Sacco combina memórias e reportagens, acentuando o potencial dos quadrinhos como um instrumento para um jornalismo mais profundo e emocional. Os elementos específicos dos quadrinhos, como a caricatura e o exagero, no caso de Sacco, e a inclusão do artista-repórter como personagem levantam questões próprias, exigindo que o jornalista se defronte com a inevitável subjetividade inerente à atividade jornalística.

As expressões subjetivas não se resumem a emoções individuais, ao contrário da predominância arbitrária propagadora de um relacionamento que aponta tanto a razão quanto a emoção como termos opostos. Se a emoção é, de fato, uma resposta física do indivíduo a um estímulo, por exemplo, o sorriso, a alegria e a felicidade são proporcionados em momentos de triunfo e glória, por outro lado, a tristeza, o choro e a infelicidade ocorrem em momentos de perdas e derrotas, logo o significado de “afeto e sensibilidade parece nos permitir ir além de uma noção que a associa ao indivíduo e inclui uma *dimensão coletiva* da construção de disposições éticas, estéticas e morais que é também constituidora de nossos valores” (Vilas Bôas, 2023, pp. 30–31, grifo nosso).

Silva e Lucas (2023, pp. 89–90) tratam os conceitos de objetividade e subjetividade não como meros critérios que determinam se um trabalho pertence ou não a essas categorias, mas sim como estados mais fluidos, que o jornalista-quadrinista pode trazer para a superfície de seu trabalho em determinados momentos, dependendo das construções textuais e imagéticas que produz. Diante disso, Sacco tenta equilibrar duas táticas discursivas: a objetivação, que busca uma distância expressa pelos relatos dos fatos e fontes, e a subjetivação, que procura uma aproximação e colocação do próprio ponto de vista.

Consoante Teixeira (2020, p. 6), o artista, repórter ou jornalista-quadrinista será quem escolherá quais histórias deseja contar. As narrativas apresentam uma variedade de formas de expressão. Os sentimentos do autor e dos seus entrevistados, por exemplo, com seus depoimentos e relatos, numa reportagem, como em Joe Sacco, devem ser sempre colocados no seu contexto. Teixeira (2020), parafraseando Juan Bordenave, salienta que a mensagem precisa ser inserida em um contexto de referência constante. Em outras palavras, como a existência

pode ser aplicada a ele. Dando, assim, uma dimensão representacional. Ao criar narrativas, ela ganha em tamanho e profundidade. A comunicação se estende e transmite aos leitores o seu conteúdo, pois a comunicação é confundida com a vida. Nas obras literárias, os sentidos pertencem ao leitor porque ele domina os sentidos da obra. Os autores não são donos de suas obras. Elas pertencem aos leitores, que continuamente reescrevem e reconstróem os seus sentidos.

Em resumo, a grande benesse de uma mídia inerentemente interpretativa, como é o caso dos quadrinhos, é que ela não me deixou confinado ao jornalismo tradicional. Ao tornar difícil me ausentar de uma cena, ela não me permite fazer da imparcialidade uma virtude. Para o bem ou para o mal, a mídia dos quadrinhos é inflexível, o que me leva a fazer escolhas. A meu ver, isso faz parte de sua mensagem inerente. (Sacco, 2016, p. 6)

As imagens estão conectadas ao texto, que ganha volume e amplia suas dimensões. Acompanhamos as histórias do jornalismo em quadrinhos com nossas perspectivas e imaginação, lugares de onde tiramos os verdadeiros sentidos da obra. No entanto, de acordo com Teixeira (2020, p. 11), há uma história por trás disso tudo. As subjetividades dos outros tentam reproduzir o que eles realmente viram, mas isso já se compreende, logo, que só há uma realidade totalmente imaginada agora. O fato não é mais relevante tanto para o jornalista quanto para o historiador. A imaginação não é menos importante do que a realidade material.

Insisto nisso porque quero reforçar a ideia de que no processo de transcrição, a escrita ou o desenho, ela rompe-se definitivamente com o passado. As imagens, que orquestram graficamente no “jornalismo em quadrinhos” estarão ali presentes para quebrar, muitas das vezes, com a monotonia do texto, talvez, para lhe imprimir maior movimento ou versatilidade. (Kelly, 1972, p. 53 citado em Teixeira, 2020, p. 11)

Segundo Silva e Lucas (2023), a inscrição visual de Sacco em suas próprias reportagens não tem apenas como objetivo gerar um efeito de sentido em relação à sua presença física no local mencionado possibilitando que ele possa variar nas estratégias de seu discurso. Essa representação visual vai além, Sacco, autorretratado de modo cartunesco, aparece, mais do que como jornalista de quadrinhos, como uma espécie de extensão de um si próprio de obras anteriores.

A lógica presente nos grafismos e nas imagens exibidas pelas narrativas gráficas de Joe Sacco parece oscilar entre os polos objetivo e subjetivo. Em outras palavras, parece-nos que a intersubjetividade habita essa condição oscilante.

De modo que não podemos vê-la em sua totalidade, porque é empregada pelas peregrinações objetivas e subjetivas do jornalista em quadrinhos, de seus personagens e leitores.

ALÉM DO SENTIDO: POSIÇÕES E CONCEITOS EM MOVIMENTO

Nesse tópico, debatemos a dicotomia objetividade/subjetividade na experiência moderna, lançando mão da noção de produção de presença que significa a vontade de participação dos sujeitos com os objetos do mundo sem atribuição de sentido, como também evidenciamos as influências e os fundamentos à elaboração conceitual de Hans Ulrich Gumbrecht em torno de um campo não hermenêutico, jogando luz sobre pensadores que exercem influência determinante sobre o desenvolvimento gradual de seu pensamento.

Gumbrecht (2010) endossa sua formulação a partir de dois níveis metafísicos pautados na presença do mundo: a superfície material relacionada à cultura de presença e a profundidade semântica baseada na cultura de sentido. Para Silva (2017), se os seres humanos se consideram parte do mundo dos objetos, essa relação faz emergir o movimento da cultura de presença em conflito com o movimento de saturação epistemológica, visando uma aproximação orgânica viva que interage a partir de afetos por meio de uma compreensão que não é apenas de sentido.

De acordo com Silva (2017, p. 509), Gumbrecht apresenta a cultura da presença como possibilidade e condição da compreensão tradicional da linguagem, ressaltando a hegemonia de produção de sentidos pela cultura hermenêutica, especializada em uma metafísica da representação. Assim, aspira a libertar-se da predominância hermenêutica nas ciências humanas, de modo que avance para outros caminhos, não interpretativos e não metafísicos, com a capacidade de realizar no interior desse cientificismo cartesiano aquilo que o sentido (significado) não pode transmitir.

Para Gumbrecht (2010, pp. 76–77) a dificuldade no desenvolvimento de conceitos não interpretativos estaria no fato de que a predominância da visão de mundo cartesiana no começo da modernidade, e da hermenêutica desde o início do século XX, faz parecer impossível, num primeiro momento, percebermos conceitos que satisfaçam o objetivo prático e do embasamento teórico de alguma coisa que não a interpretação. De tal modo, a filosofia de Gumbrecht se abre como possibilidade à diversidade epistemológica, à investigação de temas não clássicos como a natureza e em sua polissemia característica, às “interrelações” dos sujeitos (intersubjetividade).

Nesse mesmo movimento é destacada a crescente atenção de historiadores ao processo de modernização epistemológica, enquadrado no fenômeno da percepção de aceleração temporal entre os anos de 1780 e 1830. Em sua fundamentação teórica, Gumbrecht tem como ponto de partida autores que marcam afinidades contemporâneas com suas intenções epistemológicas.

Jean-Luc Nancy aponta para a certeza, “diferentemente da concepção de ‘presença real’ da teologia da Idade Média, a presença não pode passar a fazer parte de uma situação permanente, nunca pode ser uma coisa a que, por assim dizer, nós possamos agarrar” (Gumbrecht, 2010, p. 82). O autor salienta que a presença nas condições contemporâneas significa o nascimento como chegada que apaga a si mesma e devolve a si mesma.

Nesse sentido, Gumbrecht (2010) declara, consoante a hipótese de Karl Heinz Bohrer, que a efemeridade de determinados aparecimentos e saídas dizem respeito a característica fundamental da experiência estética, referindo-se a isso como a negação da própria estética, ou seja, a negação da consciência da presença evanescente.

Mediante o postulado de Martin Seel, Gumbrecht (2010) ratifica que a aparência está amalgamada à presença, e qualquer coisa que aparece está presente porque se oferece aos “sentidos” do indivíduo. Assim, a aparência das coisas produz sempre uma consciência das limitações do controle humano sobre tais coisas [*Unveifüßbarkeit*].

Gumbrecht (2010, pp. 89–90) também nos faz compreender sua teoria pelo pensamento de Hans-Georg Gadamer, que denomina a dimensão não hermenêutica do texto de seu “volume” [*Volunlm*] tensionando suas componentes semânticas e não semânticas com o tensionamento entre “mundo” e “terra” desenvolvido por Heidegger (2010) no ensaio *A origem da obra de arte*. “É a sua componente ‘terra’ que permite à obra de arte ou ao poema ‘firmar a si mesmo’; é a ‘terra’ que dá à obra de arte existência no espaço” (Gumbrecht, 2010, pp. 89–90).

Portanto, o que está antes, através e além podem se comunicar, pois a aparência da anterioridade, quando atravessada num instante epifânico pode ir além do significado porque a sua ação é o que importa e não a sua chegada. Diante do exposto temos a possibilidade da tese defendida por Gumbrecht (2010, p. 10) de não anular a cultura de sentido pela predominância da cultura de presença, “mas a *inter-relação* entre elas ... certamente na cultura de presença encontra-se uma *inter-relação* paradigmática com a razão sensível” (Silva, 2017, p. 509, grifo nosso). Conforme Lage (2018, p. 75), uma cultura de presença é associada, principalmente, em sua relação espacial; já numa cultura de sentido se destaca sua dimensão de temporalidade e ação do homem sobre ele, como

atuação transformadora da história e do mundo. Tudo se modifica “conjuntamente”, ao contrário do pensamento hermenêutico que tem em seu positivismo o homem como agente modificador e não integrante que sofre modificações com as coisas. Gumbrecht (2010) disserta que os indivíduos têm o pensamento como autorreferência predominante numa cultura de sentido. Já numa cultura de presença, a autorreferência é o corpo.

As artes estão maravilhosamente enraizadas na substância, no corpo humano, na pedra, no pigmento, na vibração das entranhas ou no peso do vento nos juncais. A boa arte e a boa literatura têm início na imanência. Mas não terminam aí. Isso equivale a dizer, claramente, que é tarefa e privilégio da estética tornar rapidamente presente o continuum entre a temporalidade e a eternidade, entre a matéria e o espírito, entre o homem e “o outro”. (Gumbrecht, 2010, pp. 83–84)

Por conseguinte, Gumbrecht (2010) lança mão das proposições heideggerianas que colocam a obra de arte como lugar de destaque para o acontecimento da verdade, local onde o Ser se revela e se retira, apresentando as coisas de outros jeitos que não os habituais. Apontando que Ser significa tudo que aparece e se esconde no acontecimento da verdade. Quando revelado numa obra de arte, Ser não é espiritual e nem conceitual, pertence à dimensão das coisas, portanto, Ser não é um sentido, é presença. Ser ocupa espaço por ter a característica de coisa, tem substância, Ser não é uma referência metafórica. Gumbrecht (2010) cita o ensaio de Heidegger *Zur Erörterung der Gelassenheit*, de 1944–1945, o texto indica que o “Ser” se retira em vez de se oferecer a nós, de modo que “as coisas que aparecem” na retirada do Ser “deixam de ter o caráter de objetos” (p. 95).

De tal modo, Gumbrecht (2010) afirma que a arte é o surgimento e o acontecimento da verdade. Em seguida, questiona se a verdade surge do nada. Ilustra que o significado de “nada” não é o contrário daquilo que “é”. Se pensarmos naquilo que “é” como um objeto presente, por esse giro ilumina-se pela existência da obra como um ser verdadeiro. “A verdade não resulta nunca de objetos que estão presentes e são comuns. Pelo contrário, o abrir-se do Aberto, o descerrar do que é, acontece apenas enquanto é projetada a abertura” (Gumbrecht, 2010, p. 98).

Segundo Gumbrecht (2010, p. 81), seria interessante retomar o contato com as coisas no mundo fora do paradigma sujeito/objeto, evitando a interpretação sem fazer juízo dela.

Inferimos que uma intersubjetividade, instituída pela junção dos polos objetivo e subjetivo, tem o potencial de percorrer, ao mesmo tempo, entre uma cultura de sentido e uma cultura de presença. Todavia, no instante em que o jornalismo reivindica a objetividade, ele constitui um campo intersubjetivo

crítico entre os atores que ali se fazem presentes, indivíduos que produzem os fatos, aqueles que observam a produção dos acontecimentos, e outros que mediante relatos se informam sobre tais ocorrências.

SE DEMORAR COM AS COISAS: DASEIN E PRESENÇA

Nesse momento, apresentamos alguns pontos sobre “Presença”, conceito tão caro à filosofia gumbrechtiana, a partir do *Dasein* (ser-aí) de Heidegger, especialmente com relação às possibilidades e condições da linguagem à presentificação. Salientamos que, no âmbito de Presença e *Dasein*, estão dispostos os conceitos de Ser e Serenidade, que se complementam na direção do entendimento proposto em nosso trabalho em relação à produção de presença.

Destacamos que a nossa proposta investigativa tem suas atenções direcionadas ao conceito de Produção de Presença de Gumbrecht (2010), que tem seus estudos fundamentados nas teses de Heidegger. Logo, em nossa pesquisa, o pensamento heideggeriano tem, apenas, caráter introdutório ao entendimento de *Dasein*. Devido ao seu elevado grau de complexidade, discutimos o *Dasein* a partir de autores que se aprofundam diretamente na obra *Ser e Tempo*.

É importante ressaltar que, na versão brasileira de *Ser e Tempo*, a tradutora Márcia de Sá Cavalcante Schuback (2006, p. 309) opta por substituir a expressão “ser-aí” por “pre-sença” na tradução da palavra *Dasein*. A autora explica que Pre-sença não é sinônimo de existência e nem de homem. A palavra *Dasein* é comumente traduzida por existência. Resumidamente, ela diz ter optado pela tradução de pre-sença para não ficar aprisionado às implicações do binômio metafísico essência-existência. Para superar o imobilismo de uma localização estática que o “ser-aí” poderia sugerir. Pre-sença não é sinônimo nem de homem, nem de ser humano, nem de humanidade. Evoca o processo de constituição ontológica de homem, ser humano e humanidade. É na pre-sença que o homem constrói o seu modo de ser, a sua existência, a sua história etc.

Segundo Gumbrecht (2010), *Dasein* significa a existência humana que se relaciona funcional e espacialmente com o mundo, isto é, o “ser-no-mundo”. Esse mundo que se conecta com o *Dasein* é um mundo já interpretado, por isso, está “ao-alcance-da-mão”. A tese sobre a posição de “Ser-no-mundo” como revelação é caracterizada por Heidegger como “serenidade” [*Gelassenheit*], assim as coisas podem acontecer por elas mesmas. A intenção de revelar o Ser não surge do *Dasein*, mas do próprio Ser. Serenidade também pode ser entendida a partir do seu potencial de colocar-se de fora da distinção entre atividade e passividade.

Destarte, entendemos que o *Dasein* tem a função de estar-no-mundo, ao contrário do indivíduo que se posiciona em-frente-do-mundo, assim, a serenidade

pode deixar de lado qualquer tipo de imaginação e projeção transcendentais: “o *Dasein* não deve ocupar uma posição que possa estar conectada à manipulação, à transformação ou à interpretação do mundo” (Gumbrecht, 2010, p. 97).

Deste modo, a atenção à predisposição ontológica ser sempre possibilidade do *Dasein*, sua condição como estrutura existencial se ser-no-mundo em detrimento do seu constante apagamento pela sua redução do Ser ao seu ente, dada na reabilitação do modo próprio/autêntico de compreensão traz à luz a possibilidade do *Dasein* de não reproduzir ou atualizar o mundo em que é, mas de projetar-se criando novos. (Monay et al., 2017, p. 143)

Num dos diálogos de *Conversas no caminho do campo*, Heidegger escreve que “a serenidade seria, então, não apenas o caminho, mas também o movimento” (Lage, 2018, pp. 79–80). O conceito de “serenidade” fornece condições para uma reflexão que, no plano filosófico de Heidegger, poderia superar a dicotomia moderna entre “sujeito/objeto”, ou seja, de um sujeito que se concebe como excêntrico em relação ao mundo, cujo objetivo principal é agir sobre ele e transformá-lo, a partir do acúmulo de informações e conhecimentos técnicos.

Assim, o jornalismo em quadrinhos documenta determinadas passagens, por conseguinte, faz com que apareçam “subjetividades” implícitas em textos e ilustrações. Essa documentação se faz necessária em desfavor da sequência incessante do pensamento unido à velocidade cotidiana da modernidade que juntos inviabilizam a serenidade enquanto processo reflexivo e constituidora da coisa:

Heidegger escreve que o melhor seria uma resposta cara a cara, visto que “no escrito, o pensar perde facilmente seu dinamismo. Mas o mais difícil de manter ali é justamente a pluridimensionalidade própria do seu âmbito”. É possível perceber, portanto, que o desejo de superação da metafísica relaciona-se com o reconhecimento de um pensamento movente, de forma alguma estanque, unívoco ou fixo, que se concentra (e se importa) mais no movimento do caminhar e do pensar do que na meta a ser alcançada. (Lage, 2018, p. 80)

De acordo com Silva (2017, p. 513), os conceitos de *Dasein* e presença estão interligados como substância, vinculados a uma dimensão espacial e associados ao movimento. Gumbrecht (2010) destaca que o ponto convergente mais importante, por um lado, é o “tensionamento” que ocorre “entre” o “sentido”, como aquilo que transforma as coisas culturalmente específicas, por outro lado, a “presença” ou o “Ser”.

De acordo com Lage (2018), a perspectiva não hermenêutica e não metafísica vai além da destituição e da relevância da produção de sentido, propondo abordagens que estão além ou aquém do princípio interpretativo; assim, aumenta o nível de complexidade das visões contemporâneas sobre as materialidades da comunicação, em nosso caso, envoltos à temática do jornalismo em quadrinhos.

Conforme Gattass (2007, pp. 18–19), reduzir a literatura, em nosso caso, das histórias em quadrinhos a um mero procedimento de remediação seria destituí-la de sua riqueza e complexidade. Por não serem classificados em categorias pré-estabelecidas, esses elementos trazem a discussão acadêmica para novas abordagens de teorização. Consoante a autora, é nesse ponto que essas teorias se aproximam do projeto historiográfico de Hans Ulrich Gumbrecht. Ambas requerem um olhar mais complexo. Assumir e valorizar a dimensão intersubjetiva de obras artísticas relacionadas às subjetividades do narrador, personagens e leitores requerem um esforço cognitivo equivalente ao proposto para retratar o passado, implicando em produzir sua presença no presente.

Se não nos importamos com a velocidade, mas sim com o caminho, parecem-nos que produzir presença não significa invocar certas épocas históricas como verdades, mas sim revelar através da sensibilidade fatos presentes em certos testemunhos. Em síntese, é possível concluir que a ontologia transcendente da presença envolve uma objetividade oriunda da sensibilidade que reflete indivíduos que se presentificam quando conectados por questões comuns.

A experiência que o indivíduo tem ao se lançar ao mundo torna-se parte de sua subjetividade. Uma experiência resultante da interação de/com outras subjetividades, logo, é intersubjetiva. Esse jornalismo que caminha em meio à objetividade e à subjetividade constrói, consequentemente, a intersubjetividade. Não é conhecer o mundo por suas faculdades mentais, mas pela experiência do sujeito que se lança ao mundo. Esse conhecimento não é predeterminado porque não lhe interessa alcançar um objetivo, apenas o seu movimento. A epifania, com sua veloz aparência e apagamento, institui o Dasein/Presença do Ser e suas relações com as coisas do mundo. Esse ser-no-mundo, quando relacionado com o mundo, torna-se parte de si a partir de sua própria relação com esse mesmo mundo.

REPORTAGENS EM ANÁLISE

De modo a investigar o *corpus* composto pela narrativa gráfica, *Reportagens* de Joe Sacco (2016), empregamos a metodologia da análise estética de Gumbrecht (2010), com base em seus efeitos de presença, que em nosso trabalho são utilizados

como categoria analítica. Nossa intenção é investigar camadas que contêm qualidades objetivas e subjetivas que provocam no leitor uma experiência sensível.

Joe Sacco (2016) considera *Hébron: por dentro da cidade*, divulgada na revista Time, a sua pior matéria no jornalismo em quadrinhos. O jornalista-quadrinista afiança que, ao trabalhar para um veículo tão ilustre, dispensou sua própria abordagem em primeira pessoa e voltou a praticar o jornalismo objetivo que aprendera na faculdade. Diante disso, diz ter fracassado na tentativa de representar adequadamente a injustiça que ainda ocorre com milhares de palestinos condicionados ao controle de centenas de militantes judeus nos assentamentos. Ressaltamos que algumas reportagens trazem gráficos e mapas: *Hébron: por dentro da cidade*, por exemplo, traz uma vinheta que mostra a divisão entre palestinos e israelenses na cidade de Hébron. Isso, de certa forma, ajuda o leitor a se orientar diante do conteúdo a ser lido. Como demonstrado na Figura 1.

Figura 1

Quadro do capítulo “Hébron: por dentro da cidade” (p. 16)



Nota. Sacco (2016).

Além de estar presente nos próprios quadrinhos, o autor explica a origem de seus encontros com os personagens, desencadeando diversas situações, modificando a impressão de que a figura do repórter é apenas um mero espectador.

Sacco, a partir de múltiplas temáticas, narra eventos que se encontram em diferentes dimensões e camadas (subjetividades/testemunhas) do passado, cada qual apresentando sentimentos e afetos ímpares que não pertencem à ordem da razão lógica. Mediante suas narrativas gráficas, documenta experiências em desfavor do esquecimento, valorizando mais as ações de pessoas comuns do que as objetividades da elite. Tomando parte do lado mais fraco, a neutralidade e a objetividade se desmancham em meio à parcialidade explícita do autor. Desse modo, não permite a transformação da imparcialidade em virtude.

Nota-se no seguinte trecho: “Sente-se a energia maligna no ar da Cisjordânia — as faíscas do atrito entre dois povos que se odeiam”. O autor apresenta o ódio constituído entre judeus e muçulmanos, a desolação, o sentimento de desesperança. Também a força que as pessoas têm para lutar pela sobrevivência, mesmo em condições adversas. O jornalista transita em lados opostos no processo de sua apuração jornalística, criando uma discussão entre o próprio jornalista, personagens e leitores (Intersubjetividade).

Sacco mostra detalhes de moradores da região de Gaza a partir de desenhos que representam episódios que não foram vistos, mas sim narrados pelas fontes do jornalista, apoiando-se em referências espaciais e temporais. Na Figura 2, o jornalista relata seu encontro com Mohammed Abu Ilhalaweh, que, em fevereiro de 1994, estava na mesquita do Haram al-Khalil quando Baruch Goldstein, morador do assentamento de Kiryat Arba, entrou e matou 29 muçulmanos durante um culto. Sacco reporta sua interação com seus personagens, ação comumente subtraída do jornalismo tradicional. Muitas vezes, esse intercâmbio apresenta mais detalhes e informações do que o próprio conteúdo reportado. Uma foto na parede da casa de Abu Ilhalaweh lembra da bala que o deixou paralítico naquele dia.

Figura 2

Quadro do capítulo “Hébron: por dentro da cidade” (p. 17)



Nota. Sacco (2016).

No sindicato dos Bacharelados na H1 (Figura 3), Joe Sacco apertou a mão de um homem cujo filho foi morto por soldados israelenses. Na materialização de testemunhos, dores e sofrimentos, a narrativa ancora-se numa densidade de detalhes que detém a capacidade de interromper o ritmo de leitura do espectador, fazendo-lhe perceber, além do cenário apresentado no desenho, o ambiente e seus significados físicos. Sacco foi conduzido até a frente, entre fileiras de homens que ouviam as exortações de uma sucessão de oradores. Dezenas de jovens mascarados entraram marchando e encarando a multidão. Por trás dessas máscaras existe uma sensibilidade amparada por rostos, que, num primeiro momento, não se deixam ver, mas produzem presença num momento epifânico que surge no ato de sua entrada e se apaga velozmente no ato de sua saída. Assim, Sacco conduz um projeto de presentificação de rostos que, normalmente, são negligenciados em/por outras abordagens midiáticas. Portanto, a humanização da experiência do outro apresenta-se como o ser-no-mundo, sujeito que “interage” com o mundo e seus indivíduos, estando no mundo junto a eles.

Figura 3

Quadro do capítulo “Hébron: por dentro da cidade” (p. 18)



Nota. Sacco (2016).

O jornalista (2016) considera *A guerra subterrânea em Gaza* como um projeto de êxito. Ter representado o New York Times Magazine abriu portas para Joe Sacco na Assessoria de Imprensa Internacional de Israel. Ele teve a oportunidade de passar 24 horas junto aos soldados das Forças de Defesa de Israel (FDI), em suas guarnições na fronteira com o Egito. Essa oportunidade permitiu a ele comunicar preocupações israelenses quanto ao tráfico de armas enquanto questionava a escalada da campanha de demolição de residências palestinas.

Indo além de suas pretensões, Sacco se apresenta no centro dos acontecimentos, essa presença faz a mediação entre eixos opostos, quando se presentifica na narrativa, insere “experiências de vida”, opiniões, medos, dentre outros. Assim, segue os parâmetros tradicionais da atividade jornalística, “vagando entre” a objetividade e a subjetividade jornalística, materializando testemunhos e experiências na feição de suas reportagens.

A guerra subterrânea em Gaza apresenta, por uma vinheta, a divisão entre palestinos e israelenses, representada pelos dois lados da cidade de Rafah, o egípcio e o palestino. Assim, cria-se um quadro mental que possibilita ao leitor imaginar, a partir dos textos e ilustrações, como é o cotidiano da população presente nas áreas em conflito.

Rafah é constituída majoritariamente por refugiados, é uma das cidades palestinas mais militantes, cercada dos dois lados por assentamentos judeus e por uma zona de segurança controlada por Israel que perpassa a fronteira. A FDI considera Rafah seu *front* mais ativo. A desgraça para uns e mérito para outros é que Rafah virou porta de entrada dos armamentos que chegam aos militantes da Faixa de Gaza por um sistema de túneis que saem do Egito.

Figura 4

Quadro do capítulo (A guerra subterrânea em Gaza, p. 28)



Nota. Sacco (2016).

Joe Sacco (2016) viu uma casa ser demolida junto a outras habitações. O coronel Avi (exército de Israel), em conversa com o jornalista, argumentou que atiradores palestinos estavam utilizando essas casas como ponto estratégico para alvejar uma escavadeira. Segundo o coronel, era uma casa vazia onde não havia

nenhuma família. De acordo com Sacco (2016), a afirmação da FDI de que as casas demolidas geralmente estão vazias era precisa, em teoria; para os palestinos, era o avesso da verdade. O autor apresenta opiniões dos dois lados que expõem incongruências em diversos depoimentos e, principalmente, deixando claro que não importa quem deu início ao conflito entre palestinos e israelenses; a brutalidade é tamanha, que o discernimento é quase sempre esquecido. O número de vítimas (em sua maioria, inocentes) só aumenta.

No campo de refugiados na Faixa de Gaza, bem na fronteira com o Egito, Joe Sacco relata uma batalha a partir de túneis palestinos e escavadeiras israelenses em Rafah. Conforme o jornalista-quadrinista, uma escavadeira derrubou lotes de casas e empurrou seus destroços até outro lote. Em protesto, crianças revidaram, arremessando pedras. Ao ver a casa vizinha ir abaixo, uma mulher desesperada perguntou a Sacco se a casa dela seria a próxima a ser demolida.

Sobre as narrativas gráficas de Joe Sacco, conferimos que o jornalismo em quadrinhos cria possibilidade de descobrirmos outras coisas sobre indivíduos e acontecimentos a partir do intercâmbio pessoal (intersubjetividade), que grande parte dos jornalistas convencionais retira de suas matérias.

Figura 5

Quadro do capítulo (A guerra subterrânea em Gaza, p. 30)



Nota. Sacco (2016).

No quadro anterior, com a presença de Joe Sacco na cena, em acordo com nosso referencial teórico-metodológico-analítico, destacamos três dimensões e/ou camadas de presença: primeiro, a “subjetividade” do próprio jornalista materializada por seus relatos, segundo, a(s) subjetividade(s) dos outros personagens presentes à cena são materializadas mediante seus testemunhos e “interações”,

terceiro, a(s) “subjetividade”(s) que podem ou são constituídas a cada leitura e em acordo com os distintos leitores que fazem sua lida. Assim sendo, essa interação de subjetividades resulta em uma intersubjetividade.

A serenidade existente nos traços de Joe Sacco ilustra emoções e afetações sofridas e praticadas pelos personagens por suas expressões, fazendo com que o leitor sinta as dores e os sofrimentos provocados pela guerra que ainda assola aquelas populações.

Em nosso entendimento, nas dimensões subjetivas, inerentes à narrativa gráfica e seus personagens, Sacco adotou limites e produziu conhecimento com a incorporação do real, apresentando díspares perspectivas que possibilitam uma atividade jornalística que contribui com a construção de novos mundos.

Joe Sacco (Figura 6), quando está aparente em sua própria narrativa, faz com que o jornalismo assuma o lugar de subjetividades (intersubjetividade); em contrapartida, a clandestinidade (latência) tem seu momento de rara aparição. Logo, mostra-se um jornalismo constituinte da produção de presença (*Dasein*), que ao emergir se põe na linha do horizonte.

A atividade jornalística não é uma ciência exata. Nas reportagens em quadrinhos de Sacco notamos defeitos e remendos como características intrínsecas ao ser humano. As pessoas que ele entrevista não são fontes que se desmancham no ar após serem consultadas, são sujeitos que testemunham fatos ocorridos com elas, “entre elas” e com o mundo (*Presença / Dasein / Intersubjetividade*).

A questão do corpo ressoa nas reportagens de Joe Sacco quando ele próprio se faz presente em suas obras, mostrando o sujeito que ele é, esse “tocar por dentro” materializa a sua subjetividade indo ao encontro da intersubjetividade. Ele apresenta um antes, um agora e um depois quando termina suas reportagens, explorando a objetividade e a subjetividade, relacionando-as no espaço-tempo, numa espécie de fusão intersubjetiva moldada pela serenidade.

No final de cada capítulo de *Reportagens*, há notas sobre as experiências do autor durante a apuração, mencionando os veículos em que foram publicadas. Com relação ao conflito reportado pelo jornalista-quadrinista, percebemos que, na atualidade, a violência tem aumentado. Temos visto indícios na mídia de massa. As demolições de casas estão se intensificando. O projeto final de remover os palestinos ou de separá-los de suas terras continua. As notícias se apresentam como epicentros de determinadas experiências modernas e crises interligadas ao nosso lado (latentes). Um mundo que não pode ser historicizado, um tempo moderno que nos faz olhar somente para a frente.

Figura 6*Quadro do capítulo (A guerra subterrânea em Gaza, p. 31)**Nota. Sacco (2016).*

Por outro lado, temos o jornalismo em quadrinhos, advindo de uma lógica de produção mais demorada, que se dá, principalmente, no contexto de livros, suporte que carrega a possibilidade de abertura de mundos. O jornalismo nesse contexto provoca um movimento oposto, produzindo presença. Na composição desse movimento, têm-se a subjetividade, a intersubjetividade e a conexão entre os mundos de quem lê e o mundo de quem produz.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O jornalismo se coloca no contexto da modernidade com a pretensão positivista de que é possível, por um conhecimento racional e técnico, chegar-se à verdade. Essa discussão nos ajuda a compreender a linguagem jornalística para além do sentido. Quando é produzido, essa hipótese vai à falência, pois não é possível produzir jornalismo fora da subjetividade de quem o produz. Logo, o princípio da objetividade jornalística, proposto por teóricos ligados ao processo de construção das notícias, é inviabilizado diante das discussões produzidas e das atividades praticadas no jornalismo.

Quando o jornalismo não assume o lugar da subjetividade, parece lançar mão da objetividade; com isso a subjetividade se torna latente. Temos então um jornalismo com a pretensão de verdade e produção da verdade objetiva. No jornalismo padrão, a presença existe, mas não aparece, talvez porque a presença dessa relação com o mundo esteja mais distante. Ou seja, o jornalista consegue ler seu objetivo, mas não consegue ler o seu mundo; assim, sua presença intersubjetiva torna-se latente porque seu mundo encontra-se separado dele.

Essa naturalização do jornalismo separa os indivíduos do mundo, mediante sua lógica midiática, e naturaliza um cotidiano como se o tivesse inventado e não um cotidiano que estivesse próximo a nós. Esse gesto objetivo acaba naturalizando a latência do mundo que não se torna presente para aquele sujeito que consome determinada notícia. Já o jornalismo em quadrinhos parte do princípio de que a subjetividade está aparente. A potência disso é a produção da presentificação do fato com sua historicização por parte do leitor a partir de seu mundo que torna a subjetividade aparente, e o que é produzido por sua presença é a própria intersubjetividade.

Pensamos a presença para além do sentido em relação à objetividade e à subjetividade no jornalismo, pois ele nunca foi objetivo; no momento que se instala, ele se coloca intersubjetivamente. Assim, a objetividade pretendida se torna latente, tanto no gesto jornalístico de produção quanto no gesto jornalístico de consumo, contudo a latência da subjetividade na produção é também um resultado de uma intersubjetividade latente na leitura.

Através do jornalismo, assistimos notícias sobre guerras, catástrofes, crimes, esportes, dentre outras. Por que isso não provoca no corpo o toque material da presença? Porque ela está latente, tanto no mundo de quem produz quanto no mundo de quem lê; em algum momento ela pode aparecer e o resultado é um distanciamento do mundo no jornalismo.

Em nosso modelo de sociedade ligado à lógica do progresso, o jornalismo que não torna a presença do mundo latente implode o projeto do mundo. Esse jornalismo é útil ao mundo que nos desloca do mundo o tempo todo. Se começarmos a assistir a um jornalismo intersubjetivo, temos a impressão de que não podemos suportar o mundo.

De um lado, entendemos que o excesso de demandas, a partir de critérios de objetividade, não se materializa quando exclui como atividade principal questões individuais. Dessa forma, serve apenas como reprodução do próprio mundo e não construtor de novos mundos. Por outro lado, com a crítica sobre a objetividade, libera-se o tratamento da subjetividade a partir de excessivo número de narrativas egocêntricas, assim, o plano da ação é anulado pela inércia da sociedade individualizada que olha para o mundo, sem estar no mundo.

Dessa forma, passamos de uma discussão sobre objetividade vs. subjetividade no jornalismo, considerando-o como intersubjetivo porque se apresenta como uma ontologia capaz de superá-las. Gumbrecht, em sua tese, afirma que vivemos num mundo repleto de interpretações; sendo assim, o pesquisador faz uma crítica ao que é considerado verdadeiro. Considerando os princípios heideggerianos, que sustentam a tese de Gumbrecht, “serenidade” é a ausência de correria, o que é contrário à velocidade do progresso, que parece limitar a visão do sujeito, direcionando-o frequentemente àquilo que considera como verdade.

Gumbrecht descreve um excesso de simultaneidades no presente motivadas por eventos históricos já aceitos pela sociedade como verdade ou pela produção midiática incessante em seus diversos formatos e gêneros, por exemplo: novelas da Rede Globo, filmes do Cinemark, séries da Netflix, documentários do History Channel, animações do Cartoon Network, dentre outros, invadem e ocupam o tempo presente, dando margem para a credibilidade do passado sem o contestar e promessas de um futuro próspero que nunca se concretiza. A tecnologia midiática pode individualizar cada vez mais os sujeitos, fazendo com que tanto suas próprias presenças quanto as presenças físicas das coisas no mundo passem despercebidos e impalpáveis. Diante do que foi apresentado, o jornalismo em quadrinhos adota uma forma peculiar de se aprofundar em sua investigação ao reportar um evento, o que é raro atualmente, uma mídia onde se relacionam o leitor, o jornalista e o personagem. Mediante as narrativas gráficas, ambos produzem presença por meio de suas intersubjetividades. ■

REFERÊNCIAS

- Azevedo, H. L., & Wielewski, G. D. (2016). Da objetividade à intersubjetividade: Contribuições da teoria do Agir Comunicativo para o paradigma Interpretativo. *Educação*, 41(2), 471–482. <https://doi.org/10.5902/1984644419362>
- Assis, Ê. (2011). Omelete entrevista Joe Sacco. *Omelete*. <https://www.omelete.com.br/quadrinhos/joe-sacco-entrevista/>
- Bucci, E. (2000). *Sobre ética e imprensa*. Companhia das Letras.
- Cerutti-Rizzatti, M. E. (2014). Intersubjetividade e intrassubjetividade no ato de ler: A formação de leitores na Educação Básica. *Calidoscópio*, 12(2), 226–238. <https://doi.org/10.4013/cld.2014.122.10>
- Eisner, W. (2010). *Quadrinhos e arte sequencial: Princípios e práticas do lendário cartunista*, (4ª ed.). WMF Martins Fontes.
- Ferreira, C. J. (2020). Objetividades, afetividades e escrita em debate na obra de Manoel Bomfim. *Contraponto*, 9(2), 625–636. <https://revistas.ufpi.br/index.php/contraponto/article/view/12606/7433>

- Gattass, L. (2007). *Passados, Presentes e Presenças: A simultaneidade histórica em Hans Ulrich Gumbrecht*. [Dissertação de Mestrado]. Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.
- Giddens, T. (2018). *On comics and legal aesthetics: Multimodality and the haunted mask of knowing. A Glass House book*. Routledge Taylor & Francis Group.
- Gumbrecht, H. U. (2010). *Produção de presença: O que o sentido não consegue transmitir*. Contraponto; Ed. PUC-Rio.
- Gumbrecht, H. U. (2014). *Depois de 1945: Latência como origem do presente*. Editora Unesp.
- Heidegger, M. (2006). *Ser e tempo* (M. S. C. Schuback, trad.). Vozes.
- Heidegger, M. (2010). *A origem da obra de arte*. Edições 70.
- Lage, M. (2018). Fundamentos não metafísicos do conceito de presença em Hans Ulrich Gumbrecht. *Artefilosofia*, 13(25), 69–87. <https://periodicos.ufop.br/raf/article/view/1349/>
- Lochard, G. & Boyer, H. (2004). *La Comunicación Mediática*. Gedisa.
- Marsciani, F. (2014). Subjetividade e intersubjetividade entre semiótica e fenomenologia. *Galáxia*, 14(28), 10–19. <https://doi.org/10.1590/1982-25542014221105>
- Melo, J. M. (2006). *Teoria do jornalismo: identidades brasileiras*. Paulus.
- Monay, A. C; Klem, B. S., & Botelho, L. O. (2017). Subjetividade e ética a partir da análise da cotidianidade do Dasein em Ser e tempo. *História e Cultura*, 6(3), 128–144. <https://doi.org/10.18223/hiscult.v6i3.2185>
- Oliveira, G. (2021). Quadrinhos invadem jornalismo com qualidade e profundidade. *Jornalistas Livres*. <https://jornalistaslivres.org/quadrinhos-invadem-jornalismo-com-qualidade-e-profundidade>
- Queiroz, F. L. F. (2006, 4 fevereiro). Ser-aí (“Dasein”) e Pre-Sença em Heidegger. *Filosofia e Epistemologia*. <https://filosofar.blogs.sapo.pt/75279.html>
- Piva, A., Ponsi, A., Saldanha, C., Gomes, E., Martini, J., Dariano, J., Ferraro, K., Silva, M. L. D., & Spizzir, R. (2010). Origens do conceito de Intersubjetividade: Uma trajetória entre a Filosofia e a Psicanálise Contemporânea. *Contemporânea — Psicanálise e Transdisciplinaridade*, 9, 71–91. <https://www.revistacontemporanea.org.br/revistacontemporaneaanterior/site/wp-content/artigos/artigo234.pdf>
- Ribeiro, O. M. (2015). Intersubjetividade ou inter-relação. *Revista Brasileira de Psicanálise*, 49(1), 207–220. <https://pepsic.bvsalud.org/pdf/rbp/v49n1/v49n1a14.pdf>
- Rodrigues, V. (2021). Com quadrinhos, com jornalismo, com tudo! *Matinal*. <https://www.matinaljornalismo.com.br/parentese/quadrinhos-em-revista/com-quadrinhos-com-jornalismo-com-tudo>
- Sacco, J. (2016). *Reportagens* (É. Assis, trad.). Quadrinhos na Cia.

- Schuback, M. S. C. (2006). *A perplexidade da presença*. Editora Universitária São Francisco.
- Silva, M. X., & Lucas, R. J. L. (2023). Objetivo ou subjetivo?: O jornalismo de Joe Sacco em análise de duas reportagens. *Sur Le Journalisme, About Journalism, Sobre Jornalismo*, 12(2), 88–103. <https://doi.org/10.25200/SLJ.v12.n2.2023.573>
- Silva, W. A. (2017). Hans Ulrich Gumbrecht Leitor de Martin Heidegger: Concepção de produção de presença. *Revista Brasileira de Estudos da Presença*, 7(3), 505–522. <https://doi.org/10.1590/2237-266069414>
- Silveira, M. C., & Huf, N. (2021). Jornalismo em quadrinhos e construção de memória: Sobre Joe Sacco e credibilidade da narrativa sequencial. *Revista Pauta Geral-Estudos em Jornalismo*, e2118031. <https://revistas.uepg.br/index.php/pauta/article/view/18013/209209214357>
- Tassis, N. (2023). Velas ao vento, sem âncoras no mar. In B. S. Leal, N. Tassis & N. Manna (Eds.). *Para desentender o jornalismo*. PPGCOM/UFGM.
- Teixeira, C. S. Reportagens em quadrinhos: O jornalista e a guerra. *XII Encontro Estadual de História. História e Mídias: Narrativas em Disputa*. ANPUH, 2020.
- Traquina, N. (2007). *O que é jornalismo*. Quimera.
- Vilas Bôas, V. M. (2023). O jornal do sujeito ou o sujeito do jornal? In B. S. Leal, N. Tassis, & N. Manna (Eds.). *Para desentender o jornalismo*. PPGCOM/UFGM.

Artigo recebido em 30 de julho de 2023 e aprovado em 22 de novembro 2024.

Politização e despolitização: abordagem teórico-metodológica para análise de dinâmicas comunicacionais

Politicization and depoliticization: a theoretical-methodological framework for the analysis of communication dynamics

MAIARA GARCIA ORLANDINI^a

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte — MG, Brasil

ROUSILEY CELI MOREIRA MAIA^b

Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte — MG, Brasil

RESUMO

Este artigo desenvolve uma proposta teórico-metodológica para analisar discussões políticas em ambientes digitais e compreender empiricamente os processos de politização/despolitização. A partir de uma operacionalização através da análise de conteúdo multimodal, o quadro analítico articula elementos textuais e visuais, os quais muito frequentemente são tratados em análises à parte. O estudo fornece um quadro analítico para apreender os processos de politização e despolitização a partir de três dinâmicas interacionais: análise de enquadramento, análise visual e atuação dos interlocutores. Essa metodologia ajuda a lidar com a complexidade das interações digitais e pode ajudar a entender como esses processos ocorrem simultaneamente.

Palavras-chave: Politização, despolitização, análise multimodal, comunicação política.

ABSTRACT

This article develops a theoretical-methodological proposal to analyze political discussions in digital environments and empirically understand the processes of politicization/depoliticization. Through operationalization via multimodal content analysis, the analytical framework integrates textual and visual elements, which are often treated separately. The study provides an analytical framework to grasp the processes of politicization and depoliticization through three interactional dynamics: framing analysis, visual analysis, interlocutors' performance.

Keywords: Politicization, depoliticization, multimodal analysis, political communication.

^a Pesquisadora em nível pós-doutoral no Grupo de Pesquisa em Mídia e Esfera Pública (EME/Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0163-6102>. E-mail: maiaraorlandini@hotmail.com.

^b Professora Titular do Departamento de Comunicação Social da (Universidade Federal de Minas Gerais - UFMG). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8123-2406>. E-mail: rousiley@fafich.ufmg.br.



INTRODUÇÃO

NAS ÚLTIMAS DÉCADAS, a crise democrática tem suscitado um crescente debate sobre os processos de politização e despolitização de temas de interesse comum em diferentes sociedades. Autores como Burnham (2001), Wood e Flinders (2014), Hay (2007, 2014) e Jenkins (2011) têm trabalhado com esses conceitos. Esse referencial contribui significativamente para o avanço na compreensão social, uma vez que as noções contemporâneas do neoliberalismo são frequentemente apontadas como uma das principais influências na despolitização, com tentativas de remover a responsabilidade, a agência social e esvaziar o conceito de política. No entanto, ainda são raras as pesquisas empíricas que apresentam um desenho operacional adequado para observar e mensurar sistematicamente as dinâmicas de politização e despolitização. A maioria dos estudos se baseia em conceitos sofisticados, mas descritivos. Em contraste, nossa proposta neste artigo envolve a criação de uma operacionalização capaz de identificar sistematicamente esses processos nas interações comunicativas em ambientes digitais.

O quadro analítico proposto apresenta duas contribuições principais. Primeiro, no âmbito das pesquisas em conversações e discussões on-line, o ambiente digital expressa crescente complexidade, em termos de atores, referindo-se a diversidade de grupos, categoria de agentes e pluralidade de vozes. Grupos e discursos antagônicos se organizam em diversos ambientes, ora em espaços homogêneos (grupos *like-minded*), ora espaços heterogêneos (grupos plurais), com frequente embate entre discursos antagônicos. Tem-se também crescente imbricamento das interações e modalidades de ação (conversações, mobilização e protestos com distintas finalidades) no ambiente digital. Por isso, as análises empíricas devem se esforçar para identificar e analisar distintos atores e modalidades de interação on-line.

A literatura sobre as mídias digitais produziu um acúmulo de conhecimento sobre os usos variados de recursos textuais e imagéticos na produção, distribuição e reconfiguração do conteúdo nesses espaços. Nesse âmbito, a segunda contribuição do quadro analítico proposto é combinar metodologias quantitativa e qualitativa, capaz de integrar texto e imagem na linha de estudos multimodais (Maia et al., 2022a, b; Rizzotto et al., 2017; Wessler et al., 2016; Wozniak et al., 2015). Ademais, as pesquisas que se baseiam em uma única plataforma digital tornaram-se claramente insuficientes para abarcar a dinâmica complexa e plural no terreno digital. O presente quadro de análise sistemática é suficientemente flexível para ser empregado em distintos ambientes digitais, de modo congruente com os estudos em plataformas cruzadas (Maia et al., 2015, 2022b).

Nossa proposta tem como objetivo fornecer um quadro analítico para a operacionalização dos conceitos de politização e despolitização, onde buscamos compreender a importância dos recursos discursivos e imagéticos. Para alcançar essa finalidade, nossa abordagem abrange três principais componentes: i) análise de enquadramento, com foco nos processos de politização e despolitização; ii) análise visual baseada no conteúdo imagético relacionado às esferas privada, pública e governamental; e iii) análise da atuação dos interlocutores, considerando o design e as capacidades das plataformas, com distinção entre a atuação de indivíduos, grupos, organizações e instituições.

POLITIZAÇÃO E DESPOLITIZAÇÃO

Os estudos que exploram os conceitos de politização e despolitização têm se proliferado na agenda de pesquisa da Comunicação e de campos correlatos. Embora a preocupação com o pensamento e a dinâmica do neoliberalismo — como forma de reduzir as fronteiras do estado, restringir a responsabilidade pública e a gestão administrativa ao mínimo — não seja recente, os termos politização e despolitização hoje vêm sendo usados de modo mais específico. Há sobreposição de estudos que tratam de processos de politização e despolitização nos campos teórico, empírico e, também, analítico (Bates et al., 2014; Burnham, 2001; Hay, 2007, 2014; Jenkins, 2011, Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014). A matriz conceitual, com distintos tipos de politização e despolitização tornou-se particularmente relevante para ser aplicada em pesquisas empíricas, preocupadas com a crise de legitimidade democrática, o avanço de partidos políticos, grupos iliberais e líderes autoritários (Azevedo & Vimieiro, 2021; Fawcett et al., 2017; Maia, 2017, 2019; Maia et al., 2020).

De início, é necessário esclarecer o que se entende por política nessa corrente de estudos. Em seu livro *Why We Hate Politics*, Hay (2007) adota uma definição de política abrangente, para além de arranjo de instituições, partidos e processos de governança. Este autor oferece uma lista de algumas condições para a existência da política, tais como: possibilidade de haver escolha entre ações e soluções alternativas para problemas percebidos, capacidade de agência, deliberação pública, fluxos comunicacionais e disputas de interesse, entre outros (Hay, 2007, p. 65). Os primeiros estudos de politização e despolitização tendiam a se concentrar na esfera governamental. Burnham (2001), por exemplo, refere-se à despolitização como dinâmica relacionada com a redistribuição de tarefas para outras arenas extragovernamentais e, também, como tentativa de desresponsabilização, ao invés de prestação de contas (*accountability*) aos cidadãos. Nessa corrente, Flinders e Buller (2006) sugerem que a despolitização,

como estratégia de governantes, envolve uma tentativa de *remover* algo (responsabilidade, agência social ou até mesmo a política). A politização, por sua vez, significa buscar adicionar algo (responsabilidade, política ou agência). Os autores sugerem que os processos de despolitização e politização devem ser vistos em relação ao conjunto de instituições políticas e arenas sociais, e também associados às percepções e ideias (perspectivas sociais) que sustentam essas instituições.

Hay (2007) concebe distintas etapas para os processos de politização e despolitização, através de três estágios para cada. Com base nos reinos de Hay (2007), Wood e Flinders (2014) elaboram um quadro em que esses tipos de politização/despolitização são vistos através do movimento de migração de demandas e reivindicações entre as esferas privada, pública e governamental. De um lado, há politização quando questões que afetam a vida das pessoas passam a ser entendidas como “problemas”, isso é, deixam de ser vistas como “naturais” e, portanto, passíveis, de alguma forma, de serem transformadas através da ação dos sujeitos. De outro lado, a despolitização ocorre quando questões, que antes eram objeto de preocupação da esfera governamental, voltam para a esfera pública e/ou para a privada (Hay, 2007, 2014), conforme disposto no Quadro 1.

Quadro 1

Desdobramentos dos processos de politização/despolitização

Tipologia Hay (2007)	Tipologia Wood e Flinders (2014)	Principal ação	Atores
Politização tipo 1	Politização discursiva	Reconhecimento do dano sofrido	Indivíduo
Politização tipo 2	Politização social	Deliberação e mobilizações	Sociedade e mídia
Politização tipo 3	Politização governamental	Advocacy e políticas públicas	Governo e instituições
Despolitização tipo 3	Despolitização discursiva	Naturalização e/ou negação do dano	Indivíduo
Despolitização tipo 2	Despolitização social	Individualização e/ou criminalização das lutas	Sociedade e mídia
Despolitização tipo 1	Despolitização governamental	Delegação das funções do Estado	Governo e instituições

Nota. Elaborado pelas autoras com base nos textos de Hay (2007) e Wood e Flinders (2014).

Em uma coletânea recente, *Anti-Politics, Depoliticization, and Governance* (Fawcett et al., 2017), pesquisadores de Ciência Política, Administração, Filosofia e Comunicação revisitaram esses conceitos e se debruçaram sobre os processos de

despolitização e níveis crescentes de insatisfação com a política como processos e práticas instituídas. Em sua contribuição nessa obra, Maia (2017) discute os efeitos politizantes e despolitizantes de conversas cotidianas. Defende que as conexões entre as redes de governança e os espaços sociais estão cada vez mais complexas em um ambiente de mídia híbrida e interconectada. A conversação e as discussões informais estabelecem relação com a construção de preferências dos cidadãos e interesses de grupos; com o processamento de debates sobre problemas coletivos, incluindo o conflito social e paralelos processos de ativismo; e, ainda, com as demandas dos cidadãos por *accountability* política e social. Portanto, o potencial da conversa cotidiana em processos de politização e despolitização deve ser concebido de modo ampliado, estabelecendo interfaces com as esferas privada, pública e governamental. Em seguida, em contraposição às abordagens que concebem fóruns formais ou minipúblicos deliberativos como mais democráticos, Maia (2017) sustenta que esses espaços são necessariamente interdependentes, especialmente quando vistos a partir de um sistema interligado.

Conceitualmente, a politização Tipo 1, é o primeiro e mais básico processo — ocorre por meio da percepção reflexiva das pessoas e do questionamento sobre dada questão que antes pertencia apenas ao reino do fato. Esse tipo está associado à capacidade de articulação crítica das pessoas e da contestação de valores ou práticas, antes tidos como naturais, e, assim, vistos como “destino” (não da ordem da escolha dos indivíduos). Em outras palavras, a politização Tipo 1 ocorre quando uma questão migra do reino do fato para a esfera privada. Nesse estágio, essa questão passa a ser compreendida como um produto da estrutura social ou cultural, podendo, portanto, ser transformada pela ação dos indivíduos.

A politização Tipo 2 pode ser vista como uma continuidade desse processo crítico, que ocorre quando temas e questões que antes eram restritos à esfera privada ganham visibilidade pública e passam a ser debatidos como assuntos de interesse comum, com relevância para todos. Isso implica em sua transição da esfera privada para a esfera pública, tornando-se objetos de discussões em termos de princípios ou valores a serem defendidos ou práticas a serem implementadas. Assim, o entendimento das causas e possíveis soluções passam a ser endereçadas à (ou como buscadas pela) coletividade, deixando para trás o âmbito meramente individual ou privado.

O processo de politização do Tipo 3 está relacionado à esfera governamental. Questões de interesse comum, que demandam regulamentação ou reforma, passam a fazer parte da agenda da política formal. Tornam-se temas de debate nas casas legislativas, alvos de políticas públicas ou programas administrativos

nos órgãos do executivo, ou mesmo objeto de contendas em processos judiciais. Nesse estágio, ocorre uma transição da esfera pública para o âmbito do Estado e do governo.

O conceito de despolitização descreve o deslocamento da tomada de decisões do Estado para a sociedade, fazendo o caminho inverso. A primeira despolitização, Tipo 1, é caracterizada pela delegação das funções do Estado para instituições não governamentais, agentes sociais e para o mercado (no caso das privatizações). Ainda que haja controle pelo Estado, os governantes ou órgãos públicos se restringem a assegurar o cumprimento de regras ou contratos, através do conjunto de leis ou sanções criminais (Wood & Flinders, 2014).

O Tipo 2 de despolitização diz respeito a questões antes discutidas na esfera pública, concernente ao interesse coletivo, que se deslocam para a esfera privada. O apagamento ou o silenciamento de certos conflitos (entre grupos sociais ou entre certas populações e gestores públicos) da mídia e das plataformas digitais, são exemplos. Nas palavras de Wood e Flinders (2014), esse estágio pode ser concebido como “processo pelo qual a deliberação social em torno de uma questão política gradualmente se corrói, na medida em que efetivamente se despolitiza” (p. 159).

Por último, a despolitização Tipo 3 trata do deslocamento de questões do âmbito privado para o reino da necessidade. Aqui, tem-se uma recusa de tomar decisão sobre o problema em tela, ou, mesmo, a defesa da indesejabilidade de interpor ações específicas, como medidas educativas, cautelares e protetivas. Frequentemente, esse processo se associa ao enquadramento de processos políticos como fatos já dados, “normais” e que se justificam pelo “senso comum”, levando a uma naturalização dos fenômenos. Wood e Flinders (2014) utilizam o termo “despolitização discursiva” para designar a naturalização de questões contenciosas, a diluição de diferenças de identidades, e evocação de pânico moral para substituir o debate por soluções imediatas para os problemas percebidos. Nessas condições, discursos despolitizantes solapam a indagação sobre as possibilidades alternativas de entendimento dos problemas, e/ou o questionamento sobre princípios morais e éticos a serem defendidos nas ações ou políticas públicas, ou buscados numa dada direção para resolução de problemas sociais (Maia et al., 2023). Em situações em que há amplos consensos e compreensão cristalizada unidirecional, discursos despolitizantes frequentemente se colocam como totalitários, impedem a crítica e a contestação, já que essas não são mais socialmente reconhecidas (Bates et al., 2014, p. 246).

FOCALIZANDO AS ESFERAS E OS TIPOS DE POLITIZAÇÃO

Há um número considerável de estudos que abordam processos de politização/despolitização, sobretudo no âmbito da administração e de governança (Flinders & Buller, 2006; Hay, 2014; Willems & Van Dooren, 2016; Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014). Para nossos propósitos, cabe destacar que, apesar da importante interconexão entre as esferas privada, pública e governamental, os estudos empíricos tipicamente focalizam uma das esferas para observar o movimento entre os diferentes tipos de politização/despolitização. Na primeira fase nessa área de pesquisa (Hay, 2007, 2014; Wood, 2016; Wood & Flinders, 2014), os estudos majoritariamente se concentraram na esfera governamental, buscando explorar transições ao longo dos vetores politização/despolitização. Em uma fase mais recente, as pesquisas (Azevedo & Vimieiro, 2021; Baptista et al., 2022; Maia, 2017, 2018; Maia et al., 2020) passaram a se preocupar com o processamento de questões políticas controversas e conflitos sociais na esfera pública. Aqui, a investigação de disputas discursivas e de movimentos ativistas, que lutam por transformação numa direção desejada, ganham atenção analítica central.

Estudos sobre a esfera pública tipicamente destacam a importância de observar e rastrear as mudanças sociais e discursivas, uma vez que estas estão associadas a reformas e decisões governamentais (Maia, 2012, 2014; Maia et al., 2023; Wood & Flinders, 2014, p. 152). Jenkins (2011), em particular, apontou três motivos principais para adensar o interesse nos processos de despolitização e politização, nas esferas extragovernamentais. São eles: (i) correntes contemporâneas da teoria política e seus esforços de politizar o social, a partir da valorização da perspectiva dos cidadãos; (ii) a despolitização como estratégia de governo em democracias eleitorais, e (iii) a utilização do termo “politização” com teor pejorativo para designar a penetração indevida de política partidária em arenas que deveriam se manter neutras e extrapolíticas, como esporte, religião e ciência.

Jenkins (2011) e Bates et al. (2014) defendem o argumento que a dinâmica de despolitização busca não apenas a retirada da política do jogo entre os agentes, mas também destruir a percepção da possibilidade de realizar escolhas (eliminar alternativas de escolha). Nos termos de Bates et al. (2014), a “politização ajuda a desnaturalizar, a revelar e a contribuir para a contingência, a abertura e a autonomia; a despolitização gera sedimentação discursiva, a restrição, remoção ou supressão de nossas capacidades de autonomia” (p. 246). Nesse contexto, a politização pode ser descrita como processo de discussão e deliberação num contexto de escolha, enquanto a despolitização estaria ligada ao fatalismo e à restrição do debate.

Em nossa proposta de operacionalização empírica, compartilhamos do interesse de Bates et al. (2014), ao focalizarem as perspectivas políticas e

argumentativas dentro da esfera pública, a fim de distinguir distintos enquadramentos, julgamentos políticos da responsabilização e demandas de ação (ou inação). Por meio de análise sistemática, podemos lançar luz sobre o entendimento mesmo do problema do ponto de vista dos enunciadores, se pertinente à esfera da privada, pública ou governamental, bem como soluções propostas ou preferidas.

Em nosso quadro teórico-analítico, entendemos que os processos de politização e despolitização não devem ser vistos como processos alternativos, como se um ou outro acontecesse, como boa parte da literatura sugere. As dinâmicas, mesmo que em direções contrárias, podem operar de forma paralela e simultânea. Cabe também destacar que as fronteiras entre as esferas devem ser tratadas como porosas e, por isso mesmo, como alvo de contestação e disputa. Para operacionalizar os tipos de politização/despolitização em estudo empírico, pretendemos demonstrar que é importante compreender os argumentos e recursos de fala, em nosso caso, na esfera pública. De tal modo, o que buscamos é apreender qual sentido é articulado no ato de fala e qual entendimento é atribuído ao problema, no que tange à imputação de responsabilidade e ao encaminhamento de solução como pertinente às esferas privada, pública e governamental.

DESAFIOS DA OPERACIONALIZAÇÃO

Complexidade conceitual

A operacionalização dos conceitos de politização e despolitização impõe ao pesquisador dificuldades de distintas naturezas. Indicamos aqui três desafios: a) a compreensão multinível de politização/despolitização ou processos com dinâmicas simultâneas; b) as fronteiras fluidas entre os “estágios” ou etapas de desenvolvimento do conflito social, e c) grau de institucionalização da questão na esfera governamental e jurídica. Para lidar com essas dificuldades, é importante elaborar um pouco mais sobre esses desafios e sobre as ferramentas para construir a análise.

Os tipos de politização/despolitização, como Wood e Flinders (2014) recorrentemente alertam em seus trabalhos, não devem ser tratados de forma unidirecional nem são eles excludentes. Segundo os autores, é preciso pensar as esferas como concêntricas e, em alguns casos, sobrepostas, a fim de não as hierarquizar nem as delimitar, mas, ao invés disso, entender a complexa inter-relação entre elas. A depender do interesse de investigação, os pesquisadores podem acionar distintas categorias e subcategorias de análise. Nosso quadro analítico propõe o uso metodológico de análise de conteúdo sistemática, a fim de escrutinar como o problema é visto e disputado por diferentes atores sociais.

Como explicaremos na seção seguinte, a análise de conteúdo permite captar e traçar sentidos em distintas condições, com diferentes modos de agregação e níveis de comparação dentro do caso estudado. Assim sendo, processos de politização e despolitização podem ser examinados como dinâmicas que podem operar de forma paralela e simultânea, ainda que em sentidos contrários.

A segunda dificuldade para empregar os conceitos politização/despolitização consiste em apreender os estágios do conflito em tela. Conceitualmente, devemos entender as fronteiras entre as esferas como fluidas, podendo ser alvo de contestações recorrentes (Wood & Flinders, 2014). Análise de conteúdo sistemática é também uma metodologia apropriada para lidar com essa dificuldade. Por exemplo, Bates et al. (2014) ressaltam a importância de examinar o conteúdo dos conflitos e também o contexto em que eles ocorrem. De acordo com os autores, atenção ao contexto do debate (sobre a questão política controversa) “permite a identificação de processos de politização e despolitização dentro do mesmo momento e mesmo espaço político em que o *conteúdo* despolitizador pode ser encontrado em mudanças contextuais de politização e vice-versa” (Bates et al., 2014, p. 246). Destacamos que, ainda que a transição entre as esferas (privada, pública e governamental) possa, muitas vezes, parecer ambígua, manter o foco no conteúdo expresso por diferentes atores sociais (indivíduos, grupos, atores sociais ou populações de uma forma ou de outra) é fundamental. A análise de conteúdo possibilita mapeá-lo, rastrear transformações dos argumentos, discursos ou demandas ao longo do tempo. Nesse sentido, o diálogo do pesquisador com estudos históricos, culturais e sociológicos sobre a questão em tela é crucial para compreender substantivamente os achados e interpretá-los com propriedade.

Por fim, e de maneira relacionada, demarcar a institucionalização na esfera governamental, administrativa e jurídica é o terceiro desafio para desenvolver estudos empíricos baseados nos conceitos de politização/despolitização. Os diferentes níveis de institucionalização podem, inclusive, afetar a compreensão sobre o que incita a politização ou despolitização (Beveridge et al., 2014; Burnham, 2001; Flinders & Buller, 2006) e/ou o que se define como invasão político-partidária em um processo que deveria manter a neutralidade, distante de conflitos partidários (Berg-Sørensen, 2006; Meyer-Sahling, 2008). O diálogo crítico com estudos prévios oferece ao pesquisador importantes parâmetros para examinar processos de tomada de decisão, desenhos de políticas públicas, ativismos e demandas de movimentos sociais em relação ao caso, numa dada sociedade. Como já indicado acima, a análise de conteúdo sistemática, para lidar com essas dificuldades, deve se ancorar em consistente revisão de literatura e pesquisa documental, não apenas para construir categorias analíticas (código),

mas também para compreender comparativamente questões substantivas num espaço e tempo delimitados.

Complexidade dos ambientes digitais

Estudar os processos de politização e despolitização no ambiente digital requer, também, atenção cuidadosa às dinâmicas próprias de cada plataforma digital. Salientamos, em nosso quadro teórico-analítico, a importância de (i) olhar para diferentes plataformas e (ii) considerar a peculiaridade das formas de expressão, a partir do conteúdo verbal e pictórico, no ambiente digital. Nos primeiros estudos sobre conversação e discussão on-line, as pesquisas se debruçaram sobre uma única plataforma. Com o crescente imbricamento de mídias, a multiplicidade de ambientes digitais e conexão entre eles, os estudos atuais buscam entender as interações que ocorrem em diversas plataformas (Maia et al., 2015, 2022b; Yarchi et al., 2020). Essa estratégia (estudos *cross platform*) evita compreensões genéricas ou simplificadas e, ao invés disso, busca demonstrar tipos de engajamento específicos de cada plataforma.

As plataformas frequentemente encorajam múltiplas formas de expressão e interação por meio de suas *affordances*, sendo que conteúdos textuais e a comunicação não verbal evocam uma multiplicidade de significados, nem sempre óbvios à primeira vista, incluindo posicionamentos políticos, emoções, reações e informações sobre diversos assuntos simultaneamente. Estudos sobre o potencial discursivo das imagens, por exemplo, evidenciam a importância dos aspectos visuais e sociopolíticos da conversação. De tal sorte, o conteúdo visual é, também, um elemento essencial na comunicação que atravessa as redes sociais e deve ser investigado com igual atenção e rigor analítico.

OPERACIONALIZAÇÃO DOS DIFERENTES ESTÁGIOS DE POLITIZAÇÃO E DESPOLITIZAÇÃO

Esta seção tem por objetivo desenvolver um quadro de análise integrado, para empregar a tipologia de politização e despolitização em estudos sobre conversação on-line. Partimos da premissa que se deve levar em consideração a variedade de repertórios e modos de agência enunciativa dos usuários bem como as especificidades das plataformas digitais. Uma nota de cautela é necessária aqui para destacar que concebemos as plataformas como ambientes que fazem emergir o social e não apenas como espaços que intermediam o debate político (Van Dijck, 2013). Para reiterar, a devida atenção e análise do design e da interface técnica das plataformas (incluindo os dispositivos técnicos, suportes

como *affordances*, ou recursos para produção e compartilhamento de texto e imagens) são cruciais para o estudo da comunicação on-line).

Nossa proposta metodológica se baseia, em parte, no modelo de análise multimodal (Wessler et al., 2016; Wozniak et al., 2015) e na combinação de análise de elementos textuais e imagéticos expressos no ambiente digital. Desenvolvido por Wessler et al. (2016) para a análise comparativa de cobertura jornalísticas sobre mudança climática em diferentes países, o modelo original dessa metodologia integra: (i) análise de enquadramento noticioso (Entman, 1993), (ii) análise de narrativa (Wolf, 2018) e (iii) análise visual de imagens que ilustram o texto jornalístico (Rodriguez & Dimitrova, 2011).

Para compreender as trocas comunicativas on-line e as particularidades das plataformas digitais, propomos um quadro analítico que contemple: i) análise de enquadramento focalizando os processos de politização e despolitização; ii) análise visual baseada no conteúdo imagético expresso em relação às esferas privada, pública e governamental; e iii) análise da atuação dos interlocutores (análise de usuário, tendo em vista o design e as *affordances* das plataformas, com distinção entre atuação de indivíduos, grupos, organizações e instituições). Antes de descrever as categorias sobre tipos de politização/despolitização e ilustrar a operacionalização das três unidades de análise (*i.e.*, texto, usuário e imagem) é preciso caracterizar brevemente o caso do assédio sexual de rua, também conhecida como importunação sexual, já que alguns exemplos da aplicação dos operadores analíticos são problematizados a partir dessa pauta.

Em nossa pesquisa, a discussão em torno do assédio sexual nas redes sociais suscita preocupações cruciais relacionadas à segurança na apropriação de espaços públicos e à preservação das escolhas individuais. Esse fenômeno vem sendo alvo de diversos debates nas redes sociais e é rotineiramente definido como uma forma de importunação e assédio de natureza sexual/verbal que ocorre em ambientes públicos ou privados. Esse tipo de assédio compreende ações que abrangem vaias, buzinas, olhares constrangedores, conversas indesejadas e gestos de conotação sexual.

Análise de enquadramento

A análise de enquadramento apresenta uma variedade de abordagens em relação aos componentes a serem examinados na investigação empírica. Goffman (2012) trata o conceito de enquadramento como um processo inerente à estruturação da experiência e dos significados, a partir de situações específicas. De forma simplificada, podemos dizer que o enquadramento é a maneira como se define uma situação, quando nos perguntamos “o que está acontecendo aqui?” Conforme Goffman, usamos quadros de referência para elaborar nossa

resposta. Esses quadros são socialmente construídos e se transformam concomitantemente com desenvolvimentos sociais, por meio de experiências coletivas e cotidianas. Nas palavras do autor, a “análise de quadros” é uma perspectiva que explora a estruturação da experiência (Goffman, 2012, p. 34). Os quadros, essencialmente, servem como mecanismos de interpretação, capacitando indivíduos a compreender, perceber e discernir eventos, fenômenos e questões que se desenrolam no mundo.

Uma das operacionalizações amplamente utilizadas de enquadramento, sobretudo no campo da comunicação e mídia, é a formulada por Entman (1993). Nessa vertente, os estudos de enquadramento geralmente investigam como um dado problema é definido, quais são suas causas, as avaliações morais e possíveis soluções propostas. Em nossa pesquisa sobre o debate acerca do assédio sexual nas redes sociais, construímos categorias para captar processos de politização/despolitização em postagem no Instagram e também proferimentos no Twitter. Vale lembrar que as opções listadas não são exaustivas. A descrição das categorias busca, sobretudo, identificar como os conceitos politização/despolitização oferecem guia para a construção de categorias, traduzidos em termos substantivos do tema escolhido — que pode ser usado em operações em estudos sobre outros temas.

(a) *Definição do problema*: conforme Entman (1993), o que se entende como problema — danos, custos, falhas ou prejuízos, déficits em ações etc. — é implícita ou explicitamente articulado (e avaliado) com base em valores culturais compartilhados. No que concerne politização e despolitização, é necessário pensar em como o problema em tela pode ser apreendido, em alusão às esferas (privada, pública ou governamental). Em nossa pesquisa, a definição do assédio sexual como problema foi categorizada, a partir de diferentes entendimentos, ou, seja, quadros de sentido (Quadro 2). Para construir as categorias, é importante que o pesquisador se familiarize com estudos sobre o problema escolhido, através de cuidadosa revisão de literatura para apreender os sentidos culturais e históricos envolvidos no problema.

Quadro 2*Operadores de politização/despolitização para definição do problema*

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência (a qual reino pertence o problema)	Como se manifesta (como o problema é compreendido)
Politização tipo 1	Responsabilização na esfera privada	Compreensão do assédio sexual ou da importunação como impróprio ou inaceitável pelas pessoas afetadas
Politização tipo 2	Responsabilização na esfera pública	Compreensão do assédio ou da importunação como problema público, inaceitável por afetados, concernidos e conjunto ampliado de cidadãos
Politização tipo 3	Responsabilização da esfera governamental	Compreensão da ação como violação ou crime passível de sanção legal
Despolitização tipo 1	Desresponsabilização da esfera governamental	A importunação, embora vista como problema (assédio), não deve ser criminalizada
Despolitização tipo 2	Desresponsabilização da esfera pública	A importunação não é vista como algo com relevância social, de interesse comum, pois cabe às pessoas definir preferências e coordenar as ações
Despolitização tipo 3	Desresponsabilização da esfera privada	O assédio não é visto como dano ou problema, mas como algo natural e inerentes às relações sociais

(b) *Diagnóstico das causas*: Entman (1993) argumenta que o enquadramento consiste em identificar as forças que originam ou motivam um problema. Tomando como exemplo o caso do assédio sexual nas ruas, foram levantadas questões acerca da atribuição de responsabilidade em relação ao assédio. Foi considerado a qual esfera o culpabilizado faz referência. Portanto, é essencial refletir sobre o contexto em que o indivíduo, ou grupo, responsabilizado se insere, considerando que o cidadão ordinário tende a se associar à esfera privada, enquanto as questões de natureza pública e social se enquadram na esfera pública ou governamental, como ilustrado no Quadro 3.

Quadro 3

Operadores de politização/despolitização para diagnóstico das causas

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência	Como se manifesta (quem é responsabilizado)
Politização tipo 1	Indivíduo (esfera privada)	Homem (homens não devem assediar em nenhuma condição)
Politização tipo 2	Sociedade/coletivo (esfera pública)	Sociedade (a sociedade patriarcal como força motora na formação de homens machistas). Compreensão do assédio ou da importunação enquanto problema social, sendo todos corresponsáveis para evitar ou coibir esses comportamentos e ações danosas.
Politização tipo 3	Governantes/leis (esfera governamental)	Institucional/Estado (leis e políticas públicas devem intervir com ações) e homens assediadores devem sofrer sanções e punições previstas em lei.
Despolitização tipo 1	Governantes/leis (esfera governamental)	Desresponsabilização das instituições governamentais, não cabe aos agentes públicos atuar, mas a família, igrejas ou grupos concernidos, sem a dependência do Estado.
Despolitização tipo 2	Sociedade/coletivo (esfera pública)	Indivíduos devem agir autonomamente e orientar suas condutas, de modo singular e individualizado, como mulheres zelar/não zelar por sua segurança.
Despolitização tipo 3	Indivíduo (esfera privada)	Homens e mulheres têm seus comportamentos justificados por fatores biológicos ou não culpabilização do assédio

(c) *Sugestão de soluções*: Entman (1993) argumenta que os enquadramentos apresentam abordagens para os problemas percebidos sob determinada perspectiva que já sinalizam ou antecipam as resoluções almejadas ou preferidas. Em nosso estudo, essas soluções foram elencadas em categorias apenas nos processos de politização, uma vez que a despolitização envolve o não reconhecimento do dano. Em outras palavras, não há porquê propor solução para algo que não é visto como problema. Nessa dimensão, cabe discernir como a solução é apresentada e elucidar qual arena/esfera é responsável por executá-la. Ações individuais e isoladas recaem sobre a esfera privada, enquanto ações que necessitam de um suporte coletivo recaem sob a esfera pública. Sugestões que clamam por ações institucionalizadas, por sua vez, estão sob responsabilidade da esfera governamental.

Quadro 4

Operadores de politização para sugestões de soluções

Processo (Tipo de politização)	Esfera de referência	Como se manifesta (a quem cabe a resolução do problema)
Politização tipo 1	Esfera privada	A resolução cabe individualmente às mulheres (estratégias para que elas evitem importunação e assédio, por exemplo: não sair sozinha à noite, não utilizar roupas curtas, não beber em excesso, etc.). Individual do homem (homens precisam se politizar para evitar essas situações)
Politização tipo 2	Esfera pública	A resolução cabe a um conjunto de medidas voluntárias nos setores do trabalho ou da educação (programas informais, protocolos profissionais)
Politização tipo 3	Esfera governamental	Leis para e ações governamentais para implementar programas, campanhas de conscientização por agentes oficiais etc.

Quadro 5

Operadores de politização para julgamentos morais

Processo	Sentido expresso	Como se manifesta (qual a fonte de demanda)
Politização tipo 1	Esfera privada (indivíduo)	Valoração ou julgamento positivo que considere as histórias pessoais
Politização tipo 2	Esfera pública (sociedade/grupos)	Valoração ou julgamento positivo que considere reivindicações para grupos/terceiros
Politização tipo 3	Esfera governamental (políticas públicas)	Valoração ou julgamento positivo que considere reivindicações para o melhor funcionamento de políticas públicas
Despolitização tipo 1	Esfera governamental (políticas públicas)	Valoração ou julgamento negativo de depreciação ou críticas a políticas públicas (como manifestações que menosprezam a eficácia da Lei Maria da Penha ou destacam que o Estado não deveria ser envolvido em tais questões)
Despolitização tipo 2	Esfera pública (sociedade/grupos)	Valoração ou julgamento negativo sobre movimentos sociais (criminalização)
Despolitização tipo 3	Esfera privada (indivíduo)	Valorização positiva do assédio (assédio como forma de elogio)

(d) *Julgamentos morais*: Entman (1993) afirma que o enquadramento realiza uma análise crítica e valorativa dos agentes causadores e seus efeitos (Quadro 5). Algumas pesquisas não identificaram essa classe de elementos

porque a consideraram de difícil apreensão, como no estudo de Wessler et al. (2016). Entretanto, dependendo do tópico em análise, é viável construir um quadro que leve em consideração os processos de politização e despolitização, bem como as avaliações positivas e negativas associadas a esses elementos.

Como mencionamos, Entman (1993), ao elaborar as categorias descritas acima, tinha em mente desenvolver estudos sobre conteúdos de mídia, como notícias e reportagens. No entanto, essas categorias podem ser empregadas na análise de outros tipos de conteúdo, como os processos de politização/despolitização de discussões on-line. Após a identificação dos elementos, é possível quantificar, realizar análises e comparação entre eles, ou, ainda, utilizá-los para identificar *frames* mais abrangentes.

Identificação dos interlocutores

A abordagem da “ecologia complexa” no contexto do ambiente interconectado de mídia oferece um ponto de partida valioso para apreender as ações e interações dos usuários. É importante ressaltar que diversos aplicativos e plataformas digitais criam oportunidades e restrições distintas e, ao mesmo tempo, estabelecem espaços conversacionais interligados. Primeiro, uma vez que as redes digitais estão intrinsecamente vinculadas à dinâmica em constante mudança das inovações tecnológicas, compreender esses ambientes e o uso que os usuários fazem deles equivale, em certa medida, a entender a natureza transitória e efêmera desses espaços destinados ao entretenimento, à busca por informação, ao estabelecimento de sociabilidade, ao desenvolvimento de discussões políticas, etc. (Maia et al., 2015, 2022b; Van Dijck, 2013). Segundo, os usuários devem ser vistos como agentes envolvidos em diversas práticas sociais, tais como publicar, comentar, compartilhar, curtir e muitas outras interações disponíveis. Terceiro, a discussão on-line é moldada pelo design e pelo propósito da plataforma, sendo que os espaços digitais também são regidos, em grande medida, por normas e expectativas de comportamento compartilhadas pelos usuários. Assim, a lógica das interações é associada com a natureza dos ambientes. Para auxiliar a compreensão de como os usuários, e como as redes, influenciam nos processos de despolitização/politização os seguintes itens devem ser observados:

(a) *Tipos do usuário*: para explorar de forma sistemática os diferentes usuários, os pesquisadores podem construir classificações que fazem referências às diferentes esferas: (i) aqueles que falam em nome do Estado, englobando setores executivo, legislativo e jurídico, discernindo, secretarias, delegacias, instituições e representantes políticos oficiais (eleitos) que desempenham um papel fundamental ao ecoar a perspectiva da esfera governamental nas conversações on-line; (ii) aqueles que representam interesses organizados de associações cívicas,

entidades religiosas, grupos identitários, meios de comunicação e agentes de mercado e do setor privado; e (iii) cidadãos singulares, ordinários, aqueles que falam por si (e não em nome de interesses organizados).

(b) *Indicadores de alcance*: ao contrário dos participantes em discussões presenciais, os envolvidos em ambientes digitais “curtem” as postagens e também compartilham comentários anteriores enriquecendo o conteúdo com suas próprias perspectivas e argumentos (Maia et al., 2022b). As variáveis do esquema de códigos podem incluir os metadados de forma a compreender o alcance e repercussão de determinado conteúdo. Ao examinarmos as “curtidas” e os compartilhamentos, por exemplo, podemos inferir o alcance e a extensão de uma discussão específica no contexto do ambiente digital.

(c) *Nível de identificabilidade*: por nível de identificabilidade, considera-se a apresentação dos usuários. Nas plataformas digitais, isso implica o uso de perfis que podem atuar com identidades reais, pseudônimos ou até apelidos, sem qualquer identificador. O nível de identificabilidade empregado afeta a participação e o comportamento político do usuário (Asenbaum, 2018; Maia et al., 2015, 2022b). Dessa forma, os códigos têm a capacidade de capturar tanto a falta de identificação, como o anonimato dos usuários, quanto, por outro lado, a confirmação da identidade, que pode ser constatada através dos selos de contas verificadas disponibilizados pela própria plataforma.

Análise visual

A comunicação visual, por definição, carregada de significados múltiplos, nem sempre evidentes à primeira vista, oferece diversos elementos sobre posicionamentos políticos, reações emocionais, sentimentos e informações em distintas camadas (Highfield & Leaver, 2016). No que tange às imagens e à comunicação política, as formas não verbais são estudadas em diferentes frentes. No estudo sobre deliberação, a comunicação visual pode revelar, por exemplo, processos de justificação, inclusão ou não de atores marginalizados em debates públicos; e também induzir, refletir e estimular novas formas de pensar sobre as controvérsias públicas (Mendonça et al., 2022). Em pesquisas sobre ativismo e mobilização política, as imagens ajudam a desvelar enquadramentos e reenquadramentos de mensagens complexas, com efeitos variados em agentes da mídia, grupos de simpatizantes da causa e em grupos oponentes (Karabelnik, 2021).

Em nosso estudo sobre assédio sexual, propusemos, como primeiro passo, distinguir entre imagens referentes às esferas privada, pública e governamental.

a) *Imagens da esfera privada*: esta categoria inclui imagens que retratam o corpo dos indivíduos (imagens com tom sensual, com uso do corpo para expressar uma mensagem) ou presença individual do rosto (selfies, por exemplo).

(b) *Imagens da esfera pública*: esta categoria abarca imagens que retratam expressões de coletividade (imagens que mostram grupos), conteúdo com caráter informativo e/ou educativo (imagens que tragam infográficos, esquemas), divulgação (cartazes e cards de divulgação de eventos e ações), entre outros.

(c) *Imagens da esfera governamental*: esta categoria refere-se às imagens que informam sobre leis e ações oriundas do poder executivo, legislativo ou judiciário. Inclui a divulgação de informações sobre políticas públicas, campanhas governamentais e eventos oficiais. Além disso, abarca imagens que mostram a interação direta entre representantes governamentais e a comunidade, como em encontros, conferências e sessões legislativas, ou, ainda, eventos associados à esfera governamental.

Partimos da premissa que o “sentido expresso” por meio de imagens é complexo, com nuances e significados específicos (Rizzoto et al., 2021). Em nossa pesquisa, a categorização do conteúdo visual, ainda que relativamente simples, é muito promissora quando combinada com a análise do conteúdo verbal e de usuário. Isso porque a tipologia de imagens (privada, pública e governamental) é integrada à análise dos três tipos de politização e três tipos de despolitização, e, ainda, vista com relação ao uso empreendido por distintas categorias de usuários.

Esse esquema permite gerar múltiplas combinações. O pesquisador, através desse quadro analítico integrado, pode lidar com elementos textuais e visuais, de modo sistemático, baseado em evidências para descobrir padrões estatisticamente significativos. Pode, assim, explorar essas dimensões em detalhes, destacando como as imagens refletem correlações com diferentes reinos e processos de politização e despolitização. Esse quadro analítico integrado possibilita, ao mesmo tempo, produzir novas indagações sobre a relação existente entre essas diferentes unidades de observação (usuário, texto, imagem), pavimentando o terreno para investigações futuras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O debate sobre politização, despolitização e repolitização envolve questões de grande complexidade em termos de conteúdo. Poucas pesquisas empíricas desenvolveram métodos apropriados para observar e quantificar de maneira sistemática as dinâmicas de politização e despolitização. Embora muitos estudos façam uso de conceitos sofisticados, as investigações costumam se limitar a descrições e interpretações. Para lidar com essa lacuna, nossa abordagem procurou introduzir uma metodologia capaz de identificar processos de politização e despolitização de forma sistemática nas interações comunicativas que ocorrem em ambientes digitais.

A metodologia proposta neste artigo permite uma adaptação da análise de enquadramento noticioso multimodal, com o propósito de apreender tais processos nas discussões on-line. Esperamos ter demonstrado que os tipos de politização/despolitização podem ser operacionalizados através de: a) análise de enquadramento apta a discernir entre diferentes tipos processos e níveis nas esferas privada, pública e governamental; b) análise de usuários das redes sociais; e c) análise visual voltada para discernir o conteúdo das imagens associadas as esferas privada, pública e governamental. Notadamente, a inclusão da análise visual, preocupada em incluir o conteúdo pictórico, é essencial para entender e interpretar as dinâmicas através das quais os conteúdos são configurados pela lógica e o design das plataformas e pelas interações entre os usuários. A análise combinada de texto e imagens permite lidar com nuances, de modo mais congruente, com o caráter politizador/despolitizador das imagens em situações e contextos específicos. Problematicar o tipo de usuário — representantes oficiais, agentes da sociedade civil, agentes do mercado e cidadãos ordinários, dando a ver quem fala, o nível de identificabilidade, bem como o alcance e a repercussão de suas interações, pode fornecer elementos preciosos para a compreensão dessas dinâmicas.

A proposta metodológica aqui apresentada significa também um esforço para traçar demandas de dano sofrido, com o intuito de entender como os agentes envolvidos reconhecem ou não os problemas alegados, e/ou como influem para politização/despolitização do debate. No contexto contemporâneo de crise de legitimidade da democracia, corrosão de consensos de fundo e retrocessos em arranjos institucionalizados de inclusão e direitos, buscar ferramentas para observar e analisar como esses processos podem ocorrer de forma simultânea parece urgente e essencial. ■

REFERÊNCIAS

- Asenbaum, H. (2018). Anonymity and democracy: Absence as presence in the public sphere. *American Political Science Review*, 112(3), 459–472. <https://doi.org/10.1017/S0003055418000163>
- Azevedo, A., & Vimieiro, A. C. (2021). *A política despolitizante de Bolsonaro: Uma análise da posição pública do governo na cobertura jornalística sobre a liberação de agrotóxicos*. Congresso Compolítica: Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política, Belo Horizonte, Brasil.
- Baptista, É. A., Hauber, G., & Orlandini, M. (2022). Despolitização e populismo: As estratégias discursivas de Trump e Bolsonaro. *Media & Jornalismo*, 22(40), 105–119. https://doi.org/10.14195/2183-5462_40_5

- Bates, S., Jenkins, L., & Amery, F. (2014). (De)politicisation and the Father's Clause parliamentary debates. *Policy & Politics*, 42(2), 243–258. <https://doi.org/10.1332/030557312X656007>
- Berg-Sørensen, A. (2006). Politicising religions. *Political Theory*, 34(6), 800–806. <https://doi.org/10.1177/0090591706292839>
- Beveridge, R., Hüesker, F., & Naumann, M. (2014). From post-politics to a politics of possibility? Unravelling the privatization of the Berlin Water Company. *Geoforum*, 51, 66–74. <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2013.09.021>
- Burnham, P. (2001). New Labour and the politics of antisocial behaviour. *British Journal of Politics and International Relations*, 3(2), 127–149. <https://doi.org/10.1111/1467-856X.00054>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51–58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Fawcett, P., Flinders, M. V., Hay, C., & Wood, M. (Eds.) (2017). *Anti-politics, depoliticization, and governance*. Oxford University Press.
- Flinders, M., & Buller, J. (2006). Depoliticisation: Principles, tactics and tools. *British Politics*, 1(3), 293–318. <https://doi.org/10.1057/palgrave.bp.4200016>
- Goffman, E. (2012). *Os quadros da experiência social: Uma perspectiva de análise*. Vozes.
- Hay, C. (2007). *Why we hate politics*. Polity Press.
- Hay, C. (2014). Depoliticisation as process, governance as practice: What did the 'first wave' get wrong and do we need a 'second wave' to put it right? *Policy & Politics*, 42(2), 293–311. <https://doi.org/10.1332/030557314X13959960668217>
- Highfield, T., & Leaver, T. (2016). Instagrammatics and digital methods: Studying visual social media, from selfies and GIFs to memes and emoji. *Communication Research and Practice*, 2(1), 47–62. <https://doi.org/10.1080/022041451.2016.1155332>
- Jenkins, L. (2011). The difference genealogy makes: Strategies for politicisation or how to extend capacities for autonomy. *Political Studies*, 59(1), 156–174. <https://doi.org/10.1111/j.1467-9248.2010.00844.x>
- Karabelnik, M. (2021). *Doing visual activism: A practice-based approach to the study of visual social media use by Kia'i Mauna Kea*. Proceedings of the 54th Hawaii International Conference on System Sciences, Hawaii.
- Maia, R. C. M. (2012). *Deliberation, the media, and political talk*. Hampton Press.
- Maia, R. C. M. (2014). *Recognition and the media*. Palgrave Macmillan.
- Maia, R. C. M. (2017). Politicization, new media, and everyday deliberation. In P. Fawcett, M. V. Flinders, C. Hay, & M. Wood (Eds.). *Anti-politics, depoliticization, and governance* (pp. 68–88). Oxford University Press.

- Maia, R. C. M. (2019). Politicisation and depoliticisation within the deliberative system: Assessing interactions and tensions of political communication. *Les Enjeux de l'information et de la communication*, 18/3A(S1), 149–160. <https://doi.org/10.3917/enic.hs6.0149>
- Maia, R. C. M., Rossini, P. G. C., Oliveira, V. V., & Oliveira, A. G. (2015). Sobre a importância de examinar diferentes ambientes online em estudos de deliberação. *Opinião Pública*, 21(2), 490–513. <https://doi.org/10.1590/1807-01912015212490>
- Maia, R. C. M., Silveira, B., Orlandini, M., Hauber, G., Camelo, P., Santa Inês, L., & Choucair, T. (2020). A Teoria do Reconhecimento em tempos de intolerância: Retrocesso cultural e politização reativa. In B. Heller, D. Cal, A. P. Rosa (Eds.). *Midiatização (in)tolerância e reconhecimento* (pp. 109–130). EDUFBA.
- Maia, R. C. M., Santa Inês, L., Miola, E., & Marques, G. (2022a). Análise de conteúdo integrada. In R. Maia (Ed.). *Métodos de pesquisa em comunicação política* (pp. 81–108). EDUFBA.
- Maia, R. C. M., Hauber, G., & Choucair, T. (2023). *The deliberative system and inter-connected media in times of uncertainty*. Springer Nature.
- Maia, R. C. M., Orlandini, M., & Oliveira, B. (2022b). Métodos em plataformas digitais. In R. Maia (Ed.). *Métodos de pesquisa em comunicação política* (pp. 205–234). EDUFBA.
- Mendonça, R. F., Ercan, S. A., & Asenbaum, H. (2022). More than words: A multidimensional approach to deliberative democracy. *Political Studies*, 70(1), 153–172. <https://doi.org/10.1177/003232172095056>
- Meyer-Sahling, J. (2008). The changing colours of the post-communist state: The politicisation of the senior civil service in Hungary. *European Journal of Political Research*, 47(1), 1–33. <https://doi.org/10.1111/j.1475-6765.2007.00717.x>
- Orlandini, M. G. (2023). *Vozes feministas on-line: O processo de politização e despolitização de três mobilizações por hashtag* [Tese de Doutorado, Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas]. Repositório Institucional da UFMG. <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/68121>
- Orlandini, M., & Maia, R. (2023). (Des)politização do ativismo: Uma proposta metodológica das dinâmicas comunicacionais em ambientes digitais. In *32º Encontro Anual da Compós*. Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Comunicação. <https://proceedings.science/compos/compos-2023/trabalhos/despolitizacao-do-ativismo-uma-proposta-metodologica-das-dinamicas-comunicacionais>
- Orlandini, M., & Maia, R. (2025). Politização, despolitização e repolitização: A ambivalência do ativismo feminista por hashtags. In R. C. M. Maia &

- M. Orlandini (Eds.). *Esfera pública no Brasil: Diferentes faces dos conflitos sociais, rupturas e reconstrução democrática* (pp. 205–224). Editora EDUFBA.
- Rizzoto, C., Belin, L. & Saraiva, A. (2021). *Minha foto não te autoriza a nada: Dimensões públicas e privadas na ação narrativa no Instagram em publicações com a hashtag #naoexistestuproculposo*. 30º Encontro Anual da Compós, Belo Horizonte.
- Rizzotto, C., Prudencio, K., & Sampaio, R. C. (2017). Tudo normal: A despolitização no enquadramento multimodal da cobertura do impeachment de Dilma Rousseff. *Comunicação & Sociedade*, 39(3), 111–130.
- Rodriguez, L., & Dimitrova, D. V. (2011). The levels of visual framing. *Journal of Visual Literacy*, 30(1), 48–65.
- Van Dijck, J. (2013). *The culture of connectivity: A critical history of social media*. Oxford University Press.
- Wessler, H., Wozniak, A., Hofer, L., & Lück, J. (2016). Global multimodal news frames on climate change: A comparison of five democracies around the world. *International Journal of Press/Politics*, 21(4), 423–445. <https://doi.org/10.1177/194016121666184>
- Willems, T., & Van Dooren, W. (2016). (De)politicization dynamics in public-private partnerships (PPPs): Lessons from a comparison between UK and Flemish PPP policy. *Public Management Review*, 18(2), 199–220. <http://doi.org/10.1080/14719037.2014.969759>
- Wolf, W. (2018). Das Problem der Narrativität in Literatur, bildender Kunst und Musik: Ein Beitrag zu einer intermedialen Erzähltheorie [2002]. In *Selected Essays on Intermediality by Werner Wolf* (1992–2014) (pp. 349–438). Brill.
- Wood, M. (2016). Politicisation, depoliticisation and anti-politics: Towards a multilevel research agenda. *Political Studies Review*, 14(4), 521–533. <https://doi.org/10.1111/1478-9302.12074>
- Wood, M., & Flinders, M. (2014). Rethinking depoliticisation: Beyond the governmental. *Policy & Politics*, 42(2), 151–170.
- Wozniak, A., Lück, J., & Wessler, H. (2015). Frames, stories, and images: The advantages of a multimodal approach in comparative media content research on climate change. *Environmental Communication*, 9(4), 469–490.
- Yarchi, M., Baden, C., & Kligler-Vilenchik, N. (2021). Political polarization on the digital sphere: A cross-platform, over-time analysis of interactional, positional, and affective polarization on social media. *Political Communication*, 38(1–2), 98–139. <https://doi.org/10.1080/10584609.2020.1785067>

Polarização em mídias sociais: medindo segregação de comunidades políticas

Polarization in social media: measuring segregation of political communities

MÁRCIO MORETTO RIBEIRO^a

Universidade de São Paulo. São Paulo — SP, Brasil

PABLO ORTELLADO^b

Universidade de São Paulo. São Paulo — SP, Brasil

RESUMO

Nos estudos de mídias sociais, a polarização tem sido entendida como a segregação do público em dois circuitos informacionais homogêneos. Há pouco debate sobre como medir essa separação de modo a analisar a sua evolução no tempo. Neste trabalho, revisamos as duas propostas mais influentes na literatura e explicamos por que uma delas é a mais adequada. Mostramos, com dados do Facebook, como a polarização brasileira se formou em 2014 num processo que é, ao mesmo tempo, de separação e de fusão de comunidades políticas. Depois, com dados do Twitter, mostramos como a segregação da esfera pública digital já estava consolidada em 2018 e se manteve no tempo, com pequenas variações estatísticas.

Palavras-chave: Polarização, segregação de público, mídias sociais.

ABSTRACT

In social media studies, polarization has been generally understood as the segregation of the public into two homogeneous informational circuits. There is little debate, however, about how to measure this segregation in order to analyze its evolution over time. In this work, we review the two most influential measurement proposals in literature and argue why one of them is more appropriate. We show, with Facebook data, how Brazilian polarization was formed in 2014 in a process that is, simultaneously, of seclusion and fusion of political communities. Then, with data from Twitter, we show how the segregation of the digital public sphere was consolidated in 2018 and has remained polarized over time, with small statistical fluctuations.

Keywords: Polarization, public segregation, social media.

^a Professor Doutor (Escola de Artes, Ciências e Humanidades, ECA-USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5653-3373>. E-mail: marciomr@usp.br.

^b Professor do curso de Gestão de Políticas Públicas (Escola de Artes, Ciências e Humanidades, EACH-USP). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0054-2144>. E-mail: paort@usp.br.

INTRODUÇÃO

A POLARIZAÇÃO POLÍTICA É um conceito polissêmico que pode se referir a uma série de fenômenos bastante distintos que podem ou não estar interligados. Isso pode incluir, por exemplo, a tendência de as opiniões políticas, numa escala, se concentrarem nos extremos, formando distribuições bimodais ao longo do tempo (DiMaggio et al., 1996). A literatura tem debatido exaustivamente se essa polarização de opiniões é predominantemente um fenômeno de massas ou se estaria restrita às elites políticas, como no conhecido debate entre Fiorina et al. (2004) e Abramowitz e Saunders (2008) no contexto dos Estados Unidos dos anos 2000. Mais recentemente, a literatura passou a diferenciar a polarização ideológica, caracterizada por diferenças de opinião, da polarização afetiva, que se relaciona com a animosidade entre indivíduos que se identificam com identidades sociais políticas adversárias (Iyengar et al., 2012, Mason, 2018).

No campo dos estudos de comunicação, a hipótese prevalente sobre a polarização política postula que a proliferação de plataformas de mídias sociais levou à formação de bolhas ou câmaras de eco, nas quais usuários estariam encerrados em circuitos de informação que reforçariam disposições preexistentes (Pariser, 2011, Sunstein, 2017). Esse processo de segregação, que divide o universo de usuários em duas comunidades políticas homogêneas distintas, pode ser considerado ele próprio uma forma de polarização política. No entanto, a literatura é inconclusiva sobre se esse fenômeno de segregação do público está correlacionado ou não com os tipos de polarização — ideológica e afetiva — analisados nos estudos de opinião política e identidade social (Boxel et al., 2017; Cho et al., 2020; Johnson et al., 2017; Lelkes et al., 2017).

Existem agora evidências convincentes que demonstram que os usuários de mídias sociais estão consistentemente expostos a conteúdos que se alinham com as suas preferências ideológicas, resultantes de dois fatores complementares: a influência dos algoritmos das mídias sociais — o que é conhecido como *exposição pré-seletiva* — e a homofilia dentro de suas redes sociais — geralmente chamada de *exposição seletiva*. Estudos sobre o Twitter, como o realizado por Conover et al. (2011), mostraram um elevado grau de segregação nas redes de retuites de acordo com as filiações partidárias. Da mesma forma, Bakshy et al. (2015), examinando dados internos do Facebook, descobriram que os usuários são mais propensos a encontrar conteúdo que se alinhe com as suas ideologias políticas, o que se deve principalmente à homofilia política nas suas redes de relações sociais e, apenas secundariamente, à ação dos algoritmos.

É importante notar que a segregação nas interações online não é necessariamente maior do que a segregação social presente na vida “offline”. A literatura

a respeito disso é ainda menos conclusiva. Gentzkow e Shapiro (2011), por exemplo, conduziram uma análise comparativa a partir de várias medidas de segregação social *offline*, tais como interações sociais com amigos, colegas e vizinhos e o consumo tradicional de notícias (fora da internet). Essas medidas foram justapostas aos dados da segregação online obtidos a partir das plataformas de mídias sociais. O resultado misto sugere que a internet não parece estar ampliando a segregação. Esse estudo enfrentou desafios metodológicos significativos para padronizar medidas de segregação online e offline, mas teve o mérito de chamar a atenção para o fato, às vezes negligenciado, de que a homofilia nas relações sociais “*offline*” precede o advento das mídias sociais (como bem mostra o balanço cuidadoso de McPherson et al., 2001).

Embora a análise da segregação de públicos continue a ser fundamental no domínio dos estudos sobre a polarização política nas mídias sociais, ainda não foi estabelecida uma abordagem padronizada para a sua mensuração. Estudos como os conduzidos por Conover et al. (2011), Guerra et al. (2013), Barbera et al. (2015) e Benkler et al. (2018) trazem diferentes contribuições sobre como medir a polarização nos grafos das redes de mídia social. As disparidades metodológicas nesses estudos giram em torno de três aspectos principais: o delineamento do universo de contas que funcionam como nós nos grafos, a metodologia empregada para atribuir peso às arestas de ligação e o cálculo para mensurar a separação dos *clusters*. Trataremos dos dois primeiros pontos quando apresentarmos nossos dois estudos. No que diz respeito à mensuração da separação dos *clusters*, há, na literatura, basicamente duas posições.

Conover et al. (2011) conduziram um estudo seminal sobre a quantificação da polarização (segregação) nas redes sociais, com foco na medição da polarização nas redes do Twitter. A metodologia empregada em suas pesquisas pode ser descrita da seguinte forma. Primeiramente, os autores identificaram *hashtags* políticas e as tomaram como universo de análise. Em seguida, selecionaram perfis que utilizavam essas *hashtags* e construíram uma rede de retuítes, traçando as conexões entre esses perfis, estabelecendo-se uma conexão caso o primeiro retuitasse o segundo. Finalmente, um índice de polarização foi calculado com base na rede construída. A medida de polarização baseou-se no conceito de *modularidade* da rede, proposto por Newman e Girvan (2004). Para resolver a potencial discrepância nos tamanhos das redes, foi empregada uma técnica para mitigar esse efeito.

Assumindo um grafo polarizado com duas comunidades principais, a medida de modularidade (M) quantifica a disparidade entre o número de arestas dentro dos grupos e o número esperado de arestas em uma rede aleatória equivalente. Assim, podemos calcular a modularidade da partição de um grafo em dois

polos da seguinte forma. Seja M o número total de arestas do grafo, d_k o grau do nó k (o número de arestas que incidem em k), W_{jk} o peso da aresta entre os nós j e k e c_k o índice da partição de k (-1 se está em um dos pólos e 1 se está no outro), temos que a medida de modularidade da partição é calculada como:

$$M = \frac{1}{4m} \sum_{jk} (W_{jk} - \frac{d_j d_k}{2m}) c_j c_k$$

Guerra et al. (2013) apresentaram uma alternativa à abordagem de Conover et al. para calcular a polarização em um grafo com dois *clusters*, que tem como foco a fronteira entre as duas comunidades. Seguindo a suposição de que o grafo pode ser particionado em duas comunidades distintas, denominadas C_1 e C_2 , a fronteira é determinada pelos nós que conectam essas duas comunidades. Assim, os nós podem ser categorizados em quatro grupos distintos: nós internos à comunidade C_1 , nós internos à comunidade C_2 , nós localizados na fronteira da comunidade C_1 e nós localizados na fronteira da comunidade C_2 . Os autores argumentam que, em uma situação polarizada, os nós na fronteira têm maior probabilidade de ter arestas conectando-os aos nós de dentro de sua respectiva comunidade do que com os nós de fronteira da outra comunidade.

Seja F o conjunto das arestas na fronteira entre os *clusters* de uma partição, i_k a quantidade de arestas conectando o nó k a um nó interno ao *cluster* de k e f_k a quantidade de arestas ligando o nó k a algum nó da fronteira, temos que o índice de polarização P é calculado como:

$$P = \frac{1}{|F|} \sum_{k \in B} (\frac{i_k}{f_k - i_k} - 0,5)$$

Assim, os estudos que tentam medir a segregação das comunidades podem enfatizar duas coisas: apenas a separação dos *clusters* ou tanto a separação como a coesão interna dos *clusters*. Segundo Guerra et al. (2013), o que determina a polarização dos *clusters* é o enfraquecimento das conexões entre os nós de fronteira e o fortalecimento destes nós de fronteira com os nós no coração da comunidade. Assim, qualquer fortalecimento apenas dos nós internos à comunidade não afeta o índice de polarização. Por outro lado, quando a polarização é avaliada com a medida de modularidade utilizada por Conover et al. (2011), o índice aumenta em dois cenários: quando as conexões entre as duas comunidades polarizadas enfraquecem e quando as conexões internas de cada

comunidade se fortalecem. Na nossa opinião, essa abordagem alinha-se mais estreitamente com a literatura existente sobre polarização ideológica e afetiva, que define a polarização como um aumento simultâneo do antagonismo entre grupos e da coesão dentro dos grupos.

Nos estudos de polarização a partir de pesquisas de opinião, uma das formas de polarização é o alinhamento — seja entre as opiniões e as identidades (por exemplo, quando quem defende a legalização do aborto também se considera de esquerda), seja entre diferentes identidades (quando quem se diz feminista também se diz de esquerda). Esses alinhamentos indicariam coerência ideológica, mas também uma coesão intragrupo que seria acompanhada da exacerbação do antagonismo com o exogrupo.

No estudo de Mason (2018), por exemplo, é o alinhamento de identidades que promove a hostilidade entre os polos adversários: à medida que as pessoas de esquerda se veem simultaneamente como liberais (no sentido americano) e como democratas, a hostilidade com relação aos republicanos/conservadores/de direita aumenta. Como veremos no caso do Facebook brasileiro, há, no processo de polarização, a fusão do público de movimentos sociais, com o de ONGs e com o de partidos de esquerda, na mesma medida em que se estabelece uma separação intensa do outro *cluster* formado a partir da fusão entre o público do movimento anticorrupção, do punitivismo penal e dos políticos de direita. Existiu, assim, um movimento de fusão e separação de *clusters* que nos parece análogo ao processo descrito na literatura sobre polarização afetiva: de um lado, o alinhamento de identidades e, de outro, a ampliação da hostilidade direcionada a identidades adversárias.

NOSSO ESTUDO

Até recentemente, a literatura sobre polarização política no Brasil concentrava-se principalmente na polarização eleitoral, com atenção limitada aos fenômenos de polarização ideológica e afetiva (algumas exceções são Mignozzetti & Spektor, 2019; Fuks & Marques, 2022). No âmbito dos estudos de comunicação, alguns artigos examinaram o papel da segregação em circuitos politicamente homogêneos de consumo de notícias no Facebook (Santos Jr., 2023) ou de informações relativas à pandemia no Twitter (Recuero et al., 2020). No entanto, continua a existir uma escassez de literatura que explore a evolução da segregação dentro das comunidades políticas nos grafos de redes sociais. Este estudo visa preencher essa lacuna.

Se considerarmos que um dos sentidos da polarização política é a crescente separação dos usuários das redes sociais em comunidades politicamente

homogêneas, torna-se imperativo desenvolver uma metodologia para quantificar a extensão dessa divisão e a sua progressão temporal. Ao fazê-lo, poderemos avaliar se essa polarização está se tornando mais enraizada e generalizada ou regredindo. Além disso, no futuro, isso permitiria explorar potenciais correlações entre a sua evolução e indicadores de outros tipos de polarização política.

POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO FACEBOOK, 2013-2016

Em nosso primeiro estudo, analisamos a evolução do padrão de interação de usuários com páginas políticas do Facebook no período que vai de 2013 a 2016. Para criar um universo de análise homogêneo, primeiro realizamos em 2016 uma varredura de páginas no Facebook. Em seguida, selecionamos manualmente, nesse grupo mais amplo, as páginas políticas mais relevantes. Tomando essa seleção como universo de análise, investigamos os padrões de interação dos usuários com postagens das páginas em diferentes momentos entre 2013 e 2016.

A construção do nosso universo de análise começa por uma varredura das páginas do Facebook que estavam ativas em 2016. Tomamos uma página política arbitrária como ponto de partida e coletamos, num banco de dados, todas as páginas que ela havia *curtido*. De cada uma dessas páginas curtidas, coletamos as páginas que elas, por sua vez, curtiram e repetimos o processo em ordem de tamanho — número de seguidores —, sucessivamente, até processar páginas pequenas, com 8 mil curtidas, reunindo um total de 66 mil páginas.

Em seguida, criamos um grafo no qual os nós representam essas páginas, e as arestas indicam as conexões resultantes das curtidas entre as páginas. Ao realizar uma análise de redes, identificamos claramente um agrupamento (*cluster*) que abarcava as páginas relacionadas à política. Esse *cluster* consistia em 14,7 mil páginas, que eram aproximadamente 22% do total. Para refinar nossa seleção, ordenamos as páginas dentro desse *cluster* por tamanho e, em seguida, conduzimos uma seleção manual dessas páginas para garantir que atendessem aos critérios de inclusão no estudo, ou seja, que estivessem relacionadas à política em âmbito nacional. Chegamos, assim, à definição do nosso universo de estudo, que consiste em 398 páginas políticas relevantes em 2016.

Em seguida, procedemos à coleta de curtidas em postagens dessas páginas durante seis períodos distintos no intervalo entre junho de 2013 e março de 2016. Nossa opção por coletar as curtidas em postagens (e não as curtidas na página) enfatizou os usuários efetivamente ativos. Os grafos reúnem informações de 12 milhões de usuários ativos que interagiram, nos períodos investigados, com pelo menos duas das páginas do nosso universo. Com base nesses dados de curtidas

em postagens, elaboramos seis grafos nos quais os nós representam as páginas do nosso universo e as arestas representam os usuários em comum que curtiram postagens. As arestas foram calculadas com base no índice de Jaccard, ou seja, o peso da aresta foi calculado como a proporção da interseção dos usuários que curtiram postagens de ambas as páginas em relação à união dos usuários que curtiram postagens em qualquer das duas páginas. Este método se assemelha àquele utilizado por Benkler et al. (2018).

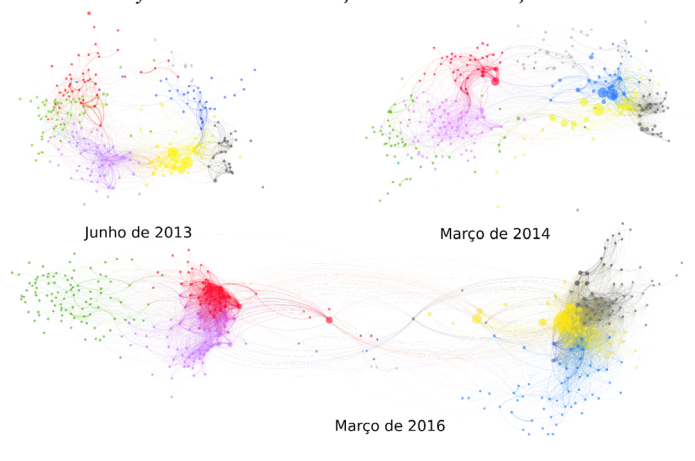
Na Figura 1, podemos ver a formação e a consolidação da polarização política no Facebook, com a fusão gradativa dos seis *clusters* de 2013 em apenas dois grandes *clusters*, um de esquerda e outro de direita. Na Figura 1, com dados de junho de 2013 (o mês das grandes manifestações de rua conhecidas como “jornadas de junho”), vemos claramente seis *clusters* interligados em formato de ferradura. Na ponta esquerda da ferradura, um *cluster* em vermelho com as páginas de partidos e políticos de esquerda (Lula, PT, PCdoB etc.). Logo abaixo, interligado com ele, em verde, aparece um *cluster* com páginas de ONGs ecologistas e de direitos humanos (Greenpeace, IDEC, Anistia etc.). Ainda mais abaixo, interligado com o *cluster* verde e, em menor medida, com o *cluster* vermelho, temos, em roxo, as páginas de movimentos sociais, feministas, negros e LGBTQIA+ (Movimento Passe Livre, MTST, Geledés etc.). Surpreendentemente, ao lado e interligado com este *cluster*, em amarelo, temos as páginas do movimento anticorrupção (Movimento Contra Corrupção, Anonymous Brasil etc.). Entrelaçado com ele, em preto, vê-se um agrupamento de páginas conservadoras e punitivistas penais, promovendo o endurecimento do combate ao crime e celebrando a brutalidade policial (Direita Conservadora, Eu Nasci pra ser Polícia etc.). Em azul, entrelaçado com os *clusters* preto e amarelo, vemos um aglomerado de páginas de políticos e partidos de direita — ou do que então se considerava direita em 2016 (PSDB, Aécio Neves etc.).

Em 2013, vemos claramente seis *clusters*, o que indica que cada um dos seis temas descritos acima organizava uma comunidade de usuários mais ou menos separada, com algumas intersecções. O posicionamento dos *clusters* no grafo é o que indica essas intersecções. Isso quer dizer, por exemplo, que havia uma comunidade bem organizada e distinta de usuários que interagiu com páginas de movimentos sociais, mas que uma parte dela, ao mesmo tempo, interagiu com páginas do movimento anticorrupção. É nessa intersecção, inclusive, que vemos o nível de atividade mais alto em junho de 2013. A partir de 2014, essa intersecção, outrora relevante, desfaz-se completamente, repartindo os seis *clusters* em dois conjuntos de três, no primeiro semestre de 2014. A partir do segundo semestre de 2014, os três *clusters* de cada lado se fundem, formando apenas dois grandes *clusters*, um de esquerda e outro de direita. Isso significa, por

exemplo, que, a partir do segundo semestre de 2014, a comunidade de usuários que interagia com páginas de movimentos feministas também interagia com páginas de partidos de esquerda. De 2015 em diante, formam praticamente uma comunidade só, sobreposta e entrelaçada. As duas comunidades haviam se fundido. O mesmo aconteceu com a comunidade que interagia com as páginas do movimento anticorrupção e com as páginas dos partidos de direita. Em 2015, também haviam se fundido.

Figura 1

Grafos sociais representando as interações dos usuários com as páginas políticas brasileiras do Facebook em junho de 2013, março de 2014 e março de 2016



O processo de formação da polarização do Facebook político no Brasil mostra a importância de uma medida de polarização como a de Conover et al. (2011), que incorpora tanto a separação dos *clusters* como o aumento das conexões internas à comunidade. Observando o caso brasileiro, vemos com clareza que as duas coisas acontecem ao mesmo tempo. Comunidades temáticas antes razoavelmente distintas se fundem ao ponto da indistinção, mas também se separam, reduzindo as conexões com as páginas do campo adversário agora constituído.

Podemos hipotetizar que, quando as comunidades em torno das páginas do feminismo, do movimento negro e dos partidos de esquerda (e, em menor medida, das ONGs) formam um só circuito informacional, provavelmente também as identidades dos seus usuários vão se misturando, formando um só público simultaneamente feminista, anti-homofóbico, antirracista e de esquerda. Assim, essa fusão de comunidades que vemos nos grafos de mídias sociais seria a expressão comunicacional do alinhamento de identidades descrito em estudos

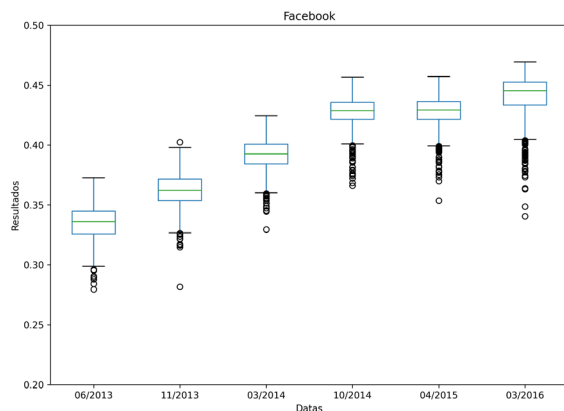
como os de Liliana Mason (2018) nos Estados Unidos. Complementarmente, a enorme separação dos circuitos de esquerda e direita seria, nesta mesma linha de hipótese, a expressão do antagonismo capturado pelos estudos de polarização afetiva. A grande separação das comunidades, que é gerada pelo desinteresse em interagir com o campo político adversário, poderia ser a expressão comunicacional da ojeriza e da hostilidade da polarização afetiva.

Para calcular o índice de polarização, replicamos a metodologia descrita em Conover et al. (2011), com adaptações para acomodar grafos ponderados. Particionamos o grafo de forma a otimizar a modularidade utilizando o algoritmo de Louvain, que considera os pesos das arestas, e eliminamos comunidades com menos de 5 nós. Em seguida, agrupamos as comunidades em dois grupos, novamente maximizando o valor da modularidade. Repetimos o processo 100 vezes para garantir robustez. Tomamos, então, a partição de consenso entre as computadas. Dada a variação potencial nos tamanhos dos grafos em diferentes períodos, calculamos o índice de polarização em uma amostra aleatória de 1.000 subconjuntos com o mesmo tamanho, 200 nós do grafo. Calculamos a modularidade da partição de consenso em cada um desses subgrafos, usando novamente o algoritmo de Louvain. O índice de polarização adotado é a média desses valores.

A Figura 2 apresenta o *boxplot* das modularidades calculadas para cada um dos grafos. O resultado mostra um processo crescente de polarização que vai de junho de 2013 até o primeiro semestre de 2014, com uma consolidação do segundo semestre de 2014 em diante até nosso último ponto em março de 2016.

Figura 2

Índice de polarização dos grafos de páginas políticas do Facebook no Brasil, 2013-2016



POLARIZAÇÃO POLÍTICA NO TWITTER, 2018-2022

Uma limitação intrínseca ao método de seleção do nosso universo de análise no primeiro estudo é que o conjunto de páginas consideradas relevantes foi definido em 2016 e, subsequentemente, essas mesmas páginas foram retroativamente utilizadas para construir os grafos dos anos anteriores. Não podemos, porém, assegurar que as páginas selecionadas em 2016 sejam as mais relevantes para o debate ocorrido três anos antes. Assim, em nosso segundo estudo, conduzido no início de 2023, adaptamos o método para garantir que as contas do universo de análise sejam relevantes em toda a extensão do período analisado.

Utilizamos o banco de dados de *hashtags* políticas do Twitter-Trending Archive, que captura *hashtags* populares a partir de 26 de novembro de 2018, tornando-o o arquivo público mais antigo de “*trending topics*” no Twitter. Como diferentes *hashtags* políticas atraem conjuntos distintos de contas (por exemplo, *hashtags* feministas mobilizam contas diferentes das *hashtags* ambientais), coletamos *hashtags* populares no Brasil em 100 dias por ano, de 2019 a 2022, juntamente com 10 dias em novembro e dezembro de 2018. Essa abordagem garantiu a inclusão de uma gama diversificada de temas de *hashtags* políticas, dispersas ao longo do tempo. A partir desse banco de dados de *hashtags*, selecionamos manualmente *hashtags* políticas com base em uma definição de política previamente estabelecida. De cada *hashtag* selecionada, extraímos as 500 contas com os tweets mais retuitados, criando um banco de dados abrangente de contas politicamente influentes. Deste conjunto, extraímos 2.580 contas que se envolveram em diversas discussões políticas e permaneceram relevantes em diferentes momentos entre 26 de novembro de 2018 e 31 de dezembro de 2022. Refinamos ainda mais a seleção, escolhendo as 520 contas que apareceram com maior frequência durante todo o período do estudo. Selecionamos, assim, um subconjunto de contas influentes que tweetam ativamente sobre diversos tópicos políticos e demonstraram consistentemente relevância em diferentes períodos de tempo.

Após estabelecer nosso universo de contas, procedemos à coleta de todos os tweets dessas contas, juntamente com os identificadores das contas que os retweetaram, ao longo de 10 dias sorteados por semestre entre 2018 e 2022. Escolhemos estrategicamente esse intervalo temporal, que nos permitiria analisar a progressão da polarização entre os grupos políticos de esquerda e direita, começando um pouco antes da campanha eleitoral presidencial brasileira de 2018 — que resultou na vitória de Jair Bolsonaro — e estendendo-se até pouco depois da campanha presidencial de 2022, vencida por Luiz Inácio Lula da Silva. Embora os estudos quantitativos que analisam o impacto da eleição de Bolsonaro na polarização política no Brasil permaneçam limitados, a literatura qualitativa

mostra como Bolsonaro polarizou o discurso público ao politizar as respostas à pandemia de covid-19 e ao envolver-se nas guerras culturais (Nobre, 2020; Rocha et al., 2021; Cesarino, 2022). Assim, tínhamos uma expectativa — que não foi confirmada — de que a polarização no período tivesse crescido.

No nosso estudo, cada nó do grafo representa uma conta individual, selecionada de acordo com os critérios descritos acima. Para estabelecer conexões entre nós, adotamos novamente uma metodologia semelhante à utilizada por Benkler et al. (2018). Calculamos o peso de uma aresta conectando duas contas com base no número de usuários que retweetaram conteúdo de ambas as contas (a interseção) dividido pelo número de usuários que compartilharam pelo menos uma das contas (a união). Ou seja, o peso de uma aresta entre dois nós é determinado usando o índice Jaccard aplicado ao conjunto de usuários que retweetaram de cada nó respectivo dentro de um período específico de tempo. A margem ponderada garante que a influência e a atividade de retuíte de contas altamente influentes não afetem desproporcionalmente a estrutura geral da rede. O peso reflete com precisão o grau de proximidade entre os públicos das contas. Para calcular o grau de polarização, seguimos exatamente o mesmo método do primeiro estudo.

Estruturas polarizadas consistentes foram observadas em todos os nossos grafos e, para fins de ilustração, apresentaremos um único caso, uma vez que os demais são muito parecidos. O grafo selecionado (Figura 3) representa o primeiro semestre de 2018 e serve como exemplo do padrão geral. O índice de polarização deste grafo é 0,45. O grafo exibe duas comunidades de usuários claramente distinguíveis, com usuários de esquerda representados em vermelho e usuários de direita representados em azul. Esta separação distinta enfatiza a presença de polarização dentro da rede.

Assim como no primeiro estudo, no segundo estudo também calculamos, para cada grafo, o índice de polarização baseado na metodologia de Conover et al. (2011), com as adaptações necessárias para acomodar grafos ponderados. A Figura 4 mostra a progressão temporal do índice de polarização no Twitter, revelando uma pequena variação dos valores ao longo do tempo, sempre em um patamar elevado.

O índice medido ficou oscilando em torno de 0,45, do primeiro semestre de 2018 até o segundo semestre de 2021. A partir do primeiro semestre de 2021, o índice começou a declinar um pouco, chegando a 0,40 no segundo semestre de 2022. Ao contrário da nossa expectativa, os primeiros anos do governo Bolsonaro não levaram a um aumento da polarização no Twitter, mas a uma espécie de consolidação da polarização que já existia no ano de 2018 e

que permaneceu neste nível elevado, com pequenas oscilações (bem próximo ao índice que medimos no Facebook em 2016).

Figura 3

Grafo social representando retuítes de usuários de contas políticas do Twitter do Brasil no primeiro semestre de 2018

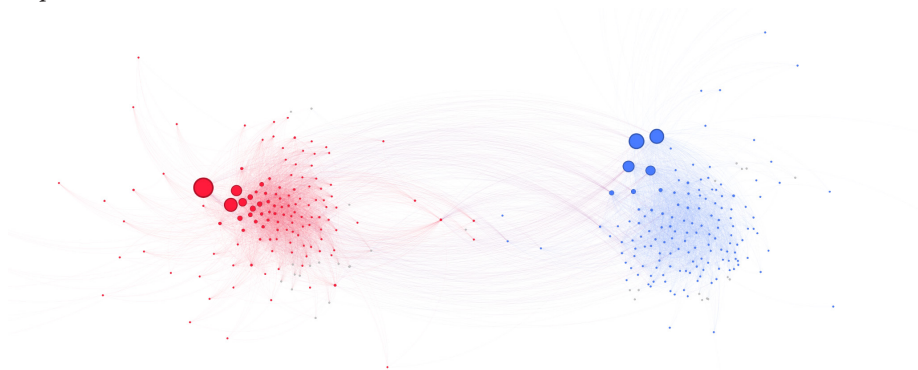
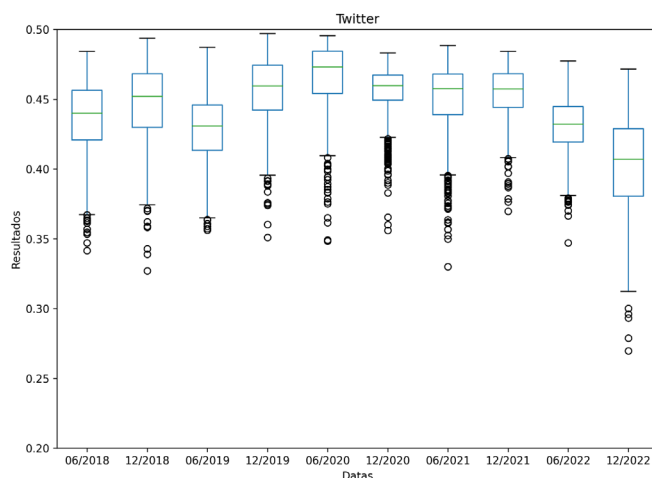


Figura 4

Evolução do índice de polarização de contas políticas no Twitter, do primeiro semestre de 2018 ao segundo semestre de 2022



A queda observada no índice de polarização durante o primeiro e segundo semestres de 2022 apresenta duas explicações possíveis. A variação do primeiro semestre pode ser atribuída a flutuações estocásticas, uma vez que os valores do índice mostraram uma variabilidade considerável de um semestre para outro

(o índice do primeiro semestre de 2022, 0,43, é bem parecido com o de 0,43 do primeiro semestre de 2019, por exemplo). Já o segundo semestre de 2022 parece mostrar um declínio fora da zona de flutuação do índice nos anos anteriores e pode indicar uma queda da polarização no semestre em que ocorreram as eleições presidenciais brasileiras. Esta hipótese está alinhada com os resultados de pesquisas de opinião que indicaram uma diminuição do sentimento negativo em relação ao Partido dos Trabalhadores no segundo semestre de 2022, entre os eleitores que haviam votado em Bolsonaro em 2018. É importante notar, porém, que esse único ponto desviante não permite afirmar que há uma tendência de queda da polarização no Twitter, já que essa redução pode ter sido pontual e compensada por algum tipo de aumento no primeiro semestre de 2023.

CONCLUSÃO

Neste estudo, fornecemos uma revisão dos métodos de medição da polarização, entendida como o grau de segregação de comunidades em plataformas de mídia social. Partimos dos dois estudos de referência nesta matéria, o de Conover et al. (2011) e o de Guerra et al. (2013). A partir de uma análise da formação da polarização no Facebook político brasileiro entre 2013 e 2016, mostramos que a abordagem de Conover et al. parece ser a mais adequada por medir tanto o declínio das conexões entre os dois *clusters* polarizados, quanto o aumento das conexões internas de cada *cluster*. Em nossos dois estudos, modificamos um pouco a metodologia de Conover et al. para acomodar a ponderação dos grafos, que adotamos de Benkler et al. (2018) e que impede que nós muito grandes distorçam a rede. Além disso, no nosso segundo estudo, olhando para a evolução da polarização do Twitter entre 2018 e 2022, propusemos uma metodologia para padronizar o universo de análise, garantindo que os nós utilizados em uma comparação temporal tenham relevância em todo o período. Nosso objetivo com esses dois estudos é contribuir para estabelecer métodos de mensuração da polarização que permitam avaliar sua evolução no tempo. Além disso, nossa análise da formação da polarização no Facebook permitiu ver como a segregação em duas comunidades politicamente antagônicas é não apenas um processo de separação, mas também de fusão. Muitas consequências podem ser extraídas desta observação e serão objeto de considerações futuras. ■

REFERÊNCIAS

Abramowitz, A., & Saunders, K. L. (2008). Is polarization a myth? *Journal of Politics*, 70(2), 542–555. <https://doi.org/10.1038/s41598-023-33307-8>

- Barbera, P., Jost, J. T., Nagler, J., Tucker, J. A., & Bonneau, R. (2015). Tweeting from left to right: Is online political communication more than an echo chamber? *Psychological Science*, 26(10), 1531–1542. <https://doi.org/10.1177/0956797615594620>
- Bakshy, E., Solomon, M., & Adamic, L. A. (2015). Exposure to ideologically diverse news and opinion on Facebook. *Science*, 348, 1130–1132. <https://doi.org/10.1126/science.aaa1160>
- Benkler, Y., Faris, R., & Roberts, H. (2018). *Network propaganda: Manipulation, disinformation, and radicalization in American politics*. Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oso/9780190923624.001.0001>
- Boxel, L., Gentzkow, M., & Shapiro, J. M. (2017). Greater Internet use is not associated with faster growth in political polarization among US demographic groups. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 114(40), 10.612–10.617. <https://doi.org/10.1073/pnas.1706588114>
- Cesarino, L. (2022). O mundo do avesso: Verdade e política na era digital. Ubu.
- Cho, J., Ahmed, S., Hilbert, M., Liu, B., & Luu, J. (2020). Do search algorithms endanger democracy? An experimental investigation of algorithm effects on political polarization. *Journal of Broadcasting & Electronic Media*, 64(2), 150–172. <https://doi.org/10.1080/08838151.2020.1757365>
- Conover, M., Ratkiewicz, J., Francisco, M., Gonçalves B., Menczer F., & Flammini, A. (2011, July 17–21). *Political polarization on Twitter. Fifth International AAAI Conference on Web and Social Media* [Paper presented], Barcelona, Spain. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v5i1.14126>
- Dimaggio, P., Evans, J., & Bryson, B. (1996). Have American social attitudes become more polarized? *American Journal of Sociology*, 102(3), 690–755. <https://www.jstor.org/stable/2782461>
- Fiorina, M. P., Abrams, S. J., & Pope, J. (2004). *Culture war? The myth of a polarized America*. Pearson.
- Fuks, M., & Marques, P. H. (2022). Polarização e contexto: Medindo e explicando a polarização política no Brasil. *Opinião Pública*, 28(3), 560–593. <https://doi.org/10.1590/1807-01912022283560>
- Gentzkow, M., & Shapiro, J. (2011). Ideological segregation online and offline. *Quarterly Journal of Economics*, 126(4), 1799–1839. <https://doi.org/10.1093/qje/qjr044>
- Guerra, P. H., Meira Jr, W., Cardie, C., & Kleinberg, R. (2013). A measure of polarization on social media networks based on community boundaries. *Proceedings of the 7th International Conference on Weblogs and Social Media*, 7, 215–224. <https://doi.org/10.1609/icwsm.v7i1.14421>

- Iyengar, S., Sood, G., & Lelkes, Y. (2012). Affect, not ideology: A social identity perspective on polarization. *Public Opinion Quarterly*, 76(3), 405–431. <https://www.jstor.org/stable/41684577>
- Johnson, T. J., Kaye, B. K., & Lee, A. M. (2017). Blinded by the spite? Path model of political attitudes, selectivity, and social media. *Atlantic Journal of Communication*, 25(3), 181–196. <https://doi.org/10.1080/15456870.2017.1324454>
- Lelkes, Y., Sood, G., & Iyengar, S. (2017). The hostile audience: The effect of access to broadband Internet on partisan affect. *American Journal of Political Science*, 61, 5–20. <https://www.jstor.org/stable/26379489>
- Mason, L. (2018). *Uncivil agreement: How politics became our identity*. University of Chicago Press. <https://doi.org/10.7208/chicago/9780226524689.001.0001>
- McPherson, M., Smith-Lovin, L., & Cook, J. (2001). Birds of a feather: Homophily in social networks. *Annual Review of Sociology*, 27, 415–444. <https://doi.org/10.1146/annurev.soc.27.1.415>
- Mignozzetti, U., & Spektor, M. (2019) Brazil: When political oligarchies limit polarization but fuel populism. In T. Carothers & A. Donohue (Eds.). *Democracies divided: The global challenge of political polarization* (pp. 228–254). Brookings Institution Press.
- Newman, M. E. J., & Girvan, M. (2004). Finding and evaluating community structure in networks. *Physical Review E*, 69, 026113. <https://doi.org/10.1103/PhysRevE.69.026113>
- Nobre, M. (2020) *Ponto final: A guerra de Bolsonaro contra a democracia*. Todavia.
- Pariser, E. (2012). *The filter bubble: How the new personalized web is changing what we read and how we think*. Penguin.
- Recuero, R., Soares, F., & Vinhas, O. (2020). Discursive strategies for disinformation on WhatsApp and Twitter during the 2018 Brazilian presidential election. *First Monday*, 26(1). <https://doi.org/10.5210/fm.v26i1.10551>
- Rocha, C., Solano, E., & Medeiros, J. (2021). *The Bolsonaro paradox: The public sphere and right-wing counterpublicity in contemporary Brazil*. Springer.
- Santos Jr., M. A. (2023). As flutuações de longo prazo da polarização no Brasil – Análise do compartilhamento de informações políticas entre 2011 e 2019. *Dados*, 66(2), e20200076. <https://doi.org/10.1590/dados.2023.66.2.287>
- Sunstein, C. R. (2017). *#republic: Divided democracy in the age of social media*. Princeton University Press.

RESENHAS

R

K



Muniz Sodré: o comum de uma escola disruptiva feita por mãos de axé

Muniz Sodré: the common of a disruptive school made by the hands of axé

RIBAMAR JOSÉ DE OLIVEIRA JUNIOR^a

Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro — RJ, Brasil

RESUMO

No sentido de acompanhar a cartografia do pensamento de Muniz Sodré na Comunicação, apresento uma resenha do livro *Muniz Sodré: uma escola disruptiva*, organizado por Zilda Martins/Marcello Gabbay, e publicado pela Mauad X em 2022. A obra, dividida em 5 partes e com 24 capítulos, reúne crítica, entrevista, crônica e depoimento no ritmo de uma síncopa pelo lugar comum do encontro. Entre Brasil, América Latina e do Norte, África e Europa, os autores celebram os 80 anos do sociólogo, jornalista e professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro através do que ecoa em disrupção que se faz desde do terreiro, pelo corpo e do menor gesto que escreve por mãos de axé e se desdobra como *Arkhé* por vir.

Palavras-chave: Muniz Sodré, comunicação, cultura, comum, Arkhé.

ABSTRACT

Following the cartography of Muniz Sodré's thoughts on Communication, I present a book review of *Muniz Sodré: uma escola disruptiva*, organized by Zilda Martins/Marcello Gabbay and published by Mauad X (2022). The work, divided into 5 parts/24 chapters, brings criticism, interviews, chronicles and testimonies in the rhythm of a syncopation for the common place of the encounter. Across Brazil, Latin and North America, Africa and Europe, the authors celebrate the 80th year of this sociologist, journalist and Professor Emeritus of the Federal University of Rio de Janeiro, through what echoes in disruption made from the terreiro, through the body and the smallest gesture that is written by the hands of axé and unfolds as *Arkhé* to come.

Keywords: Muniz Sodré, communication, culture, common, Arkhé.

^a Professor Substituto e pós-doutorando FAPERJ Nota 10 da Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5607-2818>. E-mail: ribamar.junior@eco.ufrj.br.

INTRODUÇÃO

“ESTE LIVRO NÃO é uma homenagem”, diz a primeira linha da Apresentação da obra *Muniz Sodré: uma escola disruptiva*, organizado por Zilda Martins e Marcello Gabbay e publicado pela Editora Mauad X no ano de 2022. Parafraseando o surrealista Magritte, os autores ainda insistem que o livro não é nem mesmo uma coletânea tradicional. Afinal, o que seria essa obra sobre Muniz Sodré? Um livro sobre um pensamento ou uma sabedoria. Não é à toa que a obra retoma o campo da Comunicação a partir de quem o tece pelo que há de comum, sendo publicado no mesmo ano que este pensador celebrou 8 décadas de vida. Nordestino, baiano, sociólogo, jornalista, escritor, professor Emérito da Escola de Comunicação (ECO) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), catedrático do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (USP), imortal da Academia de Letras da Bahia (ALB) e primeiro obá do terreiro de candomblé Axé Opô Afonjá, Muniz Sodré contribuiu para a episteme da Comunicação no Brasil a partir do “através” por uma escola disruptiva. Foi Presidente da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) entre 2003 e 2009, órgão vinculado ao Ministério da Cultura (MinC), recebeu o título de Doutor Honoris Causa pela Universidade Federal da Bahia (UFBA) em 2008, a Medalha de Reconhecimento pela sua participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) em 2010, a Medalha Tiradentes e o Prêmio Marielle Franco de Direitos Humanos em 2022. Atualmente é colunista da Folha de S. Paulo e possui cerca de 40 livros publicados nas áreas de Comunicação Social, sendo o seu último lançamento a obra *O fascismo da cor: uma radiografia do racismo nacional*, publicado pela Editora Vozes em 2023, onde fundamenta a ideia de “racismo institucional” no Brasil.

A proposta do livro é fazer de Muniz Sodré a bússola de um mapa comunicacional em movência. Seja como jovem pesquisador na Sorbonne, em Paris, logo depois de maio de 68, quando assistiu à última aula de Roland Barthes e dividiu assento com os colegas Baudrillard e Maffesoli, seja como pensador da política cultural brasileira com reuniões ao lado de Gilberto Gil e Juca Ferreira, seja até mesmo na vista do seu apartamento no Cosme Velho com as visitas de Lázaro Ramos, João Bosco e tantas outras personalidades. Distante de um memorial, a obra faz da crítica, crônica, entrevista e depoimento um modo de evocar a obra de Muniz em sua atualidade.

Para entender a proposta do livro, os autores levam seus leitores a um breve percurso pelo pensamento sodreriano desde *O monopólio da fala* (1982), que marca o primeiro livro de Muniz sobre a crítica da mídia. Desde então, o que ele fez em *A comunicação do grotesco* (1983) e *Televisão e Psicanálise* (1987) foi

ampliar o debate em torno da linguagem televisiva por uma ótica sociológica. Em *O terreiro e a cidade* (1998) e no *Samba, o dono do corpo* (1998), o autor enuncia a corporalidade pelo território e mostra como os vínculos são de ordem comunicacional na construção do popular. O pensar nagô ainda começa em *Claros e Escuros* (1999), embora se ramifique por toda sua obra por uma filosofia afro. Porém os organizadores consideram *Antropológica do espelho* (2002) uma das grandes contribuições do autor, sendo os anos 2000 um período em que o pensamento de Muniz alça voo com mais firmeza, a citar *As estratégias sensíveis: afeto, mídia e política* (2006) e *Reinventando a educação* (2009). Na década seguinte, ao passo que *A narração do fato* (2012) propõe rever o mito de uma suposta objetividade jornalística *A ciência do comum* (2014) reorienta o nosso campo comunicacional. Em *Pensar nagô* (2017) encontramos a possibilidade de pensar a comunicação de modo transcultural, pela *Arkhé* como origem e destino, passagem que continua. Nos últimos lançamentos, ele explorou o racismo e a sociedade, tanto em *Sociedade Incivil* (2022), sendo esta uma obra que marca o período importante em que o autor vence a covid-19, quanto em *O fascismo da cor* (2023).

Da mesma forma que o pensamento nagô, o livro possui uma travessia continental de um conjunto de autores das regiões do Brasil e de países das Américas Latina e do Norte, da África e da Europa. Dessa forma, o livro possui 5 partes divididas a partir de cada continente e 24 capítulos dispostos por cada autor em seus respectivos países. Na primeira parte, existe uma subdivisão entre as cinco regiões do Brasil, abrindo pelo eixo Sudeste com os capítulos de três professores da ECO-UFRJ, o professor Marcio Tavares D'Amaral em “Muniz Sodré e a Filosofia”, onde explora a base filosófica das reflexões do autor, o professor Mohammed ElHajji em “Retrato de um Homem-orquestra”, no que aponta a presença de Muniz como “autor-orquestra” por sua capacidade de estranhamento e de maravilhamento entre mundo e teoria, e o professor Eduardo Granja Coutinho que em “Muniz Sodré: a regência da alegria” traz a ideia de “regência da alegria” como um protesto contra a miséria real, citando Caetano Veloso ao falar do samba encanto de um gozo festivo e profundo. Em seguida, a gestora Anelise Pacheco em “Um Vento Sagrado” e a ex-aluna Raquel Souza em “Eu sou porque Muniz é” mostram o legado do autor como um “mais velho” que abriu caminho para estudantes, mestres e doutores. O texto de Dênis de Moraes da Universidade Federal Fluminense (UFF) intitulado “O intelectual crítico na cena pública”, enfatiza a intelectualidade de um autor que não aceita contemplar o céu à espera de chuva e faz chover. O professor Emérito da ECO-UFRJ, Emmanuel Carneiro Leão, em “A violência hoje” revisita uma publicação anteriormente escrita para os 70 anos do autor no Seminário Semana Muniz

Sodré que houve em 2013 na UFRJ, explorando a dimensão da violência a partir da visão sociológica do autor.

Na segunda parte do eixo Sul, Juremir Machado Silva da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC-RS) abre com a reflexão “Fato e narrativa na obra de Muniz Sodré”, focando na dimensão jornalística a partir da narrativa do acontecido, e Antônio Faustino Neto da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) em “Trajetos: o *bios* midiático, a guerra e a realidade da construção” traz o conceito de *bios* midiático para pensar o real em disputa. Pelo eixo Centro-Oeste, as autoras Ana Carolina Rocha Pessoa Temer e Simone Tuzzo da Universidade Federal de Goiás (UFG) em “Entre Muniz e Picasso: o espetáculo da incivilidade”, discutem o grotesco pelo telejornalismo diante da base da civilidade entre a sociedade e o Estado. Além disso, Venício A. de Lima da Universidade de Brasília (UnB) traz em “Breve memória de um passado presente” os encontros com Muniz pelas lembranças que remontam o legado do autor. No Nordeste, Antonio Albino Rubim e Linda Rubim da Universidade Federal da Bahia (UFBA), centram em “Muniz Sodré: estudioso de culturas” as modalidades culturais tecidas na cultura afro-brasileira. Noamar Almeida Filho, também da UFBA, em “Muniz Sodré e a ecologia de saberes: notas para pensar a crise da universidade” fala do pensamento do autor como mobilizador de uma “protopia”, ou seja, um tipo de projeto realista e viável que pode alcançar uma utopia menor. Por fim, no eixo Norte, Otacílio Amaral Filho da Universidade Federal do Pará (UFPA) articula em “Os artifícios da cultura e da resistência pelo pensamento criativo” uma “cultura amazônica midiaticizada” com base na *Arkhé* enquanto Manuel Dutra, também da UFPA, traz uma entrevista com Muniz Sodré em “O jornalismo em rede ainda é uma sociedade de máscaras”, refletindo sobre o nosso futuro com o jornalismo nas redes.

Na parte dois, focada em autores da América Latina, Javier Protzel e María Teresa Quiroz da Universidade de Lima no Peru escrevem no texto homônimo “Muniz Sodré” lembranças de um dos momentos que tiveram com o autor em um terreiro de candomblé. Já Luciano Arcella das Universidade de L'Aquila na Itália e da Universidade del Valle na Colômbia ensaia sobre Odisseu e Polifemo em “As prejudiciais verdades de Odisseu”, tendo em vista o pensamento de Muniz em perspectiva. A terceira parte sucede através da América do Norte, a iniciar pelos Estados Unidos com a contribuição de John Murungi da Towson University em “Muniz Sodré: a *philosophical observation*/Muniz Sodré: uma observação filosófica”, onde desenvolve a observação filosófica a partir da corporeidade, tão cara às reflexões de Muniz. Em “O efeito Muniz Sodré: uma homenagem quixotesca” Eduardo Neiva da Alabama University retoma uma correspondência com Muniz, quando ele perguntou o que achava sobre Dom Quixote no mundo

contraditório de Cervantes. Desde África, a quarta parte do livro começa com o texto “O pensamento de Muniz Sodré e as lutas sociais contemporâneas” do escritor João Melo que de Angola reflete sobre as lutas sociais encarnadas nas obras de Muniz, como o próprio antirracismo e o papel da comunicação em dialogar com as pontes identitárias.

A quinta e última parte, centrada na Europa, inicia da França com o texto “*Un anthropologue pas comme les autres/Um antropólogo não como os outros*” do sociólogo e ex-diretor do Centre National de la Recherche Scientifique (CNRS) Henri Pierre-Jeudy, em que traz um dos momentos quando Muniz o disse que estava escrevendo sobre alegria por um ritmo que escapava a narrativa construtora de teoria. Em “*Moralisme dramatique et éthique tragique/Moralismo dramático e ética trágica*”, do sociólogo e professor Emérito da Sorbonne Michel Maffesoli, o autor evoca a amizade e a presença de Muniz em pensamento: “sou, em seu sentido forte, apenas um amador, mas não é isso que vivemos e o que vemos no Candomblé e em outras expressões dos cultos afro-brasileiros dos quais Muniz, ele sim, é um verdadeiro e profundo conhecedor?” (Maffesoli, 2022, p. 312). Em Portugal, José Rebelo do Instituto Universitário de Lisboa em “Os media e a inscrição social da ideia de crise” traz o debate sobre o conceito de minoria como a voz do dissenso e a ideia de crise. Por fim, a autora Márcia Sá Cavalcante Schuback da Universidade de Södertörn na Suécia em “Sobre o axé da *Arkhé*” pontua a ideia de *Arkhé* de Muniz a partir da metáfora do nó entre vírgula, travessão, interrogação, como um tipo de respiração de um corpo ancestral.

Portanto, quando releio esses autores que refletem sobre Muniz Sodré, percebo que percorri um mapa feito não só por ele, mas por todo um pensamento coletivo que se faz no ritmo da alegria enquanto regência. Aliás, olho para minha estante e de toda obra dele me vejo afetado por *Pensar Nagô* (2017), abro o livro e relembro que um dia ele o assinou com a seguinte dedicatória: “com mãos de axé”. Não hesito em pensar que essa escola disruptiva chamada Comunicação se faz por uma mão que se move pela sabedoria. “A proposta de comunicação como uma ciência do comum significa a produção de saber com sabedoria, fala com diálogo, ação com pausa e reflexão: um campo de sentido transitivo, reconhecível pelo Outro” (Sodré, 2023, p. 27). Embora termine essa resenha, vejo que o pensamento de Muniz Sodré continua e perpetuará pela leveza de um atabaque, pela virada de um jogo de búzios e pelo corpo que se perfaz no gesto de um aprendiz que sempre terá a *Arkhé* como norte de algo desconhecido, mas perto como o comum ao redor. ■

REFERÊNCIAS

- Maffesoli, M. (2022). Moralismo dramático e ética trágica. In Z. Martins & M. Gabbay (Eds.), *Muniz Sodré: Uma escola disruptiva* (pp. 289–302). Mauad X.
- Sodré, M. (2017). *Pensar nagô*. Vozes.

Artigo recebido em 23 de março de 2024 e aprovado em 17 de agosto de 2024.

MATRIZes é um periódico destinado à publicação de estudos que tenham por objeto a comunicação. Acolhe pesquisas teóricas e empíricas sobre processos comunicativos, meios e mediações nas interações sociais. Trata-se de uma publicação aberta às reflexões sobre culturas e linguagens midiáticas e suas implicações sociopolíticas e cognitivas. MATRIZes preserva o horizonte transdisciplinar do pensamento comunicacional e espera redimensionar conhecimento e práticas que contribuam para definir, mapear e explorar os novos cenários comunicacionais. No limite, MATRIZes busca ser um espaço de debates das diferentes perspectivas do campo da Comunicação.